

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

TANIZE TOMASI

**ESPACIALIDADES, INTERAÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ - PONTA GROSSA/PR**

PONTA GROSSA

2013

TANIZE TOMASI

**ESPACIALIDADES, INTERAÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR
DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ - PONTA GROSSA/PR**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza Löwen Sahr

PONTA GROSSA

2013

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação Bicen/UEPG

T164 Tomasi, Tanize
Espacialidades, interações e redes sociais: uma análise a partir da comunidade quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR/Tanize Tomasi. Ponta Grossa, 2013.
190f.

Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza Löwen Sahr.

1. Interação social. 2. Redes sociais. 3. Espacialidade. 4. Comunidade Quilombola. I. Sahr, Cicilian Luiza Löwen. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Geografia. III. T.

CDD: 302.3

TERMO DE APROVAÇÃO

Tanize Tomasi

“ESPACIALIDADES, INTERAÇÕES E REDES SOCIAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SANTA CRUZ/PONTA GROSSA – PR”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Profa. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr
UEPG



Profa. Dra. Gislene Aparecida dos Santos
UFPR


Prof. Dr. Luis Fernando Cerri
UEPG

Ponta Grossa, 06 de março 2013.

Aos sujeitos do campo.

AGRADECIMENTOS

Durante a edificação de todo esse trabalho diversas pessoas estiveram envolvidas em diferentes ambientes e cenários, em campo, onde se vivenciava e participava da realidade dos moradores quilombolas de Santa Cruz, na Universidade, onde se tinha momentos de reflexão e orientação teórica ou mesmo em casa, onde se estruturavam e organizavam as informações. Tal contato foi possível através de múltiplos laços sociais, sejam laços de amizade, parentesco, acadêmico ou familiares, os quais levaram a constituição de uma rede social, que me colocava em contato com outros indivíduos em distintas situações sociais.

Parte desta rede foi formada pelos meus colegas acadêmicos, alunos do Mestrado em Gestão do Território turma 2011 que desempenharam o papel de colegas e companheiros, compartilhando durante dois anos as angústias, as inseguranças, mas também os avanços, as descobertas e as inúmeras experiências enquanto pesquisadores.

Pela Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza Löwen Sahr que executou com maestria e distinção o papel de orientadora, envolvendo-se muito além das exigências da profissão, através de laços de amizade sobrepôs este papel desempenhando o de amiga e conselheira, diante destes mostrou-me as melhores opções para trilhar o meu percurso acadêmico.

Pelos meus companheiros de equipe de pesquisa Ana Paula Aparecida Ferreira Alves, Matheus Miranda de Paula e Caio Shigueharu Kataoka que impulsionados pelo desejo e curiosidade de desvendar a realidade histórico-existencial de uma comunidade quilombola paranaense buscamos nas mais diversas formas de pesquisa de campo apreender o fenômeno estudado, constituindo um sólido banco de dados que fez a diferença na construção desta pesquisa.

Pelos meus professores e pelos membros da banca de qualificação e defesa Prof.^a Dr.^a Gislene Aparecida dos Santos e Prof. Dr. Luis Fernando Cerri que mais do que atores falantes assumiram a posição de atores colaboradores auxiliando-me de diferentes maneiras, e em distintos momentos que se projetaram em reflexões e evoluções teórico-metodológicas.

Pelos meus familiares, em especial meus pais Lori Tomasi e Clarice, por me permitirem não apenas entender, mas viver e sentir a afirmação de Bott (1976), de que os laços de parentesco e amizade são as mais importantes relações sociais estabelecidas pelos indivíduos dentro de uma rede social, visto que estes laços são os mais difíceis de desfazerem-se.

relações sociais estabelecidas pelos indivíduos dentro de uma rede social, visto que estes são os mais difíceis de desfazerem-se.

E a outra parte desta rede social formou-se pelos quilombolas de Santa Cruz, seus parentes, amigos e vizinhos que em muitas situações sociais interagiram comigo, possibilitando-me muitos contatos face a face em que a posição de observadora-pesquisadora era aliada a de participante do evento social, fato que enriqueceu a apreensão e compreensão da problemática de estudo.

A estes membros entrelaçados em minha rede social tenho o prazer de agora retribuir com cordiais agradecimentos toda a gentileza, disponibilidade, diálogo, convivência e troca que foi por eles proporcionado ao longo destes dois anos. Sem esse contato contínuo, o que me proporcionou o estreitamento de laços nada disto seria possível, portanto, a construção deste trabalho de mestrado tem a participação de cada um dos membros de minha rede, direta e indiretamente todos caminharam para a sua concretização.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão da bolsa de mestrado.

O parentesco e a amizade são os tipos mais importantes de relação social primária. Os vizinhos e as associações voluntárias são importantes, em grande parte, porque fornecem uma rede de amigos potenciais e pode se superpor às categorias de parentesco e amizade. (BOTT, 1976, p. 279).

RESUMO

A Comunidade Quilombola de Santa Cruz, localizada na zona rural do município de Ponta Grossa, Paraná, tornou-se o foco da presente investigação através da análise de seus relacionamentos interpessoais. Buscou-se apreender a espacialidade relacional desta comunidade quilombola a partir de sua experiência vivencial, identificando os indivíduos e os laços sociais que permitem contatos contínuos entre eles, sejam laços de parentesco sanguíneo ou parentesco por apadrinhamento e compadrio, vizinhança, amizade/afinidade, laboral ou solidariedade. Para entender essa complexidade, se adotou os conceitos de espaço/espacialidade de Massey e Dardel, interação social de Goffman e redes sociais de Bott, Scherer-Warren e Barnes. Através da adoção de técnicas e metodologias como observação participante, descrição densa, hermenêutica objetiva e análise interacional em distintos eventos de interação social, identificou-se a existência de uma rede social localizada, cujos laços os conectam a indivíduos externos, sobretudo, moradores vizinhos da Comunidade Quilombola do Sutil, das colônias étnicas (russo-brancos, russo-alemães, italianos, poloneses) e de bairros urbanos próximos. Internamente, a comunidade se destaca por ser do tipo parental, todos os indivíduos estão ligados entre si por laços de parentesco. Estes no seu cotidiano revelam ainda a constituição de um grupo organizado, que tem objetivos comuns, papéis interdependentes e uma cultura partilhada. As relações dos quilombolas de Santa Cruz dentro de seu grupo organizado ou de sua rede social são vivenciadas tanto em ocasiões cotidianas, quanto em situações casuais e tradicionais.

Palavras-Chave: Interação social. Redes Sociais. Espacialidade. Comunidade Quilombola.

ABSTRACT

This work aims to investigate the Quilombol Community of Santa Cruz through its interpersonal relationships. This community is placed on the rural zone of Ponta Grossa, state of Paraná. Therefore, the research finds to capture the relational space of this Quilombol Community by of its life' experience, identifying the individual and the social ties that allows continuous contacts between them, being relatives, relative for godfather or godmother, neighborhood, friendship/affinity, laboral or sympathy. To understand this complexity, this work takes as referential the concepts of space/spatiality, by Massey and Dardel, social interaction, by Goffman and social nets by Bott, Scherer-Warren and Barnes. Over the adoption of techniques and methodologies as participant observation, dense description, objective hermeneutic and interactional analysis in different events of social interaction, identify the existence of a placed social net, what ties connect them to external individual, overcoat, neighbors residents of Sutil Quilombol Community, of ethnics colonies (white-Russian, germans-russian, Italians, Polishes) and the near urban districts. Internally, the community detaches to be of relative gender, all the individual are linked themselves by relatives ties. It reveals daily the constitution of an organized group that has common objectives, interdependent papers and a shared culture. The relationships of Santa Cruz Quilombols inside of his organized group or social net are lived as in daily occasions how in casual and traditional situations.

Key-words: Social Interaction. Social Nets. Spatiality. Quilombol Community.

LISTA DE FOTOS

Capítulo II

Foto 01	– Casal ancestral (A. G. e M. C. dos S. G.) das gerações que vivem na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	53
Foto 02	– Livro de matrícula e chamada: reminiscência do tempo em que A. Gonçalves lecionava na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	56
Foto 03	– Livro de matrícula e chamada: reminiscência do tempo em que A. Gonçalves lecionava na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	56
Foto 04	– Remanescente do moinho de farinha do antepassado A. Gonçalves na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	56
Foto 05	– Remanescente do moinho de farinha do antepassado A. Gonçalves na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	56
Foto 06	– Capelinha que circula nas residências dos moradores quilombolas de Santa Cruz.....	110

Capítulo III

Foto 01	– Prática tradicional de Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	125
Foto 02	– Prática tradicional de Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	125
Foto 03	– Capela do Senhor Bom Jesus - primeiro cenário do evento da festa do padroeiro - ambiente interno e externo.....	128
Foto 04	– Capela do Senhor Bom Jesus - primeiro cenário do evento da festa do padroeiro - ambiente interno e externo.....	128
Foto 05	– Preparação do cenário capela para a festa do padroeiro.....	129
Foto 06	– Preparação do cenário capela para a festa do padroeiro.....	129
Foto 07	– Procissão ao Senhor Bom Jesus.....	132
Foto 08	– Procissão ao Senhor Bom Jesus.....	132
Foto 09	– Cenário capela no evento festa de aniversário.....	133
Foto 10	– Cenário capela no evento festa de aniversário.....	133
Foto 11	– Cenário quiosque de bebidas - antes e durante a festa do padroeiro.....	134
Foto 12	– Cenário quiosque de bebidas - antes e durante a festa do padroeiro.....	134

Foto 13	– Subcenário churrasqueira durante a festa do padroeiro.....	137
Foto 14	– Subcenário churrasqueira durante a festa do padroeiro.....	137
Foto 15	– Subcenários cozinha e caixa durante a festa do padroeiro.....	138
Foto 16	– Subcenários cozinha e caixa durante a festa do padroeiro.....	138
Foto 17	– Subcenário de entrega de alimentos durante a festa do padroeiro e festa de aniversário.....	139
Foto 18	– Subcenário de entrega de alimentos durante a festa do padroeiro e festa de aniversário.....	139
Foto 19	– Subcenário refeitório - antes e durante a festa do padroeiro e na festa de aniversário.....	141
Foto 20	– Subcenário refeitório - antes e durante a festa do padroeiro e na festa de aniversário.....	141
Foto 21	– Subcenário refeitório - antes e durante a festa do padroeiro e na festa de aniversário.....	141
Foto 22	– Cenário coreto de música durante a festa do padroeiro.....	143
Foto 23	– Cenário coreto de música durante a festa do padroeiro.....	143
Foto 24	– Sede da associação de moradores da Comunidade Quilombola do Sutil.....	176
Foto 25	– Sede da associação de moradores da Comunidade Quilombola do Sutil.....	176
Foto 26	– Atividades bênção ecumênica e apresentação musical no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	179
Foto 27	– Atividades bênção ecumênica e apresentação musical no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	179
Foto 28	– Atividades escolha da garota Sutil e apresentação de dança no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	180
Foto 29	– Atividades escolha da garota Sutil e apresentação de dança no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	180
Foto 30	– Atividade desfile no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz...	181
Foto 31	– Atividade desfile no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz...	181
Foto 32	– Segunda parte da atividade apresentação musical no terceiro momento do evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	182
Foto 33	– Segunda parte da atividade apresentação musical no terceiro	

	momento do evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	182
Foto 34	– Cenários do evento Festa do Padroeiro São Benedito: Comunidade Quilombola do Sutil - Ponta Grossa/PR.....	185
Foto 35	– Cenários do evento Festa do Padroeiro São Benedito: Comunidade Quilombola do Sutil - Ponta Grossa/PR.....	185
Foto 36	– Cenários do evento Festa do Padroeiro São Benedito: Comunidade Quilombola do Sutil - Ponta Grossa/PR.....	185

LISTA DE FIGURAS

Introdução

Figura 01	– Localização da Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	16
-----------	---	----

Capítulo II

Figura 01	– Subgrupo A: primeiros indivíduos da rede de parentesco da Comunidade Quilombola de Santa Cruz.....	55
Figura 02	– Rede parental de Santa Cruz com os subgrupos familiares dos cônjuges dos quilombolas.....	59
Figura 03	– Rede parental de Santa Cruz com os subgrupos familiares internos (A, A1 e A2) dos quilombolas.....	60
Figura 04	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar A1.....	62
Figura 05	– Indivíduos do subgrupo familiar B: descendentes de russo-alemães da Colônia Quero-Quero.....	65
Figura 06	– Indivíduos do subgrupo familiar C: descendentes de russo-alemães da Colônia Quero-Quero.....	66
Figura 07	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar A2.....	69
Figura 08	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar D.....	72
Figura 09	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar E.....	74
Figura 10	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar F.....	75
Figura 11	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar G.....	76
Figura 12	– Indivíduos da rede de parentesco da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar H.....	78
Figura 13	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar I.....	79
Figura 14	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar J.....	81

Figura 15	– Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar L.....	82
Figura 16	– Rede de laços de compadrio e apadrinhamento dos indivíduos do subgrupo familiar A1: Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	87
Figura 17	– Rede de laços de compadrio e apadrinhamento dos indivíduos do subgrupo familiar A2: Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	93
Figura 18	– Área circunvizinha de grupos sociais interacionais a Comunidade Quilombola de Santa Cruz.....	97
Capítulo III		
Figura 01	– Cenários do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus: Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	127
Figura 02	– Espacialização dos “indivíduos executantes” da rede social quilombola no evento festa do padroeiro.....	145
Figura 03	– Espacialização dos “indivíduos participantes” da rede social quilombola no evento festa do padroeiro.....	146
Figura 04	– Estrutura espaço-temporal do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR.....	149
Figura 05	– Cenários da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	152
Figura 06	– Paredes I e II do cenário Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	156
Figura 07	– Paredes III e IV do cenário Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	157
Figura 08	– Espacialidade cotidiana no Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	163
Figura 09	– Espacialidades vivenciadas no primeiro e segundo momento no evento Trabalho de Exú no Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	166
Figura 10	– Espacialidades vivenciadas no terceiro e quarto momento no evento Trabalho de Exú no Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	168
Figura 11	– Palco do evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	175
Figura 12	– Espacialidades criadas em torno do elemento palco durante o evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	178
Figura 13	– Cenários do evento Festa do Padroeiro São Benedito: Comunidade Quilombola do Sutil - Ponta Grossa/PR.....	183

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Capítulo III

Quadro 01	–	Atributos básicos dos orixás do Terreiro de Candomblé e Umbanda.....	159
Quadro 02	–	Estrutura espaço-temporal promovida pela Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.....	171
Tabela 01	–	Descrição da origem dos “indivíduos executantes e participantes” do evento festa do padroeiro.....	148

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I – ESPACIALIDADES NA INTERAÇÃO SOCIAL EM REDE: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	29
1.1 Espaços/espacialidades nos relacionamentos dos quilombolas de Santa Cruz.....	30
1.2 Redes e interações sociais na investigação da Comunidade Quilombola de Santa Cruz.....	37
CAPÍTULO II – LAÇOS SOCIAIS EM REDE: AS CONEXIDADES DE UM GRUPO QUILOMBOLA	51
2.1 A Comunidade Quilombola de Santa Cruz: a rede de parentesco e seus “indivíduos”.....	51
2.2 O tecer da interação social: contatos face a face nas conexões dos “indivíduos internos”.....	95
CAPÍTULO III – DIMENSÃO ESPACIAL DA EXISTÊNCIA RELACIONAL QUILOMBOLA: A COMUNIDADE E OS EVENTOS INTERACIONAIS	123
3.1 Espacialidades e interação social em rede no evento “Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus”.....	124
3.2 Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca: uma nova espacialidade da experiência quilombola.....	151
3.3 Espacialidade e interação inventada: reflexões no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	197
APÊNDICE A – Questionário de coleta de dados	201

INTRODUÇÃO

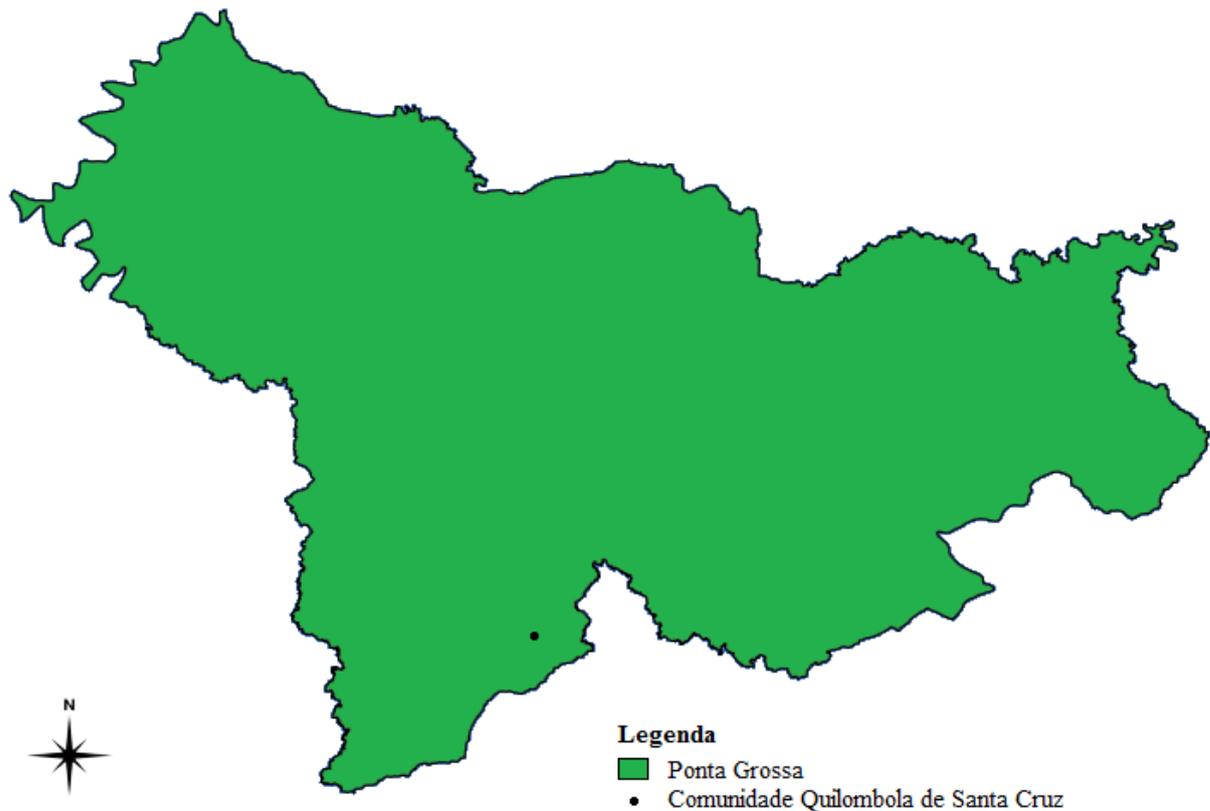
As comunidades remanescentes de quilombos vivenciam na atualidade um momento de projeção nacional, seja pela via política ou acadêmica. Cada vez mais os quilombolas e suas comunidades aparecem como sujeitos e/ou objetos de pesquisas governamentais e/ou acadêmicas. A estes, são conferidas novas formas de conceituações, passando de isolados negros fugitivos à comunidades autoidentificadas e reconhecidas como quilombolas. O processo atual de ressemantização conceitual surge, principalmente, do envolvimento de pesquisadores com a regularização fundiária dessas comunidades, se fundamentando, segundo Arruti (2006), em torno de três paradigmas: remanescentes, terras de uso comum e etnicidade.

Estes paradigmas representam pontos de fuga, uma estratégia para não capturar rótulos em um rol fixo de características, de forma a não referenciar os quilombos a um determinado estereótipo naturalista (raça) ou historicista (quilombos históricos), de como deveriam ser, excluindo a maioria dos casos concretos. Dessa forma, se enfatiza as próprias comunidades e suas organizações sociais, destacando suas atuações políticas, suas constituições, sejam elas urbanas (quilombos urbanos) ou rurais, e a adesão a uma identidade étnica que não está ligada à questão racial (cor da pele), e sim, a uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. (ABA, 1994). Permite-se ao grupo e ao indivíduo, a autodefinição e afirmação identitária (quilombola).

Essa forma conceitual de abordar os quilombos possibilita a análise do fenômeno, a partir de sua manifestação local, se definindo pelos dados da experiência, numa definição empírica e descritiva implícita, não enumerando elementos característicos para definir. Logo, é esta definição fluída que se adota para a construção das reflexões aqui apresentadas.

O grupo informante e observado nesta pesquisa é composto pelos moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que está localizada no Distrito de Guaragi, área rural do município de Ponta Grossa, margem direita da rodovia PR-151, trecho Ponta Grossa-Palmeira, mais especificamente no quilômetro quinze (Figura 01).

Figura 01 – Localização da Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Org.: A autora.

Tal comunidade é formada por descendentes de um grupo de escravos que trabalhava no século XIX na Fazenda Santa Cruz, uma propriedade destinada à criação e invernagem de gado das raças Vacum e Muares, localizada na região dos Campos Gerais, no município de Ponta Grossa/PR. Metade das terras da fazenda, além de animais e instrumentos de trabalho, se deixou para herança em 1854, da última proprietária, Maria Clara do Nascimento, aos escravos e libertos que nela viviam. (HARTUNG, 2005). Os descendentes continuaram a viver sobre parte das terras herdadas pelos antepassados e constituem atualmente as duas comunidades quilombolas do município, Santa Cruz e Sutil.

Essas duas comunidades receberam, em julho de 2005, a certificação de autorreconhecimento enquanto remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares. Seguidamente, elas constituíram associações locais, que é o segundo passo necessário à política fundiária. A associação da Comunidade Quilombola de Santa Cruz foi criada em 05 de junho de 2007, sob o número 156 do livro A-009, no registro de pessoas jurídicas, com a denominação de Associação da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz. A abertura do processo administrativo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ocorreu no ano de 2008.

Portanto, hoje, a Comunidade Quilombola de Santa Cruz não se apresenta apenas como mais uma comunidade rural do município de Ponta Grossa, mas como comunidade inserida nacionalmente no segmento negro da sociedade brasileira, por meio da adjetivação “quilombola”, que se inclui na categoria de populações negras tradicionais. É por essa inserção da comunidade que se cria uma equipe de pesquisa¹ coordenada pela Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza Löwen Sahr, da qual faz parte a pesquisadora da presente dissertação de mestrado, para investigar a realidade histórico-vivencial dessa comunidade quilombola com o intuito de gerar materiais acadêmicos que possam vir a ser utilizados em favor do reconhecimento social e da luta política dessa comunidade.

Na pesquisa em questão, optou-se por trabalhar com distintas técnicas de coleta de dados, com o intuito de conhecer as características individuais e coletivas do grupo quilombola em estudo e ampliar as possibilidades de análise e compreensão dos relacionamentos firmados por estes quilombolas com indivíduos externos.

Portanto, para desvendar a realidade histórico-vivencial da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, adotou-se num primeiro momento visando um estudo exploratório intensivo com a coleta múltipla de informações o método de análise quantitativo com a aplicação de questionários a todas às famílias quilombolas. Os questionários se estruturaram por perguntas diretas e objetivas tendo dois vieses, isto é, a identificação da unidade familiar (homem e mulher), destinando as respectivas temáticas na elaboração das perguntas: nome, idade, profissão, estado civil, grau de instrução, religião, filhos, entre outros. E o outro viés se direcionou ao entendimento da estrutura familiar com execução de perguntas nas seguintes temáticas: renda familiar, características da moradia, das terras e atividades desenvolvidas (Apêndice A). Estes direcionaram a investigação para o levantamento da genealogia da comunidade, uma vez que, havia o apontamento de um único ancestral por todos os indivíduos, laços parentais revelaram o entrelaçamento de todos os indivíduos internos e ainda o redobramento de laços por uniões matrimoniais, apadrinhamentos e compadrios e o vínculo com indivíduos da circunvizinhança. O mapeamento de campo deu-se seguidamente, neste fez-se uma visita guiada na comunidade pelo morador E. de J. Batista que explanou a disposição histórica e atual das propriedades e seus respectivos proprietários. Fato que possibilitou a apreensão de laços laborais por arrendamentos de terras, parcerias de trabalho e empregos.

¹ O trabalho de campo foi realizado inicialmente, em 2011, no âmbito do projeto de pesquisa “Compreendendo geografias existenciais de povos e comunidades tradicionais: quilombolas e faxinalenses no Paraná” pela equipe composta por cinco integrantes sendo: a coordenadora, um graduando em Geografia, um graduando em Direito, uma mestrandia em Gestão do Território e uma Doutoranda em Geografia.

Esta primeira etapa levou-nos ao acesso a documentos relevantes, como certidão de auto-reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombos, mapas topográficos das propriedades, diretrizes e atas da Associação da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz e da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, livro de chamadas do professor A. Gonçalves, e, fotos dos antepassados e da Capela Senhor Bom Jesus. Além do apontamento pelos quilombolas das diferentes situações de interação social que os põem em contato com outros indivíduos.

Todos estes procedimentos possibilitaram o entendimento da organização social dos indivíduos em famílias e a captação de indícios norteadores para a exploração de relacionamentos internos em grupo e externos em rede. Portanto, as informações que seguem tiveram exclusivamente como fonte as famílias quilombolas de Santa Cruz.

Posteriormente, como uma prática complementar visando aprofundar e desvendar os dados obtidos por meio da pesquisa quantitativa, ou seja, de questionários aplicados, utilizou-se diferentes técnicas qualitativas, como a observação participante, a descrição densa, a hermenêutica objetiva, a análise de fotos, as entrevistas aliadas a história oral e a análise interacional, como métodos de pesquisa que privilegiam as interações. E uma maior imersão da pesquisadora no meio pesquisado reduzindo os riscos de interpretações equivocadas sobre a realidade social do grupo informante. Estes métodos investigativos apresentaram-se como instrumentos de exploração coletiva e não apenas individual, mostrando os entrecruzamentos dos indivíduos na experiência humana. Projetando o olhar para o grupo quilombola não como a soma de indivíduos, mas como fruto de vínculos relacionais e de processos de interação.

A comunidade Quilombola de Santa Cruz é formada por um grupo organizado que integra 12 famílias², dentre essas, a família do líder quilombola que vive em um bairro vizinho a comunidade, Colônia Dona Luiza, na zona urbana do município de Ponta Grossa. A população total de Santa Cruz corresponde a 45 pessoas (26 mulheres e 19 homens). Deste total, 21% têm de 0 a 14 anos, 12% entre 15 a 19 anos, 53% entre 20 a 59 anos de idade, e 14% mais de 60 anos. A partir desses dados, se compreende que a Comunidade Quilombola de Santa Cruz, em termos etários, está composta de um grupo amadurecido devido à quantidade significativa de pessoas na faixa etária adultos, além, é claro, de se apresentar em renovação, pois, a segunda faixa etária de maior expressividade corresponde a das crianças.

² No mês de novembro de 2012 a Comunidade Quilombola de Santa Cruz passou a ser constituída por 11 famílias, pois um indivíduo (J. S. Kapp) que vivia sozinho e era considerado nesta pesquisa como uma família, acabou falecendo. Porém para as reflexões aqui apresentadas mantiveram-se as informações referentes às 12 famílias.

Quanto à questão religiosa, as famílias quilombolas de Santa Cruz apresentam certa diversidade, flexibilidade e dualidade, visto que grande parte delas vivencia, simultaneamente duas religiões, que em muitos casos, são motivadas pelas uniões conjugais. A pesquisa observou seis famílias católicas, duas luterano-católicas, duas candomblecista/umbandista-católicas, uma católico-evangélica e uma candomblecista/umbandista.

Essa divergência religiosa faz com que as famílias frequentemente mais de um local religioso, sendo na comunidade, na capela católica e em outros externos, como os luteranos que se deslocam a Colônia Quero-Quero e os candomblecistas/umbandistas que se deslocam ao terreiro da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca na cidade de Ponta Grossa. A sociedade vem sendo comandada a mais de dez anos pela esposa do líder quilombola, a Ialorixá (sacerdotisa/mãe de santo) do terreiro, e pelo Ogã (chefe dos atabaques).

A situação laboral dos quilombolas de Santa Cruz apresenta-se sob cinco condições. Há aqueles que apresentam maiores áreas de terra na comunidade, as utilizam e trabalham ainda em outras áreas fora dela, arrendadas de terceiros. Chama atenção uma família constituída de um único membro, que possui uma área de terra maior na comunidade, mas não a utiliza, arrenda e trabalha por dia para os vizinhos russo-brancos em serviços gerais, na agricultura e pecuária leiteira. Se destaca aqueles que possuem pequena área de terra na comunidade, trabalham em sua terra, mas na maioria dos casos, buscam serviços extracomunidade em áreas circunvizinhas à mesma. Há os aposentados, que vivem da renda da aposentaria, três deles continuam a trabalhar em suas leiterias.

E, por fim, tem ainda os que não possuem terras na comunidade, sendo duas famílias; uma delas arrenda terras de terceiros e trabalha com pecuária, possuindo uma leiteria, desenvolve atividades agrícolas em parceria com os parentes. A outra família, a do líder da comunidade, vive da renda arrecadada pelo restaurante e associação (inclusive no terreiro de candomblé e umbanda) que possuem no bairro Colônia Dona Luiza, onde atualmente reside. Apesar de não possuírem terras na comunidade, ainda assim, são considerados integrantes da mesma.

Dentro da comunidade registra-se certa divisão em relação à posse de terras. Há um grupo menor detentor de uma quantidade maior de terras, estando em melhores condições, e outro, mais numeroso, que possui uma situação inferior ao primeiro. Essa realidade faz com que muitos quilombolas procurem serviços fora da comunidade.

Entretanto, a busca de serviços se restringe a uma área circunvizinha, isto é, ao bairro Cará-Cará, Colônias Santa Cruz I, II e III (russo-brancos), sítios e fazendas da

vizinhança, totalizando oito quilombolas ativos que prestam serviços extracomunidade. Aqueles que já estão aposentados, totalizando oito quilombolas, desenvolvem pequenas atividades agropecuárias. Outros oito quilombolas ativos trabalham em casa, com atividades da pecuária, vendendo leite para empresas da região e na agricultura com o cultivo de grãos, como soja, milho e feijão, além do cultivo de pastagens de azevém, aveia, sorgo, pasto de verão e “brizantão” para alimentação do gado. Uma das quilombolas deste grupo presta serviços de advocacia, residindo atualmente no bairro Colônia Dona Luiza, local vizinho à comunidade.

As habitações dos quilombolas de Santa Cruz apresentam-se sob duas circunstâncias: casas construídas com recursos próprios e casas construídas por um programa do governo do estado do Paraná. As primeiras correspondem a oito casas, destas apenas uma é de madeira, as outras são de alvenaria. As segundas foram todas construídas e doadas aos moradores na gestão do governador Roberto Requião, no ano de 2007, sendo quatro casas de alvenaria com tamanho padrão de 50 m². Dentre todas essas, há casas localizadas na zona urbana do município de Ponta Grossa, no bairro Colônia Dona Luiza, e casas na zona rural, na comunidade.

O acesso à educação só é possível através do deslocamento para áreas circunvizinhas. Os alunos da comunidade precisam viajar cerca de oito quilômetros através da rede de transporte escolar disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa até a Escola Estadual Francisco Pires Machado, localizada no bairro Cará-Cará, a qual oferece ensino fundamental e médio. A escola também atende os quilombolas da Comunidade do Sutil, os russo-brancos das Colônias Santa Cruz I, II e III, os sítios e fazendas, além de alunos do próprio bairro e demais locais vizinhos. O transporte escolar contempla três horários, sendo matutino (das 06h45min às 12h00min), vespertino (das 13h00min às 17h00min) e noturno (17h00min às 22h00min). Até a década de 1990, funcionava na comunidade a Escola de Santa Cruz, construída em 19 de abril de 1958, na gestão do prefeito José Hoffmann. A escola com estrutura de madeira recebia um professor proveniente da cidade de Ponta Grossa para ministrar aulas no sistema multiseriado de 1^a a 4^a série.

Anteriormente à construção da escola, quem ministrava as aulas era o ancestral A. Gonçalves, que construiu em sua própria residência um espaço para dar aulas. Ele recebia salário do governo pelos serviços prestados, atendia as duas comunidades quilombolas, além da vizinhança. Entre as pessoas mais idosas da comunidade se respalda duas que estudaram com o professor A. Gonçalves, uma que estudou com o professor L. Roubé, no Sutil, e nove

que estudaram na escola da comunidade. Já os mais jovens, todos passaram a estudar na escola do bairro Cará-Cará, aumentando a escolaridade entre eles, pois, a educação ofertada contempla o ensino fundamental e médio.

A Comunidade Quilombola de Santa Cruz apresenta uma população de 62% que cursaram entre a 3^a e 4^a séries, refletindo a população adulta, sendo a maioria. Essa realidade está vinculada à oferta da educação na época tendo em vista que estudaram com o professor A. Gonçalves ou, na Escola de Santa Cruz, os quais ofereciam apenas estudo de 1^a a 4^a séries. Na sequência, tem 20% da população com ensino médio completo, 9% com ensino médio incompleto e 6% com ensino fundamental completo, se projetando sobre os moradores mais jovens, que vivenciaram e vem vivenciando outra realidade em relação à educação. Também se sobressai um caso (3%) com curso superior completo.

Diante da complexidade do mundo vivido pela Comunidade Quilombola de Santa Cruz, esta pesquisa é necessária para a apreensão do fenômeno dos quilombos a partir de sua manifestação local, com ênfase à realidade atual da organização social da comunidade, permitindo maior visibilidade à mesma. Até o presente momento, apenas duas publicações³ trazem alguns parágrafos sobre a comunidade, não se tem nenhum estudo acadêmico de profundidade acerca da mesma, fato que contribui para manter seu estado de invisibilidade.

Os nomes dos quilombolas e demais pessoas que foram inseridos ao longo de toda a pesquisa, tiveram abreviações, assim como nas fotos, os rostos foram mascarados, optando por preservar a identidade dos envolvidos neste trabalho. A identificação por gênero masculino e feminino dos quilombolas e demais indivíduos ao longo do trabalho não foi utilizada com o intuito de provocar distinções baseadas nas diferenças de sexo, mas para demonstrar a real inclusão de todos os indivíduos da rede social quilombola.

Partiu-se da análise do grupo como um todo para focar também as atenções aos indivíduos. A metodologia empregada para o desenvolvimento desta pesquisa centrou-se nos fundamentos da “descrição densa” de Clifford Geertz e na “hermenêutica objetiva” de Ulrich Övermann. Para Geertz (2011), a etnografia, que é uma descrição densa, se apresenta sobre quatro características: a) interpretativa; b) interpreta o fluxo do discurso social; c) interpreta o que se envolve e consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de se extinguir e fixar em formas pesquisáveis; d) microscópica (estudos localizados, mas, projetados em interpretações mais amplas).

³ As duas obras (GOMES; SILVA; COSTA, 2008 e ITCG, 2008) são o resultado do levantamento básico das comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras do estado do Paraná, realizado pelo grupo de trabalho Clóvis Moura, criado no ano de 2005 pelo governo do Paraná, tendo por objetivo realizar a identificação e o reconhecimento de tais comunidades.

A descrição densa revela que os dados são resultado da “nossa própria construção das construções de outras pessoas, do que elas e seus compatriotas se propõem”. (id., p. 7). Inscrevendo o discurso social, anotando, se transforma o “acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente”. (ibid., p. 14).

Paralelamente, na interpretação também foi empregada a metodologia da “hermenêutica objetiva”, desenvolvida por Övermann. Busca-se desvendar situações da vida social reconstituindo o processo de interação estabelecido. Utiliza o exercício crítico interpretativo na análise de textos para captar tanto os aspectos latentes e objetivos, quanto subjetivos e imanentes de uma expressão ou palavra contida num segmento, revelando o sentido contido no que está apenas aparente, conduzindo ao desvendamento da verdadeira realidade. O método acredita que todo e qualquer texto representativo de uma realidade social é passível de interpretação, compreendendo-o a partir de suas partes e estas a partir do todo. (cf. VILELA, 2010). Estabelecendo-se nesta pesquisa como um importante instrumento para a interpretação das expressões ou interações estabelecidas na comunicação diária e ocasiões especiais, que, no processo de pesquisa, foram coletadas através de entrevistas com indivíduos potenciais, observação participante em eventos (diário de campo) ou outros procedimentos como as gravações audiovisuais. Leituras relacionadas ao texto foram associadas para o melhor entendimento da realidade.

Nesse sentido, o método hermenêutico-objetivo não prescinde da teoria e do conhecimento sobre o contexto, mas atenta para o fato de que a interpretação objetiva deve ser realizada, em um primeiro momento, com base no texto, e não em conclusões resultantes de informações que o intérprete possui sobre o entrevistado ou sobre o meio social em que ele está inserido. (WELLER, 2010, p. 298).

Logo, as fontes teóricas, assim como informações oriundas da observação participante, da descrição densa e da análise interacional de inserção no meio social ao qual pertence o grupo entrevistado, entraram num segundo momento da análise. Em que se buscou na e pela ação desvendar os entrelaçamentos dos quilombolas com outros indivíduos. Direcionando o olhar para a revelação da convivência contínua de um conjunto de indivíduos.

Assim, este trabalho foi desenvolvido por meio do estabelecimento de relações dialógicas e contato direto, frequente e prolongado do(s) pesquisador(es)⁴ com os pesquisados, nos seus contextos culturais, inclusive o próprio investigador foi instrumento de pesquisa. A utilização da técnica da observação participante, conforme Goffman (2012), visa

⁴ Em alguns momentos da pesquisa, as informações foram levantadas por toda a equipe de pesquisa coordenada pela Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza Löwen Sahr, ou, por alguns dos membros da mesma. Em outros, foram levantadas e vivenciadas apenas pela autora deste trabalho.

compreender as pessoas e as suas atividades no contexto da ação, assim, se permitiu uma análise indutiva (redução de pré-concepções) e compreensiva dos eventos de interação social que envolveram os quilombolas em relações com outros indivíduos.

Ainda de acordo com Goffman (2012, p. 219), a técnica sociológica da observação participante envolve:

Ordinariamente também certo grau de infiltração, já que, mesmo quando o estudioso informa aos sujeitos que ele está empenhado em estudá-los, estes provavelmente não avaliam em detalhe que tipos de fatos ele está coletando e quais das manifestações externas que eles mantêm serão desacreditadas por esses fatos.

Na “observação participante o observador penetra na vida cotidiana e permanece no seio do grupo que estuda, observa de modo espontâneo, como espectador, embora mobilizando a informação na condução do seu olhar”. (id., p. 33). A participação/interação possibilita certa familiaridade, facilita a compreensão da cultura específica e própria do grupo em observação. Desse modo, a convivência possibilita a partilha de momentos informais, ricos em significado para a compreensão da problemática de estudo. Tal reflexão em torno do que foi experienciado na observação, se fundamentou na tentativa de explicar, para além do descrever.

A definição das situações sociais consideradas essenciais para efetuar a observação nesta pesquisa, seguiu a particularidade de reunir um grande número de participantes. Referindo-se a encontros como: festa de padroeiro⁵, aniversário, festa comunitária, rituais (candomblé e umbanda), missas e cultos, além de atividades cotidianas com menor número de participantes, tais como: de trabalho, lazer, educação, ajuda mútua, entre outras.

Utilizou-se também, como complemento das anteriores, a técnica de “entrevista semi-estruturada ou livre” com a seleção de informantes potenciais na comunidade, líder quilombola, pessoas idosas, antigos moradores, ministra, entre outros. Se apresenta como uma possibilidade de vir a clarificar aspectos observados, aliando a esta técnica a história oral, que visa à constituição de fontes para o estudo por meio da realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A transcrição das entrevistas permitiu o registro de testemunhos (versão textual de um evento) e o acesso a “histórias dentro da história”, ampliando as possibilidades de interpretação dos mesmos. (ALBERTI, 2005). A história oral é importante para os grupos que não tiveram um registro escrito abundante, permite a apreensão dos aspectos da vida diária e a cultura material dos mesmos. (PORTELLI, 1997).

⁵ Observou-se duas festas de padroeiro realizadas na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, no ano de 2011 e 2012 e uma festa de padroeiro na Comunidade Quilombola do Sutil, no ano de 2012.

Para a apreensão da realidade, também se empregou a análise interacional, cuja abordagem perpassa os aspectos teóricos e metodológicos desenvolvidos por Goffman (1985, 2011) e dão atenção à investigação da vida cotidiana tomando a dinâmica relacional que reproduz as realidades sociais dos grupos estudados, esculpindo-as nos eventos interacionais. Desse modo, os eventos sociais foram observados a partir da estrutura do processo interacional proposto por Goffman, que se entrelaça aos elementos: fachada ambiente (cenário), fachada pessoal, participantes, atores, papéis, práticas e atividades. Acredita que somente entendendo esse conjunto, isto é, o quadro da experiência social que permite e sustenta o contato relacional, é que se pode captar a complexidade de inserção e inter-relação social quilombola na sua integridade.

Aliou-se a esta a linguagem visual através de fotografias que apresenta-se também como uma técnica de observação participante, revelando o olhar do pesquisador para a coisa observada. As fotografias constituíram-se nesta pesquisa como o registro e a expressão ampliada da realidade relacional dos quilombolas de Santa Cruz, transmitindo os eventos interacionais em que os quilombolas estavam em contato com outros indivíduos. Assim, as imagens contemplam pessoas que estão em convivência intensa com os quilombolas. Essa metodologia permitia um contato intensificado com os moradores, pois pós evento retornava-se a comunidade para em conversas mais íntimas com os quilombolas reviver os momentos de interação por meio da observação fotográfica. Este processo levava não apenas ao esclarecimento e identificação dos participantes, dos seus locais de origem e das suas relações sociais, mas possibilitava aos quilombolas tecer comentários extras que cada vez mais revelava a inserção dos mesmos ao mundo social. A fotografia torna-se um testemunho da realidade aqui apresentada, expondo ainda, situações difíceis de descrever textualmente sobre a vida social quilombola. (ANDRADE, 2002).

Desse modo, tornou necessária a participação da pesquisadora, durante um tempo considerável nas relações sociais da comunidade, perfazendo um total de dois anos de trabalho de campo, de observação e participação, o qual iniciou em 2011 e terminou no final de 2012. Com isso, foi possível captar o contexto interacional da experiência humana relacional dos quilombolas de Santa Cruz internamente e com a comunidade circundante.

Ao trabalho de campo foram entrelaçados os conceitos de espaço/espacialidade de Massey (2004, 2008) e Dardel (2011); de rede(s) social(is)⁶, de Scherer-Warren (2006) e Bott (1955, 1976) aliados a concepções de outros autores; e das interações sociais e os seus

⁶ O conceito de redes sociais foi utilizado na pesquisa tanto no plural quanto no singular tendo a mesma definição.

elementos constituintes de Goffman (1979, 1985, 2011). Estes conceitos possibilitaram pensar não apenas de forma realista e concreta sobre a comunidade, mas, também de forma criativa e imaginativa com eles, já que as questões levantadas nesta pesquisa puderam ser respondidas.

A necessidade de entender a Comunidade Quilombola de Santa Cruz a partir de sua manifestação local levou a uma aproximação da pesquisadora com a sua organização social. A comunidade se apresenta como um grupo organizado de relacionamentos externos estruturados em rede, de forma a reunir diferentes indivíduos em uma conectividade construída por relações sociais com certa continuidade/estruturação. Dentro dessa complexidade organizacional interacional se tratou de apreender a espacialidade de tais relacionamentos na tentativa de compreender a dimensão espacial da existência relacional destes quilombolas.

Procedendo a investigação das teias de relacionamento que o grupo quilombola de Santa Cruz teceu, se pensou o homem no nível da experiência vivida, em que o espaço é vivenciado e experienciado pela existência humana; esta o especializa por meio de uma situação concreta, afeta o homem em afastamento e direção, induzindo o surgimento de uma espacialidade expressiva que evidencia múltiplas trajetórias. Por esse viés, são os indivíduos na sua vivência cotidiana envolvidos em situações de interação social, de contato face a face, que apresentam-se como veículos da multiplicidade, bem como, atuam no aparecimento do efetivamente novo e na manutenção do já existente.

Em tais situações, os indivíduos são envolvidos no desempenho de papéis sociais, assumindo atividades e práticas que se dão em diferentes ambientes e cenários, os quais também abrigam a participação de outros atores/indivíduos que executam os mesmos papéis, ou ainda, papéis semelhantes ou diferenciados. O envolvimento de diferentes indivíduos no desenvolvimento das atividades durante uma situação de interação social faz com que eles mantenham relações obrigatórias e devido à participação dos mesmos em outras situações pode levar ao estabelecimento de laços de relacionamentos sociais.

A constituição de laços sociais, sejam eles de parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, amizade, vizinhança, laboral ou solidariedade, entre outros, cria feixes de conexão que liga o indivíduo a outros indivíduos. Isto faz emergir relacionamentos sociais com certa estruturação/continuidade, os quais se organizam em grupos e redes sociais. Enquanto os grupos sociais organizados se consistem em indivíduos componentes formando um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma

cultura peculiar, as redes integram todos ou alguns dos indivíduos ou grupos com os quais o indivíduo particular ou o grupo está em contato. (BOTT, 1955, 1976).

Os quilombolas da Comunidade de Santa Cruz por todas as particularidades que vivenciam em relação à terra, ao trabalho, à localização, à religião, à saúde, ao falecimento e à educação, estão vinculados a um grupo de indivíduos numa área circunvizinha. Essa convivência permite diferentes situações de interação social relacionadas às temáticas citadas anteriormente. Os laços criados desse contato social propiciam aos quilombolas amizades que passam de geração em geração; ajuda mútua, que se efetiva principalmente em momentos de trabalho e festivos, onde se tem também a atuação de indivíduos externos em atividades sociais; emprego, permitindo um deslocamento casa-trabalho rápido e curto para os quilombolas; parcerias de trabalho e arrendamentos de terras com parentes e amigos; participação nas atividades da Capela Senhor Bom Jesus na comunidade; um sistema de troca de visitas em festas, que se realiza durante as festas de padroeiro, isto é, os indivíduos de uma comunidade se fazem presentes na festa de padroeiro de outra comunidade; namoros, casamentos, compadrios e apadrinhamentos com pessoas conhecidas e de boa índole que participam do círculo social familiar dos quilombolas; participação em outros locais religiosos, pois, tem a adesão a religiões extracomunidade, seja via casamento, adotando a religião do cônjuge, seja por laços de parentesco, o que os leva a participar de mais de um local religioso.

Portanto, é pensando na existência de tais relacionamentos entre o grupo, e dele com outros indivíduos e grupos que o circundam, que o trabalho buscou analisar estes atores sociais em suas ações do dia-a-dia e ocasionais, discutindo os conceitos de espaço/espacialidade, rede(s) social(is) e interação social, para apreender a dimensão espacial relacional destes quilombolas.

A pesquisa está dividida em três capítulos, os quais reúnem os dados coletados em campo, dados secundários, as técnicas e metodologias de pesquisa, o referencial teórico e as reflexões acerca da problemática levantada. O primeiro capítulo, “Espacialidades na interação social em rede: aspectos teóricos e metodológicos” abriga a discussão teórico-metodológica, fundamentada no pensamento de alguns autores principais, sendo eles: Doreen Massey (2004, 2008), Eric Dardel (2011), Ilse Scherer-Warren (2006) Elizabeth Bott (1955, 1976) e Erving Goffman (1979, 1985, 2011). Estes permitiram a discussão de três conceitos-chave que sustentam a pesquisa: espaço/espacialidade, rede(s) social(is) e interação social.

O segundo capítulo “Laços sociais em rede: as conexidades de um grupo quilombola” pretendeu resgatar a genealogia do grupo quilombola de Santa Cruz, a qual revelou a organização social do mesmo e permitiu a compreensão das relações históricas e existenciais atuais estabelecidas pelos moradores quilombolas de Santa Cruz entre si e com indivíduos externos.

O terceiro capítulo “Dimensão espacial da existência relacional quilombola: a comunidade e os eventos interacionais” constitui um aprofundamento da pesquisa empírica pelo acompanhamento de situações sociais de grande dimensão por meio da técnica da “observação participante”. Estas possibilitaram o envolvimento dos quilombolas com outros indivíduos tanto em ambientes internos, quanto externos. Se observou o fenômeno ao nível da experiência vivida, revelando os atores, papéis, ambientes e cenários sociais, nos quais foram protagonizadas distintas atividades/práticas sociais. Em alguns casos, o acompanhamento de mais de um evento no mesmo local permitiu o estabelecimento de um caráter comparativo em relação a alguns fatores envolvidos na interação social. A observação de uma série de eventos durante dois anos possibilitou apontar com maior sustentação a dinâmica da inter-relação quilombola.

Portanto, o desenvolvimento dos três capítulos possibilitou uma sequência de revelações de como se edifica a vida quilombola na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, demonstrando uma dinamicidade no dia-a-dia desses quilombolas paranaenses.

CAPÍTULO I – ESPACIALIDADES NA INTERAÇÃO SOCIAL EM REDE: ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

O presente trabalho tem por objetivo uma reflexão teórico-metodológica frente à análise dos conceitos de espaço/espacialidade, interação social e rede(s) social(is). Para isso, desenvolve reflexões acerca de dois geógrafos, os quais permitem uma melhor apreensão da realidade da comunidade em estudo, são eles: Eric Dardel e Doreen Massey. O primeiro foi escolhido devido a sua proposta de investigação do espaço que traz na sua essência a questão do homem integrado relacionalmente ao mundo circundante. Dardel constitui-se autor de relevância para o início do projeto humanista da Geografia Estadunidense, visto que em sua obra prima, o livro “*L’Homme et La Terre: nature e de La réalité géographique*” publicado em 1952, antecipa reflexões a muitas das questões epistemológicas abordadas posteriormente pela geografia humanista. (cf. BESSE, 2011). É a partir de sua obra prima que emergem algumas considerações desta pesquisa.

Já, a segunda autora, Doreen Massey, geógrafa marxista, foi selecionada a partir do seu posicionamento teórico que leva a compreender os “contatos face a face, sensíveis-afetivos que fazem do espaço - e das contingências simultâneas, enquanto veículos da multiplicidade - o *locus* do aparecimento do efetivamente novo”. (HAESBAERT, 2008, p. 9). Pensando o espaço como dimensão do social, Massey levanta a questão da coexistência contemporânea de outros indivíduos, numa imbricação de trajetórias. Tal coexistência remete-se ao ponto que edifica a problemática desta pesquisa, que se apoia na interação social do grupo quilombola de Santa Cruz entre si e com indivíduos externos, buscando compreender a imbricação dessas múltiplas trajetórias no espaço.

Entretanto, para elucidar o conceito de interação social, deixa-se a geografia para buscar estes fundamentos na sociologia. Adota-se, nesse sentido, as acepções do interacionismo simbólico do sociólogo canadense Erving Goffman que desenvolve sua teoria na dimensão relacional, acreditando que a realidade social se constitui nas relações face a face. Assim, pode-se questionar a existência entre os quilombolas de Santa Cruz; de suas experiências interacionais internamente em grupo e externamente na constituição de uma rede social.

É necessário entender tais processos interacionais tanto em grupo como em rede, fato que remete, novamente, à sociologia como alicerce de compreensão das relações sociais externas do grupo quilombola organizadas em rede. A socióloga brasileira, Ilse Scherer-Warren, constrói seu pensamento sobre o fenômeno da(s) rede(s) social(is) em torno da existência de laços sociais sejam eles de parentesco, amizade/afinidade ou vizinhança, que

ligam os “indivíduos” de uma rede e os conduzem a tipos de interação com certa continuidade e estruturação. Já, a antropóloga canadense, Elizabeth Bott, ao desenvolver estudos a respeito das famílias empregou o termo rede social, a fim de entender como esta se articula com outros grupos e indivíduos através da rede de relações pessoais que ligam seus membros. O desenvolvimento da pesquisa de Bott (1976) permite avançar no entendimento do conceito de rede(s) social(is) e fazer uma discussão teórica conceitual aderindo outras abordagens, como as de Scherer-Warren (2005, 2006), Lozares (1996), Dias (1995, 2005), Santos (2006), Barnes (2010) e Mayer (2010).

Tendo em vista a escolha dos conceitos e dos autores mencionados, busca-se a empregabilidade de cada um nesta pesquisa uma vez que o objetivo é evidenciar o fenômeno estudado. Pode-se apreender a realidade da comunidade quilombola a partir da sua manifestação local, isto é, uma organização em grupo destacada pela sua espacialidade relacional movida pelos contatos face a face.

O subcapítulo 1.1 foi elaborado para a discussão do conceito de espaço/espacialidade numa abordagem alternativa não mais se entendendo como superfície, mas como um produto da experiência humana. E o subcapítulo 1.2 aborda os conceitos de rede(s) social(is) e interação social, demonstrando que os relacionamentos sociais entrelaçados em rede são efetivados tanto em situações cotidianas de interação social quanto em situações especiais, por exemplo, nas festividades.

1.1 Espaços/espacialidades nos relacionamentos dos quilombolas de Santa Cruz

O espaço, de acordo com Dardel (2011), está entrelaçado ao seu conceito fundamental “geograficidade” que expressa a própria essência geográfica do “ser-e-estar-no-mundo”, ou seja, a própria existência humana em sua relação orgânica com a Terra, descreve “a Terra como lugar, base e meio de sua realização”. (p. 31). É a partir dessa relação do Homem com a Terra que Dardel destaca a ligação entre homem, espaço e lugar que se manifesta na Terra pelas ligações existenciais humanas, a sua “geograficidade”.

O espaço, feito de espaços diferenciados, dá a cada lugar uma singularidade em seu aspecto, sabe-se que é o homem, através da mobilidade humana que se exprime como seu construtor. Pode-se, dizer, então, que o espaço não se apresenta de forma objetiva ou homogênea, mas sim marcado por valores heterogêneos e investido de direções significantes, pois é fruto da própria experiência humana. (cf. DARDEL, 2011). Desse modo, os diferentes espaços se comunicam com o movimento, já que a experiência do espaço requer movimentação humana.

A partir dessas considerações, investigou-se a Comunidade Quilombola de Santa Cruz por meio da mobilidade relacional de seus moradores, acreditando que ela se exprime espacialmente por meio de manifestações de outros grupos que no seu próprio movimento se comunicam com este, e assim, dão existência a situações de interação social, que marcam o espaço por valores heterogêneos.

Esse espaço, que é o “espaço único” de que estuda Dardel (2011), é fruto das relações essenciais que ligam o indivíduo a tudo que o cerca, integrando a vida universal e a vida existencial. As relações essenciais são vinculadas a situações essenciais como as de trabalho, de religião, de educação, falecimento, entre outras, que são vivenciadas pelos quilombolas de Santa Cruz no ambiente circundante, aquele do mundo vivido, que está ao seu alcance diariamente, sem grandes deslocamentos. O espaço aparece essencialmente qualificado por uma situação concreta que afeta o homem, provando sua espacialização cotidiana que o permite espacializar com afastamento e direção. Ambos, afastamento e direção definem a situação.

Segundo Dardel (2011, p. 14), a situação extravasa para os domínios mais variados da experiência do mundo. “A ‘situação’ de um homem supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência”. E ainda escreve que “[...] ‘perder a localização’ é se ver desprovido de seu ‘lugar’, rebaixado de sua posição ‘eminente’, de suas ‘relações’, se encontrar, sem direções, reduzido a impotência e a imobilidade”. (idem).

Nessa perspectiva, Claval (2007, p. 189), destaca que “nada é pior do que se encontrar só, perdido num lugar desconhecido, sem saber como retornar a um ambiente familiar. As relações do indivíduo com o espaço fazem parte dos primeiros aprendizados culturais e não cessam de se desenvolver”. E assim “reconhecer-se, orientar-se, são procedimentos indispensáveis a todos”. Sendo que:

- 1) Reconhecer-se é memorizar imagens concretas, apreensões visuais sobretudo (as vezes os odores ou barulhos) que permitem saber se já se esteve em tal ou qual lugar.
- 2) Orientar-se consiste em situar os lugares num espaço de referência mais amplo e mais abstrato. (CLAVAL, 2007, p. 189).

Entre os quilombolas de Santa Cruz e seus vizinhos há o compartilhamento de nomes de lugares, criando um espaço de referência. Pode-se observar, conforme Claval (2007), as seguintes nomações: Santa Cruz (referindo-se a toda extensão da antiga fazenda), entrada do Tabuleiro, colônia dos russos barbudos (russo-brancos), Faxinal dos Polacos, lá embaixo (Comunidade Quilombola do Sutil), Fazenda Garbuio, Vilinha dos Papagaios (Distrito de

Papagaios Novos), entre outros, que permite uma localização e identificação durante os encontros conversacionais. Esses nomes se apresentam como o batismo do espaço e de todos os pontos importantes, sendo feito não somente para ajudar uns e outros a se referenciar, mas opera uma verdadeira tomada de posse (simbólica ou real) do espaço. “Os nomes dos lugares [...] permitem falar do mundo e discorrer sobre ele. Eles transformam o universo físico em um universo socializado”. (p. 207). “A familiaridade continua essencialmente aquela do espaço horizontal percorrido. [...] As referências visuais identificáveis até o horizonte tornam-se essenciais e ganham um valor simbólico”. (p. 190).

Nesse contexto, a distância geográfica não condiz a uma medida objetiva, com unidades de comprimento, mas resulta da colocação do homem ao alcance das coisas que o cercam, isto é, a distância não é experimentada como uma quantidade, mas como uma qualidade expressa em termos de perto ou longe. Portanto, o que está perto pode se dispor sem esforço e o que está longe exige um esforço, um desejo de se aproximar. Pode-se afirmar que o afastamento não condiz com a maior distância, mas com a maior dificuldade, pois o “afastamento real, o que é geograficamente válido, depende dos obstáculos a serem vencidos, do grau de facilidade que um homem coloca num lugar ao seu alcance”. Assim, “a liberdade humana se afirma ao suprimir ou reduzir as distâncias”. (DARDEL, 2011, p. 10). Logo, se compreende que liberdade e movimento supõem espaço vivenciado pela experiência humana.

O ato de suprimir limites relacionais para os moradores quilombolas de Santa Cruz se dá em uma área circunvizinha, entre o município de Ponta Grossa e Palmeira, onde há uma liberdade humana que permite uma espacialização cotidiana dos quilombolas para vivenciar diferentes situações sociais, como as de educação e trabalho com as escolas do bairro Cará-Cará, com os russo-brancos das Colônias Santa Cruz I, II e III, com a Comunidade Quilombola do Sutil, com os fazendeiros e sitiantes das propriedades vizinhas, com o Ponta Grossa Golf Clube e o porto de areia.

As situações religiosas tem o intenso relacionamento com os moradores da Comunidade do Tabuleiro, do bairro Cará-Cará, da Comunidade Quilombola do Sutil, das fazendas e dos sítios da vizinhança, além de ter o deslocamento de uma parte do grupo até o bairro Colônia Dona Luiza no município de Ponta Grossa e Colônia Quero-Quero (Palmeira), com a adesão a uma segunda religião. As de falecimento são relacionadas num primeiro momento com a Vilinha dos Papagaios no município de Palmeira e bairro Colônia Dona Luiza no município de Ponta Grossa, e posteriormente o deslocamento passa a ser feito até a Comunidade Quilombola do Sutil, onde ainda hoje são vivenciadas tais ocasiões.

As situações de saúde também são vinculadas a Comunidade Quilombola do Sutil, onde ocorre mensalmente a instalação de um ônibus da saúde proveniente da cidade de Ponta Grossa, para o atendimento dos quilombolas, ou ainda, até o núcleo-sede do Distrito de Guaragi, onde há a alocação de um posto de saúde.

Por esse viés, as relações dos quilombolas de Santa Cruz se dão num espaço construído pela experiência cotidiana que faz com que eles mantenham, por meio do afastamento e da direção, numa área comum compartilhada por um grande número de pessoas, situações concretas de relacionamento tanto com “indivíduos internos”, como “externos”.

A experiência do espaço pelos quilombolas de Santa Cruz está acompanhada, principalmente, por indicadores coletivos, conforme demonstramos anteriormente, presentes neste “espaço único” que os liga a tudo que os cerca integrando a vida universal a existencial. (cf. Dardel, 2011). É através destes indicadores que eles se reconhecem e se direcionam, acreditando que esta ligação é própria do local, de Santa Cruz, e assim, de todos que nela vivem, independente de etnia ou religião. Os quilombolas se colocam ao alcance do tecer de relações sociais por meio de situações essenciais a suas reproduções com os mundos que os cercam, suprimindo e reduzindo as distâncias, de tal modo, que a liberdade humana se afirma no movimento por um espaço vivenciado pela experiência humana.

A mobilização humana pelo espaço resulta numa situação em que há o contato face a face. Goffman (2011) define a situação de forma complementar à discussão de Dardel⁷, destacando-a como “[...] qualquer ambiente de possibilidades de monitoração mútua que dure pelo tempo em que dois ou mais indivíduos se encontrem na presença física imediata uns dos outros, e se estende por todo o território em que tal monitoração mútua é possível”. (p. 159). A situação apresenta-se, portanto, como o meio viável para a efetivação da interação social, permitindo que os indivíduos se envolvam em contato face a face ou em contato mediado por outros participantes durante o desenvolvimento de práticas/atividades cotidianas, de lazer, de trabalho, de religião, etc. Isto é, que os indivíduos sejam tomados pela influência recíproca “[...] sobre as ações uns dos outros, quando, em presença física imediata”. (GOFFMAN, 1985, p. 23). Pode-se afirmar que as atividades de um indivíduo durante a interação ocorrem situadas socialmente, demonstrando a espacialidade da mobilidade humana.

Neste contexto, segundo Dardel (2011), compreendemos que a experiência do espaço se dá pela vivência humana a partir das relações sociais. Tais relações se efetivam, conforme

⁷ A discussão de Dardel sobre a definição da situação foi exposta na p. 31.

Goffman (2011), por um mundo regido por encontros/eventos de interação que envolve as pessoas durante uma situação social. Esta situação será moldada, pois, quando “[...] um indivíduo chega diante de outros suas ações influenciarão a definição da situação que se vai apresentar” (GOFFMAN, 1985, p. 15), ou seja, valendo-se de papéis sociais, as ações dos indivíduos são conformadas de acordo com os papéis por eles representados durante o desenvolvimento de uma determinada atividade/prática social. Dessa forma, a informação a respeito do papel assumido pelo ator servirá para definir tal situação, isto é, o conhecimento antecipado aos outros indivíduos/atores presentes do que dele se pode esperar.

Logo, a espacialização se efetiva por espaços diferenciados, colocando em questão a totalidade do ser humano, suas ligações existenciais com a Terra, ou, sua “geograficidade original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização” (DARDEL, 2011, p. 31) e suas ligações com outros indivíduos, os entrecruzamentos de trajetórias. Essa espacialização é a manifestação de vida, e essa existência é movimento e inicia um modo de presença na Terra que fará de si ao mesmo tempo um suporte à existência e um elemento de seu desenvolvimento.

Nesse sentido, através da situação concreta que afeta o homem, provando sua espacialização cotidiana, surge uma espacialidade expressiva da vivência humana que firma as múltiplas trajetórias. O espaço não é uma grande extensão através da qual se viaja, isto é, visto como algo dado a ser atravessado como uma superfície, um contínuo. Assim, o fenômeno não acontece sobre a superfície, desprovido de sua própria história, imobilizado, sem sua própria trajetória, mas aparece como “[...] produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações [...]”. (MASSEY, 2008, p. 29). A esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, na qual distintas trajetórias coexistem simultaneamente, fazem presente a heterogeneidade e a pluralidade humana.

Por conseguinte, o espaço está sempre em construção, visto que é um produto entre relações que estão sempre por serem efetivadas, por isso, Massey (2008) afirma que o espaço não é algo acabado, fechado, um corte no tempo, e sim “[...] uma produção aberta contínua” (p. 89), aberto a novas conexões, um espaço-tempo sempre por se fazer, portanto, como uma “eventualidade”.

O espaço, conforme Massey (2004, 2008), emerge de uma interação, e como a interação requer mais de um indivíduo para que se efetive o contato, esta se apresenta como uma esfera da multiplicidade, essencialmente aberto e em contínuo desenvolvimento, porque sempre existem novas conexões para se realizarem ou desconexões para se romperem. Assim,

a espacialidade envolve o reconhecimento da contemporaneidade, a existência de trajetórias que tem pelo menos algum grau de distinção em relação a outras (que não são simplesmente alinháveis em uma história linear). Compreende-se que o espaço não pode ser visto como coordenadas, mas sim como um produto de relações, então, “visitar” é uma prática de envolvimento, um encontro. É neste processo de estabelecer uma relação que o espaço é construído, bem como atravessado, nesse encontro.

Pode-se dizer que o conceito de espaço destacado tanto por Dardel (2011) quanto por Massey (2008) não existe antes dos homens e de suas relações e, conseqüentemente, sem a sua experiência, a qual resulta numa espacialidade construída relacionalmente. Portanto, as relações e a espacialidade são constituídas juntas. Conforme Massey (2008, p. 32), a existência da multiplicidade, isto é, a coexistência simultânea de outros, com suas próprias trajetórias e histórias (movimento, mudança das próprias coisas), é um produto de relações, mas “não são relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, tudo (já) está relacionado com tudo”.

No entanto, se levar em conta os estudos de Bott (1976), ela salienta as redes sociais como relações de contato com alguns, e não todos. Pois, segundo Massey (2008) “o espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e na qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros”. A partir destas considerações, o espaço também é “um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes”. (p. 32). Ao se reconhecer a multiplicidade e a heterogeneidade há que se reconhecer a espacialidade, afinal, é na negociação de relações dentro da multiplicidade que o social é construído.

Nessa perspectiva, o que interessa é o homem e suas trajetórias/histórias no espaço, tido como o fluxo de vida, onde se reflete uma simultaneidade de “histórias-até-então”. O mundo vivido é espaço-temporal, e não apenas temporal ou espacial, uma vez que o espaço não é estabilização, é dinamização tendo em vista que a vida é tanto temporal quanto espacial, e as relações implicam em espacialização. Afirma-se, então, que o aqui é um imbricar de histórias no qual a espacialidade dessas histórias (seu então tanto quanto seu aqui) está, inescapavelmente, entrelaçada. O encontro de trajetórias gera novas trajetórias e novas configurações espaciais. Assim, o espaço é “uma multiplicidade discreta, cujos elementos, porém, estão, eles próprios impregnados de temporalidade”. (ibid., p. 89).

Se o espaço é a esfera da multiplicidade, o produto das relações sociais, e essas relações são práticas materiais efetivas sempre em processo, logo, entende-se que o espaço

não pode nunca ser fechado, pois, sempre haverá resultados não previstos, relações além, elementos potenciais de acaso. O espaço é “um produto contínuo de interconexões e não-conexões. Assim, ele será sempre inacabado e aberto. Esta arena do espaço não é um terreno firme para ficar. Não é, de forma alguma, uma superfície”. (MASSEY, 2008, p. 160).

No tocante ao conceito de espaço, Dardel (2011, p. 33), ressalta que:

Toda a espacialização geográfica, porque é concreta e atualiza o próprio homem em sua existência e porque nela o homem se supera e se evade, comporta também uma temporalização, uma história, um acontecimento [...] é, sobretudo lá onde o espaço obedece ao ritmo, em conformidade com nosso próprio ritmo, que nós tomamos consciência da temporalidade [...] o deslocamento insensível da geleira e mesmo a imobilidade do lago temporalizam o mundo.

A espacialidade mantém, sob exame minucioso, o jogo das relações sociais que a constrói. Desse modo, o espaço não é um corte através do tempo, mas é a condição tanto da existência da diferença quanto do encontro dos diferentes. O espaço nada mais é do que a soma das relações, interconexões, conexões e a ausência delas; ele também é absolutamente, concreto, porque tem um horizonte, uma modelagem, cor e densidade, ao contrário do espaço do geômetra que é um espaço abstrato, vazio de todo o conteúdo e disponível para todas as combinações.

Essas observações ainda foram levadas em conta por Massey (2008), ao demonstrar que espaço e tempo, juntos, são o resultado desse múltiplo devir, de modo, que o “aqui” é nada mais e nada menos do que o encontro e o que é feito dele, isto é, o “aqui e agora”, portanto, não será o mesmo “aqui” quando não for mais “agora”.

Na medida em que o espaço é o produto de relações sociais, o indivíduo também está ajudando, embora, neste caso, de maneira bem mais sutil, a alterar o espaço. Ele é parte do processo constante de estabelecer e quebrar elos, que é um elemento na constituição de si próprio. O indivíduo não está apenas viajando através do espaço ou cruzando-o, está modificando um pouco. Espaço e lugar emergem por meio de práticas materiais ativas. Além disso, este seu movimento não é apenas espacial, é também temporal, pois, todas as coisas estão em movimento, e não serão as mesmas no minuto seguinte.

Compreende-se, nesse caso, que chegar a um novo lugar quer dizer associar-se, e de alguma forma ligar-se a coleção de histórias entrelaçadas das quais aquele lugar é feito. Assim, “movimento e construção de relações, toma/leva tempo”. (MASSEY, 2008, p. 176). O “aqui” é onde as narrativas espaciais se encontram ou formam configurações, conjunturas de trajetórias que tem suas próprias temporalidades. E também onde as sucessões de encontros, as acumulações das tramas e encontros, formam uma história.

O espaço não é superfície uma vez que é uma produção relacional específica, o indivíduo entra em contato com outras trajetórias. O espaço deve ser pensado como a esfera de uma multiplicidade de trajetórias, e, portanto, não se pode manter imóveis a existência de histórias em processo que não se pode preservar, bem como, as coisas que estão em conserva. O espaço concreto da geografia, de acordo com Dardel (2011, p. 26), libera “do espaço infinito, desumano do geômetra ou do astrônomo. Ele nos coloca no espaço em nossa dimensão, em um espaço que se dá e que responde, espaço generoso e vivo aberto diante de nós”. Revelando um espaço que é vivido e experienciado pela existência humana na sua condição relacional.

Observa-se, nesse sentido, que Massey (2008), destaca o espaço como um encontro de histórias, cada qual já com seus próprios espaços, o encontro com outros que estão em movimento também fazendo histórias, e assim, a trajetória de um se encontra com as de outros. As coisas e pessoas não estão imobilizadas, esperando sua chegada, mas elas mudam e prosseguem sem você. O espaço e tempo estão mutuamente imbricados, e ambos são produto de inter-relações. Assim, não se pode voltar no espaço-tempo, pois, isso privaria os outros de suas histórias independentes em processo. O que se pode fazer é “encontrar os outros, alcançar onde a história do outro chegou ‘agora’, mas onde esse ‘agora’ (mais rigorosamente, esse ‘aqui e agora’, esse *hic et nunc*) é ele próprio constituído por nada mais do que - precisamente - aquele encontro”. (p. 184).

Pode-se compreender que o espaço não é fechado, indiferente, mas sim uma matéria que acolhe ou ameaça a liberdade humana, que é o resultado do ato de poder movimentar-se, circular. Isso gera a espacialização que se produz em virtude de um comportamento ativo, mas também quando o homem é agenciado pelo ambiente geográfico, encontrando sua passividade e sofrendo a influência do clima, do relevo, do meio vegetal, dando a forma a seus hábitos, suas ideias e, às vezes, a seus aspectos somáticos. (cf. DARDEL, 2011).

Neste contexto, o espaço é “futuro e condição à ação”, (MASSEY, 2008, p. 61), permitindo, dessa forma, diferentes experiências humanas, como a interação social e as demais ações humanas, se constitui em uma das maneiras pelas quais o indivíduo conhece e constrói a realidade.

1.2 Redes e interações sociais na investigação da Comunidade Quilombola de Santa Cruz

Defendendo a ideia de que o espaço é esfera de encontro da pluralidade humana e que este é uma experiência efetivada de várias formas, se pode trazer as relações sociais em

forma de rede como uma das maneiras possíveis de investigar a realidade espacial de uma comunidade quilombola. Lembrando que diferentes relações são vivenciadas nestas redes: desde relações de amizade, parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, vizinhança, laboral, solidariedade, etc. Destaca-se que o fenômeno das redes viabiliza dois elementos da realidade: a circulação e a comunicação e que a “primeira propriedade das redes é a conexidade - qualidade de conexo -, que tem ou em que há conexão, ligação”. Mas ao mesmo tempo em que tem “o potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir”. (DIAS, 1995, p. 148). As redes se adaptam às variações do espaço e mudanças que advém no tempo, sendo dessa forma, móveis e inacabadas. A rede funda o espaço da sociabilidade quilombola.

Conforme Santos (2006) as redes podem ser definidas em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma que leva em consideração o seu estado social. A primeira diz respeito à infraestrutura que permite a circulação do transporte, energia ou informação. Já a segunda, toma o fenômeno das redes também como social e política, devido às pessoas, mensagens e valores que a frequentam. Portanto, “a rede, como qualquer outra invenção humana, é uma construção social”. (cf. DIAS, 2005, p. 22).

Desse modo, adota-se o conceito de rede(s) social(is), que é uma das muitas representações que vem sendo hoje associadas ao termo rede pelas ciências humanas. Segundo Barnes (2010), essa abordagem permite analisar as conexões interpessoais dentro de um determinado grupo, assim como, as conexões que vinculam indivíduos de grupos diferentes. Diante disso, uma análise da ação em termos de uma rede social possibilita revelar, entre outras coisas, os limites e a estrutura interna dos grupos, apresentando-se, também, como importante recurso analítico pelo fato de ser útil no exame de vários tipos de situações sociais. (cf. DIAS, 2005 e BARNES, 2010). Isso chama atenção sobre as relações e a complexidade das interações entre os indivíduos, ou seja, projetando a forma como estes fazem uso dos seus laços no dia-a-dia e em ocasiões especiais.

A noção de rede(s) social(is), de acordo com Barnes (2010), vem sendo desenvolvida na antropologia social tendo em vista a análise e a descrição dos processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites ou fronteiras dos grupos, das comunidades. A rede permite também a identificação dos líderes e seus seguidores ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança.

Para Scherer-Warren (2005) e Barnes (2010), a noção de rede(s) social(is) tem suas raízes conceituais construídas nas ciências sociais por meio de duas principais vertentes: a

primeira se desenvolveu por Radcliffe-Brown e seus seguidores após a década de 1940, tomando a noção de rede social com o objetivo de buscar uma explicação para a estrutura social que se caracterizava como uma rede de relações realmente existente. E a segunda vertente se desenvolveu mais tarde, principalmente, por Barnes (1955) e Bott (1976), os quais vinculam a noção de rede social à descrição das relações sociais primárias do cotidiano, denominando essas relações em fechadas ou abertas, elos fortes ou fracos.

Na primeira vertente, a rede visa uma explicação da estruturação do social, uma teoria de explicação da realidade, e na segunda, o que interessa é a constatação empírica de diferentes formas ou intensidades das relações sociais num determinado campo social - parentesco, amizade, vizinhança, religião, etc., tornando-se um modelo metodológico-operacional para as pesquisas empíricas. (cf. SCHERER-WARREN, 2005).

Para análise desta pesquisa, torna-se relevante a relação entre redes primárias, resultantes das relações sociais do cotidiano mais próximo espacialmente (parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, amizade, vizinhança, laboral, solidariedade, etc.) nos diferentes campos sociais, sendo, então, uma abordagem ligada a essa segunda vertente.

Nessa perspectiva, as rede(s) social(is) são apreendidas como um conjunto específico e circunscrito de relações sociais, em que há distintos tipos de ligações contínuas entre os sujeitos dessas redes - relações primárias ou secundárias (institucionais); fechadas ou abertas; elos fracos ou fortes; ou os mecanismos de reciprocidade ou trocas que conectam os sujeitos - solidariedade, intercâmbios, ações comunicativas, relações de poder, etc.

As redes sociais, segundo Scherer-Warren (2005), podem ser tomadas por intermédio de duas unidades de análise ao considerar os atores sociais envolvidos, isto é, ela pode ser investigada como redes de relações interpessoais ou como redes formadoras de ações coletivas. Nesta pesquisa, o foco está nas relações interpessoais dos quilombolas de Santa Cruz entre si e com outros indivíduos.

No estudo da(s) rede(s) social(is), também há dois paradigmas, a análise da estrutura ou sistemas sociais e a análise de processos históricos. O primeiro parte do pressuposto de que “a vida de cada indivíduo depende em grande medida da forma que se encontra ligado a um amplo espectro de conexões sociais dentro de uma estrutura sistêmica”. (cf. SCHERER-WARREN, 2005, p. 33). Este paradigma busca descobrir e descrever padrões da estrutura social, ao passo que o segundo paradigma, tendo como base as perspectivas etnográficas ou históricas, objetiva entender a dinâmica das redes e seus significados na mudança social. O

propósito é ir além da análise das redes como sistemas, buscando a historicidade de sua formação, as dimensões dialógicas entre os indivíduos, o sentido das ações que fundamenta esta pesquisa.

Diante disso, Scherer-Warren (2006, p.2), opera o conceito de rede(s) social(is) como:

Uma comunidade de sentido, na qual os atores ou agentes sociais são considerados como os nós da rede, ligados entre si pelos laços dela, que se referem a tipos de interação com certa continuidade ou estruturação, tais como relações ou laços que se estruturam em torno de afinidades/identificações entre os membros ou objetivos comuns em torno de uma causa. Exemplos desses agrupamentos ou comunidades são as redes de parentesco, redes de amizade, redes comunitárias variadas (religiosas, recreativas, associativismo civil, etc.), contendo ou não uma organização formal.

As rede(s) social(is) podem ter uma definição mais abrangente. Pois, Lozares (1996, p. 108) as conceitua como: “las redes sociales pueden definirse como un conjunto bien delimitado de actores - individuos, grupos, organizaciones, comunidades, sociedades globales, etc. - vinculados unos a otros a través de una relación o un conjunto de relaciones sociales”.

Contudo, ao contrário do que afirma Scherer-Warren, Bott (1976, p. 299), enfatiza que as rede(s) social(is) não são uma comunidade, ou um conjunto bem delimitado onde todos os indivíduos estão relacionados. Para a autora, “a rede é definida como todas ou algumas unidades sociais (indivíduos ou grupos) com os quais um indivíduo particular ou um grupo está em contato”. Compreende-se que nem todos os componentes da rede de uma família ou de um indivíduo são mobilizados em todas as ocasiões de interação social, embora se constituam em membros possíveis de entrarem em contato.

Na mesma linha teórica de Bott, observa-se que Barnes (2010, p. 179), acredita que “a rede é uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde”. Sendo reconhecida por ele como rede social total, em que se tem o possível surgimento de redes parciais, uma extração da primeira, como as redes de casamento, de parentesco, políticas e religiosas. Essas “conexões interpessoais que surgem a partir da afiliação a um grupo fazem parte da rede social total tanto quanto as que vinculam pessoas de grupos diferentes”. (idem, p. 175).

Para Barnes (ibid., p. 180) “as conexões na rede total são relações diádicas entre pessoas”, onde “cada pessoa está, por assim dizer, em contato com um número de pessoas, algumas das quais estão diretamente em contato com cada uma das outras e algumas das quais não estão”. (BOTT, 1976, p. 107). Esta noção é seguida por Bott (1976, p. 76), na qual

“somente alguns, e não todos, indivíduos componentes tem relações sociais uns com os outros”. Portanto, a abordagem de rede por Barnes constituía-se conforme descrito por Mayer (2010, p. 141-142) em “um campo social formado por relações entre pessoas. Essas relações eram definidas por critérios subjacentes ao campo social” - como “[...] de vizinhança e amizade que poderiam agrupar, por sua vez, as conexões do parentesco e as conexões econômicas”. A rede é vista por Barnes (1954 apud MAYER, 2010) como um campo social, no qual a imagem que se tem é de um conjunto de pontos, alguns dos quais unidos por linhas. Tais pontos presentes na imagem são pessoas ou as vezes grupos, e as linhas indicam quais as pessoas interagem entre si.

A rede é adotada como “[...] um conjunto de relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos”. (BARNES, 2010, p. 180). Destacando-a como base das interconexões para os conjuntos de pessoas, o conjunto, para Barnes, difere da rede, pois ele está centrado em um indivíduo singular (ego) e composto de indivíduos classificados por ego, formando apenas uma parte da rede, a qual é incluída pelo ego no conjunto. Entretanto, o conjunto não constitui um grupo, nem o ego é seu líder, mas uma entidade delimitada. Já a rede em si é considerada ilimitada, visto que qualquer pessoa mantém relações com várias outras, que, por sua vez se ligavam a outras.

Nessas condições, as referidas conexões podem vir a se aglomerar em alguns pontos da rede, mas, se as pessoas envolvidas constituírem um grupo, suas interconexões grupais existirão separadas da rede. De acordo com Bott (1976), esta afirmação vai além, pois, apesar do grupo ser uma entidade limitada, ele também ajuda a constituir a rede e faz parte dela, pois apesar do grupo na sua totalidade ser limitado, os indivíduos que o compõem se relacionam com indivíduos de outros grupos, o que os tornam parte da rede.

As considerações teóricas de Bott (1976) e Barnes (2010) comungam com o pensamento de Lozares (1996) e Scherer-Warren (2006) no momento em que ressaltam as redes sociais como constituídas das relações sociais primárias vivenciadas pelos indivíduos na sua vida cotidiana, pelo contato face a face, pela experiência humana e não organizados por uma luta política, mas simplesmente inter-relacionados ao mundo circundante pela existência humana.

Mas, Bott (1955, 1976) não faz a distinção entre rede e conjunto do mesmo modo que Barnes, pois, para esta, o conjunto é a rede, formada por “pessoas que mantêm contato em várias situações e durante certo período de tempo”. E não são interações ao redor de um ego, que emerge em um contexto específico para desempenhar uma tarefa específica, mas o

compartilhamento de articulações comuns de forma latente ao longo do tempo mesmo não pertencendo a um grupo. É, por assim dizer, “a soma das pessoas envolvidas em uma série de conjuntos-de-ação intencionais, em contextos específicos”. (MAYER, 2010, p. 146). Afirma-se, então, que a conexão comum permite a Bott tratar as redes como entidades unitárias, passíveis de análise e comparação.

Porém, Bott (1976) procura diferenciar a rede social de grupo organizado para entender como um grupo se conecta a grupos externos. Lembrando que o grupo consiste em “indivíduos componentes formando um todo mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma subcultura peculiar”. (p. 76). Ou ainda, segundo Mayer (2010), o grupo constitui-se por um número determinado de membros que mantêm alguma forma de interação esperada entre si (informais ou corporativas) - quando não em termos de direitos e obrigações. Se destacar os indivíduos que os compõem e os laços que os ligam a indivíduos externos, pode-se dizer que apesar do grupo, na sua totalidade, não estar contido em nenhum grupo mais amplo, ou pertencer a qualquer coisa, ele está ligado a outros indivíduos e a outros grupos por meio dos indivíduos que o compõem e pelos relacionamentos mantidos entre si. E é do entrelaçamento desses relacionamentos que a rede social surge.

A partir destes pressupostos, Bott (1955, 1976) deixa de lado o termo conjunto que relata a união a partir de um indivíduo e passa a trabalhar com o termo grupo, assim como é a abordagem desta dissertação. Que foca a análise em um número maior de indivíduos que estão em interconexões grupais limitadas, mas inclusos a redes sociais, as quais também conectam indivíduos que não estão necessariamente filiados a um grupo, como as conexões econômicas entre empregador e empregado, ou seja, relações que derivam da teia continuamente ramificada do parentesco, da afinidade, da amizade, entre outras. Por isso toma-se o grupo não somente por si só, mas, pelos indivíduos.

Nesta pesquisa, é possível identificar que a comunidade em estudo constitui-se de um grupo organizado que tem seu próprio mundo social, compartilhando objetivos, papéis e atividades, além dos aspectos culturais. A integração em grupo ocorre com a fusão, totalmente quanto o possível e do desempenho dos papéis que lhe são designados. Conforme Claval (2007, p. 98), “o grupo define-se a si mesmo por contraste e por exclusão: nós não temos possibilidade de dizer ‘nós’ a não ser pelo fato de formarmos uma coletividade que se opõe à massa dos outros, dos estrangeiros”.

Entende-se, assim, que esse jogo de contrastes que define as diferenças ocorre face aos habitantes da vizinhança, formando-se o corpo, constituindo-se a comunidade na qual a

coesão é fortemente sentida, pois as especificidades se realçam. No entanto, apreendendo-se os relacionamentos de tais indivíduos, constatam-se seus entrelaçamentos com indivíduos externos, por elos de parentesco, vizinhança, amizade, solidariedade, trabalho, etc., resultando no estabelecimento de uma rede social.

Diante da existência de uma rede social, levanta-se a questão de que nem todos os “indivíduos” da respectiva rede estão em contato uns com os outros ou que alguns entram em contato com maior frequência enquanto outros, apenas de vez em quando, pois, de acordo com Bott (1957 apud MAYER, 2010, p. 164), “nem todos os componentes da rede são mobilizados em todas as ocasiões, embora sejam membros possíveis”.

Dentro de um meio social pode ter diferentes relações sociais que levam a existência de redes de “malha estreita” ou “malha frouxa”. A primeira, diz respeito à rede em que os amigos, parentes e vizinhos de uma determinada família ou indivíduo se conhecem mutuamente e se relacionam e interagem na sua maioria uns com os outros dentro da respectiva rede. Desse modo, seus membros tendem a alcançar um consenso sobre normas e exercem uma pressão informal consistente uns sobre outros para que se conformem às normas, para que mantenham o contato uns com os outros e, caso necessário, para que se ajudem mutuamente. A segunda, a rede de “malha frouxa” é aquela na qual os parentes, vizinhos, amigos e companheiros de trabalho não se conhecem uns aos outros, e, portanto, a maioria das pessoas não interage mutuamente. Assim, há uma maior variação de normas, sendo o controle social e a assistência mútua mais fragmentados e menos consistentes. (BOTT, 1976).

Tendo em vista as considerações que foram elaboradas sobre o conceito de rede(s) social(is) por todos os autores apresentados, embora se aponte algumas discordâncias para algumas das definições em relação à de Bott (1976), que passa a ser a mediadora entre as outras, o conceito de rede(s) social(is) é tomado nesta pesquisa para tentar compreender a conexão dos quilombolas no seu meio social. Destacando que estes indivíduos constituem uma teia de relacionamentos que os ligam internamente entre si e externamente por bases que formam as interconexões, como, por exemplo, os diferentes laços sociais, de amizade, parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, laboral, vizinhança, solidariedade ou em torno de uma causa que permite a manutenção de um contato próximo ou mais distante com estes, resultando na interação intensa ou moderada entre os indivíduos.

Logo, acreditando que a interação social se efetiva a partir das relações sociais, sejam elas conexões individuais/não-grupais (como econômicas entre empregador e empregado) ou

grupais em torno de laços de parentesco, amizade e vizinhança, entre outros, afirma-se que estas últimas são um dos mais seguros laços de relacionamentos, pois, se constituem em interações com certa continuidade e estruturação servindo de apoio para a manutenção de relações entre diversos atores, em diferentes atividades/práticas sociais, nos mais variados cenários/ambientes. Afinal, “as relações estabelecidas em um contexto são utilizadas em outro”. (BARNES, 2010, p. 173). Portanto, é uma fonte fidedigna para expressar a realidade existencial de tal comunidade.

A interação social, compreende-se, na perspectiva de Goffman (1985), ser a interação face a face que resulta na influência mútua dos indivíduos, em qualquer ocasião, sobre as ações uns dos outros quando estes se encontram em presença imediata. Ela ocorre durante e por causa da copresença. Projeta-se a atuação e relacionamento dos indivíduos do grupo quilombola e “indivíduos externos” que formam a rede social do mesmo. Esta se efetiva na esfera social durante algum tipo de encontro social que é definido como “uma ocasião de interação face a face, começando quando os indivíduos reconhecem que se moveram para presença imediata uns dos outros e terminando com uma retirada aceitável da participação mútua”. (id., p. 97). Nesse sentido, para apreender a rede social quilombola é preciso analisar as pessoas que coexistem, os lugares e as ocasiões sociais em que se produzem o contato.

O mundo de atividades geradas mediante a interação social se organiza principalmente na “esfera que contiene las bodas, las comidas en familia, las reuniones presididas por alguien, las marchas forzadas, los encuentros relacionados con servicios, las colas, las multitudes y las parejas”. (GOFFMAN, 1979, p. 15). Nesse caso, o encontro social pode variar consideravelmente em seus propósitos, função social, tipo e número de participantes, ambiente, etc., podendo ser encontros conversacionais e encontros mesclados por momentos de conversação e de silêncio ou ainda por encontros sem a pronúncia de qualquer palavra. (id., 2011).

Nesta pesquisa investigam-se diferentes encontros de interação social, tanto em situações cotidianas quanto em situações especiais (festividades tradicionais ou ocasionais), como uma forma de melhor apresentar os relacionamentos internos e externos do grupo quilombola em estudo.

Os eventos de interação social cotidianos, em alguns casos, foram presenciados durante os trabalhos de campo, e em outros momentos, foram relatados pelos moradores de Santa Cruz. Os encontros de interação social em situações especiais foram apreendidos por

meio da técnica da observação participante, pois, estes reuniram uma quantidade significativamente grande de participantes que estavam na presença imediata uns dos outros e, na maioria dos casos, em mais de um cenário/ambiente, fato que proporcionou a visualização da extensão dos relacionamentos.

Levando em conta a questão do grande número de participantes, é preciso salientar que o modelo de análise proposto por Goffman, para a investigação do processo de interação social, não foi possível na sua integralidade no desenvolvimento desta pesquisa. A dificuldade se situou na perspectiva de análise adotada pelo autor, a qual se encaminha à observação de encontros de interação, onde se evidencia o comportamento dos indivíduos durante o ato da conversação, estando atento ao fluxo do discurso com todas as suas artimanhas.

Através desses dados, compreende-se que os eventos com números elevados de participantes, em diferentes ambientes, tornam impossível o acompanhamento de todos os atos de conversação entre os indivíduos em todo o evento, ou, durante parte dele, resultando na apreensão incompleta do encontro de interação social. Observou-se a relação entre os indivíduos, quem estava em companhia e com quem entravam em contato durante os eventos.

Outra questão levantada é o não direcionamento dessa investigação pelos aspectos de caráter dramático. Conforme destaca Goffman, acredita-se que o processo interacional, no ato da representação por parte dos indivíduos, adota meios para dirigir e regular a impressão que quer passar aos outros, controlando compulsivamente e incessantemente os gestos verbais e corporais por meio de técnicas de linguagem e expressão durante todo o período em que estão em presença física imediata.

Quando se pensa que os indivíduos nem sempre estão em todos os lugares, representando e controlando cada ato conversacional, como se fosse algo bem ensaiado, deixa-se de lado este caráter de perspectiva goffmaniana. E, assim, abandonam-se alguns aspectos da metodologia de Goffman e adota-se a estrutura desta para a compreensão do processo de interação social na sua totalidade, o qual está entrelaçado pela fachada ambiente (cenário), fachada pessoal, participantes, atores, papéis, práticas e atividades, como uma forma de buscar a compreensão da efetivação das relações sociais dos moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz entre si, e externamente com outros indivíduos. Defende-se a ideia de que somente entendendo esse conjunto, isto é, o quadro da experiência social que permite e sustenta a inter-relação, é que se pode captar a espacialidade da realidade existencial relacional de uma comunidade na sua íntegra.

Tomando os atores como o foco da investigação, é possível entender a totalidade do processo e a manifestação real dos relacionamentos sociais, visto que estes se dão e se efetivam em situações de interação social, pois sua atuação lhes garante um maior acesso aos eventos e aos seus participantes. Os indivíduos impulsionados pelos papéis que vão desempenhar durante um encontro são suscetíveis a se tornar participantes da interação.

Essas afirmações permitem discordar, no presente trabalho, da posição de Goffman (2011, p. 113), na qual ele destaca que “não importa que papel social um indivíduo desempenhe durante um encontro, ele, além disso, terá que cumprir o papel de participante da interação”, é estar envolvido na conversação, e também agir de forma a garantir que os outros se mantenham envolvidos. Diferentemente, se pensa que a relevância maior está nos papéis sociais desenvolvidos durante a interação social, visto que no decorrer desta pesquisa eles se tornaram pontos-chaves para se conseguir desvendar o dinamismo e a complexidade que cercavam um relacionamento social. Pois o papel social dado a um determinado indivíduo durante uma situação social tornava-o destaque para esta investigação, por ser um indivíduo potencial (fonte) para revelar os possíveis vínculos sociais dele com os quilombolas e como e em que situações tais vínculos se estabeleciam. Em muitos casos, a partir do entendimento de um relacionamento desvendava-se outros.

É por meio do desempenho dos papéis sociais que se impõem algumas relações sociais, as quais poderão, em outras ocasiões, chegar ao compartilhamento da execução de novas atividades e a permanência do contato social. Isto acontece, “cuando unas personas mantienen relaciones reguladas con otras pasan a emplear rutinas o prácticas sociales” (GOFFMAN, 1979, p. 16), fazendo com que se criem laços de relacionamentos que levam a efetivação das relações ancoradas, onde discutir-se-á ao decorrer desta dissertação. Além disso, os atores também se destacam num evento, pois, têm a função de mantê-lo em pleno funcionamento, evitando os rompimentos bruscos a fim de provocar um comportamento participante nos demais indivíduos presentes.

Entretanto, se evidencia que o papel que os atores/indivíduos estão desempenhando não são um fim em si mesmo, mas, um meio para iniciar o processo interacional. Dessa forma, a importância não está apenas neles como também na presença de outros participantes que juntos estabelecem e vivenciam as inter-relações. Os atores destacam-se durante a interação social dentre outras coisas, por expressarem as características da tarefa desempenhada. Isso ocorre por meio do cumprimento de papéis num sistema de atividades. Aqueles atores que participam de diferentes sistemas de atividade, certamente poderão

desempenhar diferentes papéis e assim, representarão coisas diferentes. (cf. GOFFMAN, 1979).

Cada papel desenvolvido por um ator envolverá uma ou mais práticas sociais. A prática social pode ser definida como o padrão de ação pré-estabelecido que se desenvolve durante a interação e que pode ser apresentado ou executado em outras ocasiões. Ela é fruto do desempenho que pode ser entendido, segundo Goffman (1985), como toda a ação de um determinado participante em determinada ocasião que sirva para influenciar outros participantes.

Entende-se que cada prática define papéis sociais e que os papéis são a “promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social” (GOFFMAN, 1985, p. 24), ou, ainda, o papel é definido pelo autor como “um equivalente para capacidade ou função especializada”. (id., 2012, p. 171). Pode-se dizer, assim, que um papel social envolverá uma ou mais práticas. Cada uma destas práticas pode ser representada pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas. Para Park⁸ (1950, p. 249) “todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel e é nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros; é nesses papéis que conhecemos a nós mesmos”. (apud GOFFMAN, 1985, p. 27).

O papel também é definido por Bott (1976, p. 28) como “um comportamento que se espera de qualquer indivíduo que ocupe uma posição social particular”, mas não é usado para indicar todo o comportamento que ocorre entre as pessoas. Ou seja, o comportamento que se espera do indivíduo é como se fosse o cumprimento dos direitos e deveres em relação a uma situação, conforme enfatiza Goffman (1985). Além disso, “o comportamento é a função de uma pessoa (ou família) em uma situação dada”. (BOTT, 1976, p. 30).

Diante do desempenho de um papel, um ator/indivíduo está integrado em um cenário, no qual, de acordo com Goffman (2011), pode ser denominado como fachada ambiente, o equipamento expressivo que identifica o ambiente e que compreende a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos que servem de pano de fundo para dar suporte ao desenrolar da ação humana executada diante, dentro, ou, acima dele.

Este equipamento expressivo pode se identificar como o próprio indivíduo, sendo denominado de fachada pessoal, o que significa como aqueles itens que o acompanham onde quer que vá, se incluem dentro da função e categoria. Segundo Goffman (1985), o equipamento expressivo do indivíduo dentro da categoria abarca itens fixos que não variam

⁸ PARK, R. E. *Race and Culture*. Glencoe, III.: The Free Press, 1950.

para o indivíduo de uma situação para outra, como sexo, características raciais, altura, e, outros, que são móveis ou transitórios, como vestuário, idade, aparência, atitude, padrões de linguagem, expressões faciais e gestos corporais.

Todavia, quando se remete a função, há os estímulos, que se dividem em aparência e maneira. A aparência, para Goffman (1985), é constituída pelos estímulos que funcionam no momento da interação para revelar o *status* social do ator ou o estado ritual temporário do indivíduo, se ele está desempenhando uma atividade social formal, de trabalho ou recreação informal, ou ainda, se está ou não numa nova fase do ciclo de vida. Já a maneira, diz respeito aos estímulos que funcionam no momento da interação para informar sobre o papel que o ator irá desempenhar. Direciona-se muito mais para o comportamento do indivíduo. Por esse viés, geralmente se espera que haja uma compatibilidade entre aparência e maneira, e destas duas com o ambiente.

Neste contexto, de acordo com Goffman (1985), a fachada social é a junção da fachada ambiente com a fachada pessoal, constituindo-se em cenário, aparência e maneira. Esta é utilizada por um indivíduo durante uma prática social determinada e pode se manter ou mudar com a realização de uma nova prática social.

Durante a interação, o ator assume uma linha de ação de modo que possa agir da melhor forma durante a realização de uma prática/atividade social. (id.). Porém, em muitos ambientes de interação, alguns participantes cooperam com uma equipe ou ficam numa posição em que se tornam dependentes dessa cooperação para manter a sua linha de ação, ou a integralidade do evento. Pode-se afirmar, então, que o ambiente social no qual a interação se realiza é montado e conduzido pelo indivíduo e pela equipe que contribui mais ativamente para o desempenho da interação e assim, mantém o controle imediato sobre o cenário.

É no envolvimento dos papéis sociais que se constituem e se evidenciam as relações sociais “ancoradas”, isto é, as relações contínuas, com certa estruturação. (cf. SCHERER-WARREN, 2006). Nessa perspectiva, Goffman (1979, p. 194), destaca que “se entiende que el individuo está obligado a dedicarse a una actividad específica en situaciones establecidas, con un racimo de relaciones obligatorias en cada tipo de situación. Las personas con las que trata en un tipo de situación tienen con él una relación de función o de papel”. E “cuando trata con el mismo individuo en más de un tipo de situación, tiene más de una relación con él, lo que desemboca en una relación ‘global’ que tiene ‘múltiples lazos’”. Por essa razão, quando “[...] tienen una relación anclada entran en un ámbito sin obstrucciones para efectuar el contacto social, se hace evidente que la suya no es una relación anónima”. (id., p. 199).

Muitas vezes, numa rede social, há indivíduos que se apresentam com mais de uma categoria, como parente, amigo, vizinho ao mesmo tempo, portanto, ligado por múltiplos laços. É a realidade vivenciada pelos moradores quilombolas de Santa Cruz, em que seus parentes são também seus vizinhos, amigos, colegas de trabalho, compadres e afilhados, e seus vizinhos, são seus amigos, colegas de trabalho e parentes espirituais.

É por meio das “relações ancoradas/fixadas”, isto é, relações com certa estruturação/continuidade e que não são anônimas, que segundo Goffman (1979, p. 197), “las personas dan títulos convencionales a sus relaciones ” nomeadas pelo tipo de laço, seja ele de amizade/afinidade, parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, laboral, solidariedade ou vizinhança, o que demonstra o tipo de relação que a pessoa mantém com o outro pela sua identificação. É também um meio como um indivíduo pode se dirigir e referir-se a outro, como marido, mãe, patrão, etc. Toma-se esta questão para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois, procura-se compreender os relacionamentos dos quilombolas da Comunidade de Santa Cruz a partir das suas próprias nomeações aos laços das relações entre si e com os demais indivíduos de suas redes sociais. Em alguns momentos estas podem ser confirmadas pela obtenção de signos de vinculação (atos e acontecimentos), indicadores do caráter da relação no comportamento de determinados indivíduos durante os eventos de interação social.

Nas relações “ancoradas/fixadas” Goffman (1979, p. 195), escreve que “cada extremo identifica el otro personalmente, sabe que el otro hace lo mismo y reconoce abiertamente ante el otro que se ha establecido entre ellos un comienzo irrevocable”, e assim tem-se o “establecimiento de un marco de conocimiento mutuo que retiene, organiza y aplica experiencia que los extremos tienen el uno del otro”. Ele ainda acrescenta:

Todas las relaciones ancladas presuponen un ‘conocimiento’, es decir, un estado de conocimiento mutuo reconocido mutuamente y expresado ritualmente en el intercambio de saludos entre ambos extremos cuando entran en la presencia inmediata el uno del otro. (p. 209).

Pode-se dizer que as principais relações sociais que podem originar e desenvolver das ocasiões de contato e que não são familiares, constituem-se nas relações de: casal, companheirismo e círculo (pequeno agrupamento). Destaca-se que estes três tipos de relacionamentos se constituem em uma grande parte das bases não familiares da vida social, das atividades recreativas fora do trabalho.

Evidentemente, conforme Goffman (id.), são as situações sociais que dão a oportunidade da manutenção das relações antigas e o estabelecimento de novas relações,

principalmente, as situações cotidianas especiais, tais como festas e ocasiões abertas, são as que evidenciam um número significativo de indivíduos envolvidos em situações e atos diferentes de forma a permitir uma interação mais intensa entre os presentes.

Compreende-se como situação social “o ambiente espacial completo que transforma uma pessoa que nele penetre em um membro do ajuntamento que está (ou que então se torna) presente”. O ajuntamento todo é, para Goffman (2011, p. 138), o “conjunto de dois ou mais indivíduos cujos membros incluem todos, e apenas aqueles, que no momento estão na presença imediata uns dos outros”. Diante da realidade da presença imediata, tem-se que as “situações começam quando o monitoramento mútuo ocorre e terminam quando a penúltima pessoa parte”. (id.).

Portanto, a investigação da situação social, em diferentes ambientes e espaços, permite a visualização da complexidade do mundo da experiência cotidiana. Isso também é válido aos indivíduos de Santa Cruz em certos momentos de sua vida social. Desperta a busca pela identificação dos locais de origem dos indivíduos que se inter-relacionam em um evento de interação, pois, desse modo, pode se ter uma explicitação da dimensão espacial dos laços que ligam os quilombolas de Santa Cruz entre si e a outros “indivíduos” externos.

CAPÍTULO II – LAÇOS SOCIAIS EM REDE: AS CONEXIDADES DE UM GRUPO QUILOMBOLA

Acreditando que há diferentes formas de relacionamentos e de inserções sociais dentro do grupo quilombola de Santa Cruz, este capítulo busca identificar os indivíduos quilombolas, sua atuação cotidiana na comunidade e os vínculos extracomunidade. Para isso, fez-se necessário o levantamento da genealogia da comunidade, apontando sua origem e ramificações familiares para permitir a compreensão das relações históricas e existenciais estabelecidas em Santa Cruz há pelo menos 158 anos. Trata-se de uma comunidade estruturada através de rede parental. Assim, puderam ser identificados os antepassados e as gerações subsequentes que edificaram as relações de parentesco dessa comunidade, na qual todos os moradores estão ligados.

São as relações de parentesco sanguíneo reforçadas por laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio que ligam internamente os moradores quilombolas de Santa Cruz em distintas situações cotidianas de interação social, nas quais há a interação face a face, promovida pelo convívio destes moradores. No entanto, se observa que este grupo não vive isolado e, por isso, ele está inserido na sociedade, e também vivencia situações de interação social com indivíduos externos, ligados a eles por diferentes laços, sejam de amizade/afinidade, de parentesco sanguíneo, vizinhança, parentesco por apadrinhamento e compadrio, laboral ou solidariedade. Neste contexto, foram examinadas as inter-relações estabelecidas pelos quilombolas de Santa Cruz para realmente verificar quais são os laços sociais que promovem situações de contato entre si e com outros indivíduos.

Este capítulo possibilita o entendimento mais detalhado das famílias que compõe o grupo quilombola de Santa Cruz, com seus papéis sociais interdependentes, bem como, a articulação delas com outros grupos sociais através de uma rede de relações sociais de múltiplos laços, conectados a seus membros. Desse modo, foi necessário dividir em dois subcapítulos. No primeiro, 2.1, se reconstruíram as relações sociais existenciais e históricas mantidas pelos quilombolas de Santa Cruz através dos laços de parentesco, mostrou-se a intensificação destas relações tanto internamente quanto externamente por meio da constituição de relacionamentos sociais de laços de parentesco por batismo e casamento. Já, no segundo, subcapítulo 2.2, tratou-se de evidenciar os relacionamentos sociais dos moradores quilombolas em situações cotidianas de interação social, como as laborais, religiosas, educacionais, entre outras, identificando os laços mais presentes.

2.1 A Comunidade Quilombola de Santa Cruz: a rede de parentesco e seus “indivíduos”

Juntos, os moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz formam uma comunidade familiar/parental, ligada por laços sanguíneos. Isso significa que juntamente com os parentes não moradores da comunidade, eles se estruturam em uma rede social na qual os indivíduos estão ligados por laços parentais numa interação de certa continuidade/estruturação. (cf. SCHERER-WARREN, 2006). Essa mesma realidade já era vivenciada pelos escravos, seus antepassados que viviam na Fazenda Santa Cruz no século XIX.

Nesse sentido, Hartung (2005), destaca a existência de agrupamentos familiares entre os escravos da fazenda, formados por famílias conjugais constituídas tanto por pais e filhos, como por mãe e filhos. Assim, se demonstra que 24 dos 31 escravos que existiam na fazenda no ano de 1832, estavam ligados por diferentes laços de parentesco, sendo irmãos, esposos, filhos e sobrinhos. Entre 1833 e 1854, há registro de 26 escravos na Fazenda Santa Cruz, sendo 16 homens e 10 mulheres. Dentre eles, 24 eram unidos por algum laço de parentesco por apadrinhamento e compadrio, alguns também eram parentes de homens e mulheres livres, seus padrinhos.

Já, no ano de 1855, dos 40 escravos e libertos que viviam na Fazenda Santa Cruz, 24 eram homens e 16 eram mulheres. Destes, 33 estavam ligados por diferentes laços de parentesco. No total, 19 eram casados, formando não mais do que 12 famílias. Em alguns casos, representavam a terceira geração de escravos que nasceram, cresceram, se batizaram, casaram, procriaram e refizeram suas uniões e famílias dentro da fazenda, reproduzindo, então, as suas relações sociais. (HARTUNG, 2005).

Contudo, foi a existência de tais relações sociais entre os escravos da Fazenda Santa Cruz que permitiu originar duas comunidades quilombolas no município de Ponta Grossa, a do Sutil e a de Santa Cruz, esta última é o foco da presente investigação. Veja-se a demonstração:

a) Subgrupo familiar A, Comunidade Quilombola de Santa Cruz

Na comunidade de Santa Cruz, todos os quilombolas descendem de um casal de ancestrais, A. Gonçalves (identificados nas figuras como A. G.) e M. C. dos Santos Gonçalves (identificados nas figuras como M. C. dos S. G.)⁹ (Foto 01).

⁹ No corpo do texto todos os nomes foram abreviados com o intuito de preservar a identidade dos indivíduos envolvidos nesta pesquisa, portanto, apenas os sobrenomes se fazem presentes, no entanto, nas árvores genealógicas (p. 59-60) os sobrenomes também estão abreviados.

Foto 01 – Casal ancestral (A. G. e M. C. dos S. G.) das gerações que vivem na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Fonte: Arquivo pessoal do morador A. de J. Kapp.

Conforme o relato de uma das filhas do casal ancestral, antiga moradora da comunidade, falecida em 2012, A. R. Gonçalves Kapp, na época com 82 anos, destaca que seu avô foi escravizado na Fazenda Santa Cruz e os negros escravizados nesta fazenda receberam as terras da comunidade que vão desde o Rio Tibagi até o Caniu e do Caniu até Santa Rita. (ITCG, 2008, p. 87). Tendo como base essas informações, a falta de lembrança dos demais moradores da comunidade sobre o tema e, considerando os aspectos físicos do casal, tendo ela cor de pele clara e traços de cabocla e ele cor da pele escura e traços de afrodescendente, acredita-se que foram os pais dele (A. Gonçalves), quem sabe, também os avós, os possíveis escravos que trabalharam na Fazenda Santa Cruz. Esses ancestrais, segundo Hartung (2000, 2005), são os herdeiros da última proprietária da fazenda, Maria Clara do Nascimento, a qual deixou uma parte de suas terras como herança aos seus escravos.

A. Gonçalves é descrito como um dos oito filhos da família Gonçalves que vivia na região. A presença de seus irmãos também é apontada pelos moradores de Santa Cruz, o que evidencia que eles podem ter sido prováveis moradores da vizinhança ou da própria comunidade, pois, destes irmãos, seis (E. Gonçalves, B. Gonçalves, A. Gonçalves¹⁰, J. M. Gonçalves, D. Gonçalves e L. Gonçalves) tem seus corpos enterrados em cemitérios da vizinhança, em Palmeira (cidade e Distrito de Papagaios Novos - conhecida pelos quilombolas como Vilinha dos Papagaios), Teixeira Soares (Comunidade Guabirola) e Ponta Grossa (bairro Colônia Dona Luiza), muitos desses locais foram relatados pelos quilombolas,

¹⁰ Identificado nas árvores genealógicas p. 59-60 como A. G.1.

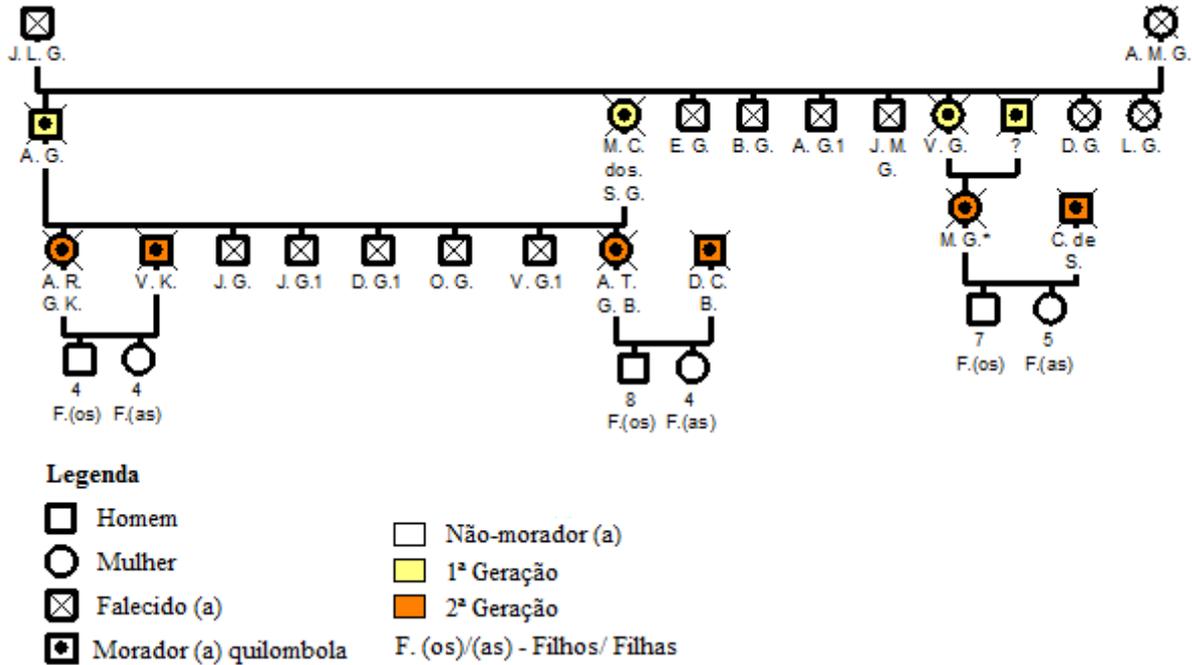
em entrevista, como locais utilizados no passado para sepultar seus mortos. Tais relatos permitem dizer que havia presença deles na vizinhança ou na própria comunidade.

Ainda há uma sétima irmã, V. Gonçalves, que se faz mais presente no seio da comunidade. Levanta-se a hipótese dela ter vivido na comunidade tendo em vista que essa realidade está fundamentada no resgate da genealogia da comunidade, o que demonstra ela como a única irmã que teve descendentes envolvidos nas uniões matrimoniais do grupo quilombola e possuidor de terras na comunidade.

Portanto, foram os laços matrimoniais surgidos do casamento da irmã V. Gonçalves, com um indivíduo desconhecido e a união de A. Gonçalves com M. C. dos Santos Gonçalves, que deram origem ao que se chama, hoje, de Comunidade Quilombola de Santa Cruz. A partir da união matrimonial de V. Gonçalves, foi possível identificar apenas uma filha, M. Gonçalves, a qual se casou com C. de Souza e teve 12 filhos (sete homens e cinco mulheres). Dentre estes, apenas um filho, O. de Souza, passou a viver na comunidade após uma segunda união matrimonial com uma prima de segundo grau, V. L. Batista, filha de A. T. Gonçalves Batista, prima da mãe dele. Nessa união não resultaram filhos. Já, da união de A. Gonçalves com M. C. dos Santos Gonçalves, identificaram-se sete filhos, cinco homens e duas mulheres, dentre os quais, apenas as duas mulheres, A. T. Gonçalves Batista e A. R. Gonçalves Kapp, continuaram a viver na comunidade.

Assim, se observa estes dois casais de antepassados - com os pais, irmãos e filhos ligados por laços parentais - eles estruturaram o primeiro subgrupo familiar da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, são a origem dessa Comunidade e será nomeado, nesse trabalho, como subgrupo A (Figura 01), no entanto, a realidade atual da comunidade relata a existência de dois subgrupos (A1 e A2) dentro do grupo quilombola, constituídos pelos descendentes do subgrupo A. Observa-se a gravura:

Figura 01 – Subgrupo A: primeiros indivíduos da rede de parentesco da Comunidade Quilombola de Santa Cruz



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Como atualmente existem apenas moradores descendentes do segundo casal, A. Gonçalves e M. C. dos Santos Gonçalves, vivendo na comunidade, discutir-se-á apenas as suas relações sociais nesta pesquisa. Para tanto, se inicia com a descrição dos papéis sociais assumidos pelo casal ancestral. Ela, M. C. dos Santos Gonçalves, segundo os moradores, não executava nenhum papel de relevância para o grupo, já ele, A. Gonçalves, desempenhava ao mesmo tempo vários papéis sociais de destaque na comunidade.

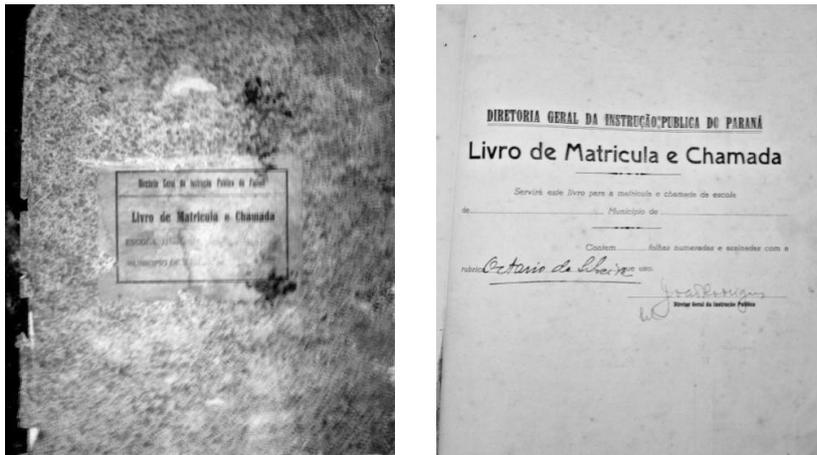
Nas atividades religiosas, exercia o papel de capelão, sendo o responsável pelo serviço religioso da capela da comunidade, que ainda hoje é a mesma construção, porém, alocada um pouco a esquerda de onde estivera outrora. Também atuou no papel de catequista e benzedor de crianças. Além do serviço religioso, ocupou outros dois papéis sociais, o de inspetor de quarteirão, desempenhando a atividade de vigilância das residências e pessoas, e o de professor, ministrando aulas em sua casa, que fora construída também para abrigar a escola.

Todos os filhos e parte dos netos de A. Gonçalves, e crianças da vizinhança, foram ensinados por ele. Este fato é confirmado na entrevista realizada com I. Ferreira da Cruz, antiga moradora da Comunidade Quilombola do Sutil e também afilhada do professor, hoje com 95 anos, moradora da Vila São Marcos em Ponta Grossa. Ela afirmou que todos os seus cinco filhos estudaram com esse padrinho. Segundo esse relato, os filhos dela e demais crianças do Sutil e das vizinhanças, que na época eram muitas, acordavam cedo e iam a pé até

a escola que ficava junto à residência do professor. Destacou ainda, que na época não existia outro local para as crianças estudarem. (ENTREVISTA I. F. DA C., NOVEMBRO 2012).

O professor A. Gonçalves tinha o exercício profissional legalizado perante o governo local, prestando contas, por meio de livros de matrículas e chamadas (Fotos 02 e 03) e recebendo salário e material para suas aulas. Conforme relato dos seus netos, ele foi o primeiro professor negro do estado do Paraná.

Fotos 02 e 03 – Livro de matrícula e chamada: reminiscência do tempo em que A. Gonçalves lecionava na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Fonte: Arquivo pessoal da moradora V. L. Batista.

Apesar de ter uma vida social bastante ativa, ele cultivava sua roça e trabalhava no seu moinho de farinha, alocado próximo de sua residência. Ainda hoje, se pode visualizar buracos no terreno onde estivera (Fotos 04 e 05). A farinha produzida era vendida no sistema de troca para obtenção de outros produtos que necessitavam.

Fotos 04 e 05 – Remanescente do moinho de farinha do antepassado A. Gonçalves na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR

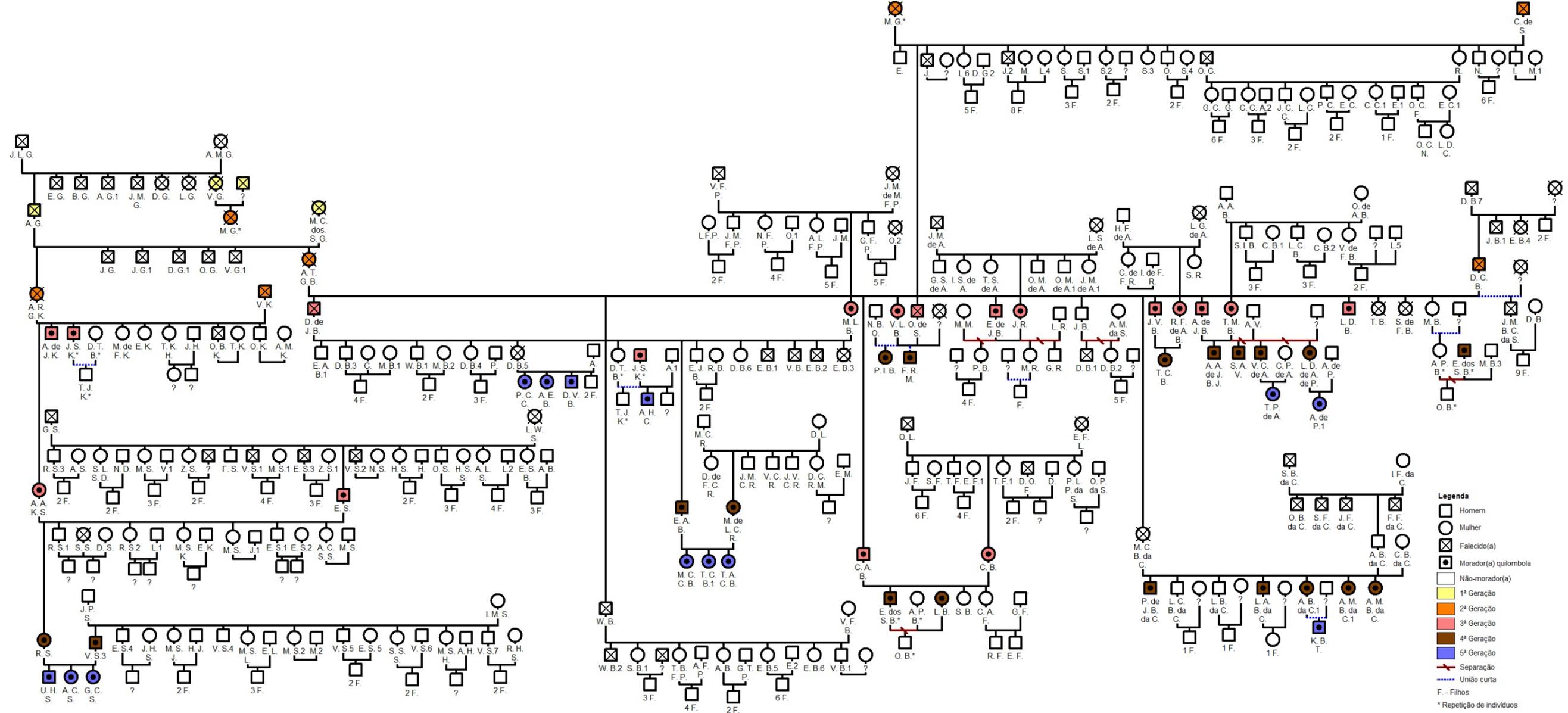


Fonte: Acervo Projeto Quilombola¹¹. Fotos registradas em novembro de 2012.

¹¹ Projeto de pesquisa “Compreendendo geograficidades existenciais de povos e comunidades tradicionais: quilombolas e faxinalenses no Paraná”.

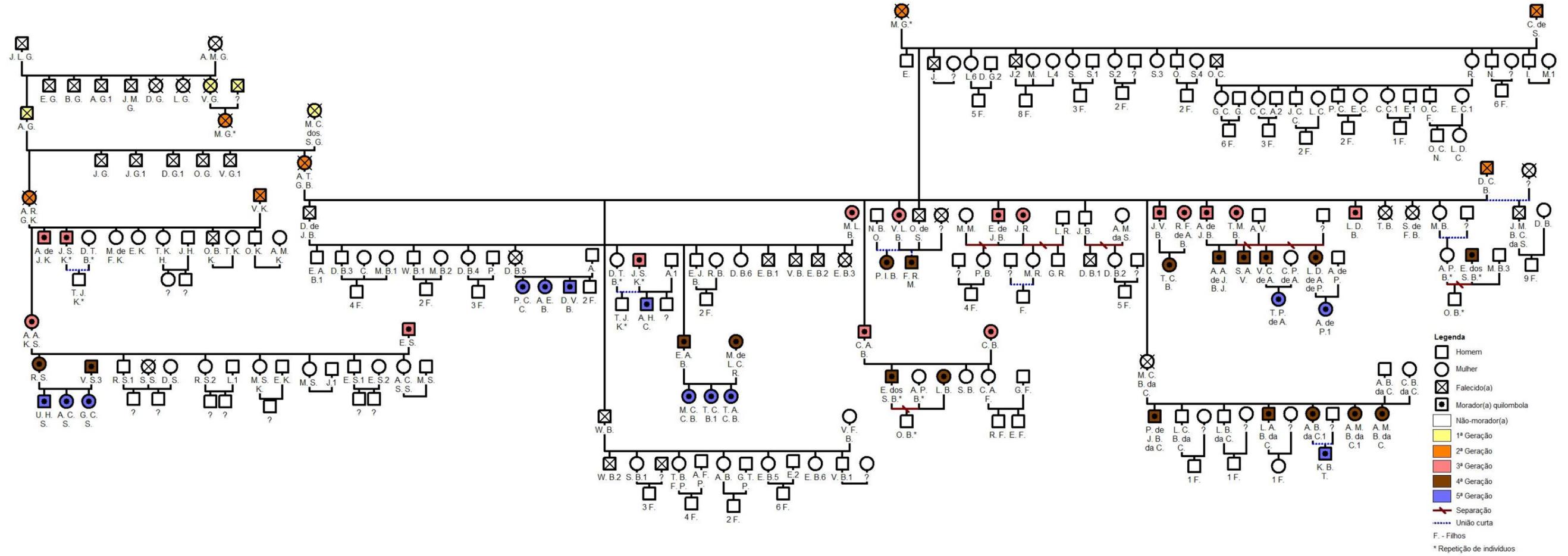
Dos sete filhos que foram identificados, apenas duas filhas, A. R. Gonçalves Kapp e A. T. Gonçalves Batista, com suas gerações descendentes, viveram na comunidade. Trata-se de uma comunidade atualmente formada por indivíduos das 3ª, 4ª e 5ª gerações dessa rede, todos descendentes dessas duas ancestrais (Figuras 02 e 03). Através de laços matrimoniais, esses indivíduos formaram subgrupos familiares dentro da rede de parentesco. Pela intensidade dos laços de interação social cotidianos, pôde ser identificada uma subdivisão interna do grupo quilombola em dois, subgrupos A1 e A2, embora todos estejam ligados por laços parentais e interajam entre si.

Figura 02 – Rede parental de Santa Cruz com os subgrupos familiares dos cônjuges dos quilombolas



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Figura 03 – Rede parental de Santa Cruz com os subgrupos familiares internos (A, A1 e A2) dos quilombolas



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Esta situação atual de organização pode ser fruto de um passado recente, no qual os indivíduos seguiram linhas de ações diferenciadas, assumindo objetivos distintos, papéis independentes e relações sociais familiares externas diferenciadas, mais significativas que as relações internas. Isso pode ser resultado de um real afastamento dos indivíduos internos da rede e, assim, há um fraco relacionamento. (cf. BOTT, 1955).

Para compreender a subdivisão interna do grupo quilombola de Santa Cruz em dois subgrupos familiares, se tornou necessário resgatar sua formação, trazendo o ambiente cultural de origem dos indivíduos da rede parental da comunidade como tentativa de identificar o aprofundamento das uniões. Atentou-se para a existência do redobramento de relações entre indivíduos provenientes de determinado ambiente, e, portanto, limitados a certos grupos e subgrupos familiares, ou ainda, indivíduos vinculados a uma gama mais diversificada de ambientes, de grupos e subgrupos.

b) Subgrupo A1 da Comunidade Quilombola de Santa Cruz

O subgrupo A1 é formado pela união de uma das filhas do casal antepassado (A. Gonçalves e M. C. dos Santos Gonçalves) da família Gonçalves, identificada aqui como A. R. Gonçalves Kapp, com um indivíduo externo, V. Kapp, um russo-alemão da Colônia do Lago. Esta colônia é vizinha a Comunidade Quilombola de Santa Cruz e está localizada cerca de quinze quilômetros da comunidade, na zona rural do município de Palmeira/PR, é formado por 70 famílias de imigrantes e descendentes de imigrantes russo-alemães. (HARTUNG, 2000).

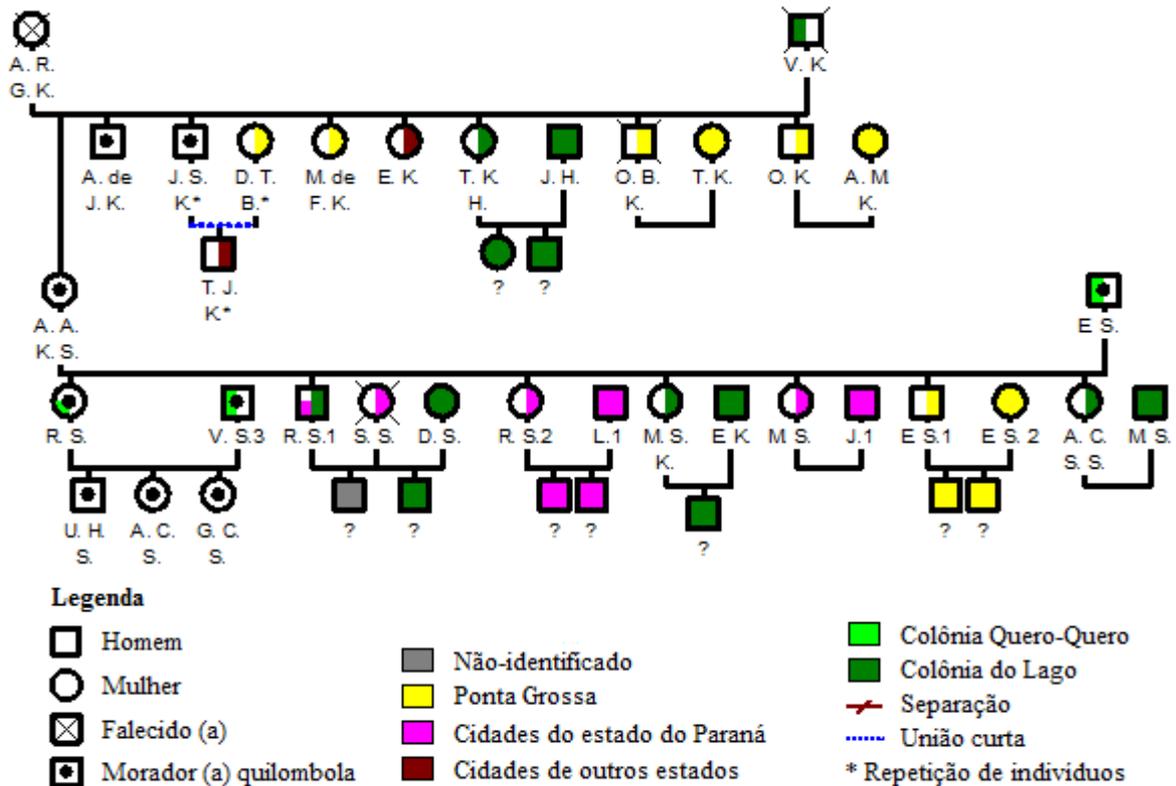
Com os laços matrimoniais, V. Kapp, que vivia na Colônia do Lago, construiu residência com a esposa quilombola, A. R. Gonçalves Kapp, na Comunidade Quilombola de Santa Cruz. O casal teve oito filhos, quatro homens e quatro mulheres, os quais passaram a constituir um novo subgrupo familiar, denominado neste trabalho de subgrupo A1 (Figura 04). Não se identificou papéis sociais desenvolvidos por esse casal na comunidade.

Neste subgrupo de filhos, netos e bisnetos do casal A. R. Gonçalves Kapp e V. Kapp, todos os filhos e a maioria dos netos, viveram parte da vida na comunidade. Hoje, todavia, apenas três filhos¹² e uma neta residem no local, os quais, juntamente com seus cônjuges e filhos, perfazem nove pessoas. Diante desses dados, a pesquisa deixa os indivíduos que saíram da comunidade em segundo plano e oferece maior destaque aos indivíduos internos

¹² Um dos filhos do casal que até então vivia na comunidade, J. S. Kapp, faleceu em novembro de 2012, período de fase final da pesquisa. Entretanto, considerando a importância das informações respectivas a ele, elas continuarão a integrar esta pesquisa, pois são necessárias ao entendimento das questões levantadas.

que ainda permanecem na comunidade e integram o que chamamos de subgrupo A1 do grupo quilombola de Santa Cruz.

Figura 04 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar A1



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Dos oito filhos do casal A. R. Gonçalves Kapp e V. Kapp, apenas três fixaram residência na Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Do restante que não se fixou na comunidade, dois filhos homens, O. B. Kapp e O. Kapp, se uniram matrimonialmente com indivíduos externos e passaram a viver na cidade de Ponta Grossa. Atualmente o filho O. B. Kapp já é falecido e não teve filhos. O filho O. Kapp ainda não teve filhos, se formou como advogado e desempenha um papel importante na cidade de Ponta Grossa, sendo o controlador geral do município. De acordo com relatos da comunidade, foi ele quem legalizou, por meio de usucapião, parte das terras da comunidade deixadas por herança dos pais a ele e aos seus irmãos.

Três filhas também não fixaram residência na comunidade. Duas delas tornaram-se religiosas e passaram a viver em conventos da cidade de Ponta Grossa, onde concluíram seus estudos. Apenas uma delas, M. de F. Kapp, continua a exercer o papel de religiosa, integrando a Congregação “Missionárias das Servas do Espírito Santo”, onde convive com as demais freiras. Esse convento é localizado no bairro Cará-Cará, em Ponta Grossa. Apesar de não

morar na comunidade, ela ainda possui as terras que foram herdadas dos pais, mas, arrendou ao cunhado E. Schweigert.

A proximidade permite um relacionamento forte e contínuo dela com os irmãos que ainda vivem na comunidade, com visitas frequentes, hospedando-se pelo menos uma vez ao mês na casa do irmão solteiro, A. de J. Kapp. Já, a outra filha E. Kapp, deixou de ser freira para atuar como enfermeira no estado do Tocantins, onde reside atualmente. A outra irmã, T. Kapp Hauer, casou com um indivíduo externo, J. Hauer, outro russo-alemão da Colônia do Lago. Eles constituíram residência na respectiva colônia e tiveram dois filhos. Ainda vivem lá e foi ela que cuidou da mãe no seu último ano de vida.

Três dos filhos do casal A. R. Gonçalves Kapp e V. Kapp, fixaram residência na comunidade, sendo dois homens e uma mulher. Os filhos homens são A. de J. Kapp e J. S. Kapp, eles não chegaram a estudar com o avô A. Gonçalves, mas, na escola da comunidade, inaugurada em abril de 1958 e fechada nos anos 1990. O filho A. de J. Kapp nunca se casou e também não teve filhos, viveu parte de sua vida junto com os pais. Em vista disso, após o falecimento do pai, passou a cuidar da mãe, A. R. Gonçalves Kapp. Esta situação se manteve até o ano de 2011, quando a sua mãe mudou-se para a Colônia do Lago a fim de viver com a filha, T. Kapp Hauer, onde ela faleceu no início de 2012. Com a saída da mãe, ele passou a viver sozinho na residência, cuja construção foi feita com parte do material da casa que era dos seus pais.

A. de J. Kapp assumiu um papel social importante na comunidade, durante dezenove anos foi ministro eucarístico, atuando todos os domingos na celebração dos cultos, missas e orações de terço/rosário na Capela Senhor Bom Jesus, na comunidade. A capela se vincula à Paróquia Espírito Santo, no bairro Colônia Dona Luiza, na cidade de Ponta Grossa. A atividade de ministro exige renovação constante, a cada três anos, assim, recentemente, quando outra pessoa da comunidade se dispôs a exercê-la, ele passou a ocupar dois novos papéis sociais, o de leitor litúrgico em eventos religiosos e o de catequista, preparando as crianças e adolescentes para a primeira comunhão e crisma.

O outro filho do casal, J. S. Kapp, apesar de não ter casado oficialmente, teve uma união durante alguns meses com uma de suas primas de segundo grau, D. T. Batista, indivíduo do subgrupo A2. O casal chegou a fixar residência na comunidade até o nascimento do filho, T. J. Kapp, mas, pouco tempo depois, eles se separaram. O filho continuou a morar com o pai na residência e somente há três anos, quando o pai adoeceu, T. J. Kapp mudou-se para a cidade de Goiânia/GO, onde reside atualmente. Ao término dessa relação conjugal, D.

T. Batista uniu-se novamente, desta vez com um indivíduo externo da cidade de Ponta Grossa, motivo que a fez mudar para a Vila Cipa, vivendo com o marido e os dois filhos que juntos tiveram. Neste momento, o casal cuida de apenas um filho, o outro (A. H. Camargo) vive com a avó (M. L. Batista) na comunidade.

Do mesmo modo, J. S. Kapp também teve uma nova união com um indivíduo externo, da cidade de Ponta Grossa, porém, durou apenas seis meses e não resultou em filhos. Apesar do estado de saúde fragilizado, ele desempenhava há dois anos o papel de segundo tesoureiro da Comissão da Capela, tendo como função a administração de finanças e das festas realizadas no pavilhão ao lado.

A outra filha, A. A. Kapp Schweigert, também fixou residência na comunidade, casou com um indivíduo externo, um russo-alemão, E. Schweigert. Semelhantemente à irmã, T. Kapp Hauer, o seu esposo pertencia a uma colônia de russo-alemães, porém outra colônia da região denominada Colônia Quero-Quero, sendo, nesse caso, um indivíduo de outro subgrupo familiar e de outro ambiente cultural. Esta colônia também localiza-se na zona rural do município de Palmeira. (cf. HORNES, 1999). No grupo de russo-alemães do Quero-Quero está o subgrupo B (Figura 05), edificado por um casal de russo-alemães da família Schweigert, G. Schweigert e L. Weigan Schweigert, seus 13 filhos e netos. Destes filhos, 10 ainda estão vivos.

Cinco dos filhos homens continuam a viver em Quero-Quero. Três constituíram família, sendo os filhos R. Schweigert (identificado na Figura 05 como R. S.3), V. Schweigert (identificado na Figura 05 como V. S.1) e E. Schweigert (identificado na Figura 05 como E. S.3) que possuem cônjuges e filhos. Dois deles não tiveram filhos, F. Schweigert nunca se casou e V. Schweigert (identificado na Figura 05 como V. S.2) separou antes de ter filhos.

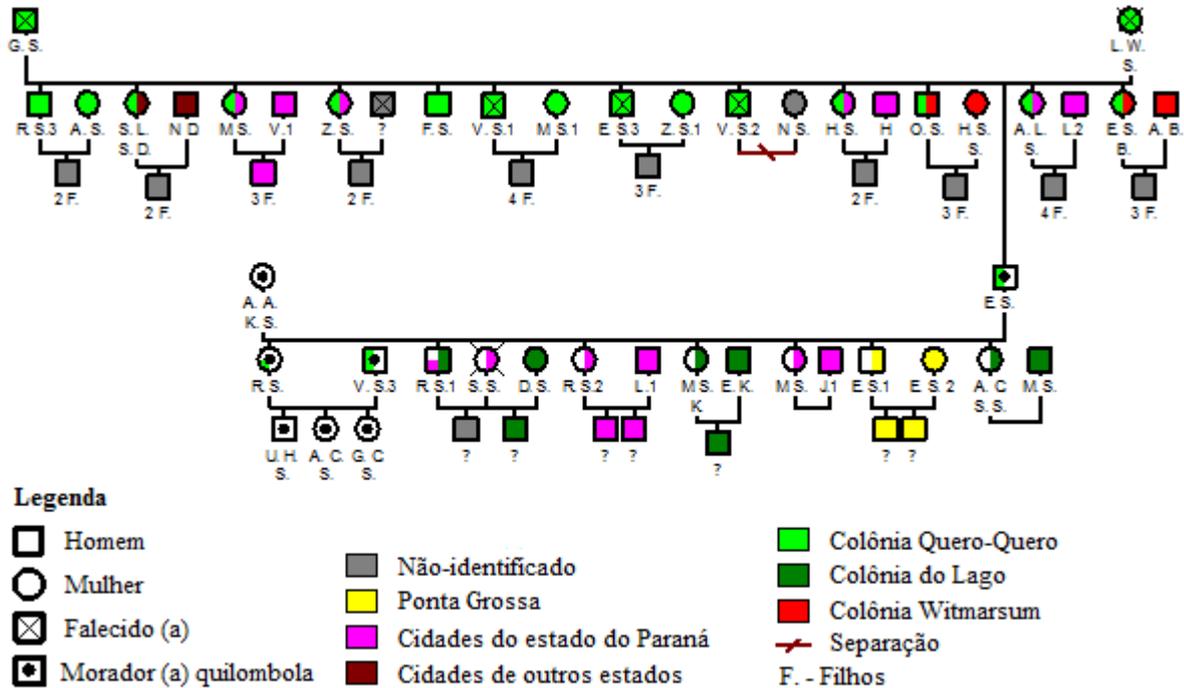
Os outros dois filhos do casal G. Schweigert e L. Weigan Schweigert, a filha E. Schweigert Bolde e o filho O. Schweigert, se casaram com integrantes da Colônia Witmarsum, localizada no município de Palmeira e formada por imigrantes menonitas¹³ russo-alemães. A Colônia Witmarsum está composta por 320 famílias, em um total de 2.000 habitantes, sendo 1.200 menonitas e 800 não-menonitas. (cf. ACMPW, 2013).

Observa-se que as uniões dos dois indivíduos citados acima com indivíduos externos induziram a saída destes integrantes da rede parental quilombola do seu antigo local de moradia para se restabelecerem em um novo lugar, dentro de um novo subgrupo familiar, o

¹³ Os menonitas são um grupo de denominações cristãs que descende diretamente do movimento anabatista que surgiu na Europa no século XVI, na mesma época da reforma. Tal grupo religioso foi nomeado de acordo com um dos seus organizadores, o teólogo frísio Menno Simons, que através dos seus escritos articulou e formalizou os ensinamentos dos seus predecessores anabatistas suíços. (WITMARSUM, 2001).

dos cônjuges. Ambos têm três filhos e trabalham em Witmarsum, a filha, E. Schweigert Bolde, juntamente com seu esposo, A. Bolde, têm uma laticeria e um café colonial. E o filho, O. Schweigert, com sua esposa, H. Schäder Schweigert, têm uma firma de transporte que distribui leite e laticínios.

Figura 05 – Indivíduos do subgrupo familiar B: descendentes de russo-alemães da Colônia Quero-Quero



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

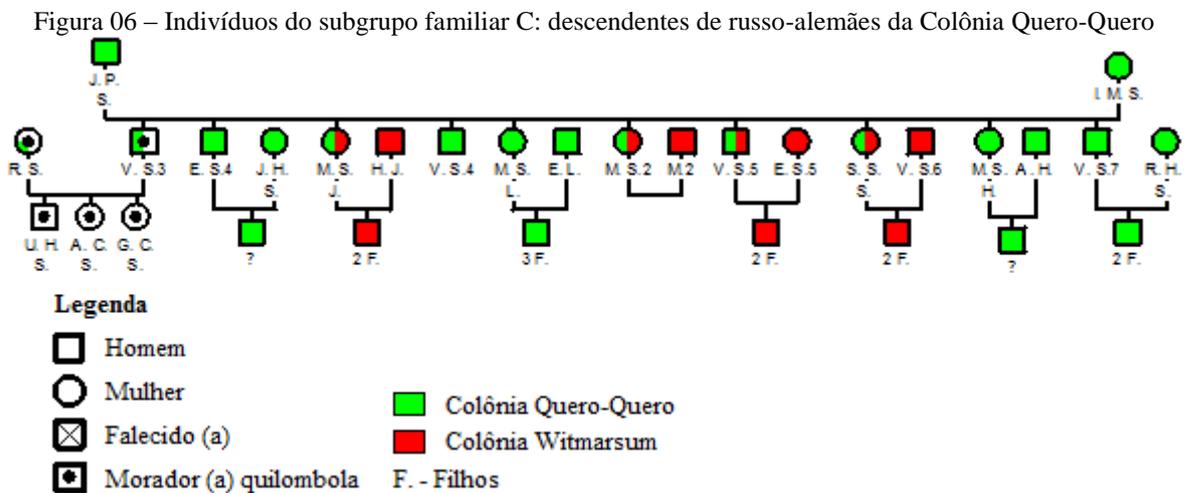
Do restante, as outras cinco filhas do casal G. Schweigert e L. Weigan Schweigert moram em zonas urbanas, quatro delas, M. Schweigert, Z. Schweigert, H. Schweigert e A. L. Schweigert, residem em zonas urbanas, sendo elas, Curitiba, Pinhais, Campina Grande do Sul e Palmeira. E a última, S. L. Schweigert Domingues reside em São Paulo. Todas se casaram e tiveram filhos.

O último indivíduo deste subgrupo, o filho E. Schweigert foi quem se casou com um dos indivíduos internos da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, ou seja, a quilombola identificada como A. A. Kapp Schweigert do subgrupo A1. Após o casamento, passaram a residir na comunidade, sendo, portanto, ela filha do casal V. Kapp e A. R. Gonçalves Kapp, que continuam a viver no lugar. Deste casamento, resultaram sete filhos, dois homens e cinco mulheres.

Apesar dos filhos deste casal ter nascido na comunidade quilombola, somente uma filha, ou seja, uma das netas do casal V. Kapp e A. R. Gonçalves Kapp, mora com a família em Santa Cruz. Trata-se de R. Schweigert do subgrupo A1, que casou, da mesma maneira que

a sua mãe, com um russo-alemão da Colônia Quero-Quero, V. Schweigert (identificado na Figura 05 como V. S.3) da família Schweigert, com o mesmo sobrenome do seu sogro, já estando, desse modo, ligado a tais indivíduos por laços parentais.

Ele, V. Schweigert (V. S.3), pertence ao subgrupo C (Figura 06), cuja origem também se deu por um casal de russo-alemães da família Schweigert, J. P. Schweigert e I. Meira Schweigert, moradores da Colônia Quero-Quero, onde ainda vivem. O casal teve dez filhos, cinco homens e cinco mulheres, dos quais, cinco firmaram residência no local, sendo três homens E. Schweigert (identificado na Figura 06 como E. S.4), V. Schweigert (identificado na Figura 06 como V. S.4) e V. Schweigert (identificado na Figura 06 como V. S.7) e duas mulheres (M. Schweigert Lederer e M. Schweigert Hartman). Apenas um dos filhos ficou solteiro e não teve descendentes. Os cinco filhos que não se fixaram em Quero-Quero, moram em comunidades da vizinhança. Três das filhas (M. Schweigert John, M. Schweigert¹⁴ e S. Schweigert Schäder) e um filho (V. Schweigert¹⁵) se deslocaram em virtude de laços matrimoniais para a Colônia Witmarsum. V. Schweigert (V. S.3), citado no início da página, foi quem se casou com um indivíduo interno da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, isto é, com R. Schweigert do subgrupo A1, e assim, vive atualmente na respectiva comunidade, juntamente com os três filhos que tiveram.



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, Org.: A autora.

O casal formado por R. Schweigert do subgrupo A1 e V. Schweigert (V. S.3) do subgrupo C vive, hoje, na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, mas, viveu anteriormente na Colônia Quero-Quero por um ano e oito meses, depois eles se mudaram a outras fazendas da vizinhança, até fixarem residência na comunidade. Devido a religiosidade do marido,

¹⁴ Identificada na Figura 06 como M. S.2.

¹⁵ Identificado na Figura 06 como V. S.5.

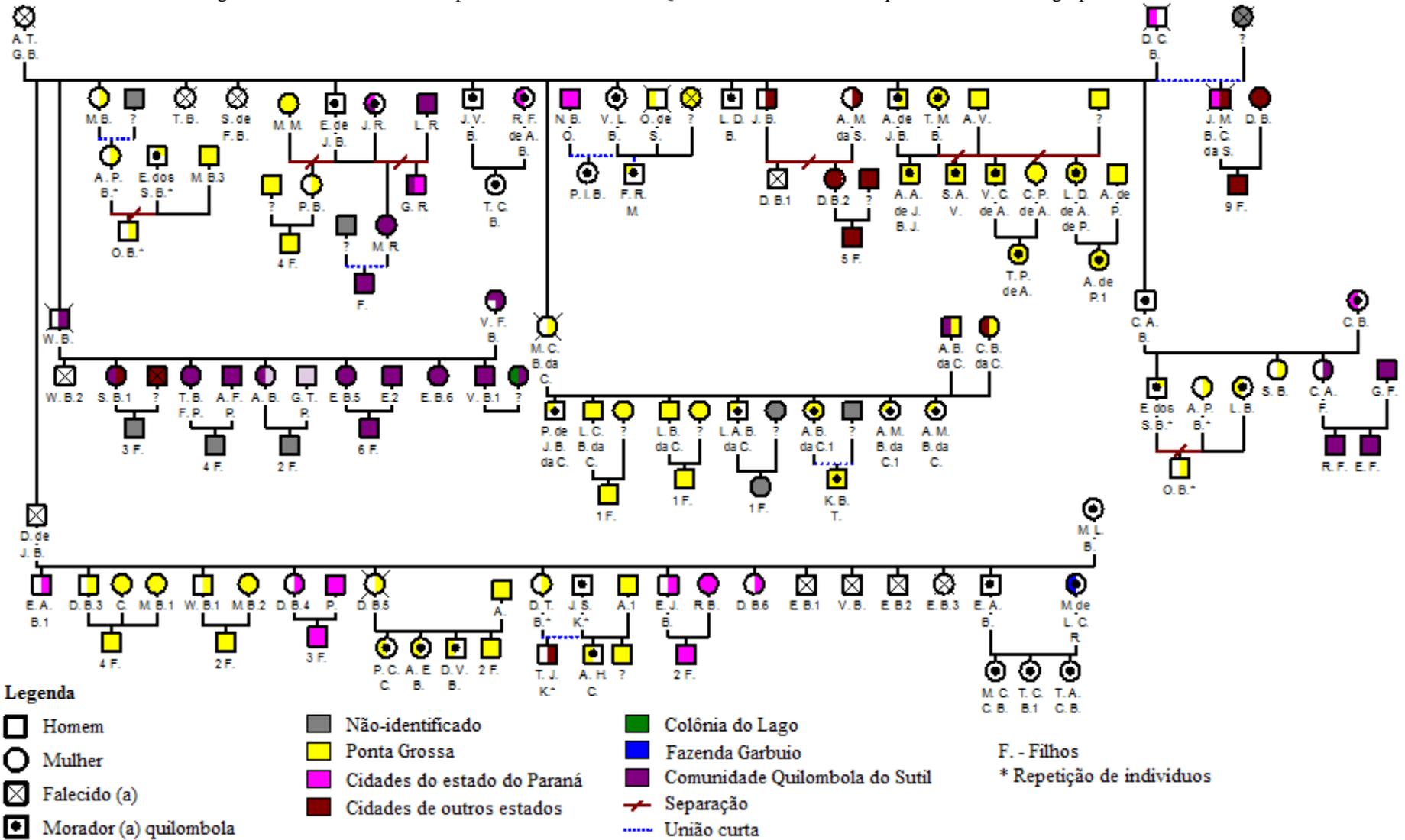
sendo ele luterano, a participação religiosa ocorre em local externo a comunidade, ou seja, na Colônia Quero-Quero. Não executa nenhum papel social na Comunidade Quilombola de Santa Cruz e, embora o fato de a esposa participar regularmente com os filhos nos eventos religiosos da capela católica na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, ela também não exerce papel social.

c) Subgrupo familiar A2 da Comunidade Quilombola de Santa Cruz

Retoma-se, agora, a outra filha do casal ancestral A. Gonçalves e M. C. dos Santos Gonçalves. Trata-se de A. T. Gonçalves Batista, membro da família Gonçalves do subgrupo A (Figura 01). Ela, hoje falecida, casou com D. C. Batista, também já falecido, funcionário do DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná), natural de Palmas/PR. Em função do trabalho, ele se deslocou para a região durante um período de tempo, no qual trabalhou na construção da rodovia PR-151 (trecho Ponta Grossa-Palmeira). Como esta passa em frente à Comunidade Quilombola de Santa Cruz, ele acabou conhecendo a sua esposa, unindo-se a ela por laços matrimoniais e fixando-se no local. Este passou a ter um papel social na comunidade, o de “benzedor”, cuja tarefa é benzer as crianças com “bicha” (vermes) e dor de dente. Já, ela, desempenhava o papel de costureira aos moradores da comunidade e vizinhança.

O referido casal teve treze filhos, sendo cinco mulheres e sete homens, dos quais já faleceram cinco, dois deles ainda enquanto crianças. Os três que morreram adultos, D. de J. Batista, W. Batista e M. C. Batista da Cruz, viviam com os cônjuges respectivamente nos seguintes locais: na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, na Comunidade Quilombola do Sutil e Vila Cipa na cidade de Ponta Grossa. Os descendentes do casal A. T. Gonçalves Batista e D. C. Batista passaram a constituir um novo grupo, denominado na pesquisa de subgrupo A2 (Figura 07), que é um dos subgrupos pertencentes hoje a comunidade. Todos os filhos foram criados e educados na comunidade, porém, atualmente, cinco deles permanecem residentes na mesma, são eles: E. de J. Batista, J. V. Batista, V. L. Batista, L. D. Batista, C. A. Batista, e ainda, M. L. Batista, esposa de D. de J. Batista, um dos filhos já falecido, A. M. Batista da Cruz, A. M. Batista da Cruz (identificado na Figura 07 como A. M. B. da C.1), L. A. Batista da Cruz e P. de J. Batista da Cruz, todos filhos de M. C. Batista da Cruz, filha já falecida do casal (A. T. Gonçalves Batista e D. C. Batista). Dos outros três que moram fora da comunidade, dois deles (M. Batista e A. de J. Batista) estão na cidade de Ponta Grossa, no bairro Colônia Dona Luiza, relativamente próximo à comunidade e o outro filho (J. B.) reside na cidade de Irapé, estado de São Paulo.

Figura 07 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar A2



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

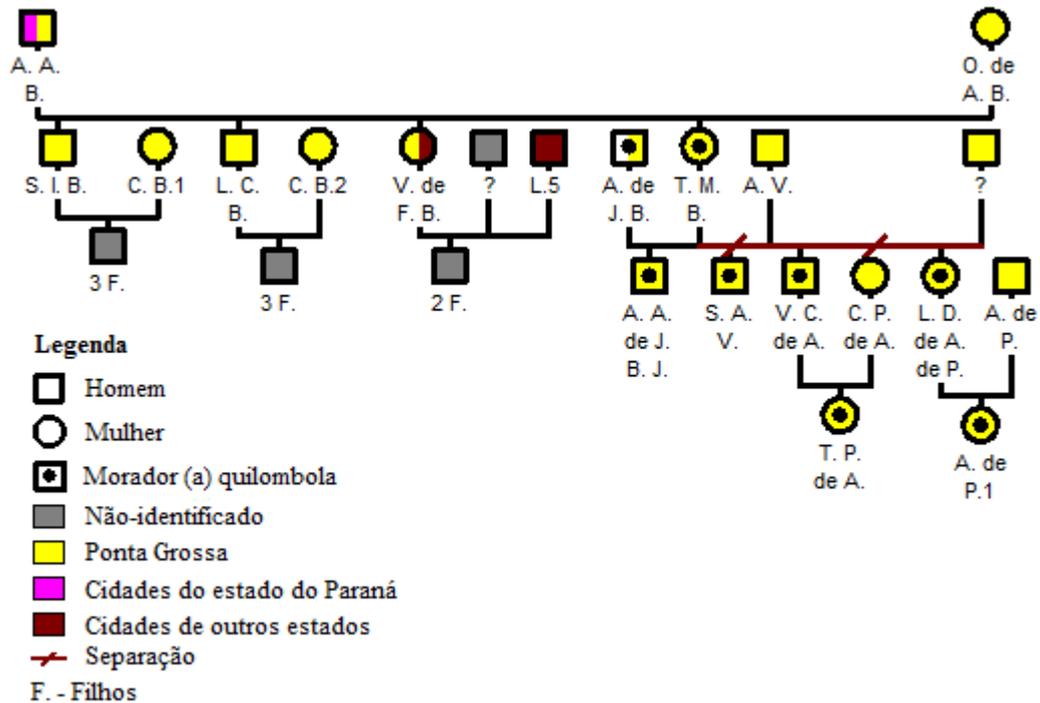
A dispersão dos indivíduos do subgrupo familiar A2 da comunidade para outros locais externos é fruto de um processo de venda das terras obtidas por herança dos pais A. T. Gonçalves Batista e D. C. Batista, o qual adquiriu estas terras por meio da compra em parceria com o concunhado, V. Kapp, juntos foram comprando terras de outros moradores do local. Contudo, apesar de terem comprado as terras em parceria, a quantidade que pertencia a cada um não era a mesma. Segundo as informações dos filhos, D. C. Batista tinha uma área menor de terras. A maioria dos filhos dele, após a venda das terras, mudou a lugares vizinhos da comunidade, como bairros da cidade de Ponta Grossa e Comunidade Quilombola do Sutil. Apenas um de seus filhos foi morar em outro estado.

De todos os filhos do casal (A. T. Gonçalves Batista e D. C. Batista) que deixaram a comunidade, há aquele que se destaca como parte integrante do grupo, por ser considerado e se considerar membro da comunidade, denominado A. de J. Batista. Apesar dele ter fixado residência, após união matrimonial, no bairro Colônia Dona Luiza em Ponta Grossa, ainda mantém fortes laços com os moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Além de se relacionar diariamente com alguns dos quilombolas de Santa Cruz, continua a participar das questões comunitárias, inclusive foi eleito presidente da “Associação da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz” para fins da regularização fundiária. Esses laços acontecem, por um lado, devido a proximidade de sua residência à comunidade e, por outro, pela questão religiosa compartilhada com alguns dos quilombolas.

Ele casou-se com T. M. Batista, indivíduo externo da cidade de Ponta Grossa. Apesar de ter o mesmo sobrenome do marido, ela não estava ligada a ele por laços parentais, pois, é filha de A. A. Batista e O. de A. Batista, casal que teve quatro filhos, duas mulheres e dois homens, dos quais apenas um não reside em Ponta Grossa, mas, em São Francisco do Sul/SC.

A esposa do líder quilombola, T. M. Batista teve duas uniões anteriores, resultando em três filhos, sendo S. A. Vantropa, V. C. de Assis e L. D. de Assis de Paula. Os dois últimos são casados e cada qual tem uma filha. A terceira união se deu com o quilombola A. de J. Batista, com o qual teve um filho, A. A. de J. Batista Junior, ainda solteiro. Os dois filhos solteiros ainda moram junto com o casal e os dois filhos casados, apesar de não viverem mais na casa da mãe e do padrasto, ainda residem no mesmo bairro. Todos eles, com exceção dos cônjuges, se reconhecem como quilombolas de Santa Cruz, são considerados parte integrante do grupo quilombola nesta pesquisa. Eles também integram o subgrupo D (Figura 08), incluído na rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz pelos laços matrimoniais do quilombola A. de J. Batista com T. M. Batista.

Figura 08 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar D



T. M. Batista, apesar de não residir na comunidade, ainda representa um papel social importante para alguns membros. Ela é a Ialorixá/Mãe de Santo, isto é, sacerdotisa de um terreiro de candomblé e umbanda situado no bairro Colônia Dona Luiza na cidade de Ponta Grossa/PR, também é a presidente da associação Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, dentro da qual está integrado o terreiro. O casal, juntamente com os filhos, netos e alguns quilombolas de Santa Cruz, partilham da mesma religião, que é professada em um espaço multiuso que abriga a moradia familiar, o Restaurante Sinhá Vitória, o Hienas Moto Club e a sede da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca.

A Sociedade se apresenta em cinco cenários¹⁶: o Terreiro de Candomblé e Umbanda, a Biblioteca Comunitária São Miguel Arcanjo, a Sala de Costura e Artesanato, o Refeitório-Cozinha e a Sala de Informática. Neste espaço atua-se em três frentes: Centro Espiritual, Casa de Aprendizagem Criança Feliz e Clube de Mães, todas ligadas à questão religiosa tendo em vista que a religião umbanda tem caráter filantrópico, opera também por trabalhos sociais. Nesse caso, tanto o restaurante e o moto clube quanto os cinco cenários da sede da associação, são utilizados para atividades filantrópicas e, do mesmo modo, tanto T. M. Batista quanto seu

¹⁶ Uma abordagem mais aprofundada sobre a Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca será realizada no capítulo III desta pesquisa.

esposo A. de J. Batista, filhos e alguns quilombolas de Santa Cruz, desempenham diferentes papéis sociais dentro desse espaço múltiplo.

O esposo, A. de J. Batista atua intensamente no espaço em questão, tem posição de respeito no Terreiro de Candomblé e Umbanda, o seu papel social é de “Ogã”, médium responsável pelo canto e pelo toque dos atabaques durante a realização de trabalho espiritual, tem o dever de conduzir a “curimba”, que é o conjunto de vozes e toques dos atabaques. A outra tarefa que executa também são os consertos na sede da associação.

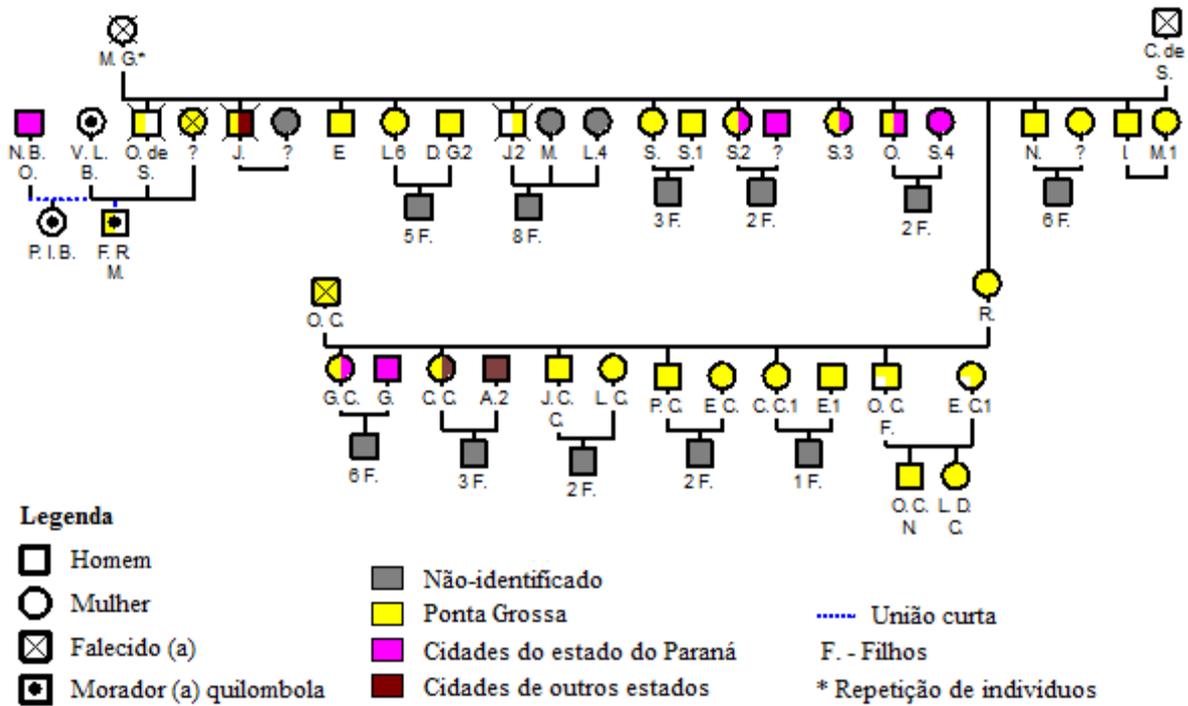
Apesar de não residir na Comunidade Quilombola de Santa Cruz e nem possuir mais terras, ainda mantém fortes laços parentais com os indivíduos desta comunidade. Assume papéis sociais significativos, sendo o atual “líder quilombola” e participando da Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná (FECOQUI), criada em 2008, no papel de conselheiro fiscal da comissão de trabalho da agricultura. Seu filho, A. A. de J. Batista Junior atua em uma das comissões da FECOQUI, a da juventude, juntamente com cinco jovens quilombolas de outras comunidades.

Ainda em relação ao casal ancestral (A. T. Gonçalves Batista e D. C. Batista) que integra o subgrupo A2, observa-se que cinco dos seus filhos continuam morando na comunidade: V. L. Batista, L. D. Batista, J. V. Batista, E. de J. Batista e C. A. Batista, além da cunhada M. L. Batista, esposa de D. de J. Batista, um dos irmãos falecidos, e quatro filhos da irmã falecida M. C. Batista da Cruz. Todos possuem terras na comunidade, onde residem, praticam a agricultura e criam animais para subsistência.

Destes cinco filhos, dois vivem em mesma residência da comunidade, visto que o L. D. Batista não tem condições de morar sozinho, em virtude de problemas de saúde mental. Ele é solteiro e assistido pela irmã, V. L. Batista, a qual é viúva e tem dois filhos, que não são frutos do seu casamento, pois, teve a primeira filha, P. I. Batista, antes de seu casamento, em um relacionamento curto com N. Borges Oliveira, um indivíduo externo de outra cidade do estado que apenas trabalhava na região quando tiveram o relacionamento. Em decorrência disso, ele não ajuda na criação da filha, esta foi criada pela mãe, com ajuda dos avós e tios. Alguns anos mais tarde, V. L. Batista casou-se com um primo materno de segundo grau, O. de Souza, indivíduo do subgrupo E (Figura 09), filho do casal M. Gonçalves e C de Souza. A mãe dele era filha de V. Gonçalves, ancestral que também originou a comunidade. Desse subgrupo acredita-se que apenas O. de Souza, o irmão, J. de Souza e o sobrinho O. Carneiro Filho e sua cônjuge viveram poucos anos na comunidade.

O. de Souza já havia sido casado, viveu até o falecimento da primeira esposa na cidade de Ponta Grossa. Posteriormente, mudou-se para comunidade, onde havia herdado terras da sua mãe, M. Gonçalves. Em seu deslocamento à comunidade, acabou se relacionando com V. L. Batista, fato que resultou união matrimonial.

Figura 09 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar E



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Após o falecimento do cônjuge, surgiu a oportunidade de V. L. Batista adotar uma criança abandonada na sede da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, espaço de propriedade de seu irmão e cunhada. Movida pelos fortes laços de parentesco, além do vínculo religioso, ao assumir a criação deste menino, F. R. Mara, com quatro meses de vida, ela conectou-se também ao casal por laços de solidariedade, uma vez que estes não puderam assumir a adoção. No presente momento, F. R. Mara já tem 17 anos e frequenta, junto com a mãe adotiva, a sede da Sociedade e da capela da comunidade, onde vem desempenhando papéis sociais em situações de interação.

Essa mulher, V. L. Batista, tem papéis sociais de importância na comunidade, o primeiro é o de presidente da Comissão da Capela, cabendo-lhe a administração financeira da capela e do pavilhão de festas há dois anos. Uma de suas atividades é a realização da festa do padroeiro que ocorre todos os anos no mês de agosto¹⁷. O segundo papel é o de vice-

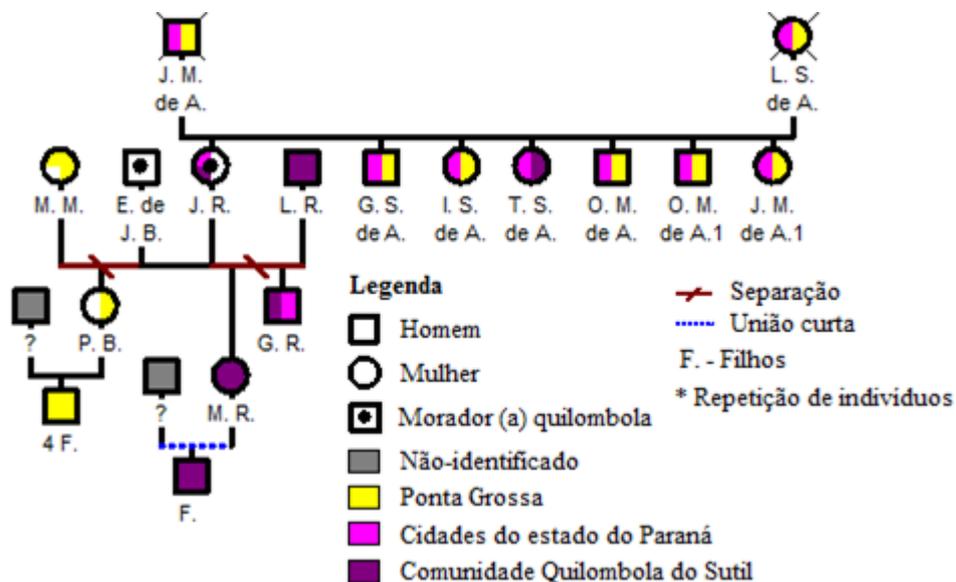
¹⁷ A festa do padroeiro será aprofundada no capítulo III desta pesquisa.

presidente da associação quilombola ligada ao processo da regularização fundiária, da qual foi no ano de 2007, a primeira presidente.

Outro dos filhos do casal ancestral, morador quilombola da comunidade, é o E. de J. Batista. Ele teve duas uniões estáveis, a primeira com um indivíduo externo da cidade de Ponta Grossa, com duração aproximada de dez anos, na qual teve uma filha, P. Batista, que atualmente mora com a mãe no núcleo Santa Maria, bairro Colônia Dona Luiza em Ponta Grossa. A segunda e atual união se deu novamente com um indivíduo externo, J. Roube, moradora da Comunidade Quilombola do Sutil, com ela não teve filhos. Esta é integrante do subgrupo F (Figura 10), sendo uma das filhas do casal J. M. de Almeida e L. S. de Almeida, ambos já falecidos e que tiveram, além de J. Roube, mais seis filhos, dos quais cinco estão morando em Ponta Grossa e uma na Comunidade Quilombola do Sutil. Este casal residia em São Matheus do Sul/PR, onde criou os sete filhos que se mudaram, posteriormente, a Ponta Grossa, juntamente com as famílias que constituíram (netos de J. M. de Almeida e L. S. de Almeida).

J. Roube esteve casada há mais de vinte anos com L. Roube, morador da Comunidade Quilombola do Sutil, cujo sobrenome ainda lhe pertence. Nesse relacionamento, ela teve dois filhos, uma menina e um menino. Sua filha M. Roube é solteira e tem um filho, ambos moram na Comunidade Quilombola do Sutil e convivem diariamente com o casal quilombola. O filho de J. Roube, também solteiro, habita e trabalha em Campo Largo/PR, comparecendo à comunidade com menor frequência.

Figura 10 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar F

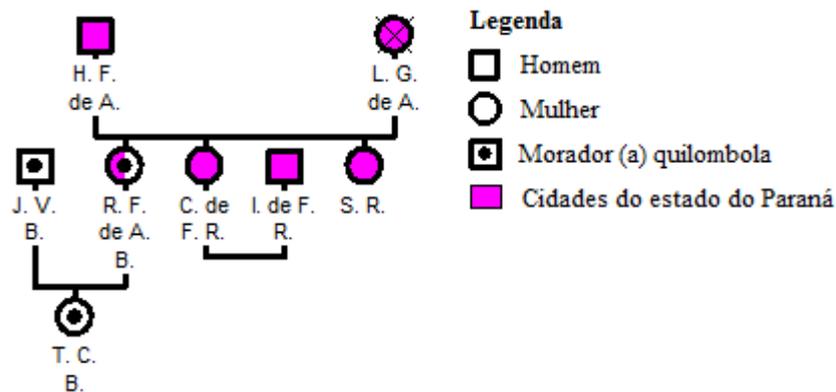


Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

A atuação do casal em referência, nos papéis sociais da comunidade, atualmente acontece apenas por ele, E. de J. Batista, que há dois anos desempenha atividades de vice-presidente da Comissão da Capela, auxiliando sua irmã (a presidente) na administração. Apesar de participar dos eventos religiosos na comunidade, J. Roube não exerce nenhum papel social neste ambiente por ser evangélica, mas, para além da questão religiosa, já executou o papel de segunda secretária da associação, na regularização fundiária.

Deve-se mencionar outro filho do casal ancestral que vive na comunidade, é J. V. Batista, que se casou com um indivíduo externo, R. F. de Andrade Batista, natural de Rebouças/PR. Antes de se casar, ela residia na cidade vizinha de Irati/PR, é uma das três filhas do casal H. Ferreira de Andrade e L. Gonçalves de Andrade que estruturam o subgrupo G da rede parental da comunidade (Figura 11). Seu pai e as duas irmãs ainda residem em Rebouças, a mãe já é falecida.

Figura 11 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar G



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

O casal quilombola tem uma filha de 15 anos, T. C. Batista. Ambos desenvolvem papéis sociais dentro da comunidade, ele é auxiliar de limpeza, executa atividades de serviço geral na manutenção da capela e do pavilhão de festas, como, por exemplo, aparar o gramado, consertar portões, janelas e portas, abrir a capela para eventos religiosos quando da ausência de sua esposa, entre outros. Embora ele não tenha cargo na Comissão da Capela, colaborou significativamente na festa do padroeiro do ano de 2011 e 2012, ocupando mais de um papel social, antes e durante o evento. A esposa se formou ministra eucarística junto à Paróquia Espírito Santo, há aproximadamente três anos, atuando, então, neste papel dentro da comunidade. Anteriormente, essa função pertencia a A. de J. Kapp, indivíduo do subgrupo A1.

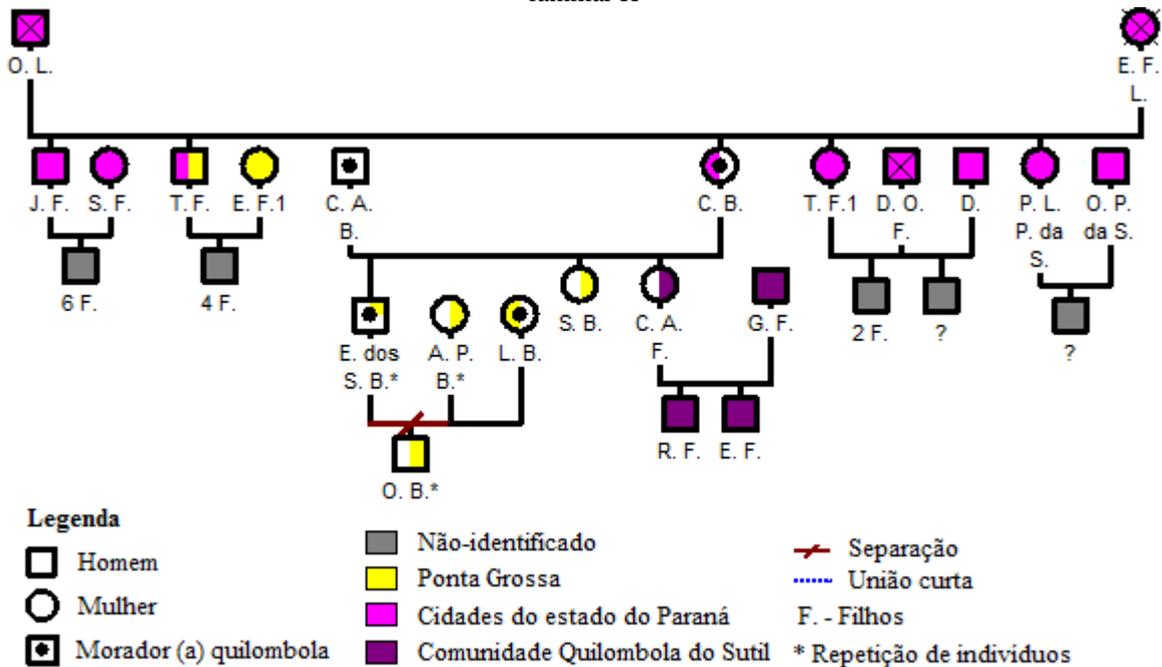
Como ministra, ela é responsável tanto pelas atividades de celebração de cultos e orações de terço/rosário todos os domingos em que não há presença de padres ou diáconos da Paróquia, quanto nos papéis de leitora litúrgica, catequista, guardiã da chave e faxineira da capela. Nos dois anos em que se observou a festa do padroeiro, assim como o marido, ela participou no desenvolvimento das atividades ligadas a capela. É necessário respaldar que a filha dela também exerceu o papel social de leitora litúrgica nos eventos religiosos e ajudou nas atividades da festa do padroeiro de 2011 e 2012, executando duas funções nos respectivos dias.

O último filho do casal de antepassados que ainda mora na comunidade é C. A. Batista. Ele se casou com um indivíduo externo, C. Batista, natural de Irati/PR, onde morava com os pais O. Lipovieski e E. F. Lipovieski, na zona rural do município, local chamado de Guaramirim. O casal em questão, hoje falecido, constitui o subgrupo H, tendo cinco filhos. Dois destes filhos ainda são residentes em Irati, um reside em Curitiba, outro em Ponta Grossa e a última, C. Batista, casou com o quilombola C. A. Batista, vive na Comunidade Quilombola de Santa Cruz (Figura 12). Juntos, eles tiveram três filhos, duas meninas e um menino, todos já foram residentes da comunidade.

O filho, E. dos Santos Batista, teve duas uniões estáveis, a primeira com um indivíduo de parentesco, sendo prima paterna de primeiro grau, A. P. Batista, filha de M. Batista, irmã do pai, com a qual teve um filho, O. Batista. Atualmente, E. dos Santos Batista convive na segunda união que ocorreu com indivíduo externo, da cidade de Ponta Grossa, onde residiram algum tempo. Em julho de 2012, retornaram à comunidade, morando na casa dos pais dele, entretanto, já iniciaram a construção de uma casa de alvenaria. O casal ainda não tem filhos.

A filha mais velha do casal C. A. Batista e C. Batista está identificada como C. A. Ferreira. Ela também se casou com indivíduo externo, membro da Comunidade Quilombola do Sutil, local onde foi residir após o casamento, tendo seus dois filhos. A outra filha, S. Batista, é solteira e vive em Ponta Grossa.

Figura 12 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar H

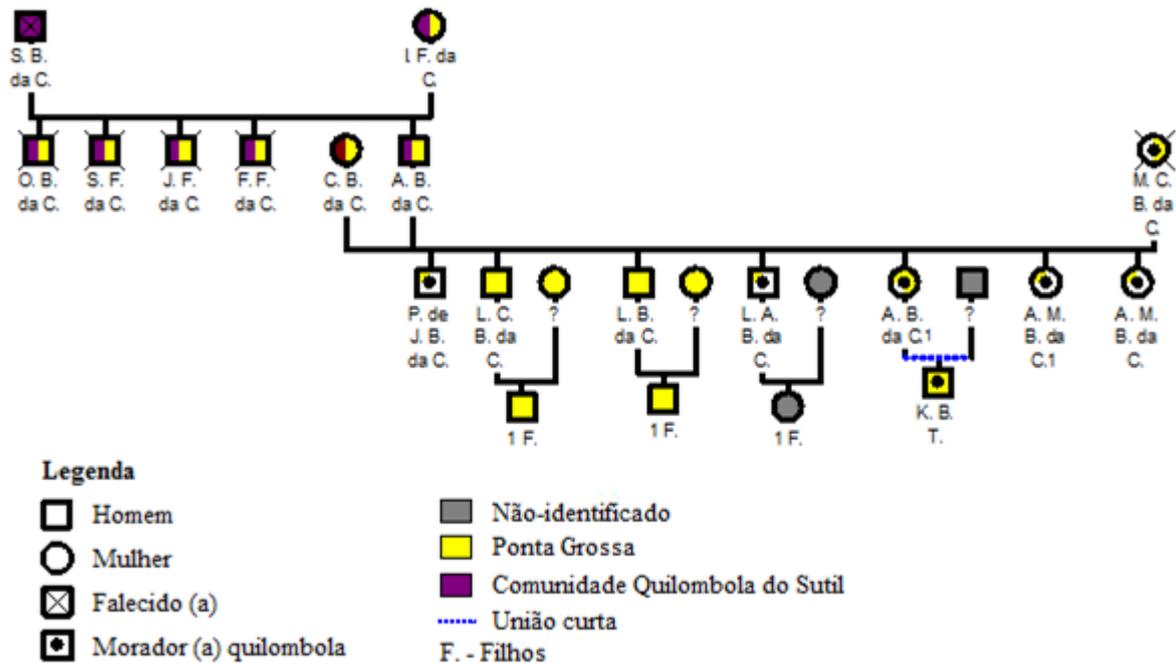


Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

O quilombola C. A. Batista não possui papel social na comunidade devido aos problemas de saúde, entretanto, a esposa, C. Batista é leitora litúrgica durante os cultos e missas realizados na capela e canta no grupo de coral, sendo a pessoa que inicia os cânticos durante celebrações religiosas e festividades. Na comemoração pela data do padroeiro em 2011 e 2012, ela se fez presente e ajudou nestas funções.

Há dois filhos do casal de antepassados que já faleceram, mas que têm descendentes morando na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, sendo eles D. de J. Batista e M. C. Batista da Cruz. A filha M. C. Batista da Cruz se uniu por laços matrimoniais com um indivíduo externo, A. Batista da Cruz, antigo morador da Comunidade Quilombola do Sutil. Quando casaram, ele já estava residindo na cidade de Ponta Grossa juntamente com sua mãe e irmãos, mais precisamente, na Vila Cipa, onde continuou a residir com a esposa. Ele é um dos cinco filhos do casal I. Ferreira da Cruz, ainda viva (com 95 anos), e S. Batista da Cruz, o qual falecera com apenas 29 anos, deixando sua esposa e os cinco filhos pequenos. Os outros filhos deste último casal são O. Batista da Cruz, S. Ferreira da Cruz, J. Ferreira da Cruz e F. Ferreira da Cruz, todos já falecidos. O casal I. Ferreira da Cruz e S. Batista da Cruz juntamente com seus descendentes formam o subgrupo familiar I (Figura 13).

Figura 13 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar I



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Na década de cinquenta, I. Ferreira da Cruz juntamente com os cinco filhos deixaram a Comunidade Quilombola do Sutil para residir em um sítio próximo às margens do rio Tibagi, onde havia um porto de areia. Neste, trabalhavam em ajuda à proprietária nos serviços gerais, em troca, recebiam moradia e pagamento em dinheiro pela prestação de serviços. Posteriormente, se mudaram para a Vila Cipa, em Ponta Grossa, onde A. Batista da Cruz trabalhou na Pedreira Moro e posteriormente como caminhoneiro realizando transporte de cargas para outras empresas. Nessa vila, ele criou os sete filhos que teve com sua primeira esposa, a quilombola M. C. Batista da Cruz. Esta morreu com 49 anos quando os filhos ainda eram pequenos.

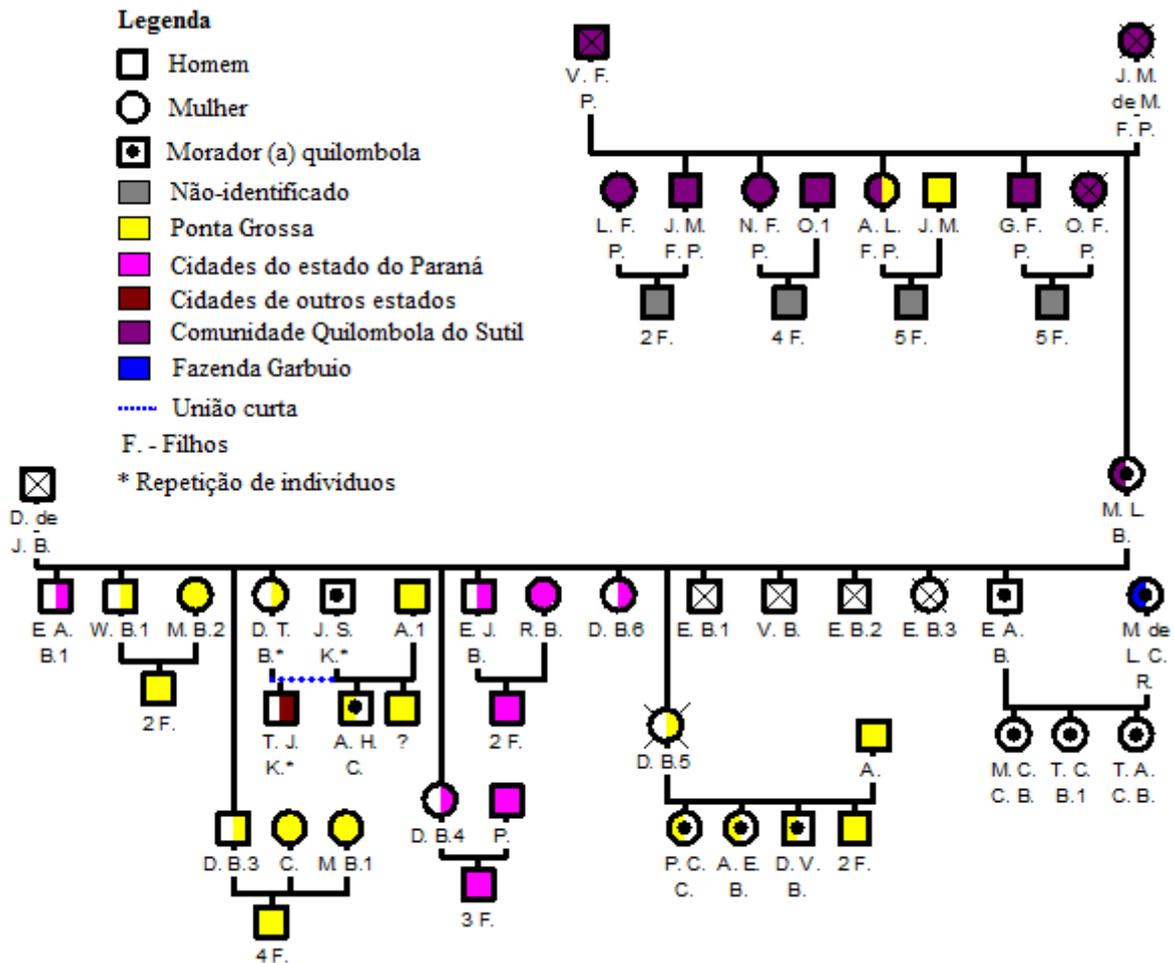
Dos sete filhos que tiveram, quatro são homens e três são mulheres. Atualmente, dois filhos do casal (L. Batista da Cruz e L. C. Batista da Cruz) convivem com suas esposas e, respectivamente com os filhos, na Vila Cipa, quatro filhos residem nas terras que pertenciam à mãe, na comunidade quilombola e que agora são de propriedade de seu pai, sendo as duas filhas A. M. Batista da Cruz e A. M. Batista da Cruz (identificada na Figura 13 como A. M. B. da C.1), e os filhos L. A. Batista da Cruz e P. de J. Batista da Cruz. A última filha restante que ainda não foi mencionada denomina-se A. Batista da Cruz (identificada na Figura 13 como A. B. da C.1), esta até o final do ano de 2011, vivia junto com os quatro irmãos na comunidade, depois disso, mudou para o núcleo Santa Clara, bairro Colônia Dona Luiza, em Ponta Grossa, trabalhando nesta cidade em serviços de advocacia a Faculdade União.

Apesar de ter fixado residência na zona urbana, passa um número de dias consideráveis por semana na casa dos irmãos, juntamente com seu filho K. Batista Tsuneto de seis meses, fruto do relacionamento com um indivíduo externo, de Ponta Grossa. A presença frequente de mãe e filho na comunidade permite a manutenção de fortes laços parentais com os moradores. Ambos são considerados moradores quilombolas de Santa Cruz. Desse modo, ela tem há dois anos o papel social de secretária na Comissão da Capela e executou quatro atividades na festa do padroeiro de 2011.

As outras duas irmãs e os dois irmãos que habitam a comunidade, não exercem papel social no momento, porém, uma das irmãs já assumiu tarefas de secretária da associação quilombola ligada à regularização fundiária. As irmãs têm participação ativa no Terreiro de Candomblé e Umbanda e na Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca dos tios A. de J. Batista e T. M. Batista, tendo, nesses dois ambientes, os papéis de filhas de santo, professoras de artesanato, auxiliares de limpeza da sede, além de papéis específicos nos rituais.

Em relação a outro filho do casal de antepassados, D. de J. Batista deixou descendentes na comunidade quilombola, os dados de pesquisa demonstram que ele se uniu a um indivíduo externo da Comunidade Quilombola do Sutil, M. L. Batista. Ela integra o subgrupo J (Figura 14), formado pelo casal quilombola V. Ferreira Pinto e J. M. de Melo Ferreira Pinto, hoje falecidos, mas que tiveram cinco filhos, dos quais três constituíram família e continuaram a viver na Comunidade Quilombola do Sutil. Sobre os dois que saíram da comunidade, uma filha (A. L. Ferreira Pinto) casou e foi morar no núcleo Santa Maria, bairro Colônia Dona Luiza, em Ponta Grossa e a outra, M. L. Batista, após o casamento passou a residir na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, mantendo-se permanente neste lugar mesmo após a morte do marido (D. de J. Batista).

Figura 14 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar J



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

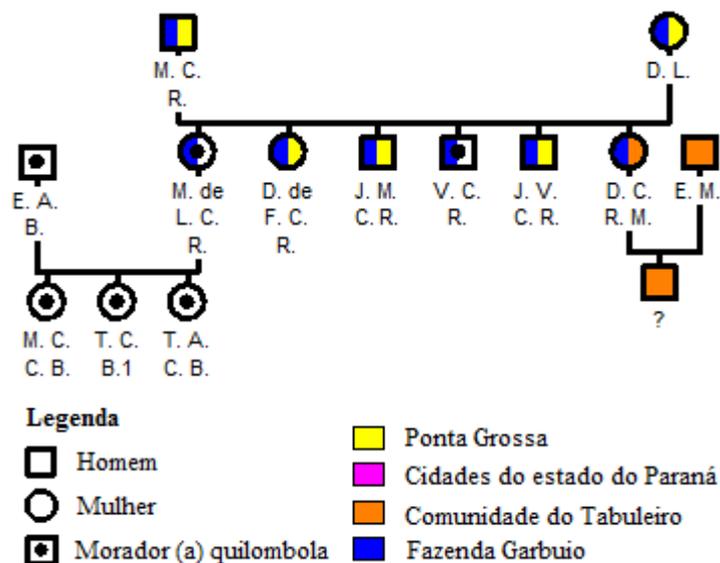
O casal (D de J. Batista e M. L. Batista) teve treze filhos, cinco já são falecidos. No restante, dois são solteiros, sendo E. A. Batista (E. A. B.1) e D. Batista (D. B.6) que moram em Curitiba/PR. Dentre os casados, cinco deles moram em local externo à comunidade, em Curitiba e Ponta Grossa (núcleo Cristo Rei e Vila Cipa), são eles: W. Batista (W. B.1), D. T. Batista, D. Batista (D. B.3), D. Batista (D. B.4) e E. J. Batista.

Havia outra filha, D. Batista (D. B.5), casada e residente em Ponta Grossa, na Vila Cipa. Essa teve cinco filhos e, logo faleceu. Isso fez com que os filhos fossem separados, um deles ficou morando com o pai no mesmo local, outro foi adotado ainda bebê pela patroa da mãe e os outros três, P. C. Costa, A. E. Batista e D. V. Batista, vem sendo criados pela avó materna, a quilombola M. L. Batista que ainda é responsável pela criação de outro neto, A. H. Camargo, filho de D. T. Batista, sua outra filha que também tivera um filho com o primo J. S. Kapp do subgrupo A1.

A partir dessas informações, compreende-se que apenas um dos nove filhos deste casal fixou residência na comunidade, E. A. Batista, unido com M. de L. Camargo Ribas, indivíduo externo que integra o subgrupo L (Figura 15). Este subgrupo foi constituído por M. Camargo Ribas e D. Lopes, casal residente e trabalhador na “Fazenda Garbuio”, local vizinho à comunidade. Eles tiveram seis filhos, três homens e três mulheres. Três deles, D. de F. Camargo Ribas, J. M. Camargo Ribas e J. V. Camargo Ribas, são solteiros e moram com os pais, que agora vivem na Vila Santa Paula, em Ponta Grossa. A filha D. Camargo Ribas Mafra se casou com E. Mafra, morador da Comunidade do Tabuleiro formada, principalmente, por moradores descendentes poloneses e italianos, situada entre as Comunidades Quilombolas de Santa Cruz e Sutil. Após o casamento, ela foi morar com o esposo na Comunidade do Tabuleiro, onde tiveram um filho.

Já o filho, V. Camargo Ribas, do casal M. Camargo Ribas e D. Lopes, apesar de não ter casado com alguém da comunidade, executa tarefas na leiteria do casal quilombola E. Schweigert e A. A. Kapp Schweigert, do subgrupo A1. A filha do casal (M. Camargo Ribas e D. Lopes) denominada M. de L. Camargo Ribas reside com o marido E. A. Batista na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, construíram residência junto ao terreno da mãe dele e tiveram três filhas, M. C. Camargo Batista, T. Camargo Batista (T. C. B.1) e T. A. Camargo Batista.

Figura 15 – Indivíduos da rede parental da Comunidade Quilombola de Santa Cruz que constituem o subgrupo familiar L



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Através da descrição dos descendentes do casal ancestral, A. Gonçalves e M. C. dos Santos Gonçalves, indivíduos componentes da rede de parentesco que vivem na Comunidade

Quilombola de Santa Cruz, podem ser feitas diversas inferências sobre o grupo quilombola que constitui a comunidade. Em primeiro lugar, se identificou a existência de 45 quilombolas, destes 26 mulheres e 19 homens, integrantes de 12 famílias. Por família, considera-se tanto a pessoa que mora sozinha quanto o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco que vivem no mesmo domicílio. Nesse contexto, a organização dos quilombolas de Santa Cruz se apresentou com diferentes formas de agrupamentos familiares em relação aos membros componentes, sendo eles: casal com filhos (4 famílias), casal sem filhos (2 famílias), casal com filhos e parentes (1 família), mulher com filhos e irmãos (2 família), mulher com netos (1 família) e pessoa sozinha (2 famílias). Portanto, não há um padrão de organização familiar para estes agrupamentos em Santa Cruz.

A realidade demonstra que todos os moradores de Santa Cruz inclusos nas 12 famílias estão ligados por diferentes laços de parentesco entre si, sendo, primos, filhos, mães, pais, esposos, irmãos, cunhados, concunhados, tios, sobrinhos, netos e avós. Dentro dessa configuração familiar, existe a organização interna em dois subgrupos familiares (A1 e A2) formados de acordo com a descendência familiar e com as peculiaridades culturais. Evidencia-se que 45 dos indivíduos que compõem o grupo quilombola de Santa Cruz, apenas 9 são do subgrupo A1 (família Kapp/Schweigert), não se excluindo o indivíduo J. S. Kapp, falecido recentemente, enquanto 36 deles são do subgrupo A2 (da família Batista).

Os laços conjugais dos moradores, em sua quase totalidade, ocorrem com indivíduos externos, cujo levantamento permitiu identificar o espaço geográfico de tais relações. Estas, na maioria se limitam ao espaço regional em que está inserida a comunidade, estendendo relações conjugais a locais vizinhos, como a Comunidade Quilombola do Sutil, a Colônia Quero-Quero, a Colônia do Lago, bem como, as cidades de Ponta Grossa e Irati. Quanto às relações conjugais entre parentes, houve quatro relações desse gênero¹⁸, os indivíduos já estavam ligados por laços de parentesco antes da união matrimonial, sejam eles maternos ou paternos. Apenas uma dessas relações não gerou filhos.

Em decorrência da mobilidade dos indivíduos da rede de parentesco que deixaram de residir na comunidade, os registros são de que os principais destinos dos indivíduos do subgrupo A1, foram: Ponta Grossa, Colônia do Lago, outras cidades paranaenses e, por último, outros estados. Já os indivíduos do subgrupo A2, tiveram como principal destino, a cidade de Ponta Grossa com destaque ao bairro Colônia Dona Luiza, na sequência outras cidades paranaenses e, por último, a Comunidade Quilombola do Sutil.

¹⁸ Também se inclui a relação conjugal de parentesco que ocorreu entre J. S. Kapp, já falecido e sua prima, D. T. Batista.

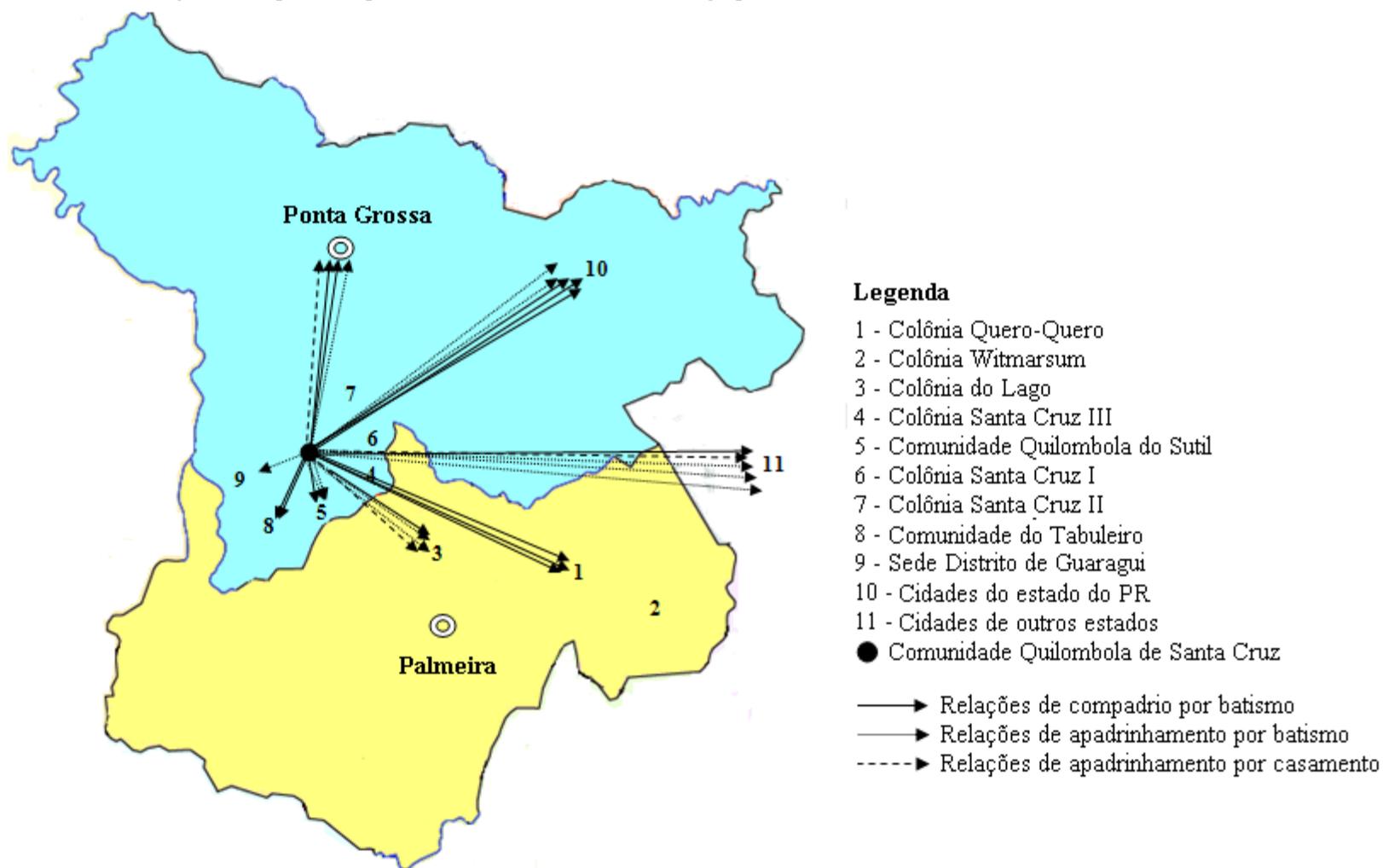
No interior do grupo quilombola, assim como outrora, no grupo de escravos e de libertos da Fazenda Santa Cruz, as relações não se dão apenas por laços sanguíneos, mas, também por laços de apadrinhamento e compadrio, firmados pelo batismo ou casamento. Pode-se afirmar que as relações de afinidade se projetaram não somente sobre os indivíduos internos, mas ainda para indivíduos externos (Figura 16 e 17).

O subgrupo A1, composto por quatro moradores quilombolas da Comunidade de Santa Cruz que poderiam ter relacionamentos de parentesco por apadrinhamento e compadrio, se apresentaram com laços de apadrinhamento tanto com indivíduos do seu subgrupo, o A1, quanto indivíduos do subgrupo A2, outro subgrupo interno que forma o grupo quilombola de Santa Cruz (Figura 16). O morador J. S. Kapp, recentemente falecido, se ligou por laços de apadrinhamento por batismo com quatro indivíduos, sendo dois do subgrupo A2 e dois de Curitiba, contudo, ligados por laços de parentesco sanguíneo. Ocorreu um laço de apadrinhamento através do casamento de um casal do estado de São Paulo, já ligado por laços de parentesco sanguíneo, três laços de compadrio por batismo, no qual, J. S. Kapp escolheu como padrinhos do seu filho (T. S. Kapp) um casal de irmãos integrantes do subgrupo A1, moradores da comunidade e um casal externo, moradores da Comunidade Quilombola do Sutil. O morador A. de J. Kapp ligou-se por laços de apadrinhamento por batismo com quatro indivíduos, dentre estes, um indivíduo do subgrupo A2 e três indivíduos externos, da Comunidade Quilombola do Sutil, da Colônia do Lago e da cidade de Goiânia/GO, estes dois últimos ligados por parentesco. Também se enlaçou por relações de apadrinhamento por casamento de um casal já ligado a ele por laços de parentesco sanguíneo da cidade de Ponta Grossa. Contudo, por não ter filhos não teve ligações por laços de compadrio por batismo.

A outra moradora deste subgrupo é A. A. Kapp Schweigert, seus relacionamentos de apadrinhamento por batismo com cinco indivíduos externos, aconteceram sem o cônjuge, sendo que estes cinco indivíduos já estavam ligados por laços de parentesco sanguíneo, dois do Sutil, um de Ponta Grossa, um da sede do distrito de Guaragi e um de Goiânia/GO. Quanto aos laços de apadrinhamento por casamento, ela teve apenas um, com casal externo da Colônia do Lago também ligado por laços de parentesco sanguíneo. Em relação aos laços de compadrio por batismo dos filhos, teve nove ligações em parceria com seu cônjuge E. Schweigert, quatro casais de padrinhos são externos, dois casais residem na Comunidade do Tabuleiro, um reside em Palmeira/PR e o último, na cidade de Ponta Grossa. Os demais padrinhos dos outros filhos são todos seus irmãos, dois deles moradores quilombolas e três moradores externos, da Colônia do Lago, estado do Tocantins e cidade de Ponta Grossa.

A última moradora da comunidade do subgrupo A1, R. Schweigert, juntamente com seu esposo V. Schweigert (V. S.3), não apresentaram laços de compadrio por casamento ou apadrinhamento. Tiveram cinco laços de compadrio por batismo dos filhos com indivíduos externos, porém, ligados a eles por laços de parentesco, visto que duas madrinhas são irmãs de R. Schweigert, residentes de Curitiba, já os seus pares, os dois padrinhos residentes da Colônia Quero-Quero, são irmãos de V. Schweigert. O outro casal de padrinhos, também moradores da Colônia Quero-Quero, é composto por mais uma irmã de V. Schweigert e o seu cônjuge.

Figura 16 – Rede de laços de compadrio e apadrinhamento dos indivíduos do subgrupo familiar A1: Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

As ligações de parentesco por apadrinhamento e compadrio dos quilombolas do subgrupo A1 revelaram que estes membros foram requeridos tanto entre si, quanto pelos indivíduos do subgrupo A2 para batizarem os filhos. No entanto, como padrinhos de seus filhos, eles escolheram indivíduos externos ligados ou por laços de parentesco ou de vizinhança. Sobre os laços de apadrinhamento por casamento, a maioria ocorreu entre si. Laços de compadrio por casamento, em que se identificariam os padrinhos de casamentos escolhidos pelos quilombolas, não foram pesquisados.

Do mesmo modo, os moradores quilombolas do subgrupo A2 também apresentaram relações sociais entre indivíduos internos e externos, seja por laços de compadrio ou de apadrinhamento (Figura 17). No subgrupo A2, dos quilombolas possíveis de apresentar laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio, cinco deles tiveram relacionamentos sem cônjuges e três tiveram relacionamentos partilhados com os cônjuges. Há uma família composta por quatro integrantes que não apresentou relacionamentos e outra que apresentou somente relações de compadrio por batismo dos filhos.

O primeiro casal, formado pelos indivíduos J. V. Batista e R. F. de Andrade Batista, apresentou laços de apadrinhamento por batismo com cinco indivíduos, dentre eles, quatro membros do subgrupo A2 e um indivíduo externo, da Comunidade do Tabuleiro. No que tange aos laços de apadrinhamento por casamento, eles se ligaram a um casal do subgrupo A2. Já em relação aos laços de compadrio por batismo da filha, T. C. Batista, obtiveram laços com dois casais externos, da cidade de Irati, um deles ligado por laços de parentesco, sendo uma irmã de R. F. de Andrade Batista e seu cônjuge e o outro, sem laços parentais, apenas com laços de amizade/afinidade.

Outro casal do subgrupo A2 é C. A. Batista e C. Batista, estes se conectaram a sete indivíduos por laços de apadrinhamento por batismo, sendo quatro indivíduos do subgrupo A2 e três indivíduos externos, dois de Irati e um Curitiba. Nos laços de apadrinhamento por casamento, conectaram-se a quatro casais, sendo dois do subgrupo A2 e dois casais externos, um de Irati e outro de Rebouças. Nas relações de compadrio por batismo dos filhos, eles formaram seis laços, destes, dois aconteceram com casais de indivíduos internos, com três irmãos e uma sobrinha de C. A. Batista, e quatro com casais externos, moradores de Irati, ligados por laços de parentesco, sendo irmãs com cônjuges e os pais de C. Batista.

O último casal quilombola da comunidade a adquirir relações de apadrinhamento por batismo, foi A. de J. Batista e T. M. Batista, apresentando ligação a um indivíduo do subgrupo A2, Ambos relataram ter muitas outras relações de apadrinhamento com indivíduos externos,

visto que o Terreiro de Candomblé e Umbanda, localizado no bairro Colônia Dona Luiza, em Ponta Grossa, atualmente tem 291 filhos de santo, dos quais muitos foram batizados pelo casal, fato que torna possível a identificação dos mesmos.

A partir dessas informações, passa-se a descrever os relacionamentos dos moradores quilombolas que apresentaram laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio sem a participação dos cônjuges. Uma delas, V. L. Batista, cujo esposo já é falecido, se ligou a cinco indivíduos externos por laços de apadrinhamento por batismo, destes, três indivíduos moradores da Comunidade Quilombola do Sutil, sendo que dois deles ligados também por laços de parentesco sanguíneo, os outros dois, são da cidade de Ponta Grossa e Curitiba. Ela não teve ligações de apadrinhamento por casamento. Quanto compadrio por batismo dos filhos teve três laços desse gênero, dois com casais externos da cidade de Ponta Grossa, um deles já estava ligado por laços de parentesco, além de um indivíduo que compõe o subgrupo A1 e o outro, externo da cidade de Ponta Grossa ligado por laços de parentesco sanguíneo. A filha P. I. Batista, solteira, adquiriu uma ligação por laço de apadrinhamento por batismo com um indivíduo externo da cidade de Ponta Grossa, já vinculado por parentesco sanguíneo.

O morador E. de J. Batista que vive a segunda união conjugal, com J. Roubé, teve apenas um laço de apadrinhamento por batismo com um indivíduo externo da cidade de Ponta Grossa ligado por laços de parentesco sanguíneo. Já, a quilombola M. L. Batista, cujo marido já é falecido, obteve duas ligações de apadrinhamento por batismo com dois indivíduos do subgrupo A2, inclusive um é o seu neto, e um laço de apadrinhamento por casamento, com um casal do Sutil. Teve laços de compadrio por batismo de um filho, acontecendo a ligação com um indivíduo do subgrupo A1 e cinco laços de compadrio por batismo dos netos com quatro casais de indivíduos externos, três da cidade de Ponta Grossa e um casal de Curitiba, que já estava vinculado ao afilhado por parentesco, sendo seus tios e um indivíduo do subgrupo A1 que foi padrinho do neto.

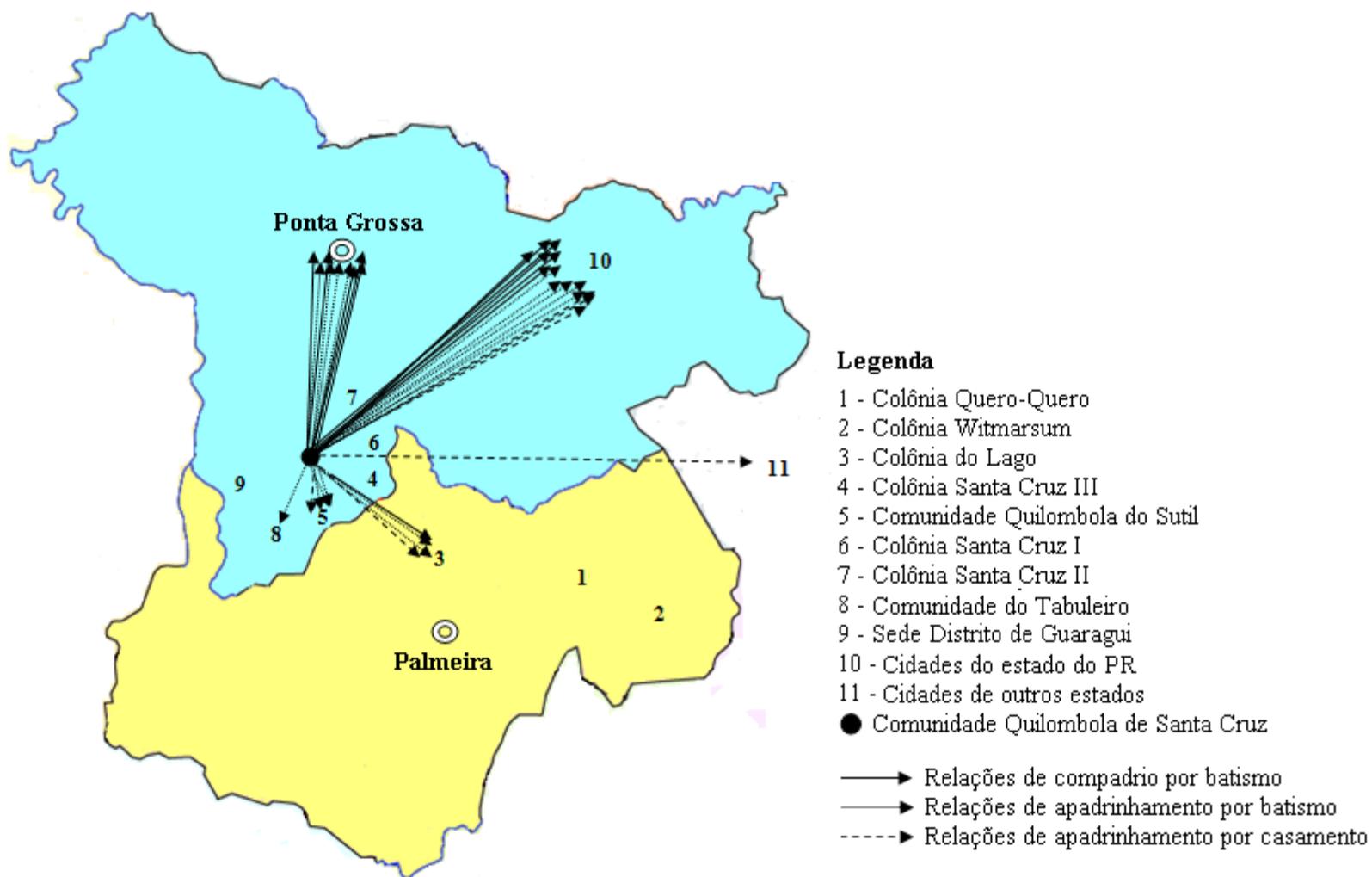
Uma das famílias de moradores quilombolas não apresentou relação de apadrinhamento ou compadrio. E outra família formada pelo casal E. A. Batista e M. de L. Camargo Ribas, afirmou não ter vínculos por apadrinhamento, apenas de compadrio por batismo dos filhos, ocasião que permitiu formar laços com dois casais de indivíduos internos do subgrupo A2, sendo que com um deles o laço foi redobrado, escolhendo o casal para ser padrinho de duas filhas.

Acerca das ligações por parentesco por apadrinhamento, os indivíduos do subgrupo A2 não foram solicitados pelos indivíduos do subgrupo A1 para serem padrinhos de seus

filhos, embora tenha ocorrido o contrário, ou seja, o subgrupo A2 convidou indivíduos do subgrupo A1 para apadrinhamento.

Conforme registros desta pesquisa, os indivíduos do subgrupo A1 optaram por ligações de relacionamento entre si, com indivíduos dos subgrupos familiares em que já estavam inseridos, ou, ainda, com indivíduos externos. Desse modo, os indivíduos do subgrupo A2, com um número maior de indivíduos, foram solicitados significativamente entre si para relações de apadrinhamento, assim como, também solicitaram para batizar seus filhos, além dos indivíduos do subgrupo A1, indivíduos externos, ligados por laços de parentesco e vizinhança. Seis vínculos de apadrinhamento por casamento foram relatados pelos indivíduos do subgrupo A2, sendo três internos e dois externos. Todavia, compadrio por casamento também não foram investigados neste subgrupo.

Figura 17 – Rede de laços de compadrio e apadrinhamento dos indivíduos do subgrupo familiar A2: Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Fonte: Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Org.: A autora.

Assim como os escravos da Fazenda Santa Cruz tinham padrinhos diferentes para cada filho, os moradores quilombolas de Santa Cruz, em sua grande maioria, adotaram indivíduos distintos para cada filho, ampliando intencionalmente ou não, a rede de relações. Quando se pensa nas pessoas escolhidas, mesmo sendo indivíduos externos, estes se apresentaram como indivíduos que já possuíam vínculos de parentesco, ou, dentre aqueles que não possuíam, destacam-se por serem moradores de locais próximos à comunidade unidos a eles por fortes laços de vizinhança, amizade e afinidade. Esse fato evidencia que eles intensificaram ainda mais os laços de sua rede social.

A proximidade dos padrinhos não é exclusiva dos moradores de Santa Cruz, mas, uma característica dos relacionamentos espirituais que já acontecia desde os antepassados, dos escravos da Fazenda Santa Cruz. Segundo escreve Hartung (2005, p. 162):

Esse tipo de relações de parentesco raramente se estendia além dos limites da paróquia à qual pertenciam os escravos e seus senhores. Apenas um dos padrinhos livres dos escravos da Santa Cruz pertencia a outra freguesia - Ponta Grossa -, que não distava muitos quilômetros da fazenda.

Diante das considerações de Hartung, pode-se dizer que a genealogia dos escravos e libertos da Fazenda Santa Cruz revela que eles se organizavam em subgrupos familiares, formados tanto pelos descendentes dos escravos legatários, quanto por seus cônjuges, que podiam, ou não, ser parentes. E, em outros casos, formavam relacionamentos espirituais, firmados por laços de compadrio e apadrinhamento.

Já a genealogia dos moradores quilombolas de Santa Cruz, confirma a existência de um grupo organizado internamente, sendo eles, dois subgrupos familiares (A1 e A2) e quando da inserção dos cônjuges, eles aderem a novos subgrupos familiares externos, que podem ou não apresentar laços anteriores de parentesco. Assim como os escravos, os moradores quilombolas também estão ligados entre si e com outros indivíduos externos da vizinhança por laços de compadrio e apadrinhamento.

2.2 O tecer da interação social: contatos face a face nas conexões dos “indivíduos internos”

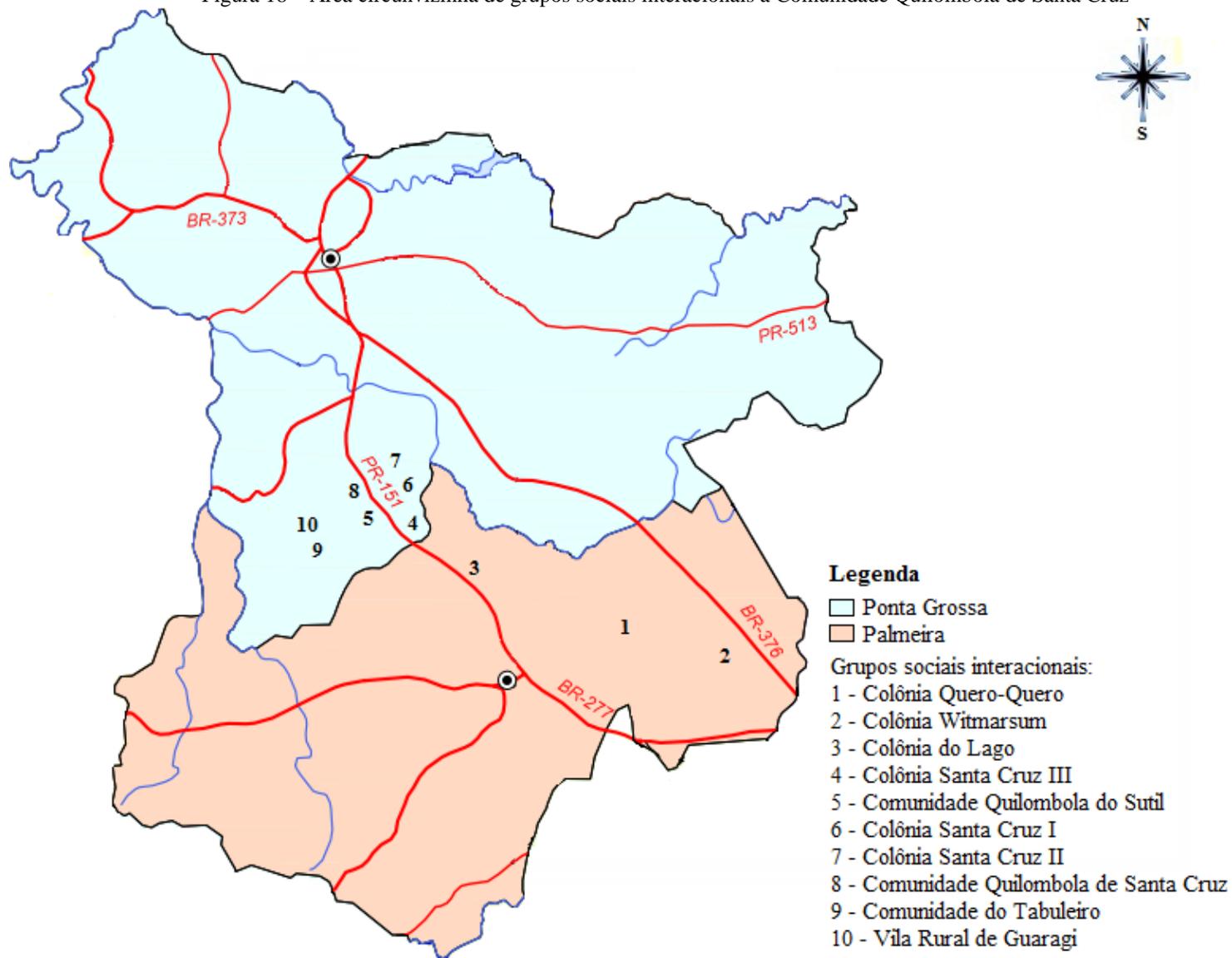
Os moradores quilombolas de Santa Cruz mantêm entre eles uma interação contínua, pois, todos os indivíduos estão vinculados, uns aos outros, por laços de parentesco, reforçados em alguns casos por apadrinhamento e compadrio, como se as famílias estivessem “encapsuladas” dentro de um grupo. Essas interações assumem a forma de um grupo organizado, que segundo Bott (1955, 1976), consiste em indivíduos componentes formando

um todo social mais abrangente, tendo objetivos comuns, papéis interdependentes e uma cultura peculiar.

Dentro desse grupo organizado, há uma subdivisão, com a existência de dois subgrupos familiares (A1 e A2). A interação entre os indivíduos de ambos se dá de forma moderada, enquanto que entre os indivíduos do mesmo subgrupo, se dá de modo mais intenso. Em relacionamentos externos desses indivíduos, há a formação de uma rede social, somente alguns e não todos os indivíduos componentes têm relações sociais uns com os outros, visto que “em uma rede, as unidades componenciais externas não formam um todo social mais abrangente; elas não estão cercadas por uma fronteira comum”. (BOTT, 1976, p. 76).

Os indivíduos externos inclusos tanto na rede de parentesco quanto na rede social dos quilombolas de Santa Cruz são provenientes de grupos sociais vizinhos à comunidade, estando todos localizados numa área circunvizinha que compreende principalmente áreas rurais e urbanas do município de Ponta Grossa, áreas rurais do município de Palmeira, e, um pouco mais distante, se inclui os municípios de Irati, Curitiba e Rebouças. Os principais lugares de origem dos indivíduos que mantém relacionamentos interacionais com os quilombolas de Santa Cruz dentro dessa área são: bairros da cidade de Ponta Grossa (sobretudo Colônia Dona Luiza e Oficinas), Colônias Santa Cruz I, II e III, Comunidade do Tabuleiro, Comunidade Quilombola do Sutil, Vila Rural de Guaragi, Colônia do Lago, Colônia Quero-Quero e Colônia Witmarsum (Figura 18).

Figura 18 – Área circunvizinha de grupos sociais interacionais a Comunidade Quilombola de Santa Cruz



Org.: A autora.

Dentre as comunidades localizadas na zona rural do município de Ponta Grossa, mais precisamente no distrito de Guaragi, há Colônias Santa Cruz I, II e III, a Comunidade Quilombola do Sutil, a Comunidade do Tabuleiro e a Vila Rural de Guaragi.

As Colônias Santa Cruz I, II e III estão localizadas no lado esquerdo da rodovia PR-151, trecho Ponta Grossa-Palmeira. A Colônia Santa Cruz I situa diretamente na entrada da antiga casa grande da Fazenda Santa Cruz, a quatro quilômetros adiante da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. A Colônia Santa Cruz II, construída na forma típica de *Strassendorf* (Aldeia Linear), com as casas distribuídas ao longo de uma rua central, fica em frente à Comunidade Quilombola de Santa Cruz, já a Colônia Santa Cruz III dista mais ou menos seis quilômetros da mesma. Todas constituem o primeiro grupo de russo-brancos (bielo-russos) assentados no Brasil em julho de 1958. (cf. ANTONELLI, 2008).

Segundo Waldmann (1992), esse grupo foi primeiramente alocado em uma fazenda do município paranaense de Castro, onde não obtiveram boas condições de vida apesar de receberem auxílios governamentais durante um ano. Conseguiram por intermédio do representante da ONU, a compra das terras de propriedade de David Hilgemberg em Ponta Grossa, onde se estabeleceram em parte das terras que pertenceram a Fazenda Santa Cruz.

De acordo com relatos de um antigo morador da Comunidade Quilombola do Sutil, esposo de uma quilombola de Santa Cruz, denominado A. Batista da Cruz, residente em Ponta Grossa, o primeiro contato dos quilombolas de Santa Cruz e Sutil com os russo-brancos ocorreu a partir do estabelecimento na vizinhança visto que as famílias de russo-brancos que se instalaram no local não tinham casas construídas. Estes compraram casas de madeira de uma chácara da região, que foram desmontadas, transportadas e reconstruídas na respectiva colônia russa pelos quilombolas. Eles foram contratados pelos russo-brancos para prestarem esses serviços. O quilombola A. Batista da Cruz, por exemplo, além de ajudar a desmanchar as moradias foi quem transportou a madeira das mesmas, com “um caminhãozinho velho fordinho 37”. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO 2012).

Ainda hoje, salienta A. Batista da Cruz, que “a maioria daquele pessoal do sítio¹⁹ trabalha pro P. Gorth e pros russo barbudo, porque lá não largam eles [...] lá o serviço deles é mexer com lavoura, maquinário”. Os quilombolas trabalham mensalmente e muitos deles já criaram os filhos trabalhando para os russo-brancos e demais vizinhos. No que tange aos laços de amizade dos quilombolas com os russo-brancos, segundo relatos de A. Batista da Cruz, estes iniciaram anos mais tarde, quando começaram a participar das festas realizadas nas duas

¹⁹ Refere-se aos quilombolas de Santa Cruz e Sutil.

comunidades quilombolas. Nesse sentido, A. Batista da Cruz acrescenta que “dali uns anos pra cá eles começaram a te acesso com nós lá [...] eles perderam o medo e daí nós também perdemo o medo deles²⁰”. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO 2012).

Tal realidade pode ser constatada tanto no fato de alguns quilombolas terem prestado serviços agropecuários aos russo-brancos durante anos, quanto os russo-brancos fazerem-se presentes atualmente nas festas quilombolas, como, por exemplo, nas festas de padroeiro realizadas em 2011 e 2012 e na festa de aniversário de 15 anos de uma quilombola na Comunidade de Santa Cruz, bem como, na festa de padroeiro do ano de 2012 realizada na Comunidade Quilombola do Sutil, entre outras.

O grupo de russo-brancos, constituído por 23 famílias, num primeiro momento passou a morar na área da casa grande da Fazenda Santa Cruz e, posteriormente, com a construção das moradias, organizaram e dividiram as terras em três colônias, I, II e III. Esses povos migraram da Rússia para a China quando “foram expulsos da Bielo-Rússia durante a fase da coletivização de Stalin nos anos 20” (CHEMIN et al., 2002, p. 43), estabelecendo-se na Manchúria, uma vasta região ao leste da Ásia. Porém, começaram a sofrer novas perseguições políticas naquele país e novamente migraram, alguns foram para o Canadá, Estados Unidos e Filipinas, e, outros, que estavam em Hong Kong protegidos pela ONU, receberam convite para se estabelecer no Brasil, aonde vieram a residir na região dos campos gerais. (WALDMANN, 1992).

As três colônias possuem mais de 20 casas (CHEMIN et al., 2002) espalhadas pela área, com famílias que praticam e sobrevivem da atividade agrícola, da comercialização individual dos produtos no comércio das cidades próximas, além de trabalharem com gado leiteiro, constituindo pequenas firmas caseiras que produzem derivado do leite. (ANTONELLI, 2008). Os homens se restringem às atividades dentro das colônias, enquanto as mulheres comercializam os produtos fabricados com leite, como queijos, pierogues, macarrão, requeijão, entre outros, nas casas ou mercados de Ponta Grossa. Além disso, elas ainda comercializam seus bordados manuais na mesma cidade e em países do exterior habitados por grupos russos. (HARTUNG, 2000; GUARNERI, 2011). A religiosidade russo-ortodoxa dita as regras e normas de como as pessoas das colônias russas devem viver e se portar.

A Comunidade Quilombola do Sutil constitui outro grupo social interacional vizinho à Comunidade Quilombola de Santa Cruz, localizado a aproximadamente quatro quilômetros

²⁰ Manteve-e ao longo do corpo do texto em todas as citações diretas referentes as entrevistas a grafia conforme fala do entrevistado.

adiante, lado direito da rodovia PR-151. A Comunidade Quilombola do Sutil é composta por 144 habitantes de descendência afro-brasileira, integrantes de 41 famílias dispostas em 22 lotes, que em alguns casos, abrigam até oito famílias. (cf. GUARNERI, 2011). Essa passou a se denominar como comunidade remanescente de quilombo após a expedição da sua certidão de autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares em 18 de julho de 2005. (FCP, 2005).

Os quilombolas do Sutil partilham do mesmo passado histórico escravista que a Comunidade de Santa Cruz, cujos antepassados eram escravos, e, posteriormente herdeiros de parte das terras da Fazenda Santa Cruz. Após a doação os escravos e libertos formaram uma única comunidade, denominada Comunidade Sutil de Santa Cruz. No entanto, acabaram sendo divididas em duas, com a venda de parte das terras e a inserção de outros grupos sociais na área.

O relato de A. Batista da Cruz permite visualizar essa informação quando afirma que: “nós era uma comunidade só, lá nós saía trocar dia um colega com outro, reunia uma porção de colega, nós ia tudo trabalhar pra um, dai na outra vez aqueles um vinham tudo trabalhar pra gente”. Ao ser questionado sobre a existência de fazendas no passado que separavam as comunidades, ele respalda que “não tinha nada, não tinha nada de fazenda, nós era cortador de lenha no meio do mato, carpi, daí ia fazendo um pouquinho maior a lavoura dele, daí nós fazia um mutirão [...] lá nós se reunia dez, doze pião e ia carpi pra outro colega” e “chegava o sábado assim nós carpia até 4 hora 5 hora depois se arruma pros baile”. Os bailes, segundo ele, eram realizados “tudo lá na comunidade, lá nos era um sítio só de preto”, em que se tinha apenas a presença dos quilombolas nestas ocasiões festivas. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO 2012).

Os escravos e seus descendentes passaram a formar uma única comunidade, situada no Sutil de Santa Cruz, agrupando-se logo após sofrerem hostilidades durante as divisões feitas no inventário das terras da fazenda. Tal período, conforme Waldmann (1992), foi acompanhado por invasões de terras, mortes (inclusive do líder da comunidade), crimes e desaparecimentos de negros. O registro das terras herdadas foi feito em 1858 com a divisão da fazenda, uma parte da mesma ficou pertencente ao Comendador Manoel Gonçalves de Moraes e a outra, que seria de direito dos escravos, não fora por eles registrada. Por esse motivo, se iniciou uma fase de expropriação das terras herdadas pelos escravos, que por falta de instrução, aos poucos foram perdendo a posse da terra, seja pela ocupação ilegal ou pela venda forçada.

Na atualidade, as terras da antiga fazenda estão ocupadas por distintos grupos de imigrantes e seus descendentes, que se estabeleceram na região em diferentes datas e, segundo relato dos moradores, após a instalação de tais grupos na região, devido aos melhores poderes aquisitivos, foram surgindo cada vez mais fazendas, sítios e propriedades agrícolas pela compra de pedaços de terras dos quilombolas. Este fato acabou por dividir a comunidade dos negros em duas comunidades: a do Sutil e de Santa Cruz. (WALDMANN, 1992).

A ocupação dos Campos Gerais por diferentes grupos de imigrantes, que se juntaram a uma população cabocla (luso-brasileira) e negra (afrodescendente) que se fixaram na região durante os séculos XVII, XVIII e XIX, formou um mosaico étnico na região, fato possibilitado a partir de 1875 pela política de colonização para regiões mais distantes do território paranaense, que tinha o intuito de estabelecer uma população agrícola. Os principais grupos que se estabeleceram na região dos Campos Gerais próximo aonde está inserida a Comunidade Quilombola de Santa Cruz e do Sutil, foram de russo-alemães, menonitas (russo-alemães) e russo-brancos (já citados acima).

O primeiro grupo a chegar à região, em 1878, foram os alemães do Volga, na Rússia, os quais ocuparam áreas em Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Posteriormente, no ano de 1951, estabeleceram-se os imigrantes menonitas em Palmeira, após reemigrar de Santa Catarina, onde se instalaram em 1930, quando migraram da Rússia. (MACHADO, 2005). O grupo de colonização mais recente nos Campos Gerais são os russo-brancos, russos da região siberiana asiática que se estabeleceram em 1958 em parte das terras que formavam a Fazenda Santa Cruz, em Ponta Grossa. (CHEMIN et al., 2002). Todos esses grupos serão apresentados no decorrer deste trabalho.

A transformação da comunidade dos afro-brasileiros em duas comunidades, a do Sutil e a de Santa Cruz se deu, segundo A. Batista da Cruz, um dos moradores quilombolas, porque “[...] uns tinha marcado os pedacinhos dele, daí foram dando de vende pros outros [...] ai venderam umas partes pro P. Gorth, a parte que era da minha mãe, do meu avô venderam pros filho dele, os irmão da mãe venderam pro P. Gorth” e ainda “[...] tem o gaúcho, tem mais, tem dois gaúchos que tocam lá, comprou umas terrinhas, tudo assim, as partinhas deles”. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO 2012). De acordo com as informações cedidas pelos quilombolas, o primeiro proprietário citado é um russo-alemão morador da Colônia do Lago, local vizinho às comunidades quilombolas.

A venda de parte das terras quilombolas esteve atrelada a chegada dos imigrantes na vizinhança. Em consequência, os descendentes dos escravos da Fazenda Santa Cruz passaram

a se reproduzir nos pequenos pedaços de terra que restaram da doação, como no caso de Santa Cruz, alguns adquiriram novas terras através da compra, que na maioria dos casos, estão sendo cultivadas no sistema de agricultura de subsistência, no entanto, aqueles com melhores condições financeiras destacam uma produção mais significativa. Todavia, a venda das terras levou muitos quilombolas a deixarem as comunidades e mudar a outros locais. Vários dos que permaneceram, possuem pouca ou nenhuma terra, se tornaram dependentes à oferta de serviços dos grandes proprietários.

Com a chegada dos imigrantes, os quilombolas vivenciaram um processo de transformação dos campos naturais em áreas de agricultura mecanizada, com a introdução de uma variedade de cultivos e um novo posicionamento da pecuária, o desenvolvimento da atividade leiteira. (cf. WALDMANN, 1992). Criou-se uma nova dinâmica de caráter positivo na região tendo em vista que houve a implementação da pecuária leiteira também nas comunidades quilombolas. Em Santa Cruz, atualmente existem cinco leiterias, permitindo o sustento de parte da população. Também há oferta considerável, por parte dos grupos de imigrantes, de serviços aos quilombolas, o que permite a inserção econômica deles em área circunvizinha, de fácil deslocamento, embora as atividades sejam de caráter informal.

Assim como os moradores quilombolas de Santa Cruz, os homens e mulheres do Sutil, além de exercerem atividades agrícolas de subsistência, também executam serviços nas fazendas e casas da vizinhança. Suas ocupações mais frequentes, quando se tratam dos homens, são de trabalhadores agrícolas, enquanto que as mulheres atuam como empregadas domésticas ou auxiliares de serviços gerais. Há ainda as mulheres que ficam em casa e confeccionam bordados de ponto russo para as moradoras das colônias russas. (HARTUNG, 2000; GUARNERI, 2011).

A Comunidade do Tabuleiro é outro grupo vizinho, localizado entre as duas comunidades quilombolas, lado direito da PR-151, também se pode ter acesso a ela, através da rodovia PR-438. A população desta comunidade, conforme Chemin et al. (2002), é formada por uma população de matriz cultural luso-brasileira e colonos de descendência italiana e polonesa, tendo aproximadamente 16 famílias.

Essa mesma comunidade, também foi mencionada na entrevista realizada com A. Batista da Cruz quando ele relata que “[...] tinha a colônia dos polacos pro lado pra sede do tabuleiro”, onde “[...] também tinha uma porção de casa [...] lá tinha o C. Koseva, tinha tudo o pessoal lá”. Na comunidade ainda “tinha italiano antigamente, tinha E. Garbuio, tinha sete, o E. Garbuio tinha uma família grande lá, tinha uma porção deles, esses eram italiano”. Quando

questionado sobre o relacionamento dos quilombolas com os moradores do Tabuleiro, ele respondeu que “pra eles nós trabalhava de empregado, nós ia carpi pra eles, roça, ganhava por dia”. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO 2012).

As ligações eram mantidas tanto pela procura dos moradores do Tabuleiro por serviços prestados pelos quilombolas, quanto pela solicitação de serviços a eles. No entanto, atualmente, além de um vínculo de laços laborais, se evidenciou na ligação dos quilombolas de Santa Cruz com os moradores do Tabuleiro laços de amizade e solidariedade. Uma vez que estes estão ligados aos quilombolas por relações de apadrinhamento e compadrio, vivenciam muitas situações sociais de interação, pois, muitos dos moradores do Tabuleiro são membros da capela da comunidade, ajudam nas festas de padroeiro, missas e cultos, assim como, se fizeram presentes em festas de aniversário, entre outros.

Outro grupo vizinho à comunidade em estudo, no município de Ponta Grossa, é o da Vila Rural de Guaragi, localizada a oito quilômetros da sede do distrito, com acesso pela rodovia PR-438. A construção desse grupo ocorreu pela Companhia de Habitação do Estado do Paraná (COHAPAR), ano de 1997, com a edificação de 35 domicílios, alocados em lotes de 5.000 m², porém, hoje, nem todos eles estão ocupados. Os moradores da Vila Rural de Guaragi são descendentes de habitantes de antigos faxinais e comunidades rurais da região (alemães, italianos e poloneses), trabalham principalmente com a agricultura familiar de subsistência. (MICELI, 2005).

Os projetos idealizados pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) para desenvolver a vila rural não foram implantados nessa comunidade. Estes correspondiam à construção de uma estufa para flores, que se integraria em um convênio com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para a utilização das plantas em jardins e praças públicas da cidade. Existia ainda o projeto de criação de aves de postura, de artesanato e hortas de verduras. (MICELI, 2005).

Já os grupos vizinhos que estão na zona rural do município de Palmeira são três: Colônia do Lago, Colônia Quero-Quero e Colônia Witmarsum. Todos formados por imigrantes russo-alemães, os quais chegaram ao Paraná após a Primeira Guerra Mundial. Esse fato é registrado por Chemin et al. (2002, p. 25-26), veja-se:

Estes foram assentados perto das cidades de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa para abastecer estas localidades com alimentos. Mantinham um sistema de produção integrada, com lavouras e criação em conjunto. A introdução deste tipo de agricultura continuou durante a República Velha, numa forma menos planejada, através da venda de terras marginais no entorno de várias fazendas e uma política de vendas pelo município depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O processo só se encerrou no final dos anos 1920.

O grupo da Colônia do Lago está localizado a aproximadamente quinze quilômetros da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, na PR-151, ocupando os dois lados da rodovia. Essa colônia fazia parte de outro grupo de colonizadores de uma região próxima do mar Cáspio, no Baixo Volga (Rússia), onde ao sofrer inúmeras pressões pelo governo local para que retornassem à Alemanha, alguns decidiram migrar para o Brasil em fins de 1877. Do grupo de russo-alemães que chegaram ao Brasil, 65 famílias, num total de 155 pessoas, se instalaram na área chamada Lago. (HARTUNG, 2000).

Atualmente a Colônia do Lago é estruturada por aproximadamente 70 famílias, totalizadas acerca de 245 moradores. Suas casas estão distribuídas ao longo de ambos os lados da rodovia PR-151, compreendendo um trecho de aproximadamente dois quilômetros. As construções são de alvenaria ou madeira, pintadas, com mansardas (janelas abertas no telhado), cercadas ou envoltas por pequenos muros em alvenaria. Contígua às casas, geralmente há edificações destinadas a guardar os carros ou maquinários agrícolas. (id.).

A principal atividade dos moradores do Lago ainda é a agricultura e a bovinocultura de leite, os principais cultivos são o trigo e o milho. Alguns cultivam áreas próprias, constituindo em pequenos agricultores, outros são trabalhadores agrícolas em fazendas vizinhas. (HARTUNG, 2000). Já outros, compraram grandes áreas, parte delas as que anteriormente eram dos quilombolas. A venda das terras para os russo-alemães do Lago fez com que muitos quilombolas se tornassem empregados deles.

Conforme I. Ferreira da Cruz, antiga moradora da Comunidade Quilombola do Sutil, existiam laços laborais com os vizinhos. Observa-se o seu relato:

[...] Dar argum, nós trabaiava pros russo do Lago, faziam roça ali, naquelas capoeira lá dos Kocheva pra lá e daí nós ia carpi com eles. [...] Pagavam por dia, nós ficava, papai pegava empreitada, tratavam bem, os russo eram bom. [...] Colônia do Lago ali, eles tinham um armazém, umas coisas daí, daí tinha, se nós queria compra alguma coisa nós tinha que i lá no lago, em Palmeira ou vim aqui em Ponta Grossa. (ENTREVISTA I. F. DA C., NOVEMBRO 2012).

Desse modo, compreende-se que os laços dos quilombolas com os moradores do Lago se davam no passado através de vínculos comerciais ao passo que posteriormente os laços dos quilombolas de Santa Cruz com os russo-alemães do Lago passaram também a se efetivar por relações laborais e de casamento, estas últimas ocorrem com indivíduos do subgrupo A1.

A Colônia Quero-Quero é outro grupo vizinho localizado na área rural da cidade de Palmeira. Esta comunidade, assim como a anterior, também é formada por imigrantes e descendentes de russo-alemães, os quais já haviam migrado, no período de 1764 a 1767, da

Alemanha para a Rússia a convite da imperatriz russa Catarina II para colonizar as terras às margens do curso médio e inferior do rio Volga. Devido às más condições de vida que estavam passando na Rússia, esses imigrantes reiniciaram uma migração no ano de 1874, para países como Canadá, Estados Unidos (Califórnia e Dakota), Argentina e Brasil (Paraná). (HORNES, 1999).

A colônia em questão foi fundada em 01 de junho de 1878 por 70 famílias (128 pessoas), distribuídas em três pontos, ocupando áreas de antigas fazendas. Nove famílias fixaram raízes no início da colonização, sendo elas: Albach, Cristenson, Eurich, Hartmann, Hornes, Lederer, Schwebel, Schweigert²¹ e Wiegand. No presente momento, essa colônia possui 180 pessoas que vivem principalmente da atividade leiteira há cerca de vinte anos. Anteriormente, trabalhavam com a agricultura, no cultivo de pequenas lavouras de milho, feijão, mandioca, arroz e centeio. Há complementação alimentar por meio do cultivo da horticultura, com a produção de alimentos básicos e a prática da suinocultura para o consumo. (HORNES, 1999).

A ligação dos moradores da comunidade Quero-Quero emerge via subgrupo A1, que está entrelaçado por parentesco. Os dados de pesquisa demonstram que dois russo-alemães da respectiva colônia migraram para a Comunidade de Santa Cruz após terem se casado com quilombolas. A partir dos laços parentais surgem outros laços via religião, trabalho, entre outros. Os demais moradores quilombolas do subgrupo A2 não revelaram expressivo contato com os moradores da Colônia Quero-Quero.

Outro grupo social vizinho é a comunidade da Colônia Witmarsum, localizada a aproximadamente vinte e dois quilômetros da sede urbana do município de Palmeira, entre os quilômetros 60 e 50, ligada à BR-277 e à BR-376 por uma estrada estadual asfaltada. A colônia se formou após a reimplantação de algumas famílias que pertenciam a um grupo de russo-alemães instalado em 1930 a oeste do município de Ibirama/SC, atual município de Witmarsum/SC. Alguns desses russo-alemães se mudaram para a região de Palmeira, em 1951, com a compra da Fazenda Cancela, uma antiga fazenda de criação de gado das raças Vacum e Muar no período do ciclo do tropeirismo, que pertencia ao senador Roberto Glasser.

Antes desse período sócio-histórico, essas famílias de russo-alemães, estiveram remetidas a membros de um grupo de denominações cristãs, descendente diretamente do movimento anabatista, originado na Europa, século XVI, mesma época da Reforma, e que

²¹ Existem dois descendentes da família Schweigert da Colônia Quero-Quero que vivem com suas cônjuges - com as quais tiveram filhos -, na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, e, portanto, integram o grupo quilombola pelos laços de casamento.

foram perseguidos e combatidos em detrimento da crença religiosa, na Suíça, Holanda e Alemanha, locais de onde tiveram que migrar para a Prússia.

Em fins do século XVIII, a convite da Czarina Catarina da Rússia, eles migraram para o sul do país (atualmente Ucrânia), permanecendo neste espaço durante 150 anos, cultivando as estepes da Sibéria às margens do rio Volga e campos da Criméia. Porém, com a Revolução Bolchevique de 1917, foram novamente alvo de perseguições e muitos foram assassinados, entre os que conseguiram fugir, muitos vieram para o Brasil, instalando-se em colônias. (WITMARSUM, 2001; SIEMENS, 2010).

A Colônia Witmarsum tem 2.000 pessoas, das quais 1.200 são descendentes de russo-alemães. Esses indivíduos vivem atualmente da pecuária leiteira, das culturas de soja e milho, da avicultura e do turismo. (WITMARSUM, 2001). O contato destes com os moradores quilombolas de Santa Cruz acontece principalmente via laços de parentesco com os quilombolas do subgrupo A1, pois, estes são parentes de alguns russo-alemães da Colônia Witmarsum que viviam e migraram da Colônia Quero-Quero para aquela através de laços matrimoniais. Foram também identificados laços laborais entre os quilombolas do subgrupo A2 e os russo-alemães da Colônia Witmarsum.

Desse modo, pode-se afirmar que a Comunidade Quilombola de Santa Cruz mantém situações de interação social com todos os grupos sociais vizinhos, descritos anteriormente conforme o seu grupo organizado. Essa comunidade tem objetivos comuns, sendo um deles a luta por seus direitos territoriais, a regularização fundiária do território historicamente ocupado, o qual teve abertura de processo administrativo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão responsável pela titulação desses territórios, em 2008, três anos após a expedição da sua certidão de autorreconhecimento como comunidade remanescente de quilombos pela Fundação Cultural Palmares.

Os indivíduos do grupo, internamente, possuem papéis interdependentes, seja na administração, manutenção e realização de eventos religiosos na Capela Senhor Bom Jesus, com o estabelecimento de uma Comissão da Capela, ou na administração do antigo prédio da escola, fechada nos anos de 1990, que desde então, sua chave e responsabilidade ficaram a cargo dos quilombolas de Santa Cruz, sendo utilizada por eles em reuniões locais. Referente ao gerenciamento de questões quilombolas, eles ainda tem uma diretoria da Associação da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz.

As interdependências ocorrem no próprio desenvolvimento das rotinas cotidianas na comunidade, sendo necessária a ajuda mútua entre os indivíduos. Estes partilham de uma

cultura particular, pois, há cinco gerações dos descendentes do casal ancestral - A. Gonçalves e M. C. dos Santos Gonçalves, o primeiro, provavelmente descendente de escravos -, ocupa as terras que compõe a comunidade, possibilitando a inserção dentro do segmento cultural negro que integra as comunidades remanescentes de quilombos como populações tradicionais.

A interação cotidiana dos moradores de Santa Cruz permite a eles manter, entre si, vínculos estreitos tendo em vista que eles não só estão todos ligados por laços de parentesco, pressuposto a conexidade, como também são influenciados pelos laços de compadrio e apadrinhamento, além da proximidade das residências, facilitando situações de interação contínua. Isso permite que os indivíduos se envolvam no desenvolvimento de práticas/atividades cotidianas, ou em contato face a face, ou em contato mediado por outros participantes, onde são tomados pela influência recíproca sobre as ações uns dos outros. (GOFFMAN, 1985). Portanto, durante a interação, as atividades de um indivíduo são situadas socialmente de modo a apresentar uma espacialidade.

O envolvimento cotidiano dos indivíduos quilombolas é verificado no caso do líder quilombola A. de J. Batista, que apesar de não mais residir na comunidade, mantém com os demais moradores quilombolas situações cotidianas de interação, seja por meio do deslocamento dele e da família para a comunidade, ou pelo deslocamento dos moradores da comunidade para sua residência, que está alocada no bairro Colônia Dona Luiza em Ponta Grossa.

As situações de interação cotidianas que envolvem os moradores de Santa Cruz em relações uns com os outros ocorrem, na maioria das vezes, ligadas a questões de trabalho ou religião. Em alguns casos, puderam-se constatar relações movidas por sentimentos de ajuda mútua. Não se observou nenhum tipo de relação em torno de situações de lazer, como almoços, jantares, cafés da tarde, ou mesmo, visitas rápidas trocadas entre os moradores. Embora, um encontro festivo ocasional (festa de aniversário) foi evidenciado na comunidade como reunião familiar que possibilitou o contato de todos os moradores quilombolas entre si e com os parentes externos e amigos. Acredita-se que os demais tipos de reunião familiar não estão inseridos no dia-a-dia dos moradores, sendo uma particularidade dos moradores de Santa Cruz, de um padrão de conduta mantido e compartilhado pelo grupo, em que não há o desenvolvimento de tal prática.

No tocante às interações por meio das situações laborais, torna-se comum entre os moradores tomar ou dar arrendamentos de terras entre si. Alguns moradores criam gado leiteiro, e assim, necessitam de uma quantidade significativa de terras para a manutenção de

suas criações, ou mesmo aqueles que utilizam as terras para a produção de grãos, ou os que não trabalham as suas terras. O arrendamento de terras se dá exclusivamente entre os indivíduos pertencentes ao mesmo subgrupo, e não entre os indivíduos dos subgrupos A1 e A2. Os relacionamentos evidenciados em pesquisa de campo, acerca da questão das terras, permitiu constatar que os indivíduos do subgrupo A1 só praticaram tais relacionamentos com os indivíduos do subgrupo A1, e do mesmo modo, os indivíduos que compõe o subgrupo A2 também só se relacionaram entre indivíduos do seu respectivo subgrupo.

Porém, na execução de algumas atividades laborais se observa uma interação, mesmo que incipiente, entre os indivíduos de ambos os subgrupos. Um dos casos que se toma como exemplo, é o indivíduo denominado J. S. Kapp, do subgrupo A1, o qual possui uma leiteria individual e em relação às atividades de venda da produção de leite de sua leiteria, esta se dá com outros dois indivíduos do subgrupo A2, denominados de J. V. Batista e C. Batista.

Estes, ligados por laços de parentesco, também se uniram para realizar a venda do leite produzido nas suas propriedades individuais para a empresa São Miguel da cidade de Irati/PR, contabilizando mais de 150 litros por dia de entrega. Tal relacionamento se estreitou a fim da comercialização do produto, pois, a quantidade produzida individualmente era insuficiente para a venda. A união de produção desses três quilombolas permitiu que a empresa receptora disponibilizasse um caminhão para o recolhimento do produto, o qual fica armazenado na casa de C. Batista.

No desenvolvimento das atividades cotidianas também se evidenciou relacionamentos interacionais por meio da ajuda mútua entre os moradores quilombolas dos mesmos subgrupos, não havendo a interação entre os subgrupos, seja na troca de serviços ou mesmo no auxílio da execução de alguma tarefa doméstica, como, por exemplo, no caso de J. S. Kapp, que devido aos problemas de saúde não conseguia desenvolver as atividades da sua leiteria, assim, essas tarefas passaram a ser realizadas com ajuda mútua de seu irmão A. de J. Kapp, ambos do subgrupo A1.

Pode-se presenciar também a atuação conjunta dos moradores quilombolas no desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuárias e no abate de animais. Com relação a esta última atividade, há o deslocamento de A. de J. Batista da cidade de Ponta Grossa, onde reside, para a comunidade, com o objetivo de auxiliar os irmãos, V. L. Batista, J. V. Batista e E. de J. Batista, todos integrantes do subgrupo A2.

Numa situação festiva ocasional (festa de aniversário) que ocorreu na comunidade em setembro de 2012, a atividade de abate de animais também foi desenvolvida via laços de

solidariedade entre os membros. Os quilombolas F. R. Mara, P. de J. Batista da Cruz e E. dos Santos Batista ajudaram J. V. Batista na execução da atividade, além de alguns vizinhos, moradores de um sítio próximo a comunidade ligados por laços laborais e de amizade a J. V. Batista e sua esposa, a qual trabalha como diarista na casa destes. No mesmo evento, tiveram outras atividades desenvolvidas através de laços de solidariedade, como a confecção dos doces e do almoço a partir da ajuda de J. Roubé, quilombola de Santa Cruz.

Quando se aborda a questão religiosa, há uma gama mais diversificada de interações sociais, nas quais há a inter-relação entre os indivíduos de ambos os subgrupos. Uma delas se dá por meio da prática tradicional católica da circulação da Capelinha, isto é, uma construção de madeira no formato de igreja/capela que abriga no seu interior uma imagem de santo, a qual circula entre as residências dos moradores.

Na comunidade, a capelinha com a imagem da santa Nossa Senhora de Fátima (Foto 06) foi construída em madeira, tendo apenas a porta em vidro para ser possível enxergá-la. Na sua base, tem uma gaveta para o depósito de doações, cuja oferta deve ser explicitada na lista de doadores que está alocada dentro da mesma, identificando a quantidade de dinheiro doado. Juntamente com a Capelinha, circulam orações que as famílias devem realizar durante a permanência da santa em sua residência, com duração de apenas uma noite, pois, no dia seguinte, o morador tem a obrigação de conduzi-la até a próxima residência. Assim, por meio de tal prática religiosa, confirma-se a promoção de situações de interação cotidiana e contínua entre os moradores quilombolas de ambos os subgrupos, pois todos participam e a cada dia a Capelinha está em uma casa diferente.

Foto 06 – Capelinha que circula nas residências dos moradores quilombolas de Santa Cruz



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Foto registrada em agosto de 2011.

Em torno da religião católica, ainda se destacam situações de interação entre os indivíduos dos dois subgrupos todos os domingos, quando são realizados cultos ou orações de

terço/rosário pelos moradores da própria comunidade, com a participação de um número significativo deles no desenvolvimento das atividades religiosas. Até alguns quilombolas que não são católicos participam dos eventos religiosos na capela da comunidade. Mesmo com a presença de diáconos ou padres da paróquia para a realização das celebrações, há também a participação dos moradores nas atividades litúrgicas.

Essas interações vinculadas à religião ocorrem por meio das atividades de administração, manutenção da capela, do pavilhão de festas e da área adjacente. Isto requer a formação de uma comissão a cada dois anos, tendo como propósito, a promoção de um rodízio interacional entre os moradores que cuidarão das diferentes situações apresentadas, por exemplo, a festa de padroeiro realizada todos os anos no mês de agosto.

A respeito da posição religiosa, há a inserção de outra religião, a umbanda e o candomblé, proporcionando situações cotidianas de interação social entre os moradores quilombolas de Santa Cruz. Mas, as atividades religiosas atingem apenas uma parcela da população da comunidade, aproximadamente quinze moradores quilombolas do subgrupo A2. Estes se deslocam da comunidade para o bairro Colônia Dona Luiza na cidade de Ponta Grossa, bairro adjacente à comunidade, com o intuito de participar das atividades oferecidas pelo Terreiro da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca. Atividades filantrópicas também têm sido desenvolvidas na sede da Sociedade, onde está alocado o terreiro e igualmente se têm a atuação dos moradores de Santa Cruz. Isso será retomado e aprofundando no capítulo III da presente dissertação.

O deslocamento dos moradores da comunidade ao terreiro é por meio da rede de transporte público, com a utilização do ônibus metropolitano, visto que nenhum dos frequentadores possui carro. Como alguns trabalhos no terreiro costumam ser noturnos, eles acabam divergindo com os horários de ônibus de retorno a comunidade, motivo que leva ao estabelecimento de um novo relacionamento de ajuda mútua/solidariedade, no qual o líder quilombola A. de J. Batista faz o transporte destes à comunidade por meio do seu carro.

Além da questão religiosa e de trabalho, emergem situações ligadas à questão política, isto é, desde o ano de 2007 com a constituição da Associação da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz frequentemente tem-se realizado reuniões envolvendo a discussão sobre a regularização fundiária do território da comunidade, sejam motivadas por agentes externos, como o INCRA, Universidades, EMATER, Prefeitura ou mesmo por fatos internos. Estas são convocadas pelo líder quilombola A. de J. Batista e realizadas no pavilhão de festas ou na escola. A participação dos moradores de ambos os subgrupos é expressiva.

Logo, afirma-se que a rede social quilombola não se situa somente entre a família, mas, entre o meio social total, que com sua variabilidade, permite escolhas diferenciadas aos moradores quilombolas em seus relacionamentos sociais. De acordo com o meio social em que está inserida a Comunidade Quilombola de Santa Cruz, em uma área de ambientes culturais variados, tendo a presença de diferentes grupos sociais, as formas de relacionamento destes moradores são externos intergrupais e de múltiplos laços entre os indivíduos do grupo organizado de Santa Cruz com indivíduos externos.

Quase a totalidade dos moradores de Santa Cruz nasceu e cresceu na comunidade, portanto, vivendo e convivendo com outros indivíduos de uma circunvizinhança. Alguns deles se uniram por laços matrimoniais com pessoas provenientes de outros municípios do Paraná, porém, sobretudo com pessoas moradoras próximas da comunidade. Neste contexto, pode-se declarar que a maioria dos moradores de Santa Cruz por terem crescido num mesmo local e conhecer um número considerável de pessoas não significa que todos eles mantêm relacionamentos contínuos com todas essas pessoas.

Diante da existência de relacionamentos externos, tem-se a formação de uma rede social em que somente alguns e não todos os indivíduos componentes têm relações sociais uns com os outros. Nos relacionamentos estabelecidos, pode haver diferenças no grau de conexidade, dependendo da estabilidade e da continuidade dos relacionamentos, pode-se classificar a rede segundo os gêneros de relacionamento mantido pelos seus membros. A primeira classificação diz respeito à rede de “malha estreita”, que resulta quando os indivíduos, conjuntamente com seus amigos, vizinhos e parentes, cresceram na mesma área local e continuaram a viver lá mesmo após o casamento, pois, muitas pessoas conhecem umas às outras desde a infância. A segunda classificação refere-se à rede de “malha mais frouxa”, onde os membros/indivíduos da rede se distanciam física ou socialmente, o contato acaba diminuindo e novos relacionamentos são estabelecidos. (BOTT, 1976).

A investigação dos relacionamentos externos dos quilombolas de Santa Cruz, acrescido ao fato da quase totalidade deles terem crescido e vivido na mesma circunvizinhança, possibilita deduzir que a rede social dos relacionamentos externos dos indivíduos de Santa Cruz se apresenta sob o viés de rede social de “malha estreita”. Conforme Bott (1976), essa é a rede em que os amigos, parentes, vizinhos e companheiros de trabalho, na maioria dos casos, se conhecem mutuamente e se relacionam uns aos outros com os demais indivíduos da rede. Situação em que muitas das pessoas de uma rede interagem entre si, e assim, os seus membros tendem a assumir consenso sobre normas, exercem uma pressão

informal consistente uns sobre outros para se adequarem às normas, para manter o contato e, caso necessário, para ajudarem uns aos outros.

Essa realidade decorre do fato de a rede social estruturada a partir dos relacionamentos dos moradores quilombolas de Santa Cruz estar localizada, ou seja, a maioria dos seus membros convive na mesma área local, de modo que todos são acessíveis uns aos outros, estando mais propensos a se conhecer dessa maneira do que se estivessem espalhados. (cf. BOTT, 1976). Portanto, as pessoas com as quais os moradores quilombolas estão mais envolvidos em seus relacionamentos são seus parentes e vizinhos.

Constituindo o espaço como o mundo da vivência social, conforme Dardel (2011), se entende que a própria essência geográfica do “ser-e-estar-no-mundo”, tem esse envolvimento do homem, terra e lugar evidenciado nas falas dos moradores quilombolas de Santa Cruz. Nesse sentido, é necessário demonstrar algumas dessas falas, como, por exemplo, as do relato de I. Ferreira da Cruz, veja-se: “dar argum, nós trabaiava pros **russo do Lago**, faziam roça ali, **naquelas capoeira lá dos Kocheva pra lá** [...] bom mesmo, e os **polonês, os polaco** lá também eram bom, **nós se criemo tudo junto** [...] **os polaco de lá, os Kocheva** tudo vinham ali, na igreja do Santa Cruz”. (ENTREVISTA I. F. DA C., NOVEMBRO DE 2012).

Outras entrevistas também revelam o conhecimento, compartilhamento e a disponibilidade de uma linguagem de reconhecimento de pessoas e lugares que os inclui no local de sua existência, sua própria geograficidade. Sendo assim, A. Batista da Cruz descreve que “[...] tinha a **colônia dos russos barbudos do lado esquerdo** e tinha a **colônia dos polacospro lado pra sede do tabuleiro**”. Já, em outro relato, o de A. Batista da Cruz, descreve-se um fazendeiro da região: “[...] é de **Palmeira**, da **Colônia do Lago**, ali da colônia [...] É ele é **alemão-russo!** Não é daqueles na **frente do Santa Cruz**, é dos primeiro que veio ali, os primeiro que formaram a colônia”. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO DE 2012).

A. de J. Batista, líder quilombola, ao explicar sobre a organização da área circunvizinha à Comunidade Quilombola de Santa Cruz, desenha um mapa da mesma e salienta que “o nome Sutil, Tabuleiro, vem o **Tabuleiro** também é **entre Sutil**,o **Tabuleiro é dos russos**, aqui é o **Tibagi** aqui, dai vai pra **Palmeira**, aqui encontra o **Caniú**, aqui é a **colônia dos russos**, aqui é a **terceira colônia, Colônia 3**, aqui é a **Colônia 2**, e **no fundo** é a **Colônia 1**, e bem aqui em cima perto da minha mão, **perto do cruzeiro, Colônia 4** e aqui no **Tabuleiro é Colônia 5** é a **4** é a mesma da **Santa Cruz**, a **do cruzeiro**”. (ENTREVISTA A. DE J. B., NOVEMBRO 2011).

A experiência no espaço, na perspectiva de Dardel (2011), requer movimento, uma situação concreta, relações, trocas e direções que são construídas pelos indivíduos, como no caso de Santa Cruz, envolve uma rede social. Parte dessa rede é composta pelos seus vizinhos e a outra pelos seus parentes, dos quais uma grande parcela também está inserida em grupos sociais vizinhos, como na Comunidade Quilombola do Sutil, Colônia Witmarsum, Colônia Quero-Quero, Colônia do Lago e Comunidade do Tabuleiro, além de bairros adjacentes da cidade de Ponta Grossa: Cará-Cará, Colônia Dona Luiza e Oficinas. Todos estão agrupados numa área de pequenas distâncias, de fáceis deslocamentos, permitindo que as relações de parentesco tenham uma forte densidade.

As relações mais intensas, de acordo com Bott (1976, p. 153), têm importância peculiar por causa de sua permanência. Assim, elas são particularmente proveitosas para o indivíduo como área de expressão e de domínio dos sentimentos, tanto conscientes como inconscientes. Infere-se que os parentes parecem ser de alguma forma, partes de “nós mesmos” e “nós somos” partes deles, até mesmo quando nunca “os havíamos” visto antes. Pode-se desfazer completamente uma amizade, mas não se pode desfazer completamente uma relação consanguínea. Um contato com um parente pode ser interrompido, mas, em certo sentido, o relacionamento perdurará, pois algo ainda é compartilhado. Dessa forma, “os parentes são elos de ligação entre o passado e o futuro. Eles dão um sentimento de continuidade. Devemos necessariamente morrer, mas a nossa família, no sentido mais geral, prossegue”.

Portanto, os parentes são de especial importância em qualquer tipo de rede, visto que, esta se dá de forma tripla. Em primeiro lugar, os parentes estão especialmente propensos a se conhecer entre si, os relacionamentos de parentesco da rede tendem a ser de malha mais estreita do que os outros. Em segundo lugar, tais relacionamentos são relativamente permanentes. E em terceiro lugar, os parentes desempenham um papel duplo importante, que consiste não só em sustentar como também em dividir os casamentos de famílias situadas em uma rede. (cf. BOTT, 1976). Mas não se pode omitir que esta rede estruturada por laços de parentesco também constrange, visto que há muita troca entre os indivíduos, resultando numa maior circulação e comunicação, e assim, estreitamento de laços e surgimento de tensões.

As relações com parentes próximos são duradouras, pelo menos em comparação com os relacionamentos entre amigos e vizinhos. Assim, dentro de uma rede social, pode-se ter uma super-posição da categoria parente, a qual transforma uma mesma pessoa em amigo, vizinho e colega de trabalho. Estas relações se transformarão em múltiplas, como também nos

relacionamentos por laços de compadrio e apadrinhamento, em que as relações de amizade e vizinhança, além das de parentesco, são intensificadas por esses novos laços, realidade que ocorre entre os quilombolas de Santa Cruz. Já os relacionamentos entre vizinhos são os mais abandonados. Amizades próximas permanecem na lembrança, mas não na corrente interação.

Interação com e entre parentes distantes torna-se pouco frequente, mas relações com e entre pais e irmãos são mantidas, ainda que através de grandes distâncias. Isso acontece porque podem encontrar novos amigos e vizinhos, mas não novos parentes, estes tipos de relações não são refeitas, a pessoa nasce com elas já fundadas. (BOTT, 1976). Nos relacionamentos dos moradores de Santa Cruz com seus parentes (filhos e irmãos), há muitos deles que residem em cidades vizinhas, tais como Curitiba, Irati, Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa, e em outros estados como Tocantins, Goiás e São Paulo. A distância é suprimida pela manutenção dos relacionamentos.

Em torno dessa realidade, os parentes próximos se apoiam uns aos outros por meio da ajuda mútua. Aspecto esse que Adams (1967, apud BOTT, 1976, p.282) acredita fazer parte das propriedades básicas do parentesco que são “a preocupação e a obrigação expressas na ajuda mútua e nas cerimônias ao passo que a propriedade básica da amizade é o consenso (interesses compartilhados) que se manifesta nas atividades sociais voluntárias”.

Nesse caso, os vínculos entre os parentes tendem a ser mais fortes quando os parentes estão capacitados a ajudar uns aos outros no sentido ocupacional. E, a densidade das redes aumenta quando os parentes trabalham juntos em tarefas compartilhadas. Geralmente, quando as redes são de malha estreita, haverá relações de parentesco no seu miolo. Na comunidade podem-se evidenciar tais laços de solidariedade pela ajuda e compartilhamento de atividades, estas se deram tanto em eventos festivos e casuais de interação, quanto em situações cotidianas de interação, onde os indivíduos internos e externos ligados por laços de parentesco entre si conectaram-se para o desenvolvimento de alguma atividade.

O parentesco e os laços de afinidade fornecem uma teia, unem grupos de descendência unilinear, que com o casamento torna-se “um encadeamento de grupos de parentesco”. (BOTT, 1976, p. 111). Com o casamento, decorre também em alguns casos, a mudança de domicílio ligada à inserção numa nova comunidade, o que segundo Claval (2007), desencadeia no desfazer das raízes e na reinserção fora do círculo de relações tecidas desde a infância. Esta realidade se dá em maior número com as mulheres, contudo, entre os moradores de Santa Cruz, têm-se também dois homens (russo-alemães) que migraram de suas colônias de origem para a comunidade, onde constituíram residência.

Em tal situação, o marido ou esposa, ao se casar leva consigo sua própria rede de malha estreita. Cada cônjuge faz um considerável investimento emocional em relacionamentos com pessoas de sua rede, de modo, que cada um está engajado em intercâmbios recíprocos de apoio material e emocional com elas. Os cônjuges são muito sensíveis às opiniões e aos valores próprios, não só porque o relacionamento é de ordem íntima, mas também porque as pessoas na rede conhecem umas as outras e partilham das mesmas normas, sendo capazes de aplicar sanções informais consistentes entre si. Nesse sentido, o casamento é sobreposto a estes relacionamentos preexistentes.

No caso da rede social da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, há um grupo de descendência unilinear, isto é, edificado a partir dos descendentes de um mesmo antepassado, A. Gonçalves. Os laços matrimoniais passam a se unir a outros indivíduos, seus cônjuges, que na maioria das vezes também já estavam inseridos em outros grupos e subgrupos de parentesco. Tais grupos podem ser muito diferenciados do grupo interno, apresentando aspectos culturais peculiares levados com o cônjuge à nova vida conjugal e acrescentados ao convívio interno da comunidade. Na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, se tem a inserção de dez subgrupos familiares por laços matrimoniais, ou seja, subgrupos familiares dos cônjuges dos quilombolas de Santa Cruz, os quais foram aqui denominados por subgrupo: B, C, D, E, F, G, H, I, J e L.

Três uniões conjugais dos moradores quilombolas com indivíduos externos representam o que foi exposto anteriormente. Na primeira delas, tem-se o quilombola A. de J. Batista que se liga por laços matrimoniais a uma moradora da cidade de Ponta Grossa, onde passa a residir em um bairro vizinho à comunidade. Tais laços matrimoniais fazem com que ele substitua a religião católica compartilhada pelos demais integrantes do grupo quilombola pelo candomblé e umbanda, religião professada pela esposa, e que passa a ser aderida também por outros moradores da comunidade do subgrupo A2. Estes passam a frequentar os trabalhos religiosos promovidos no terreiro fundado pelo casal, e embora A. de J. Batista continue atuando também dentro da comunidade em papéis muito importantes, como o de líder, ainda assim, pode-se notar certa resistência por parte de alguns moradores em aceitar a sua religião e a participação de outros moradores.

Nos outros dois casos, há uniões de duas quilombolas da comunidade com cônjuges descendentes de russo-alemães provenientes da Colônia Quero-Quero, indivíduos pertencentes a outra cultura amplamente diferenciada da dos moradores de Santa Cruz, como, por exemplo, a religião, que é luterana. Desse modo, após terem fixado residência na

comunidade quilombola, juntamente com as esposas e filhos, esses russo-alemães iniciaram um processo de participação ativa não na comunidade em que estão inseridos, mas na Colônia Quero-Quero. Mesmo com a participação das esposas e filhos também nos eventos religiosos e sociais da comunidade quilombola, não se tem a atuação em nenhum tipo de evento na comunidade, tampouco em papéis sociais. Isso promove um distanciamento destes indivíduos dos demais, afinal, os relacionamentos internos são mais frouxos, eles não compartilham da mesma cultura, da mesma religião e muitas vezes, dos mesmos objetivos. Além disso, não tem papéis interdependentes, fato que faz eles deixar de ter uma interação contínua para ter uma interação moderada com os demais indivíduos.

No entanto, Bott (1976) ressalta que embora sejam distintas as redes do marido e da esposa, é bastante provável que até mesmo no tempo do casamento, haja uma sobreposição entre elas. Os resultados de pesquisa mostram que este fato aconteceu em quatro uniões dentro da comunidade, duas delas da união entre indivíduos internos do grupo quilombola e as outras duas com indivíduos externos, os quais já estavam ligados por algum laço de parentesco. Tal fato é possível porque a rede social dos indivíduos da Comunidade Quilombola de Santa Cruz é edificada a partir de relacionamentos com indivíduos da vizinhança, que em muitos dos casos também já mantém vínculos parentais com os indivíduos internos.

É assim que se forma uma rede de malha estreita, com a presença próxima de parentes dos cônjuges, separadamente e juntos, como se os vizinhos da família fossem seus parentes e, daí, os parentes se constituem em amigos dos cônjuges e, em certas áreas, são também seus companheiros de trabalho. Toma-se como referência o caso de E. Schweigert, que planta nove alqueires junto com o genro E. Kapp, cuja residência está alocada na Colônia do Lago, tem como empregado V. Camargo Ribas, um irmão de um indivíduo interno, os três quilombolas que vendem juntos o leite produzido em suas leiterias e ainda as uniões matrimoniais citadas anteriormente.

Nas considerações de Bott (1976), compreende-se que em uma área, relativamente fechada, a maior parte dos serviços requisitados por uma família pode ser fornecido por outras famílias dentro do grupo local e dentro do grupo de parentesco. Seus colegas de trabalho são também seus vizinhos, a sua rede tende a localizar e o grau de sua conexidade tende a ser alto. Do contrário, se está engajado em um trabalho no qual seus colegas não são seus vizinhos, sua rede tende a ser de malha frouxa.

É neste contexto de relacionamento entre parentes que Bott (id.) respalda o parentesco e a amizade. Para ela, são os tipos mais importantes de relação social primária. Os vizinhos são importantes, em grande parte, por fornecer uma rede de amigos potenciais, podendo se justapor às categorias de parentesco e de amizade. Em face disso, Claval (2007, p.292) considera que:

A vida social e os reencontros múltiplos que ela implica desenvolvem-se em escalas circunscritas: aquela da vizinhança, da vila ou do bairro, e aquela do país ou da cidade [...] enquanto os deslocamentos são lentos, é no nível mais próximo que é possível fazer a experiência da comunidade.

Pode-se afirmar, então, que é pela realidade da Comunidade Quilombola de Santa Cruz e seus vizinhos que a vida social dos mesmos se organiza em comunidades locais, e estas em uma rede social localizada, onde as relações entre os membros destas comunidades são mais intensas.

O referido autor também aborda a questão da motorização, com ela permite-se “a facilidade de frequentar lugares mais longínquos onde se encontram aqueles que se sentem solidários” (id.), como é o caso de alguns quilombolas de Santa Cruz, participantes de locais religiosos externos a comunidade. Segundo ele, “a uma maior distância, localizam-se as atividades que demandam menor continuidade nas relações, transações comerciais ou de serviço, manifestações religiosas, culturais ou políticas um pouco excepcionais”. (ibid.).

Esses horizontes mais longínquos são frequentados pelos quilombolas para as compras de produtos alimentícios, agrícolas, pecuários, vestuários e demais insumos nas cidades de Ponta Grossa e Palmeira. É uma prática herdada das gerações passadas, visto que os quilombolas realizavam compra de mantimentos nas mesmas cidades e também na Colônia do Lago, onde se tinha um armazém. Somente depois de alguns anos, se teve um boteco na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, atualmente extinto, de propriedade de um fazendeiro da região e que era cuidado por E. Carneiro, parente dos quilombolas. (ENTREVISTA A. BATISTA DA CRUZ, NOVEMBRO DE 2012).

Os deslocamentos longínquos também são realizados em grandes acontecimentos sociais, como nos encontros das comunidades quilombolas paranaenses, em que se tem a participação dos quilombolas de Santa Cruz em outros municípios do estado, como Guarapuava, Faxinal do Céu, Curitiba, entre outros, ou também por necessidade, no acesso a atendimento de saúde, recebimento de aposentadoria, educação, eleição, tendo-se o deslocamento para a cidade de Ponta Grossa.

A mobilidade que afeta os maiores efetivos, na visão de Claval (2007), se dá durante a vida ativa, pelos deslocamentos cotidianos. Muitas vezes, apesar do trabalho provocar uma mudança de domicílio, a realidade social vivenciada pelos moradores de Santa Cruz faz com que a vizinhança se apresente como potencial de amizades, compartilhando interesses, atividades sociais e ajuda mútua entre eles, fortalecida principalmente pelos laços religiosos. É possível a vizinhança também se apresentar como fonte de serviços, pois há muitos anos os relacionamentos sociais por laços laborais vem conectando os moradores da comunidade a indivíduos externos da vizinhança. Esta foi uma forma que eles encontraram para aumentar a renda sem ter que se deslocar a grandes distâncias para conseguir trabalho.

De acordo com Claval (2007, p. 291), esse fato é vivenciado para “facilitar o reencontro daqueles que tem necessidade de uma prestação de serviço, e daqueles que são capazes de fornecê-la”. É o que acontece com os quilombolas e seus vizinhos, sendo que os primeiros necessitam de emprego e não tem condições de efetuar grandes deslocamentos e os segundos necessitam de mão de obra barata e confiável, que encontram nos quilombolas. “Os lugares onde se desenvolvem as atividades profissionais não devem ser muito distantes do domicílio: o tempo que cada um aceita dedicar a estes deslocamentos de trabalho não varia muito no seio de uma cultura”. (id.).

Com a redução da participação na vida ativa, oito quilombolas deixaram suas atividades laborais externas para receber a aposentadoria, continuando a existir, para muitos, apenas as tarefas domésticas dentro da comunidade, as quais permitem assegurar a autonomia da vida cotidiana e evitar a dependência. Ainda, a partir das considerações de Claval (2007), quando a mobilidade se restringe, as zonas facilmente acessíveis tornam-se ainda mais estreitas.

Alguns quilombolas relataram que, anteriormente, um dos locais vizinhos empregador de um número significativo de moradores da comunidade em serviços laborais era a Fazenda Cacique. Nesta, se desenvolvia distintas atividades relacionadas ao corte da madeira. Quatro moradores trabalharam nessas atividades, sendo eles V. L. Batista, C. A. Batista, C. Batista e J. S. Kapp. Outro local empregador de mão de obra aos moradores quilombolas tem sido o Ponta Grossa Golf Clube²², localizado em frente à comunidade. Os moradores que já trabalharam neste local, com carteira assinada, desenvolvendo distintas atividades, são: C. A. Batista, S. Batista, M. de L. Camargo Ribas e P. de J. Batista da Cruz.

²² Este é o nome do clube de golfe de Ponta Grossa.

A Colônia Witmarsum também foi listada pelos moradores como um local de oferta de serviços. A moradora J. Roube trabalhou como auxiliar de cozinha em uma confeitaria local e outros dois moradores, C. A. Batista e V. Schweigert (V. S.3) trabalharam no corte de madeira na Fazenda da Facelpa, também localizada na colônia.

Outro local vizinho informado como fonte de serviços foi a Chácara dos Polacos. Nesta, dois moradores trabalharam por empreitada, sendo D. de J. Batista, já falecido, e sua irmã V. L. Batista.

Há ainda, as propriedades vizinhas de russo-brancos das Colônias Santa Cruz I, II e III que há anos vem oferecendo aos moradores quilombolas tanto atividades ligadas à agricultura quanto a pecuária leiteira. Nestas, quatro moradores já trabalharam, um deles foi D. de J. Batista, citado anteriormente, que iniciou seus serviços no local em 1958 quando os russo-brancos se instalaram na área, e os outros três, A. de J. Batista, J. V. Batista e J. S. Kapp, também trabalharam em propriedades das respectivas colônias, sendo que os dois primeiros executavam serviços da roça e o terceiro trabalhou durante cinco anos numa leiteria. Os serviços continuam sendo executados por um morador, A. de J. Kapp, que trabalha por dia nas atividades de serviço geral de uma leiteria das colônias.

O bairro Cará-Cará, vizinho à comunidade, também tem sido um local de empregabilidade para quatro moradores da mesma. Um deles, E. A. Batista, há três anos vem trabalhando como operador de draga, responsável pela atividade de tirar areia em um dos portos existentes no rio Tibagi. Ele recebe salário mensal pelos seus serviços. Outras três moradoras quilombolas executam atividades de serviços gerais no bairro, duas delas, A. M. Batista da Cruz e A. M. Batista da Cruz (A. M. B. da C.1) trabalham em uma escola há aproximadamente dez anos e a última, P. I. Batista, atua como funcionária pública no Centro Municipal de Educação Infantil “Antônio Nunes Cottar”, no núcleo residencial Santa Bárbara.

A moradora quilombola R. F. de Andrade Batista está trabalhando há dois anos como diarista na casa de um casal de vizinhos não-quilombolas. Estes passaram a ocupar uma propriedade alocada dentro da comunidade que outrora pertencia aos moradores quilombolas. Isso se deve ao fato de terem sido desapropriados de suas terras e recebido indenização pela construção da Usina Hidrelétrica Mauá no rio Tibagi, fruto do consórcio energético Cruzeiro do Sul, uma parceria entre a Copel e a Eletrosul.

Em questões religiosas, a vizinhança também se faz importante para os moradores quilombolas, pois, se tornam amigos potenciais, uma vez que muitos deles estão associados à Capela Senhor Bom Jesus na comunidade. A participação é ativa, eles não apenas

frequentam os eventos religiosos na capela, como também atuam em cargos administrativos, contribuem com o dízimo e doações, participam da catequese e executam papéis sociais de relevância durante o desenvolvimento de atividades sociais, sendo as celebrações religiosas e festa do padroeiro. Estes vizinhos são provenientes da Comunidade do Tabuleiro, fazendas/sítios locais, Comunidade Quilombola do Sutil e bairro Cará-Cará.

Ainda há vizinhos destes mesmos lugares que apesar de não serem associados à capela, oferecem ajuda mútua nos grandes eventos religiosos, como na festa do padroeiro. Alguns deles são ligados por laços de parentesco, outros apenas por laços de solidariedade. Nestas festas, a participação de outros vizinhos é muito mais significativa e variada, sendo que são provenientes de uma gama mais diversificada de locais da vizinhança, como as Colônias Santa Cruz I, II e III (dos russo-brancos), Colônia Quero-Quero, Comunidade Quilombola do Sutil, Vila Rural Guaragi, Faxinal dos “Polacos”, Comunidade do Tabuleiro, Colônia do Lago, bairro Cará-Cará e outros bairros da cidade de Ponta Grossa.

O deslocamento dos quilombolas de Santa Cruz também se registra em relação à morte, isto é, desde as gerações passadas, quando um morador da comunidade falece, é velado na capela e depois trasladado da comunidade aos cemitérios vizinhos, onde o corpo é sepultado. Em outros tempos, esses deslocamentos eram mais longínquos, realizados de carroça ou a pé. Os cemitérios mais acessíveis estavam na zona urbana do município de Ponta Grossa, bairro Colônia Dona Luiza, ou no município de Palmeira, zona urbana e rural, na comunidade denominada Vilinha dos Papagaios (oficialmente Distrito de Papagaios Novos).

Posteriormente, na primeira década do século XXI, com a construção de um cemitério na Comunidade Quilombola do Sutil, a mobilidade dos quilombolas de Santa Cruz, assim como, dos moradores da Comunidade do Tabuleiro, das fazendas e sítios da região em relação à morte passou a ser ainda mais restrita, pois, quando alguém falece, a realização da celebração é na capela de Santa Cruz ou Sutil e o sepultamento no cemitério da Comunidade Quilombola do Sutil. Portanto, “de uma sociedade a outra e de uma época a outra, as trajetórias mudam”. (CLAVAL, 2007, p. 96).

Em relação à educação, multiplicam-se os deslocamentos, tornando-se cotidianos e prolongados, em uma distância que continua limitada a alguns quilômetros da comunidade, no bairro Cará-Cará, onde se tem a Escola Estadual Francisco Pires Machado, contemplada pelo ensino fundamental e médio. Destaca-se a rede especializada de condução, em que o destino de transporte escolar é feito pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa aos quilombolas. Com a utilização do veículo motor e da frequência à escola, os horizontes de vida se ampliam.

Mesmo assim, os ensinamentos escolares, de acordo com Claval (2007), muitas vezes podem estar limitados ao que se vive e diz no contexto do lar ou da vizinhança, visto que o local de ensino está numa área circunvizinha à comunidade. Tais deslocamentos podem ser ativadores de novas relações sociais ou de fortalecimento das existentes, tanto com indivíduos das vizinhanças, como indivíduos da zona urbana de Ponta Grossa.

Os moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz constituem um grupo organizado, que tem objetivos comuns, papéis interdependentes e uma cultura peculiar, o que faz com que haja internamente uma interação cotidiana e contínua entre a maioria dos moradores nas mais distintas situações sociais. Quando se trata dos relacionamentos externos desses moradores, explicita-se a constituição de uma rede social que os põem em contato a um conjunto de pessoas de diferentes ambientes e culturas, ligando-se aos indivíduos internos tanto por laços de parentesco, como também por laços de vizinhança e amizade que os envolvem em situações sociais religiosas de ajuda mútua e de trabalho.

Esses resultados mostram que as famílias quilombolas de Santa Cruz tem uma mobilidade baixa em relação aos seus relacionamentos externos, construindo uma espacialidade geograficamente localizada, já que a maioria dos parentes vive numa área circunvizinha, além das relações de trabalho, religião e lazer também se darem na mesma. Assim, o feixe relacional desta comunidade tanto interna quanto externamente é contínuo, muitas vezes ultrapassando relacionamentos de vizinhança e amizade entre mais de uma geração e levando estes a distintas situações de interação social ao longo da vida.

Esta proximidade faz com que os moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz mantenham intensos relacionamentos com os vizinhos e parentes, justificando-se por relacionamentos reforçados de compadrio e apadrinhamento, além da participação ativa dos mesmos nos eventos de interação social promovidos na comunidade. Os quilombolas passam grande parte de seu tempo no seio de grupos domésticos, geralmente familiares e vizinhos, onde dormem, repousam, cuidam dos filhos, se dedicam a tarefas domésticas e comunitárias, frequentam locais religiosos, estudam, fazem visitas, participam de festividades, além do desenvolvimento de atividades laborais.

CAPÍTULO III – DIMENSÃO ESPACIAL DA EXISTÊNCIA RELACIONAL QUILOMBOLA: A COMUNIDADE E OS EVENTOS INTERACIONAIS

No tocante aos relacionamentos sociais com indivíduos externos, os quilombolas de Santa Cruz se estruturam em forma de rede e se articulam com outros grupos sociais nas diversas situações de interação social cotidianas, conforme foi abordado no Capítulo II. Este terceiro capítulo compreende a análise das situações casuais e não casuais de interação social que envolvem os quilombolas de Santa Cruz em encontros com um número considerável de participantes. Procura-se a estrutura da experiência que os indivíduos tiveram em tais situações, utilizando a técnica da observação participante para apreender o quadro de tal experiência social e desvendar como o grupo quilombola interage entre si e com pessoas externas.

Para tanto, reinseriu-se novamente o conceito de rede(s) social(is) com a finalidade de entender os contatos estabelecidos pelos elos de vinculação do grupo quilombola com outros indivíduos externos, neste caso, os participantes dos eventos interacionais. Acredita-se que nessas práticas de interação se edificam e se revelam com maior profundidade as relações sociais mantidas por um determinado grupo social.

Desse modo, se tomaram os contatos face a face promovidos tanto pelos eventos sociais internos quanto externos à comunidade, os quais, de acordo com Massey (2008), fazem do espaço/espacialidade um veículo da multiplicidade humana, com a imbricação de trajetórias, sempre aberto ao novo e expressando, como diria Dardel (2011), a própria essência geográfica do “ser-e-estar-no-mundo”. Assim, o espaço se transforma no mundo da existência humana, agrupando a dimensão do social: a coexistência simultânea de outros indivíduos. Pretende-se compreender a espacialidade relacional dos quilombolas da Comunidade de Santa Cruz (Ponta Grossa/PR) nos eventos de interação social, adotando metodologias e técnicas pautadas nos fundamentos da “descrição densa” de Clifford Geertz (1997, 2011) e na “hermenêutica objetiva” de Ulrich Övermann, considerada por Weller (2007) e Geertz (1997).

Primeiramente, se investigou as ligações sociais dos quilombolas com indivíduos externos, durante uma situação tradicional anual de interação social que ocorre a mais de 70 anos na Comunidade Quilombola de Santa Cruz, é a festa católica em torno do padroeiro da capela. Confronta-se com outro evento de interação social casual, a festa de aniversário de quinze anos de uma quilombola da comunidade, que reuniu um número significativo de participantes, assim como, a própria festa do padroeiro, a qual foi observada em dois anos

seguidos. Este embate possibilitou a identificação de relacionamentos duradouros dos quilombolas com outros indivíduos.

Depois disso, se demonstra uma nova espacialidade religiosa e vivencial, construída em torno da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, apresentada para alguns dos moradores quilombolas de Santa Cruz como um ambiente que permite novas situações de interação social cotidiana, tanto extra quanto intracomunidade, proporcionando a intensificação de laços de parentesco, de vizinhança, de parentesco por apadrinhamento e compadrio, de amizade/afinidade, laborais e de solidariedade.

Também é possível visualizar as relações sociais mantidas pelos quilombolas com indivíduos externos, numa situação de interação externa à comunidade e que não fora criada na experiência cotidiana dos mesmos, mas sim, pela esfera municipal. Trata-se da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz, promovida pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Esse evento foi confrontado com outro evento de interação social de grande participação na Comunidade Quilombola do Sutil, trata-se de uma prática tradicional: a festa do padroeiro da capela da comunidade que se realiza todos os anos no mês de outubro. O objetivo é desvendar uma espacialidade construída pela presença e ausência de relacionamentos sociais entre os quilombolas.

3.1 Espacialidades e interação social em rede no evento “Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus”

A Comunidade Quilombola de Santa Cruz é relativamente pequena, constituída de 12 famílias que juntas vivenciam práticas tradicionais de interação social, como, por exemplo, a Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, realizada todos os anos no mês de agosto. Tal evento de interação, assim como outros, permite evidenciar a existência de uma rede social quilombola que liga os moradores de Santa Cruz a outros indivíduos, seja por laços de parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, vizinhança, amizade/afinidade ou solidariedade. Por isso, o objetivo deste subcapítulo é a apreensão da espacialidade da rede social dos moradores de Santa Cruz no evento de interação social Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus.

Levando-se em consideração a existência de conexões entre indivíduos, e que a apreensão destas permite compreender a complexidade da rede de relações de um indivíduo ou de um grupo, se procurou revelar tais ligações para romper com a ideia de que os quilombos são comunidades isoladas, que não mantêm contato com o restante da sociedade. Foi necessário, então, além de identificar a rede, apontar os atores e seus papéis sociais

durante o evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, analisando o ambiente/cenário de onde foram protagonizadas as interações socioespaciais na comunidade.

Das 12 famílias que compõem o grupo quilombola de Santa Cruz, seis são católicas, duas são luterano-católicas, duas candomblecista/umbandista-católicas, uma católico-evangélica e uma candomblecista/umbandista. Apesar das diferenças, de forma mais ou menos intensa, ocorre por parte destas famílias, a administração da capela da comunidade e área adjacente, a qual vem sendo mantida há aproximadamente 70 anos. Pode-se afirmar que juntas, as famílias quilombolas vivenciam práticas tradicionais de interação social como é o caso da festa de seu padroeiro (Fotos 01 e 02).

Fotos 01 e 02 – Prática tradicional da Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Fonte: Arquivo pessoal do morador A. de J. Kapp. Primeira foto registrada em 1967.

Denominada “Capela do Senhor Bom Jesus”, ela se integra à Paróquia Espírito Santo, coordenada pela igreja São Vendelino, bairro Colônia Dona Luiza, diocese de Ponta Grossa. Atualmente, essa capela tem 13 famílias de associados que contribuem com o dízimo, dentre eles, indivíduos externos a comunidade, provenientes principalmente da Comunidade do Tabuleiro e de sítios vizinhos. As missas são realizadas ao segundo e quarto domingo de cada mês, sendo o segundo por um diácono da paróquia Espírito Santo e no quarto pelo padre da paróquia. Nos domingos restantes são realizados cultos ou orações de terço/rosário pela ministra eucarística da própria comunidade. Todos os anos esta capela dá abertura a um evento tradicional de interação social, a festa do seu padroeiro.

Diante da complexidade que é um evento de interação social, dividimos este subcapítulo em “a” e “b” para melhor esclarecimento. O item a tratou de explicitar o quadro da experiência social, isto é, a identificação dos elementos básicos da organização social. Toma-se o ambiente onde ocorreu o evento, base para as reflexões desta pesquisa - festa do padroeiro em 2011 -, destacando seus atores, os quais estavam envolvidos em papéis sociais durante a realização de atividades e práticas sociais. Devido ao fato de que este evento resulta

em uma estrutura espaço-temporal, com distintos momentos e espaços de interação, optou-se na segunda subdivisão por abrigar a discussão e compreensão das espacialidades da interação social em rede no evento festa do padroeiro, criadas tanto pela presença de “indivíduos executantes” quanto “indivíduos participantes”.

Para uma abrangência maior do evento, acompanhou-se em 2011, descrevendo e reconstituindo com rigor todas as suas particularidades e, posteriormente, em agosto de 2012 retornou-se a comunidade para observá-lo novamente. Este segundo momento de acompanhamento foi necessário para uma observação mais direcionada, voltando-se à visualização dos parâmetros anteriormente apreendidos, como, indivíduos atuantes, quantidade de participantes, além do desenvolvimento das atividades e a constituição dos cenários para poder apontar fatos consolidados e mutáveis. Assim, se pode ter uma concepção geral da prática tradicional.

Este trabalho tentou ir além, tomando outro evento de grande proporção e que ocorreu no mesmo ambiente, porém de caráter casual, para comparar e evidenciar se a rede social quilombola se edifica em torno dos mesmos indivíduos em situações sociais distintas ou se a rede ganha novos indivíduos, permitindo outra espacialidade dos relacionamentos sociais dos quilombolas com indivíduos externos.

a) A rede de interação social quilombola na “Festa”

Na capela da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, no mês de agosto de cada ano, se realiza um evento de interação social que reúne um grande número de pessoas: a “Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus”. Em 2011, o mesmo aconteceu no primeiro domingo de agosto, dia 07, e no ano de 2012, no dia 12 de agosto (dia dos pais). Este último incluir-se-á nesta pesquisa apenas como comparativo do que foi exposto no primeiro ano, o qual serviu de base para a exposição do quadro geral do evento a seguir.

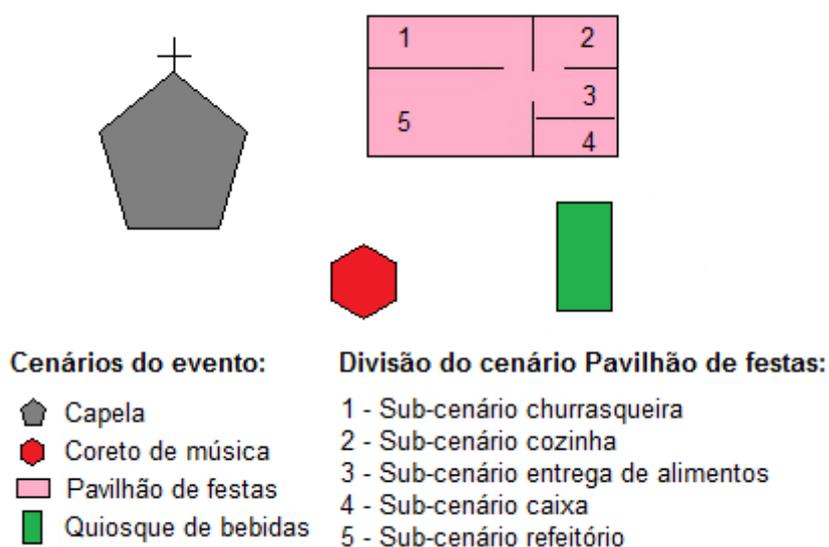
No primeiro ano do evento, em 2011, não se teve uma real divulgação do mesmo, no entanto, no segundo ano, em 2012, cartazes do evento foram distribuídos na diocese, nos comércios, para conhecidos e amigos, além de comunidades vizinhas. Anunciava-se o evento em si e também os indivíduos e famílias envolvidas no mesmo, com destaque a duas categorias, o “tríduo” e os “festeiros”.

O tríduo consiste em indivíduos que realizam a novena na capela (nove dias antes do evento) em homenagem ao padroeiro, eles também ficam responsáveis pela arrecadação de prendas para o leilão e bingo, pela realização dos serviços (inclusive no dia do evento), dinheiro e cooperação nas orações (assumindo papéis sociais). E os chamados “festeiros” são

as famílias e indivíduos que firmam um compromisso de participação no evento, anunciando sua presença para todos. No “tríduo” conta apenas os associados, já nos “festeiros”, contam indivíduos da própria comunidade, da Comunidade do Tabuleiro, da Comunidade Quilombola do Sutil, da Vila Rural de Guaragi, da Colônia do Lago, de Ponta Grossa, do bairro Cará-Cará. No total de 69 indivíduos, 8 deles também confirmaram a presença da família.

O evento ocorreu em quatro cenários: a capela, o coreto de música, o quiosque de bebidas e o pavilhão de festas (Figura 01). Estes abrigaram variadas práticas/atividades por uma série de atores que desempenharam diferentes papéis no transcorrer do evento.

Figura 01 – Cenários do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus: Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Org.: A autora.

Desse modo, a capela se tornou o primeiro cenário do evento de interação social festa do padroeiro a ser analisado nesta pesquisa. Lembrando que o cenário, segundo Goffman (1985), é o equipamento expressivo do ambiente e serve como pano de fundo no desenrolar de uma ação humana, torna-se necessário descrever este cenário, com todos os seus elementos constituintes.

Pintada em azul, com detalhes bordô, a capela (Foto 03) é totalmente construída de madeira, incluindo paredes, forro, assoalho, janelas e porta. Um muro pré-moldado em cimento circunda toda a construção, permitindo o acesso à capela por meio de um portão de madeira em duas folhas. Seu telhado é coberto com telhas de barro do tipo francesa, onde se destaca uma pequena cruz na cumeeira frontal.

A parte interna deste cenário (Foto 04) é composta por sete fileiras duplas de bancos com genuflexórios²³, um altar, um púlpito, uma mesa para o ofertório, um banco simples e duas cadeiras; toda a mobília é feita em madeira. A ornamentação desta capela demonstra uma cruz com a imagem de Jesus Cristo, um mastro sustentando a bandeira vermelha com fitas amarelas do Divino Espírito Santo, dois pedestais amparando os vasos de flores naturais e um oratório abrigando as imagens de santos. Do lado direito tem-se a imagem do Divino Espírito Santo, Mãe da Divina Graça, ao centro São José, o Bom Jesus envolto em manto vermelho e ao lado esquerdo Nossa Senhora de Fátima e São Benedito, além de velas e flores de crisântemos naturais de várias cores.

As paredes internas comportam quadros e cartazes com temáticas religiosas. Na parede frontal se observa dois quadros com as imagens de Jesus Cristo e Virgem Maria. Nas paredes laterais estão expostas as quatorze imagens das estações da Via Sacra, que recentemente substituíram as antigas, esculpidas em madeira, sendo então, guardadas como patrimônio. Próximo à porta da entrada da capela encontra-se uma gamela de pedra feita pelos antepassados escravos que viveram na Fazenda Santa Cruz, a qual deu origem à comunidade. Atualmente a gamela é utilizada como recipiente de água benta.

Fotos 03 e 04 – Capela do Senhor Bom Jesus - primeiro cenário do evento da festa do padroeiro - ambiente interno e externo



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

Na parte externa da capela há um sino de ferro alocado em dois pilares de cimento, protegido com um pequeno telhado de duas águas cobertos com telhas de barro. Dois cruzeiros compõem também este cenário, um intra-muros cravado ao lado direito da capela e outro extra-muros, no lado esquerdo.

O cenário da capela estava sendo utilizado quando se chegou à Comunidade Quilombola de Santa Cruz, em torno das 8h00min, para observação participante do evento

²³ Móvel apropriado para orar de joelhos.

feira do padroeiro no ano de 2011. Ela estava aberta e havia uma movimentação de atores, apenas de mulheres: R. F. de Andrade Batista - ministra da comunidade, T. C. Batista - filha da ministra, V. L. Batista - a presidente da Comissão da Capela e E. Batista (identificada na Figura 07 do capítulo II como E. B.5) - quilombola da comunidade vizinha do Sutil e parente dos moradores da comunidade (Fotos 05 e 06).

Essas mulheres foram as primeiras atrizes destacadas e, portanto, seus papéis e suas atividades foram os primeiros a serem abordados, pois, seguem a ordem cronológica do próprio evento. Ao passo que os papéis, atores e atividades foram sendo observados no evento, eles foram sendo apreendidos e analisados.

Fotos 05 e 06 – Preparação do cenário da capela para a festa do padroeiro



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

Dessa forma, se apresenta V. L. Batista, moradora quilombola de 67 anos²⁴, viúva e mãe de dois filhos. É ela a presidente da Comissão da Capela, eleita a cada dois anos pelos seus membros, sendo a responsável pela coordenação do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus no ano de 2011. Ela acumula este cargo paralelo com o de vice-presidente da Associação da Comunidade Negra Rural Santa Cruz que se liga à questão fundiária.

V. L. Batista, T. C. Batista e E. Batista (E. B.5), sob a coordenação da primeira, arrumavam os “andores”. Estes se constituem em padiolas ornamentadas para levar as imagens de santos durante a procissão realizada na parte final da missa. Todos os anos esta prática vem sendo desenvolvida, tendo V. L. Batista como principal protagonista. Quatro andores de madeira foram revestidos em cetim, três deles na cor vermelha e um no formato de barco, na cor branca. Os andores foram adornados por flores artificiais nas cores: rosa, laranja, vermelho e branco. Aos pés das imagens de São Benedito, Divino Espírito Santo, Nossa Senhora Aparecida e Bom Jesus se amarraram fitas brancas. Tais andores representam

²⁴ As idades dos indivíduos mencionados ao longo do texto estão de acordo com o ano de 2011, quando observou-se o evento pela primeira vez.

elementos expressivos que são inseridos ao cenário capela no dia do evento. Durante a missa, os andores ocuparam os últimos bancos, ficando sobre os mesmos até a hora da procissão.

R. F. de Andrade Batista, mulher de 44 anos e pertencente à comunidade quilombola, é casada com J. V. Batista, juntos eles tem uma filha, T. C. Batista, adolescente de 14 anos, que auxiliou na atividade de ornamentação dos andores. R. F. de Andrade Batista atua no papel de ministra eucarística na comunidade há dois anos, quando concluiu sua formação para esta função e passou a realizar a prática dos cultos e rezas de terço/rosário nos domingos em que não há a presença dos representantes da paróquia (diácono ou padre). Ela é responsável pela administração da coleta do dízimo e das doações, há cinco anos vem executando a compra de materiais para a capela, sua limpeza e guarda da chave, além de desempenhar o papel de catequista juntamente com outros moradores da comunidade.

No mesmo horário em que as outras mulheres estavam desempenhando a atividade de ornamentação dos andores, R. F. de Andrade Batista cuidava da arrumação da capela, trocando as toalhas do altar por toalhas temáticas, isto é, com a imagem do Senhor Bom Jesus, padroeiro da festa, bem como, enfeitava o oratório com flores naturais. No dia anterior, ela já havia realizado a limpeza do local.

Entretanto, é importante salientar que no mesmo evento, um ano depois, em 2012, a atuação em tal cenário não contemplou a moradora V. L. Batista, que há anos vinha comandando a atividade de ornamentação dos andores. Tal ausência foi justificada por seu frágil estado de saúde, o que impediu sua participação. As demais atrizes se mantiveram no desenvolvimento das atividades.

A missa iniciou às 10h00min com a chegada de novos atores destaques do evento, o padre e a coordenadora de catequese da paróquia. No ano de 2011, a missa da festa do padroeiro foi celebrada pelo padre indiano W. Boerk, que há cerca de um ano vem servindo a paróquia Espírito Santo e também a Comunidade Quilombola de Santa Cruz. Ao longo da missa, L., a coordenadora de catequese da paróquia, desempenhou o papel de leitora litúrgica. Nesta atividade, se evidencia outros atores, tais como A. de J. Kapp, E. Pivoto, D. Pivoto e C. Batista.

A. de J. Kapp e C. Batista são quilombolas da comunidade. A. de J. Kapp, homem solteiro de 61 anos, dedicava-se até pouco tempo às atividades de ministro eucarístico, deixando-a de lado quando R. F. de Andrade Batista assumiu esta função. No presente momento, ele assume os papéis sociais de catequista e leitor litúrgico, ajuda na realização dos eventos religiosos na capela. Ele faz parte também da Comissão da Capela. C. Batista, casada

com C. A. Batista e mãe de três filhos, ajuda na prática litúrgica e no coral dos encontros religiosos na comunidade. D. Pivoto e E. Pivoto, mãe e filha, são moradoras externas da comunidade, vivem no bairro Cará-Cará na cidade de Ponta Grossa. Ambas, segundo relatos dos moradores, participam assiduamente do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus. Em 2012, também desempenharam papéis em atividades litúrgicas, ligam-se aos moradores da comunidade por laços de vizinhança e afinidade/amizade, pois, moraram com seus familiares, próximo da comunidade, durante vinte anos. Atualmente, E. Pivoto frequenta a catequese na comunidade e D. Pivoto, sua mãe, exerce o cargo de tesoureira da Comissão da Capela.

A celebração da missa, no ano de 2012, também foi realizada pelo padre W. Boerk com a ajuda da coordenadora de catequese da paróquia. Os leitores litúrgicos e os cantores do coral se mantiveram os mesmos tendo o auxílio de indivíduos externos ligados aos moradores da comunidade por laços de parentesco, são dois cantores e dois instrumentistas que vieram da cidade de Irati.

Aproximadamente às 11h00min, parte final da missa, iniciou a atividade da procissão, que consiste num cortejo religioso às imagens de santos. Na abertura desta procissão foi carregada a bandeira do Divino Espírito Santo por L., a coordenadora paroquial da catequese, desempenhando neste momento, uma nova atividade. Junto a ela, se uniu A. de J. Kapp, ator que também assumiu uma nova atividade ao carregar a cruz de Jesus Cristo. A eles se seguiram os andores carregados por voluntários que estavam acompanhando a missa. Normalmente, são pessoas que fizeram promessas.

O andor de São Benedito veio atrás da bandeira vermelha do Divino e da cruz de Jesus Cristo, carregado por E. Pivoto e sua mãe D. Pivoto, ambas realizaram uma nova atividade durante o evento. Segundo relatos de V. L. Batista, todas as vezes que São Benedito não abriu a procissão, alguma coisa ruim aconteceu, por exemplo, quando repentinamente começou um temporal ou no dia em que quebrou a escada da capela. Na sequência, passou o andor do Divino Espírito Santo carregado por L. Pivoto (mãe de D. Pivoto), antiga moradora vizinha da comunidade e por L. Godoski, morador vizinho da Comunidade do Tabuleiro. Este estava participando do evento com os pais e irmão, que inclusive também participam dos cultos e missas na comunidade, pois são associados à capela.

A imagem de Nossa Senhora Aparecida, colocada sobre o andor em formato de barco, foi carregada por quatro moradores da Comunidade do Tabuleiro - D. Godoski, I., S., e F.²⁵ - local vizinho da Comunidade Quilombola de Santa Cruz e que concentra moradores

²⁵ Os sobrenomes destes três últimos indivíduos não foram identificados.

descendentes de poloneses e italianos. Os moradores de Tabuleiro participam regularmente dos cultos, orações, missas e festas em Santa Cruz, alguns deles são associados à capela da comunidade tendo em vista que em sua própria comunidade não existe capela, apenas dispõem de uma gruta. Por último, seguiu o andor do padroeiro, com a imagem de Senhor Bom Jesus. Este foi levado por quatro pessoas externas à comunidade - I. Kocheva e R. Kocheva, moradoras da Comunidade do Tabuleiro, esta última faleceu poucos dias após o evento - e ainda, R. do bairro Maria Otília na cidade de Ponta Grossa e um homem desconhecido. Acompanhando os andores, todos os participantes da missa seguiram em procissão (Fotos 07 e 08).

Fotos 07 e 08 – Procissão ao Senhor Bom Jesus



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

A procissão circundou todos os cenários do evento, terminando ao adentrar novamente na capela quando o padre finalizou a celebração litúrgica. Durante sua execução, ao passo que a bandeira, a cruz e os andores iam se movimentando, o padre W. Boerk e o restante dos acompanhantes entoavam rezas e cantos. Nos cânticos, observou-se o destaque de uma nova atriz, E., moradora da Comunidade do Tabuleiro e participante, junto com a família, dos encontros religiosos na capela, como integrante do grupo de coral, ela ajuda nos cantos durante os cultos e missas. Este indivíduo também se liga por laços de vizinhança e amizade/afinidade.

No segundo ano de observação do evento tradicional, ou seja, em 2012, houve uma mudança de execução na atividade da procissão, pois, o carregamento das imagens que era realizado por pessoas voluntárias que assistiam e participavam da celebração, nesta ocasião foram carregadas a pedido do padre pelos pais presentes na missa já que nesta mesma data também se comemorava o dia dos pais. A grande maioria dos pais era conhecida dos moradores da comunidade.

Dessa forma, se percebe que nestas atividades desenvolvidas no cenário da capela no primeiro ano de observação da festa do padroeiro, em 2011, revelam que a maioria dos laços que liga os indivíduos da rede social quilombola foram de vizinhança e amizade/afinidade. Todavia, no segundo ano, tem-se uma reinserção de indivíduos ligados por laços de parentesco, dando um caráter mais familiar a esta parte do evento.

O cenário capela também foi utilizado numa situação de interação ocasional, no dia 16 de setembro de 2012 no evento festa de aniversário de quinze anos da quilombola T. C. Batista, filha de J. V. Batista e R. F. de Andrade Batista (Foto 09). A primeira atividade ocorreu um dia antes com a arrumação da capela. Nesta se teve a atuação de C. de Castro, filha da patroa de R. F. de Andrade Batista, por laços de amizade e vizinhança. No dia do evento as atividades se iniciaram às 10h00min a partir da realização de uma missa comemorativa a aniversariante, celebrada pelo diácono da Paróquia Espírito Santo.

Nesta missa estavam presentes os convidados, dentre eles, vizinhos, amigos e parentes. O papel de leitor litúrgico foi executado pelos padrinhos da aniversariante, todos indivíduos externos da cidade de Irati/PR, ligados por laços de parentesco sanguíneo e por apadrinhamento e compadrio. O coral foi montado pela quilombola C. Batista, que sempre executa tal papel nos eventos religiosos, e por quatro indivíduos também da cidade de Irati, os quais estão ligados por laços parentais a aniversariante e estiveram presentes na festa do padroeiro no ano de 2012, desenvolvendo a mesma atividade (Foto 10).

Fotos 09 e 10 – Cenário da capela no evento festa de aniversário



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em setembro de 2012.

Ao término da missa do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, outros cenários passaram a se destacar, ocupados pelos participantes do evento, revelando outros atores, papéis e atividades. Um deles é o cenário do quiosque de bebidas (Figura 01), um cômodo de paredes não fechadas, que desempenha a função de balcão e circunda toda a construção. Seis pilares, um em cada canto e dois no centro das laterais, sustentam o telhado

com estrutura de madeira e telhas de cimento amianto. Dentro do pavilhão, primeiramente se encontrava apenas um congelador velho de porte médio que posteriormente foi preenchido de bebidas.

Este cenário ganhou ênfase no evento festa do padroeiro em dois momentos, tanto na fase de preparação, quanto durante o mesmo (Fotos 11 e 12). O primeiro, anterior a chegada dos participantes, ocorreu entre 08h00min a 09h00min. Enquanto as mulheres arrumavam a capela e ornamentavam os andores, chegava o caminhão de uma distribuidora de bebidas da cidade de Ponta Grossa.

Fotos 11 e 12 – Cenário quiosque de bebidas - antes e durante a festa do padroeiro



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

V. L. Batista, que estava na capela, se fez presente para o acompanhamento da atividade de descarregamento das bebidas e alocação das mesmas no quiosque. Posteriormente, a atividade foi acompanhada por uma nova atriz, A. Batista da Cruz (identificada na Figura 07 do capítulo II como A. B. da C.1)²⁶, mulher de 29 anos, advogada, solteira e moradora da comunidade juntamente com seus quatro irmãos. Sua mãe já é falecida e seu pai com a segunda esposa vive na cidade de Ponta Grossa. A. Batista da Cruz (A. B. da C.1) é integrante da Comissão da Capela. No dia do evento festa do padroeiro desempenhou, portanto, o papel de fiscal, conferindo e contando os fardos de bebidas que iam sendo descarregados. Nesta atividade, um novo ator se inseriu, P., responsável pelo transporte e alocação das bebidas e do gelo até a comunidade. P. participou da festa nos dois últimos anos, quando V. L. Batista, a presidente, passou a contratar os serviços da distribuidora de bebidas em que ele trabalha.

²⁶ Atualmente A. B. da C.1 reside no núcleo Santa Clara, localizado no bairro vizinho à comunidade, ou seja, bairro Colônia Dona Luiza, na cidade de Ponta Grossa. Ela se considera e é considerada como parte integrante da comunidade embora resida em outra cidade, pois, ela sempre frequenta a comunidade.

O segundo momento de ênfase deste cenário iniciou às 11h00min, estendendo-se até o final do evento, às 20h00min. A atividade de entrega das bebidas foi exercida por P., funcionário da empresa de distribuição de bebidas. A ele se juntaram os atores J. V. Batista e F. R. Mara para desenvolver a atividade. Assim, P. se ligou aos indivíduos da Comunidade Quilombola de Santa Cruz por laços laborais na venda das bebidas, pois, para ele, esta atividade é parte integrante do trabalho que já desempenha, portanto, não se ligou aos indivíduos da comunidade por laços de vizinhança, amizade ou afinidade. Este cenário foi mantido durante todo evento festa do padroeiro, rodeado por participantes, principalmente homens.

J. V. Batista, quilombola de 56 anos, casado com R. F. de Andrade Batista e pai de T. C. Batista, exerceu o papel de entregador de bebidas durante o evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus. No dia anterior foi ele quem assumiu o papel de jardineiro e cortou o gramado da área onde estão alocados os quatro cenários. Ele teve auxílio de outro ator, F. R. Mara, adolescente quilombola de 16 anos, filho de V. L. Batista, a presidente da Comissão da Capela.

Em 2012 no mesmo evento, não se teve no cenário do quiosque de bebidas a atuação de V. L. Batista e A. Batista da Cruz (A. B. da C.1), a primeira por motivos de saúde e a segunda por estar grávida. Seus papéis também foram executados por J. V. Batista e F. R. Mara. Retomando as considerações já expostas neste trabalho, se compreende que neste cenário, a maioria dos indivíduos se liga por laços parentais, sendo todos quilombolas de Santa Cruz. Ressalta-se que no evento festa de aniversário, o cenário do quiosque de bebidas não foi utilizado.

O terceiro cenário evidenciado no evento tradicional festa do padroeiro foi o pavilhão de festas. Este ambiente também foi cenário de atores, papéis e atividades em dois momentos. Trata-se de uma construção em alvenaria com piso de cimento e telhado com estrutura de madeira coberta por telhas de barro. Ele está dividido em cinco subcenários: a churrasqueira, a cozinha, a entrega de alimentos, o caixa e o refeitório (Figura 01).

O subcenário churrasqueira permanece em uma das extremidades da construção, na parte posterior, dividido da cozinha por uma parede em alvenaria e do refeitório por uma bancada de cimento de um metro de altura. Esta bancada serve para o atendimento aos participantes da festa e para a entrega da carne já assada aos compradores. No lado oposto da bancada, ao longo de toda a parede, há três grandes churrasqueiras feitas com tijolo de barro e concreto pintadas de cal.

Durante os dois anos de observação do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus (2011 e 2012), o subcenário churrasqueira, antes do horário do almoço, estava encarregado pelos papéis de J. V. Batista e F. R. Mara, atores já citados anteriormente, atuando como lenhadores, onde desenvolveram a atividade de coleta e corte de grandes troncos de lenha trazidos das matas da comunidade. A lenha produzida por eles foi depositada próxima às churrasqueiras e no interior das mesmas, servindo para a atividade de assar carne. Ambos estão ligados aos indivíduos por laços de parentesco, são quilombolas de Santa Cruz.

A atividade de assar carne ocorreu no horário entre 12h00min e 14h00min. Essa atividade trouxe a exclusividade de abrigar somente atores externos à comunidade, os quais cumpriram o papel de assadores (Foto 13), cuidando do fogo e da carne, além da entrega do produto aos compradores (Foto 14). Os cunhados C. e M. são moradores vizinhos de Faxinal dos Polacos e os primos G. e R., este último irmão de M., ambos são moradores da Comunidade do Tabuleiro. Todos participaram ativamente como churrasqueiros. C., além de atuar no papel de assador no dia do evento, ainda esteve encarregado do papel de comprar a carne na semana anterior. Esta adveio das cidades de Ponta Grossa e Guarapuava. De acordo com os relatos dos moradores quilombolas, a execução de ambas as atividades são fruto da predisposição dos vizinhos, sendo que esta era exercida anteriormente por seus pais. Estes atores evidenciam a ligação dos indivíduos das redes sociais por laços de vizinhança.

No segundo ano de observação do evento festa do padroeiro, se destaca a atividade de assar carne pela presença de um indivíduo interno que há anos não participava do evento. Ele atuou juntamente com os indivíduos externos citados acima, é A de J. Batista, líder da comunidade quilombola. No evento festa de aniversário, na atividade de assar carne, também teve a atuação conjunta de indivíduos internos e externos. O pai da aniversariante J. V. Batista e E. de J. Batista, ambos indivíduos internos, desempenharam a atividade com o R. de Castro (patrão de R. F. de Andrade Batista - mãe da aniversariante) dois genros e um filho deste. Estes últimos ligados por laços de vizinhança e amizade.

Fotos 13 e 14 – Subcenário churrasqueira durante a festa do padroeiro



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

A cozinha é o segundo subcenário do pavilhão de festas, composto por um fogão de chapa de ferro construído em alvenaria revestido de azulejos, uma pia com cuba sobre uma estrutura e mesa de madeiras, abrigo dos principais condimentos e alimentos. Em uma de suas extremidades, ocupando toda uma parede, um balcão de alvenaria com uma bancada de granitina era utilizado para depósito das embalagens (pratos e copos descartáveis) e de utensílios (panelas, pratos e tampas).

Neste subcenário durante o evento festa do padroeiro destacou-se o papel de cozinheira, onde o preparo dos alimentos foi realizado por duas atrizes que já se fizeram presentes anteriormente no cenário da capela, atuando conjuntamente na atividade ornamentação dos andores. Trata-se de V. L. Batista, moradora da própria comunidade, e E. Batista (E. B.5), moradora da Comunidade Quilombola do Sutil e ligada aos moradores de Santa Cruz por laços de parentesco (Foto 15).

O acompanhamento do churrasco consistiu em saladas de batata, tomate e cebola, além de arroz, farofa e pão. Para o lanche da tarde foram confeccionados pastéis e cachorros-quentes. Bolos recheados também compuseram o cardápio, os quais foram fruto de doações de atores externos, como O., moradora da Comunidade do Tabuleiro que todos os anos faz esta caridade e neste ano se destaca também C. A. Ferreira, quilombola da Comunidade do Sutil. O.e C. A. Ferreira, a primeira ligada aos moradores quilombolas de Santa Cruz por laços de vizinhança e afinidade e a segunda por laços de parentesco.

Em 2012, na festa do padroeiro, este subcenário destacou uma nova atriz para o papel de cozinheira, M. Batista, irmã de V. L. Batista e outros quilombolas. Ela reside na cidade de Ponta Grossa, bairro Colônia Dona Luiza. Já na festa de aniversário, este papel foi compartilhado por J. Roubé, indivíduo interno, D. Batista (identificada na Figura 07 do capítulo II como D. B.4), indivíduo externo da cidade de Curitiba ligado por laços parentais,

T. de Castro (patroa da mãe da aniversariante), C. de Castro e mais uma filha e nora, todas ligadas por laços de amizade e vizinhança.

Estas últimas, embora fossem evangélicas, atuaram intensamente na festa de aniversário que teve um viés católico, devido aos laços estabelecidos com a família e a aniversariante. Juntas, estas seis mulheres confeccionaram arroz, farofa e saladas. J. Roube ainda confeccionou e presenteou a aniversariante com os docinhos. Já o bolo de aniversário foi comprado pelos pais da aniversariante de um indivíduo externo da Comunidade Quilombola do Sutil, ligado por laços parentais, C. A. Ferreira o mesmo indivíduo que doou o bolo da festa do padroeiro do ano de 2011.

O subcenário caixa consiste em um pequeno cômodo, no qual há uma grande janela com vistas de frente ao refeitório. Nele, durante a festa do padroeiro os participantes compravam fichas tanto para as bebidas, quanto para os alimentos (Foto 16). O papel evidenciado na ocasião foi o de operador(a) de caixa, executado por A. Batista da Cruz (A. B. da C.1), anteriormente citada no papel de fiscal na entrega das bebidas. No dia do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, ela também exerceu o papel de motorista, transportando os produtos comprados até o local da festa. No ano seguinte, em 2012, na festa do padroeiro, P. Batista da Cruz (irmão de A. B. da C.1), atuou no papel de operador de caixa. E na festa de aniversário E. dos Santos Batista, indivíduo interno, foi quem desenvolveu a atividade de entrega de bebidas, as quais foram compradas pelos pais da aniversariante para a distribuição gratuita aos convidados, não havendo assim a venda de bebidas e nem o papel de operador de caixa.

Fotos 15 e 16 – Subcenários cozinha e caixa durante a festa do padroeiro



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

Entre os subcenários cozinha e caixa está o subcenário entrega de alimentos. Neste no dia da festa do padroeiro ficaram os produtos a serem comprados pelos participantes (Foto 17). O papel de recolhedor de fichas e entregador dos alimentos foi assumido na respectiva

ocasião por V. L. Batista, já citada em diversas das atividades anteriores, bem como por A. A. de J. Batista Junior e S. Tais atores, com exceção de V. L. Batista se mantiveram nestes papéis na festa do padroeiro no ano de 2012. O sistema *Buffet*²⁷ foi utilizado no evento festa de aniversário, sendo assim, tais atividades não foram necessárias, apenas a de repositora de alimentos, realizada pelas cozinheiras (Foto 18).

Fotos 17 e 18 – Subcenário de entrega de alimentos durante a festa do padroeiro e festa de aniversário



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011 e setembro de 2012.

A. A. de J. Batista Junior, adolescente de 16 anos, é filho de A. de J. Batista, atual presidente da associação quilombola para fins de regularização fundiária. Pai e filho não são mais moradores da comunidade, residem em Ponta Grossa, mas se consideram e são considerados como parte do grupo quilombola de Santa Cruz. Conforme relatam os moradores, normalmente não são participantes da Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus em virtude de serem vinculados a religião do candomblé/umbanda e participarem de outro local religioso. Por exemplo, no ano de 2011 quando V. L. Batista, irmã de A. de J. Batista estava na presidência da Comissão da Capela e na coordenação da festa do padroeiro, o líder quilombola consentiu a participação do filho A. A. de J. Batista Junior, para ajudar no evento, isto se deu pelos fortes laços de parentesco.

V. L. Batista juntamente com os filhos e alguns moradores da comunidade também participam e ajudam nas atividades ligadas ao Terreiro de Candomblé e Umbanda de A. de J. Batista e sua esposa T. M. Batista, contudo, alguns moradores têm certo estranhamento com a religião. Em 2011, na realização da festa do padroeiro, houve um estreitamento da distância que separa líder quilombola do restante dos moradores, com a permissão e envio do filho ao evento. No ano de 2012 a aproximação foi ainda maior, pois, pai e filho se fizeram presentes no evento atuando em papéis sociais.

²⁷ O sistema *Buffet* consiste em uma mesa comprida para serviço de comidas, bebidas, louças, talheres, entre outros acessórios em festas e reuniões.

S., mulher de aproximadamente 45 anos, irmã de F., anteriormente citado no cenário da capela, também é moradora da Comunidade do Tabuleiro. Além de participar das missas e ajudar nas atividades litúrgicas da Capela do Senhor Bom Jesus, ajudou no evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus no ano de 2011 atuando na atividade de entrega dos alimentos. Desse modo, está ligada a comunidade por laços de vizinhança/amizade.

O último subcenário é o refeitório, ele compreende o restante do ambiente do cenário do pavilhão de festas, onde se encontra três fileiras de mesas e bancos de madeira. Em momento anterior a festa do padroeiro, próximo às 09h00min, T. C. Batista e E. Batista (E. B.5), já mencionadas em outra atividade, executaram a arrumação das mesas, estendendo toalhas feitas de tecido TNT (Foto 19). Num segundo momento, próximo às 12h00min, este ambiente passou a ser ocupado pelos participantes que foram organizando seus utensílios, como pratos, talheres, bandejas e condimentos trazidos de casa, pois, a comunidade não dispõe destes. Assim, gradativamente os participantes foram realizando suas refeições. Ao passo que uns iam terminando, outros passavam a ocupar as mesas (Foto 20).

A mesma atividade, no ano de 2012, foi executada por T. C. Batista e por A. de J. Batista Junior, filho do líder quilombola que também executou a atividade de entregador de alimentos. Já no evento festa de aniversário, a atividade foi executada exclusivamente por um indivíduo externo, C. de Castro, filha da patroa de R. F. de Andrade Batista, ligada por laços de vizinhança e amizade. Ela decorou todo o subcenário com balões, painel, toalhas coloridas, flores e mesa de presentes (Foto 21). Todos os materiais foram doados por ela a aniversariante.

Fotos 19, 20 e 21 – Subcenário refeitório - antes e durante a festa do padroeiro e na festa de aniversário



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011 e setembro de 2012.

Ao longo de todo o evento da festa do padroeiro, este local ficou ocupado pelos participantes que mesmo após a refeição, continuaram sentados nos bancos conversando entre si. Neste ambiente, assim como, no cenário da capela e no entorno dos demais cenários, havia tanto pessoas da comunidade, quanto pessoas externas conhecidas dos moradores - ligadas por laços de amizade, parentesco e vizinhança -, quanto pessoas totalmente desconhecidas destes, que vieram apreciar o evento.

Na festa de aniversário, este subcenário abrigou momentos importantes, como o almoço, a valsa e demais danças, a canção de aniversário com o corte e distribuição do bolo, as fotos, entre outros. Foi nele que também ficaram os aparelhos musicais, pois, não se utilizou o subcenário coreto de música. Os músicos eram provenientes da cidade de Irati e não estavam ligados à aniversariante e sua família por laços parentais, mas sim por laços laborais. Ele foi o subcenário mais utilizado durante o evento e ocupado por parentes, amigos e vizinhos, totalizando aproximadamente 39 famílias de convidados.

Após às 15h00min, um novo cenário sobressaiu no evento festa do padroeiro, o coreto de música. Trata-se de uma construção de alvenaria no formato hexagonal, pintada a cal, onde seis pilares azuis sustentam o telhado com estrutura de madeira coberto por telhas de

cimento amianto. Ele está localizado entre os cenários capela e quiosque de bebidas, em frente ao cenário pavilhão de festas (Figura 01).

Este cenário abrigou três atividades: o leilão, a música e o bingo. A primeira atividade iniciou às 15h00min quando o ator Z., subiu ao palco do coreto, assumindo o papel de leiloeiro, conforme os anos anteriores. Ele é morador da Comunidade Quilombola do Sutil, localidade vizinha, ligando-se à Santa Cruz por laços de vizinhança. Para a prática do leilão, foram arrecadados os seguintes produtos: saco de batatas, bolo recheado, bebidas alcoólicas e galinha viva. Z. ficou a maior parte do tempo andando entre os participantes, anunciando no microfone o último valor ofertado à prenda e incentivando novos lances.

Esta prática foi intercalada com a atividade musical, cujos atores integrantes de uma banda passaram a ocupar o coreto (Foto 22) e desempenhar o papel de músicos até o final do evento festa do padroeiro no ano de 2011. Tratou-se de três músicos, cada qual portando um instrumento, sendo eles: gaita, baixo e bateria. Eles executaram as atividades de cantar e tocar, perpassando por diferentes ritmos musicais. Nos últimos dois anos, esta banda foi contratada para animar o evento, ela é composta por músicos da Comunidade Quilombola do Sutil. Novamente os atores indivíduos externos ligaram-se aos indivíduos internos por laços de vizinhança.

A terceira atividade que ocupou o cenário coreto durante a festa do padroeiro foi o bingo, realizado a partir das 17h30min. Teve como principal ator V. Pivoto, morador do bairro Cará-Cará de Ponta Grossa, também vizinho à comunidade, prevalecendo novamente os laços de vizinhança e amizade, pois, V. Pivoto é irmão de D. Pivoto e filho de L. Pivoto, todos antigos moradores vizinhos da comunidade. O jogo do bingo no ano de 2011 teve como prêmio uma bicicleta (Foto 23) doada por A. Batista da Cruz (A. B. da C.1), que atuou como operadora de caixa, fiscal de bebidas e motorista. Sua doação foi fruto de promessa. A doadora se liga aos moradores da comunidade por laços de parentesco.

Fotos 22 e 23 – Cenário coreto de música durante a festa do padroeiro



Fonte: Acervo Projeto Quilombola. Fotos registradas em agosto de 2011.

O leilão e o bingo ocorreram da mesma forma no ano seguinte (2012) com a atuação dos mesmos indivíduos executantes e a doação de prendas dos associados e vizinhos. Esta prática ocorre há anos, sendo - conforme entrevista realizada com A. Batista da Cruz, antigo morador da Comunidade Quilombola do Sutil e proprietário de terras na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - uma forma encontrada para ajudar a capela e organizar a festa, “cada um levava uma coisa, pra forma o leilão, pra ajuda a igreja [...] tinha leilão, daí cada qual levava uma coisa, todo mundo, nós se ajudava afinal”. (ENTREVISTA A. B. DA C., NOVEMBRO DE 2012). Porém, na atividade música não se teve a contratação da banda de músicos provenientes da Comunidade Quilombola do Sutil na festa do padroeiro no ano de 2012, havia apenas uma caixa de som com um aparelho musical que fora colocado no subcenário coreto de música.

b) Espacialidades de interação social em rede na “Festa do Padroeiro”

Os indivíduos membros das redes são representados por atores ou agentes sociais. As redes sociais são ligadas por laços de parentesco sanguíneo e por apadrinhamento e compadrio, vizinhança, laboral, solidariedade ou amizade/afinidade. Tanto os indivíduos quanto os laços se configuram e são configurados por espacialidades. Exclusivamente, os indivíduos internos se estabelecem por laços de parentesco. Na Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, nos dois anos de observação e também no evento festa de aniversário, as inter-relações, na sua maioria, foram desempenhadas entre indivíduos externos e internos. Apenas as atividades de assar carne na festa do padroeiro em 2011 e decoração do pavilhão na festa de aniversário houve a totalidade de “indivíduos executantes” externos que atuaram, sem inter-relação direta com “indivíduos executantes” internos. Na maioria das atuações dos

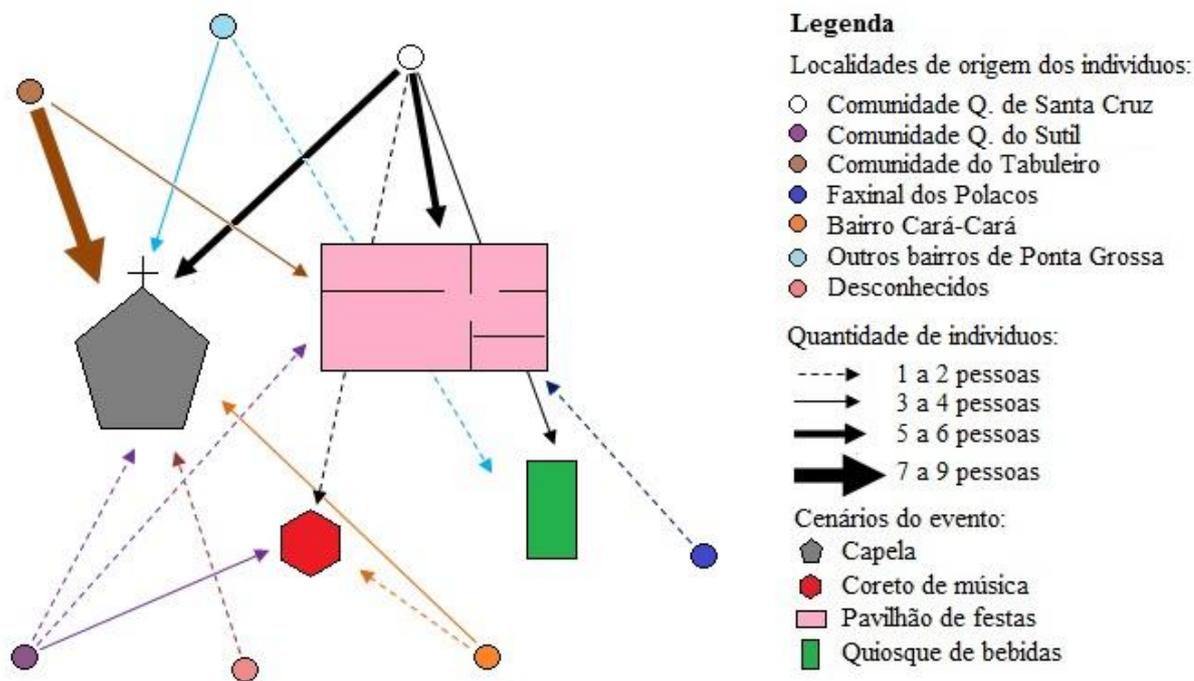
“indivíduos executantes” pode-se visualizá-los por uma espacialidade construída em mais de um cenário (Figura 02).

Assim sendo, discutir-se-á a espacialidade inter-relacional dos indivíduos executantes na festa do padroeiro do ano de 2011 aprofundando as reflexões a cerca das inter-relações nos outros dois eventos observados. Para tanto, observa-se que os indivíduos provenientes da Comunidade do Tabuleiro construíram sua espacialidade no evento festa do padroeiro em torno do cenário pavilhão de festas e capela. Já os indivíduos da Comunidade Quilombola do Sutil tiveram sua espacialidade evidenciada em três cenários: capela, pavilhão de festas e coreto de música. Embora ambos tenham se aproximado na variedade de atividades e papéis desenvolvidos, os “indivíduos executantes” da Comunidade do Tabuleiro estiveram em maior número.

Os “indivíduos executantes” do bairro Cará-Cará efetivaram sua espacialidade nos cenários capela e coreto de música, por meio da atuação em três distintas atividades. A espacialidade dos indivíduos de outros bairros da cidade de Ponta Grossa também ocorreu no cenário capela, acrescentando ainda os cenários pavilhão de festas e quiosque de bebidas, tendo maior atuação e diversidade de papéis e atividades.

A espacialidade dos “indivíduos executantes” internos demonstra-se e circunda em todos os cenários. A quantidade de indivíduos não foi tão significativa, mas sim, o número de papéis e atividades desenvolvidas pelos mesmos. Quase todos atuaram em mais de um cenário em distintas atividades, algumas desempenhadas num momento antes da chegada dos participantes do evento. Entretanto, o número de “indivíduos executantes” internos não supera a quantidade daqueles provenientes da Comunidade do Tabuleiro.

Figura 02 – Espacialização dos “indivíduos executantes” da rede social quilombola no evento festa do padroeiro



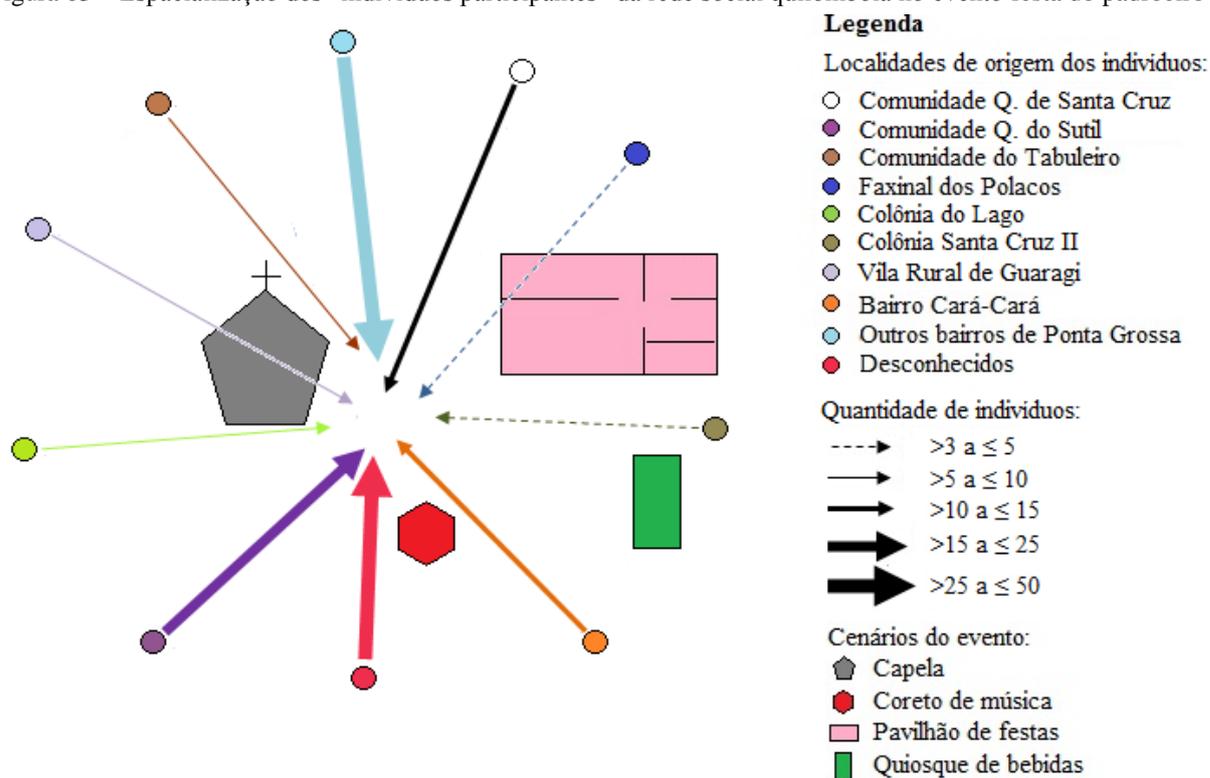
Org.: A autora.

Em relação aos “indivíduos executantes” na festa do padroeiro de 2012, se evidencia que a maioria deles se manteve ativo, desenvolvendo as mesmas atividades já realizadas no ano anterior. Apenas alguns indivíduos foram substituídos por outros, que na sua totalidade estavam ligados por laços parentais, sendo indivíduos internos e externos. Os externos são provenientes de Irati e Ponta Grossa. Já em relação à festa de aniversário, todos os “indivíduos executantes” estavam ligados a aniversariante (T. C. Batista) e seus pais (J. V. Batista e R. F. de Andrade Batista) por laços parentais (sanguíneo ou por apadrinhamento e compadrio) e de vizinhança (amizade), provenientes de Irati, Ponta Grossa, sítio vizinho, Comunidade Quilombola de Santa Cruz e Sutil.

Os eventos, seja a Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus de 2012 ou a Festa de Aniversário de T. C. Batista, projetaram um caráter familiar e contínuo à interação social. Somente nesse sentido se visualiza uma diferença maior no evento festa do padroeiro de 2011.

Quando se apreende apenas os “indivíduos participantes” do evento no ano de 2011, sendo eles internos ou externos, deixando de lado os “executantes”, se tem outra espacialidade dos fluxos da rede social (Figura 03). Há uma maior inclusão de “indivíduos externos” originários de uma gama mais diversificada de localidades, permitindo que esses relacionamentos evidenciem uma espacialidade constituída ainda mais pela multiplicidade e pluralidade das inter-relações.

Figura 03 – Espacialização dos “indivíduos participantes” da rede social quilombola no evento festa do padroeiro



Org.: A autora.

Dessa forma, se compreende que há inserção de três novos locais de origem dos indivíduos de interação social no evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, sendo: Colônia Santa Cruz II, Vila Rural de Guaragi e Colônia do Lago, ligadas entre si por laços de vizinhança. Destacou-se também a categoria desconhecidos, cujos “indivíduos participantes” não foram identificados por nenhum tipo de laço com os moradores de Santa Cruz, logo, seus locais de origem não foram citados pelos moradores da comunidade.

A Colônia Santa Cruz II, constituída por população de imigrantes bielo-russos, denominados russo-brancos, mantém relações de vizinhança com a comunidade não somente em momentos festivos como o evento festa do padroeiro, mas de trabalho, onde frequentemente os quilombolas prestam serviços. Todos os anos os moradores da colônia têm participado da festa. No ano de 2011 na festa do padroeiro, apenas três pessoas estavam presentes no período vespertino, assim, se destacou como o local de origem com menor número de “indivíduos participantes”. O segundo local de origem com menor proporção foi o Faxinal dos “Polacos”²⁸, localizado próximo a Vila Rural de Guaragi, com apenas cinco participantes.

²⁸ O nome Faxinal dos “Polacos” é uma designação dos próprios moradores de Santa Cruz, se desconhecendo outras referências que o citem.

Já a Colônia do Lago, formada por imigrantes russo-alemães, e a Vila Rural de Guaragi, composta por populações de antigos faxinais e de comunidades rurais, representaram a mesma quantidade de indivíduos, 10 pessoas. Estes participam anualmente do evento de interação social Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus. A Comunidade do Tabuleiro também esteve representada por 10 participantes. Ela se destaca por ser uma localidade onde os indivíduos participam intensamente dos eventos religiosos na capela da comunidade. Estando ligados também por laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio citados no capítulo II.

Em seguida, se destaca o bairro Cará-Cará, com 15 participantes. O número significativo é devido à participação nos eventos religiosos da capela, na qual também são associados. Os “indivíduos participantes internos”, isto é, os moradores quilombolas de Santa Cruz, também somaram aproximadamente 15 indivíduos, os quais não executaram nenhuma atividade organizatória durante o evento festa do padroeiro. Este fato pode ser justificado ora pela não inclusão destes em nenhum cargo da Comissão da Capela, o que os liberta da responsabilidade pelo desenvolvimento de tal evento, ora, pela falta de afinidade com os atuais integrantes da Comissão da Capela, o que se torna um motivo de relevância para não atuar no evento. Percebeu-se que estes, muitas vezes, se apresentaram com laços de parentesco mais fracos em relação a outros “indivíduos executantes”.

A Comunidade Quilombola do Sutil se destaca na segunda posição de local de origem de maior intensidade dos fluxos na festa do padroeiro no ano de 2011, com aproximadamente 25 “indivíduos participantes”, realidade esta que se justifica não somente por laços de vizinhança ou afinidade/amizade, mas por laços de parentesco sanguíneo e parentesco por apadrinhamento e compadrio aos “indivíduos internos”, participantes assíduos nos eventos de interação social.

A inserção de “indivíduos participantes” desconhecidos pelos moradores de Santa Cruz ocorreu na maior proporção na festa do padroeiro, assim como, os “indivíduos participantes” provenientes de outros bairros da cidade de Ponta Grossa, cada qual totalizando cerca de 50 pessoas. Estes últimos se destacaram pela presença de muitos indivíduos ligados aos “indivíduos internos” por laços de parentesco. Na Festa do Padroeiro do Senhor Bom Jesus de 2012, tais números não variaram significativamente, apenas se evidenciou uma maior participação de indivíduos internos e no geral uma menor participação de indivíduos, acreditando que este último está atrelado ao dia escolhido, já que se comemorava também o dia dos pais.

Em relação aos indivíduos participantes no evento Festa de Aniversário, pode-se afirmar que das 70 famílias convidadas, apenas 39 se fizeram presentes, dentre elas: 3 famílias de amigos da Comunidade do Tabuleiro, 6 famílias de parentes e amigos de Ponta Grossa, 4 famílias de parentes de Irati, 4 famílias de parentes e amigos da Comunidade Quilombola do Sutil, 1 família de parentes da Colônia do Lago; 2 famílias de parentes da Vila Rural de Guaragi, 2 famílias de parentes de Curitiba, 1 família de amigos do Rio Grande do Sul, 1 família de amigos do bairro Cará-Cará (a família Pivoto, que também participou das duas festas do padroeiro), 3 famílias de vizinhos (dentre elas uma de russo-brancos); 1 família de amigos de Carambeí e 11 famílias da Comunidade Quilombola de Santa Cruz²⁹. Isso demonstra que mesmo num evento de interação social ocasional os indivíduos participantes, na sua grande maioria, são dos mesmos locais de origem dos eventos tradicionais, o que faz acreditar que sejam os mesmos indivíduos ligados por laços contínuos. Houve apenas a inserção de três locais novos, sendo Carambeí, Curitiba e o estado do Rio Grande do Sul, estes ligados pelos laços sociais primários de maior intensidade, isto é, o de parentesco e amizade.

Levando-se em consideração a apreensão de todos os indivíduos presentes nos eventos de interação social, ou seja, tanto os “indivíduos executantes” quanto os “indivíduos participantes”, emerge a constituição de uma tipificação das localidades de origem destes indivíduos, que na sua totalidade compreendem espaços vizinhos a Comunidade Quilombola de Santa Cruz (Tabela 01).

Tabela 01 – Descrição da origem dos “indivíduos executantes e participantes” do evento festa do padroeiro

Tipologia	Nome	Localização	Famílias	Descendência
Comunidade	Tabuleiro	PR-438/151*	16*	Luso-brasileiros**** e italianos*
Faxinal	“Polacos”	Prox. Vila Rural (PR-151)*	50*	População cabocla*
Vila Rural	Guaragi	A 8 km da sede do distrito de Guaragi, acesso pela PR-438*****	100*	Habitantes de antigos faxinais e comunidades rurais****
Quilombo	Sutil	PR-151 (abaixo 4 km de Santa Cruz, margem direita)**	41*****	Afro-brasileira**
Colônia	Santa Cruz II	PR-151 (margem esquerda)***	12***	Imigrantes bielo-russos (russo-brancos)***
Colônia	Lago	PR-151, 14 km de Santa Cruz (nas duas margens)**	70**	Imigrantes russo-alemães**

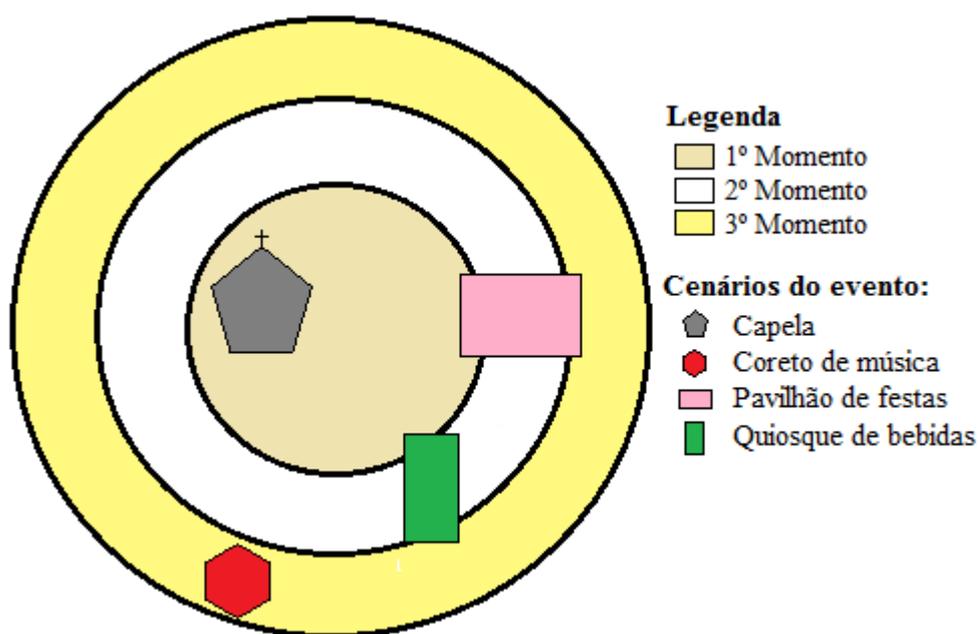
Fonte: *Moradores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz; **HARTUNG, 2000; ***ANTONELLI, 2008; ****CHEMIN et al. , 2002; *****MICELI, 2005; *****GUARNERI, 2011. Org.: A autora.

Com a apreensão de todas as atividades, papéis, atores e participantes do evento no ano de 2011 e 2012, pode-se visualizar uma estrutura espaço-temporal do evento tradicional

²⁹ A família do líder quilombola não estava presente no evento Festa de Aniversário.

Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus (Figura 04). Esta estrutura em torno de três momentos principais. O primeiro compreende entre 8h00min e 11h00min, num período anterior e outro posterior à chegada dos participantes. Neste, a espacialidade se edificou na utilização de três cenários: capela, quiosque de bebidas e pavilhão de festas, porém, o destaque é o cenário da capela, onde iniciou o evento e onde se permaneceu a maior parte do tempo. Assim, foram desenvolvidos um maior número de atividades e papéis no mesmo. Esta espacialidade reuniu atores e participantes nas atividades: ornamentação dos andores, fiscalização das bebidas, limpeza e arrumação da capela, corte de lenha, organização das mesas, realização da missa e procissão.

Figura 04 – Estrutura espaço-temporal do evento Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus na Comunidade Quilombola de Santa Cruz - Ponta Grossa/PR



Org.: A autora.

O segundo momento do evento festa do padroeiro iniciou logo após o término da atividade da procissão, entre as 11h00min e 15h00min, o qual fez surgir uma espacialidade construída na ocupação de dois cenários: pavilhão de festas e quiosque de bebidas, em que se teve o desenvolvimento das seguintes atividades: confecção de alimentos, preparo e entrega de carne, venda de fichas de bebidas e alimentos e entrega de bebidas e alimentos.

No período final do evento festa do padroeiro vem à tona o terceiro momento, entre 15h00min e 20h00min, a espacialidade se constitui por três atividades: música, leilão e bingo, em que houve a inclusão dos atores e participantes nos dois cenários anteriormente citados e em um novo cenário, o coreto de música, que até então estava desocupado.

No evento festa de aniversário, apesar de ter os três momentos citados acima, eles contemplaram apenas os cenários capela e pavilhão de festas. Na capela ocorreram as atividades de arrumação e missa; e no cenário pavilhão de festas ocorreram as atividades de assar carne, decoração, confecção de alimentos, almoço, dança, execução da música de aniversário, corte e distribuição do bolo, tiragem de fotos, entre outras.

Nesse contexto, a análise de dois eventos sociais na comunidade, um tradicional e outro ocasional, através da linguagem goffmaniana, permitiram avaliar o processo de interação social em duas circunstâncias: de um lado o indivíduo e sua atuação particular e de outro, o conjunto de participantes e executantes (internos e externos). Também permitiram analisar a interação como um todo, envolvida pelas relações sociais dos quilombolas de Santa Cruz com outros indivíduos (multiplicidade) no palco (local da interação social), resultando na apreensão da estrutura espaço-temporal do evento e na espacialidade da rede social.

As relações ou laços que se estruturaram em torno das práticas e atividades foram estabelecidas pela atuação conjunta de atores internos, moradores quilombolas de Santa Cruz, com atores externos, provenientes principalmente da Comunidade do Tabuleiro, do bairro Cará-Cará (Ponta Grossa), da cidade de Irati, da Comunidade Quilombola do Sutil, do Faxinal dos Polacos e sítio vizinho. Estes locais de origem revelaram a participação de muitos indivíduos em ambos os eventos, seja no tradicional ou no ocasional.

Por esse viés, a espacialidade relacional constituída pela inter-relação de indivíduos internos e externos durante os eventos de interação social teve origem por relacionamentos contínuos e de certa estruturação. Estes laços são renovados e intensificados tanto pela participação espontânea dos indivíduos externos, quanto pela solicitação e convite por parte dos indivíduos internos que fazem questão da presença de tais indivíduos externos, que são seus amigos, vizinhos e parentes.

Portanto, a rede conectou indivíduos externos e internos em diferentes situações sociais. Os “indivíduos internos” se estabeleceram exclusivamente por laços de parentesco sanguíneo, visto que, a comunidade é constituída por um grupo parental. Com relação aos “indivíduos externos”, a maioria destes se ligou aos “indivíduos internos” por laços de parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio e vizinhança, reforçados por laços de amizade ou vice-versa, pois, tanto os participantes quanto os indivíduos atuantes eram provenientes de localidades de uma área circunvizinha à comunidade.

As espacialidades são fruto de um processo aberto, de conexão de fora para dentro e de dentro para fora, em que os indivíduos pertencentes a localidades externas a comunidade se

ligaram aos “indivíduos internos” durante os eventos de interação social promovido na Comunidade Quilombola de Santa Cruz.

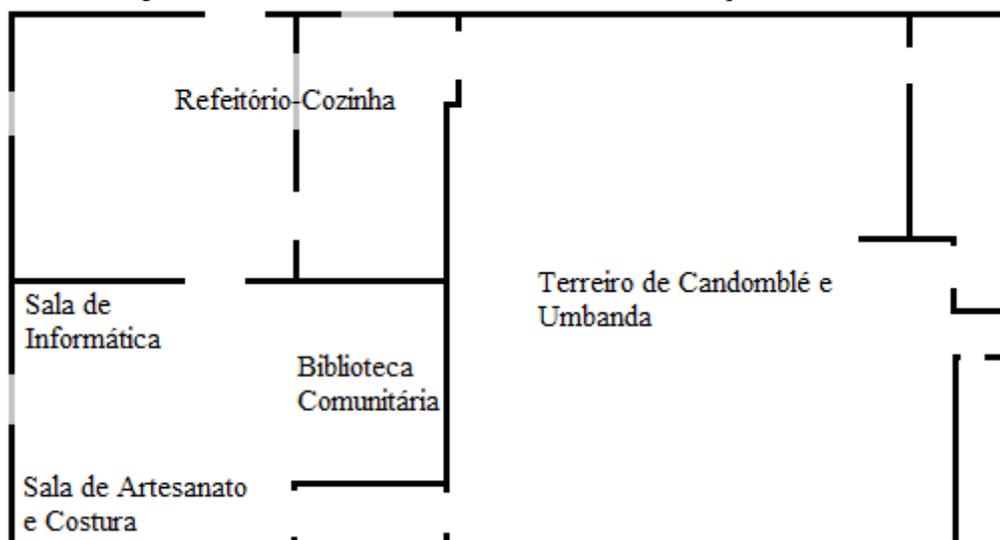
3.2 Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca: uma nova espacialidade da experiência quilombola

A Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, palco deste momento da investigação, é uma associação privada de atividades de organização religiosa, inscrita no cadastro nacional da pessoa jurídica em 10 de agosto de 1995 por um casal quilombola da Comunidade de Santa Cruz, A. D. J. Batista e sua esposa T. M. Batista. A sede da associação não está alocada na respectiva comunidade, mas, na zona urbana do município de Ponta Grossa, bairro Colônia Dona Luiza. Esta realidade é possível pelo fato do casal residir em tal bairro e ainda assim ser considerado parte integrante do grupo quilombola, tanto é que ele, A. D. J. Batista, é o atual líder da comunidade.

A associação é fruto da junção de duas instituições que já haviam sido criadas no mesmo bairro por T. M. Batista, antes de sua união matrimonial com o líder quilombola. A primeira foi fundada por ela em 1985 com a denominação de Casa de Aprendizagem Criança Feliz, esta era uma creche destinada ao atendimento de crianças carentes do bairro, oferecendo atividades culturais e educacionais. A outra, um centro espírita, idealizado três anos mais tarde com a denominação de Sociedade Espírita Cacique Pena Branca, também passou a ser comandado por T. M. Batista, que se tornou sacerdotisa ou Ialorixá. (SABCPB, 2012).

A criação da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca começou após os laços matrimoniais do casal, que uniram as duas instituições em uma só, mudando sua razão social e estabelecendo sua sede no mesmo bairro, onde T. M. Batista já desenvolvia as atividades religiosas e filantrópicas. A associação passou a abrigar uma gama mais diversificada de atividades, papéis sociais e eventos de interação social num espaço atualmente estruturado em cinco diferentes cenários: Terreiro de Candomblé e Umbanda, Biblioteca Comunitária São Miguel Arcaño, Refeitório-Cozinha, Sala de Informática e Sala de Costura e Artesanato (Figura 05). No mesmo terreno, ainda se pode ver outros espaços, como o Restaurante Sinhá Vitória, criado pelo casal e o Hienas Moto Clube, criado por um dos filhos. Esses espaços possibilitam a realização de eventos para a arrecadação de recursos financeiros à associação, que não recebe recursos públicos.

Figura 05 – Cenários da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca



Nota: Croqui aproximado.
Org.: A autora.

No entanto, o palco a ser investigado neste subcapítulo é a sede da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, que ao abrigar os cinco diferentes cenários descritos anteriormente, permite a realização de eventos de interação social, seja de caráter religioso, esotérico ou filantrópico, onde participam alguns quilombolas de Santa Cruz. Em face disso, se buscou na organização social e espacial da Sociedade a apreensão da complexidade espaço-relacional que liga os quilombolas de Santa Cruz a ela.

A existência da sede Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca com aproximadamente 300 m² possibilita a organização de um espaço múltiplo e multiuso que abriga diversas atividades, papéis, atores e cenários, projetados numa multiplicidade de eventos de interação social. Tal espaço atinge um grande número de pessoas provenientes principalmente do bairro Colônia Dona Luiza e outros bairros da cidade de Ponta Grossa, estes se ligam por laços religiosos com aproximadamente quinze quilombolas de Santa Cruz. Os quilombolas estão conectados ao casal proprietário do terreiro (A. de J. Batista e T. M. Batista) por laços de parentesco sanguíneo e parentesco por apadrinhamento e compadrio, sendo irmãos, cunhados, filhos, netos, sobrinhos, padrinhos e afilhados.

A participação desses moradores quilombolas nos eventos de interação social na Sociedade proporciona situações de relacionamento externo aos mesmos, bem como a intensificação dos relacionamentos internos, haja vistas que os fundadores e proprietários também são considerados quilombolas de Santa Cruz. Assim, a presente pesquisa tentou abordar os principais eventos de interação social promovidos pela Sociedade Afro-Brasileira

Cacique Pena Branca, aprofundando as reflexões em um evento religioso, no qual se teve a maior participação dos quilombolas.

Para o entendimento desta realidade, toma-se como referência as considerações de Massey (2008) quando se acredita que os deslocamentos revelam a constituição de um espaço de interação, construído pelas situações de contato face a face, resultando que os quilombolas de Santa Cruz se relacionam com outros indivíduos na sede da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca. A manutenção de tais relações sociais externas pelos quilombolas supõe movimento e tempo, pois, quando se move no espaço também se avança ou se retrocede no tempo, isto é, quando se vivencia situações de interação social, os laços sociais podem se modificar (enfraquecendo ou intensificando).

Pode-se afirmar que o espaço tem significado temporal ao nível das experiências cotidianas, uma vez que são as situações essenciais diádicas, como trabalho e religião que permitem o estabelecimento de vínculos dos quilombolas entre si e com outros indivíduos (como as destacadas aqui a partir da Sociedade). Toda a atividade gera uma estrutura espaço-temporal, ou seja, o “espaço como a dimensão de uma multiplicidade de durações”. (MASSEY, 2008, p. 49). Compreende-se que a vida é tanto temporal quanto espacial, que a experiência quilombola na sede da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca se dá em uma dimensão espaço-temporal. A “experiência não é uma sucessão internalizada de sensações (pura temporalidade), mas uma multiplicidade de coisas e relações, então, sua *espacialidade* é tão significativa quanto sua dimensão temporal”. (id., p. 93, grifo do autor).

Pela quantidade de indivíduos que a sede da Sociedade agrega, a experiência quilombola na atuação e participação das distintas atividades desenvolvidas se edifica na manifestação de novos laços sociais e na intensificação dos já existentes, revelando uma espacialidade relacional quilombola estruturada pela multiplicidade de trajetórias/temporalidades, pois, o próprio conceito de multiplicidade, de acordo com Massey (2008) requer, necessariamente, espacialidade e, portanto, enquanto houver multiplicidade haverá espaço. O espaço e tempo se implicam mutuamente e nesse sentido, a espacialidade é movimento e duração, o tempo não é tirado do espaço.

Levando em conta que o espaço é sentido no movimento, o tempo e o espaço não são redutíveis um ao outro, eles são distintos e estão co-implicados, pois, ao se tomar o espaço emerge a temporalidade integrante de uma simultaneidade dinâmica. Ao se direcionar para o tempo, se tem a produção necessária da mudança por meio de práticas de inter-relação, mudança essa que requer interação. Desse modo, o espaço fornece a condição para a

existência das relações dos quilombolas de Santa Cruz com outros indivíduos, que variam em tipo, grau e intensidade diante dos momentos de contato face a face vivenciados por estes indivíduos que gera o tempo. Se o tempo se revela como mudança, o espaço se revela como interação. (MASSEY, 2008).

Acreditando nessas considerações, se toma aqui a sede da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca como um espaço que se revela como interação, abriga uma variedade de práticas de inter-relação que incluem os quilombolas de Santa Cruz. Todas as atividades desenvolvidas neste lugar geram uma estrutura espaço-temporal especial, que precisa ser evidenciada para a compreensão da espacialidade da experiência quilombola no mesmo.

Tanto o espaço quanto o tempo estão em jogo aqui. As especificidades do espaço são um produto de inter-relações - conexões, desconexões e seus feitos (combinatórios). Nem sociedade nem lugares são vistos como tendo qualquer autenticidade atemporal. “Eles são e sempre foram interconectados e dinâmicos”. (MASSEY, 2008, p. 106). Se espaço é mais do que (ou mesmo não é) coordenadas, mas um produto de relações, então “visitar” é uma prática de envolvimento, um encontro. É neste processo de estabelecer uma relação que o “custo” pode, sem dúvida, ser medido, pois o espaço é construído, bem como atravessado, nesse encontro.

Toma-se a espacialidade quilombola como um produto de relações, nas quais os eventos/encontros de interação social permitem as conexões e desconexões e também as impressões deixadas por determinada situação. Considera-se o encontro como foco da presente investigação, pois, a partir dele se pode desvendar o quadro da experiência social vivenciado pelos quilombolas.

A Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca está filiada ao Conselho Mediúnico do Brasil (CEBRAS) e a Federação Paranaense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros desde 20 de abril de 2006, credenciada à realização de trabalhos espirituais sob a fiscalização dos mesmos, os quais também expediram à Ialorixá o certificado de capacitação sacerdotal.

Apesar de a Sociedade ter legalmente cunho religioso, ela também vem desenvolvendo outras atividades paralelas a sua principal função central, as quais se incorporam aos três organismos existentes na entidade, que são: a Casa de Aprendizagem Criança Feliz, o Clube de Mães e o Terreiro de Candomblé e Umbanda. Estes ocupam os cinco cenários da sede, promovendo diferentes situações de interação social, envolvem as seguintes atividades: aulas de informática, cursos de costura e artesanato, distribuição de sopa,

aulas de dança, palestras, acesso a livros, trabalhos esotéricos (tarô, cartomancia, jogo de búzios), além dos trabalhos religiosos.

O cenário destaque nessa pesquisa é o Terreiro de Candomblé e Umbanda, por ser o cenário que reúne o maior número de participantes quilombolas, sendo também o ativador dos outros cenários. São os membros do terreiro que atuam no desenvolvimento das atividades que ocorrem em outros cenários. O Terreiro de Candomblé e Umbanda se destaca também por ter possibilitado o acompanhamento de um evento de interação, denominado pela Ialorixá como “Trabalho de Exú”.

A composição deste cenário são as imagens, pinturas, objetos e símbolos que assinalam as duas religiões afro-brasileiras, o candomblé e a umbanda. Embora o terreiro seja designado como adepto da Nação de Angola, uma das linhas do candomblé que cultua caboclos³⁰, ele está formado por elementos de ambas as religiões; fato que, conforme a Ialorixá T. M. Batista, se torna realidade pela impossibilidade de “bater” apenas o candomblé, além dele necessitar de muita comida para sua manutenção (oferendas e limpezas), ele também é da mesma nascente que a umbanda.

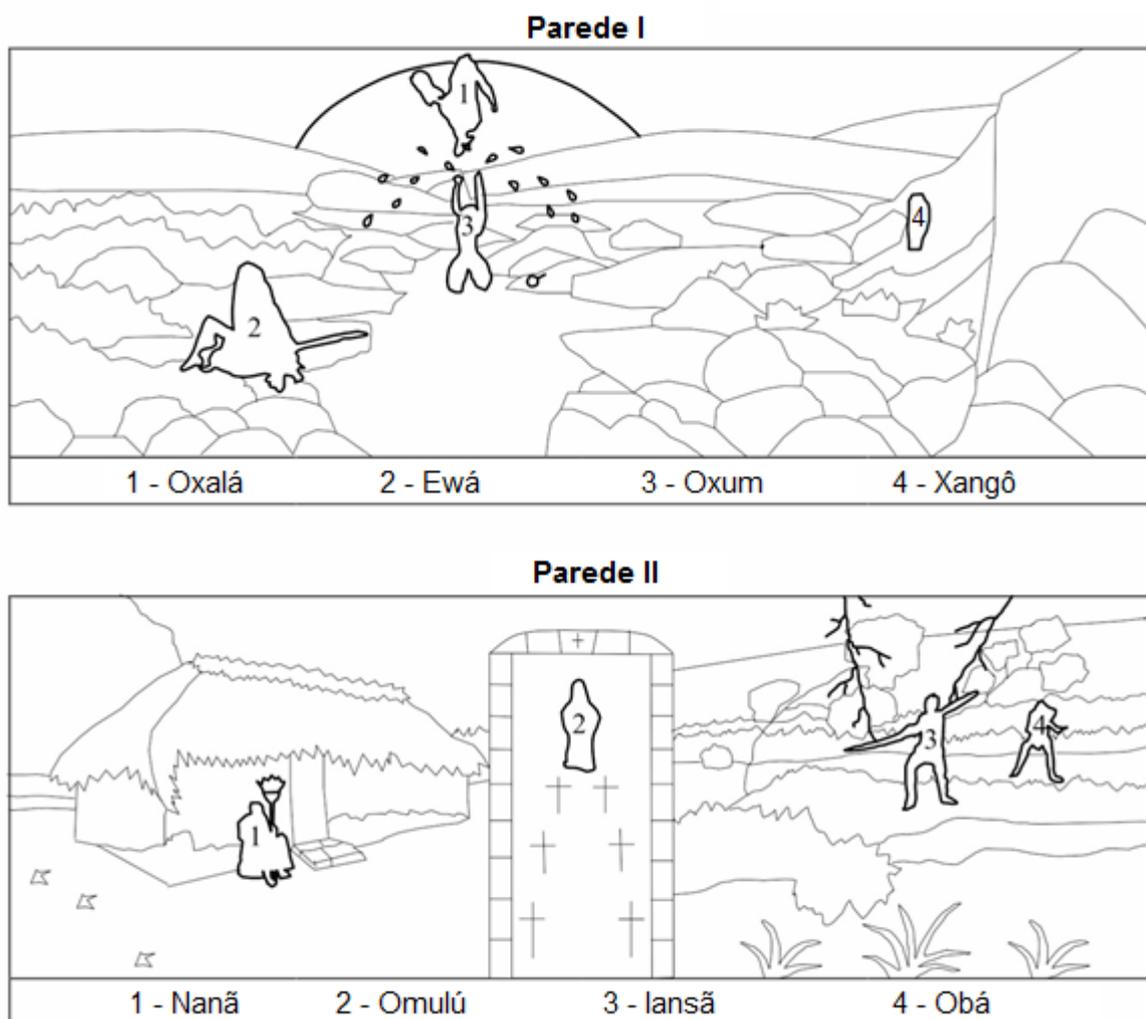
O cenário Terreiro de Candomblé e Umbanda abriga imagens (pinturas e estátuas) de divindades tanto do candomblé quanto da umbanda, denominados de “orixás” e “entidades”. Orixás são divindades cultuadas por ambas as religiões, foram criadas pelo Deus supremo, segundo a sacerdotisa, é “Oxalá”, cuja denominação é da umbanda. Essas divindades são em grande número e variam de quantidade de terreiro a terreiro, são guardiões/representantes dos elementos da natureza, tendo cada qual um domínio.

As entidades correspondem exclusivamente a umbanda, que as denomina de “entidades ou guias”. Conforme Prandi (1996a, p. 67), elas representam os espíritos que se “manifestam nos corpos dos iniciados durante as cerimônias de transe para dançar e, sobretudo, orientar e curar aqueles que procuram ajuda religiosa para a solução de seus males”. Dentro da umbanda se encontra diferentes agrupamentos ou linhas de divindades cultuadas, os principais são caboclos, pretos-velhos, crianças, baianos e ciganos.

No terreiro, há quinze orixás reproduzidos nas suas quatro paredes por meio da pintura, fruto da mediunidade de S. A. Vantropa, um dos filhos da Ialorixá, membro do terreiro e quilombola de Santa Cruz. Na parede I estão representados os orixás Ewá, Oxum, Oxalá e Xangô, enquanto que na parede II se observam os orixás Nanã, Omulú, Iansã e Obá (Figura 06).

³⁰ Os caboclos são os espíritos de índios, considerados verdadeiros ancestrais brasileiros. (PRANDI, 1996a).

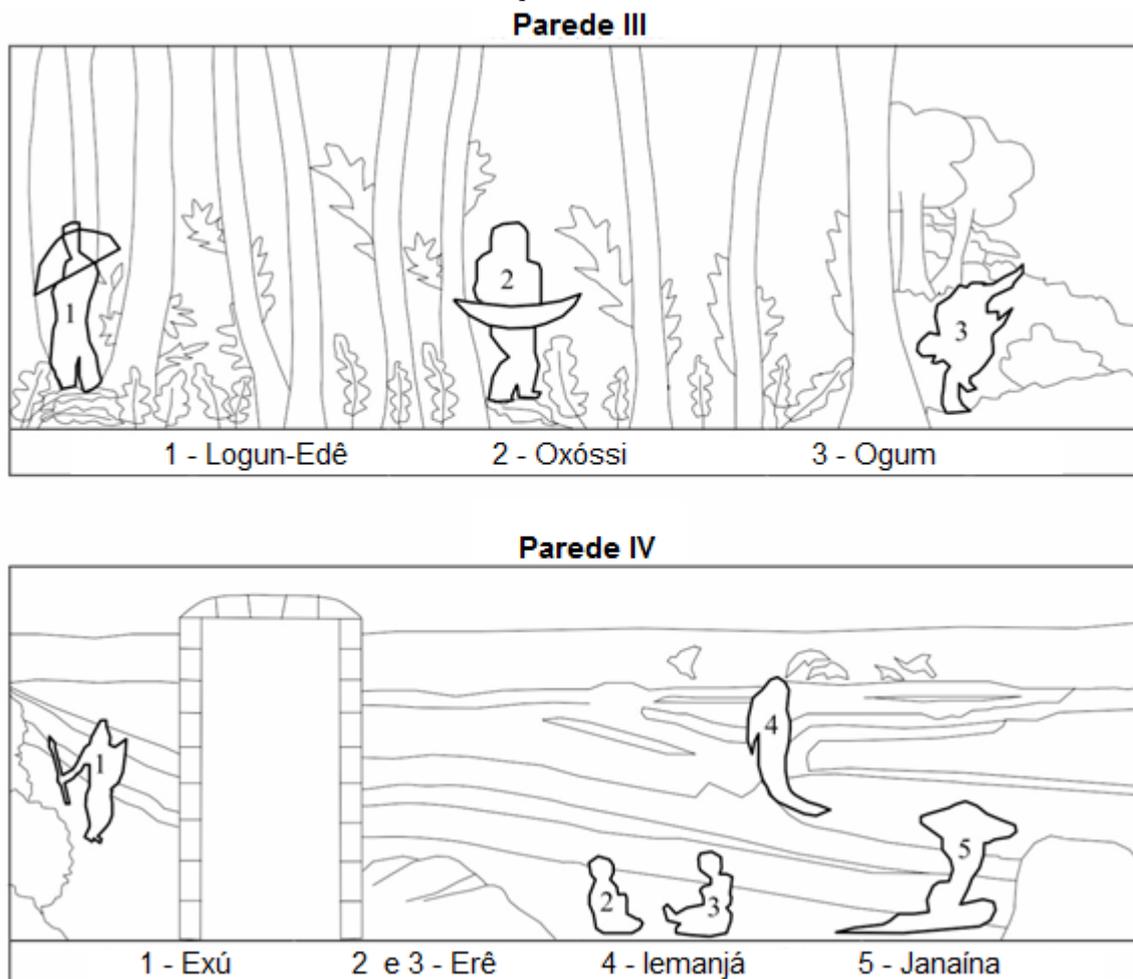
Figura 06 – Paredes I e II do cenário Terreiro de Candomblé e Umbandada da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca



Org.: Löwen Sahr, 2012.

A parede III abriga os orixás Logun-Edê, Oxóssi e Ogum; a parede IV os orixás Erês, Iemanjá, Janaína (representa Iemanjá) e Exú (Figura 07).

Figura 07 – Paredes III e IV do cenário Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca



Org.: Löwen Sahr, 2012.

Cinco deles estão representados por meio de estátuas, das quais duas são dos próprios orixás, sendo Omulú e Iemanjá, e as outras três são dos santos católicos que equivalem aos orixás, sendo eles, São Sebastião (Oxóssi), Santa Barbará (Iansã), Nossa Senhora Sant’ana (Naná) e São Jerônimo/São Pedro (Xangô). Na parte externa do mesmo, há ainda uma gruta de pedra que abriga a estátua de São Sebastião (Oxóssi).

Essa equivalência entre os santos católicos e os orixás acontece pelo processo de sincretismo vivenciado desde a época escravista. Os escravos eram proibidos de realizar culto às suas divindades, os “orixás”, em contrapartida, estes eram tomados pelas imagens dos santos e santas do catolicismo como correspondentes e, então, os escravos os cultuavam, assim como, ainda hoje é praticado nos terreiros (Quadro 01). Conforme salienta Prandi (1996 a, p. 67), “desde o início as religiões afro-brasileiras se formaram em sincretismo com o catolicismo [...] o culto católico aos santos, numa dimensão popular politeísta, ajustou-se como uma luva ao culto dos panteões africanos”.

Quadro 01 – Atributos básicos dos orixás do Terreiro de Candomblé e Umbanda

Orixá	Atribuição	Gênero	Elemento Natural	Patronagem	Objetos rituais	Santo Católico
Oxalá Velho	Orixá da criação (criação da humanidade)	Masculino e Feminino (princípio da criação)	Ar	O sopro da vida	Opaxorô: cajado prateado com pingentes representam a criação do mundo	Jesus (crucificado ou redentor)
Ewá (Euá)	Orixá das fontes	Feminino	Nascentes e riachos	Harmonia doméstica	Espada e chocalho de matéria vegetal; esfera	Santa Lúcia
Oxum	Orixá da água doce dos metais preciosos	Feminino	Rios, lagoas e cachoeiras	Amor, ouro, fertilidade, gestação, vaidade	Ababê: leque de metal amarelo; espada	Nossa Senhora das Candeias
Xangô	Orixá do trovão	Feminino	Trovão e pedras (pedra de raio)	Governo, justiça, tribunais, ocupações burocráticas	Machado duplo; xere: chocalho de metal	São Jerônimo São João e São Pedro
Nanã	Orixá da lama do fundo das águas	Feminino	Lama, pântanos	Educação, senioridade e morte	Ibiri: cetro em forma de arco, de fibras das folhas do dendezeiro com búzios	Sant'ana
Omulú	Orixá da varíola, pragas e doenças	Masculino	Terra, solo	Cura de doenças físicas	Xarará: cetro feito de fibras das folhas do dendezeiro com búzios	São Lázaro São Roque
Iansã	Orixá do relâmpago, dona dos espíritos dos mortos	Feminino	Relâmpagos, raios, vento, tempestade	Sensualidade, amor carnal, desastres atmosféricos	Espada e eru (espantamosca)	Santa Bárbara
Obá	Orixá dos rios	Feminino	Rios	Trabalho doméstico e o poder da mulher	Espada e escudo circular	Santa Joana D'Arc
Logum-Edê	Orixá dos rios que correm nas Florestas	Masculino ou Feminino (alternadamente)	Rios e florestas	O mesmo que Oxum e Oxóssi, seus pais	Ofá: arco-e-flexa de metal; ababê: leque de metal amarelo	São Miguel Arcanjo
Oxóssi	Orixá da caça (fauna)	Masculino	Floresta	Fartura de alimentos	Ofá: arco-e-flexa de metal; eru: espantamosca de rabo de cavalo	São Jorge São Sebastião
Ogum	Orixá da metalurgia, da agricultura e da guerra	Masculino	Ferro forjado	Estradas abertas, ocupações manuais, soldados e polícia	Espada	Santo Antônio São Jorge
Exú	Orixá mensageiro,	Masculino	Minério de ferro	Comunicação,	Ogô: bastão com	Diabo

Orixá	Atribuição	Gênero	Elemento Natural	Patronagem	Objetos rituais	Santo Católico
	guardião das encruzilhadas e da entrada das casas			transformação, potência sexual	formato fálico	
Erês (Ibejis)**	Crianças desencarnada que vêm “no reino” para brincar e ajudar as pessoas	Masculino	-	-	-	São Cosme e Damião
Iemanjá	Orixá das grandes águas, do mar	Feminino	Mar, grandes rios	Maternidade, família, saúde mental	Abano de metal branco e espada	Nossa Senhora da Conceição
Janaína*	Orixá correspondente a Iemanjá	Feminino	Mar, grandes rios	Maternidade, família, saúde mental	Abano de metal branco e espada	Nossa Senhora da Conceição

Nota: Baseado em Prandi (1996b). Complementado a partir de Buonfiglio (1995). Org.: A autora.

As entidades também se fazem presentes no terreiro, somente na forma de estátuas. A única pintura de entidade existe na forma de logotipo da Sociedade que leva o nome do caboclo Cacique Pena Branca. Assim, estão demonstradas estátuas de cinco caboclos, três crianças, cinco pretos-velhos, dois baianos e três ciganos.

O terreiro ainda é composto por objetos e pinturas que simbolizam e que são ofertados aos orixás e entidades. Alguns objetos, como os alimentos e as velas, são concedidos em oferendas aos orixás e divindades nos pontos de oferenda criados no terreiro. Essa é uma forma de cultuar e pedir energia para a casa e seus participantes. Dentre os alimentos ofertados, foram observados: pipoca, laranja, mamão e mel. As velas eram de diferentes cores, vermelhas, brancas, amarelas e pretas. Havia ainda objetos, como pulseiras para Exú.

Outros objetos-oferendas são permanentes no terreiro, compondo seu cenário cotidiano, como a cadeira para Omulu, o vaso com penas de avestruz para Oxumarê, o pilão para o Preto-velho e bancos de madeira para as entidades se sentarem quando se dá o processo da incorporação. Além disso, há duas colunas com pinturas simbólicas, que também foram feitas pelo filho da Ialorixá. Em uma delas, estão os desenhos de três animais representando a força da Nação de Angola, linha do candomblé adotada pelo terreiro, sendo o leão, o elefante e o gorila. A outra coluna contém o desenho de nove objetos, cuja representatividade se remete aos símbolos de nove orixás: Oxalufan (Oxalá velho), Iemanjá, Oxum, Oxóssi, Oxumarê, Logun-Edê, Ogum, Nanã e Ifá. No cenário ainda se encontram os quatro atabaques utilizados para realização dos toques nos rituais para convocar divindades.

Todos esses objetos, imagens, estátuas e símbolos servem de suporte à interação social entre membros do terreiro e frequentadores, resulta em diferentes espacialidades de caráter cotidiano que permitem uma organização padrão ao local religioso (Figura 08). Em que há uma interação mais comedida, pois interagem no cenário Terreiro de Umbanda e Candomblé apenas os indivíduos da família de santo, isto é, filhos e filhas de santo, a Ialorixá e o Ogã. Nestas situações cotidianas de interação, eles se reúnem para o aprendizado da religião e também para a preparação e orientação aos papéis que assumem dentro dela.

A partir dessas informações, se pode dizer que a interação social evidencia também uma organização mais sofisticada ou, uma espacialidade construída a partir de um evento de interação social de maior proporção, como é o foco desta observação. Nestes, se tem uma quantidade maior de participantes (incluindo membros, frequentadores e visitantes) e uma organização do local religioso direcionada para o tipo de situação social a ser vivenciada. O

evento observado revelou uma estrutura espaço-temporal constituída a partir de distintas espacialidades e momentos que será abordada a seguir.

O referido evento ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2012, denominado “Trabalho de Exú”, ritual realizado no terreiro uma vez por mês durante todo ano e uma vez por semana no período da quaresma. O objetivo dele é desmanchar trabalhos negativos, abrir caminho, proteger e defender a casa e os membros da corrente. Os dias escolhidos para sua realização são as quintas-feiras ou sextas-feiras porque são considerados correspondentes a divindade.

Tal evento reuniu vinte e seis pessoas, destas dez eram quilombolas de Santa Cruz e os outros dezesseis eram provenientes da cidade de Ponta Grossa. No total, treze compuseram a categoria de participantes, destes, oito eram membros frequentadores do terreiro - entre eles três quilombolas, V. L. Batista, A. de Paula (A. de P.1) e F. R. Mara -, e, cinco visitantes, pois participavam do local religioso pela primeira vez, não tendo nenhum laço social com os demais participantes.

Os treze indivíduos restantes eram membros da família de santo do terreiro, são os filhos e filhas de santo, dentre eles sete eram quilombolas: A. A. de J. Batista Junior, P. I. Batista, L. D. de Almeida de Paula, V. C. de Almeida e A. M. Batista da Cruz (A. M. B. da C.1), a Ialorixá T. M. Batista e o Ogã A. de J. Batista. Estes estão ligados por laços religiosos, além de laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio, e, em alguns casos, também por laços de parentesco sanguíneo. Os membros da família de santo compuseram a roda para a realização do trabalho.

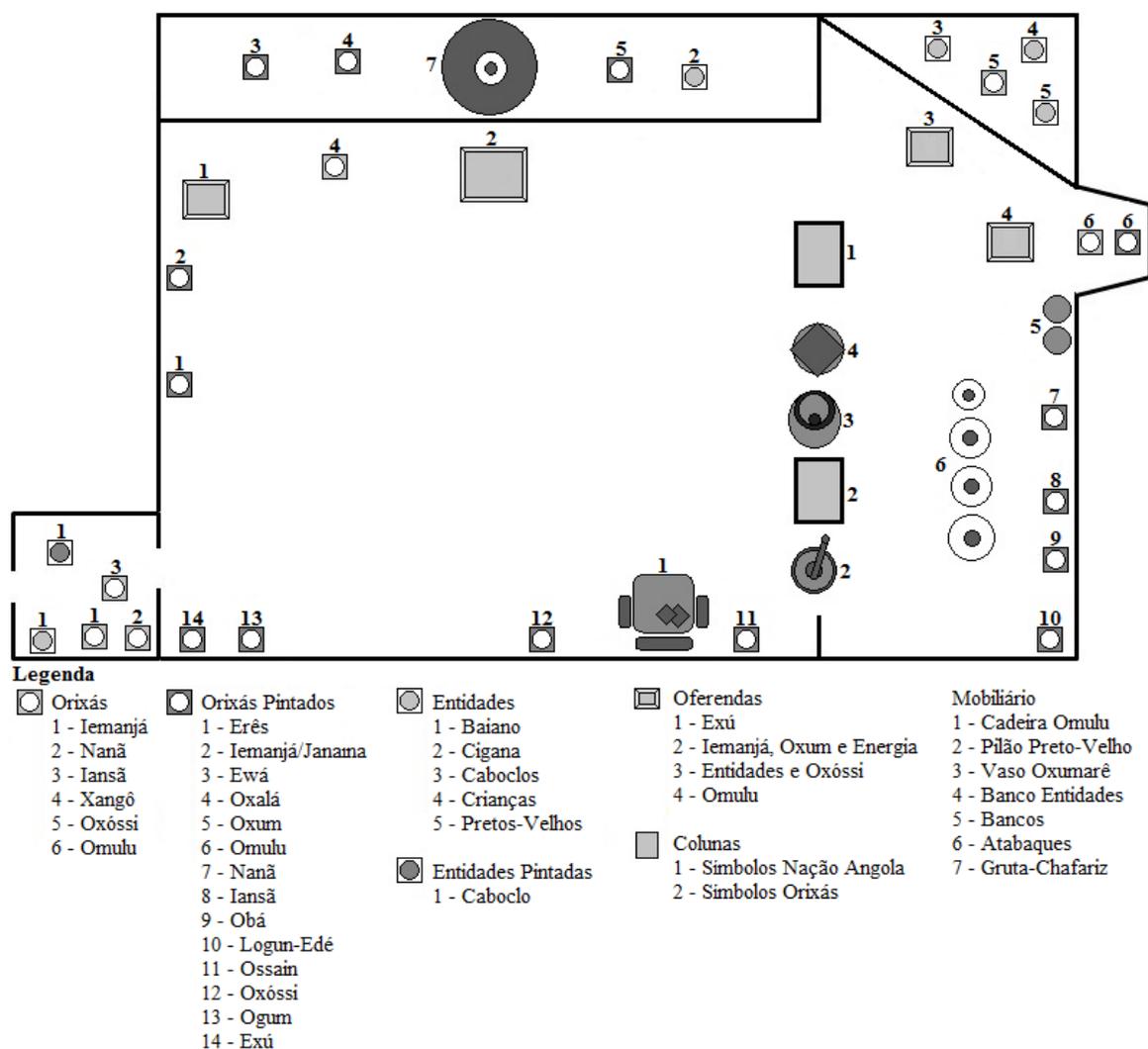
O ritual centralizou na sua líder, a Ialorixá T. M. Batista, chefe da família de santo e que exerce a autoridade máxima sobre os demais membros do grupo. (cf. LIMA, 2003). Teve início às 19h30min, quando a Ialorixá adentrou o recinto e fechou as portas da sede. Antes do ritual iniciar, desde às 17h00min, três membros da família de santo já estavam no terreiro preparando-o para o trabalho. Enquanto o filho, A. A. de J. Batista Junior, cuidava da limpeza e arrumação do cenário, redistribuição dos objetos e colocação da música, a filha, L. D. de Almeida de Paula, fazia a disposição das oferendas para as divindades. Paralelamente, o Ogã A. de J. Batista, arrumava os bancos e cadeiras para os participantes.

Em seguida, outros filhos de santo chegaram ao terreiro. Eles entravam antes dos demais participantes com o propósito de arrumar a própria ornamentação com as vestimentas apropriadas e purificação com banhos de sal grosso e de ervas. Os filhos de santo, na sua maioria, trajam roupas brancas, como o costume, mas, neste evento havia aqueles que vestiam roupagens de cores escuras, combinando com o tipo de trabalho a ser realizado. As mulheres

vestiam-se com saias de rendas sobre calças ou apenas calças e bermudas, camiseta e lenço na cabeça. Já os homens trajavam camisas ou camisetas e calças ou bermudas. Todos usaram colares de contas no pescoço, os quais representam as cores do orixá de cada membro.

A Ialorixá trajou camiseta e calça de cores escuras, no pescoço também trouxe um colar de contas. Assim como os demais filhos de santo e os participantes, ela não calçou nada nos pés, regra a que todos são submetidos antes de adentrar o terreiro.

Figura 08 – Espacialidade cotidiana no Terreiro de Candomblé e Umbandada Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca



Org.: A autora.

Com a chegada da Ialorixá se inicia a construção do primeiro momento do evento, “Trabalho de Exú”, antecedido pelas seguintes atividades: saudação às divindades, à família de santo e aos participantes; limpeza gestual do corpo por todos os membros da corrente e informativo feito aos participantes. A primeira é realizada por todos os membros da corrente, integrantes do terreiro quando adentram o mesmo, enquanto a segunda é realizada pelos

membros da família de santo depois da chegada da Ialorixá ao terreiro e de seu ordenamento. A última atuação se dá exclusivamente por duas filhas de santos iniciantes (uma delas quilombola) com a supervisão da Ialorixá.

Para essa atividade, se destinou 05 minutos, onde foram expostas as regras do evento aos participantes, sendo elas: desligar aparelhos eletrônicos; não manter conversas paralelas; tirar relógios do pulso e chaves para que haja circulação de energia; mulheres menstruadas não podem participar, pois, estão com o corpo aberto; todos os participantes devem manter mãos e braços descruzados para a energia fluir; mulheres devem sentar de um lado e homens de outro; os carros dos participantes devem ficar estacionados longe do terreiro para não absorverem a energia negativa expulsa para fora durante o trabalho e todos devem manter a concentração.

Com o encerramento desta fase inicial, a Ialorixá T. M. Batista passou a atuar junto com os demais membros da família de santo na atividade de formação da roda, dando por aberto os trabalhos para Exú. Para isso, foi necessária a disposição dos membros da família em círculo, o qual fora formado no centro do cenário, em frente aos participantes. Todos assumiram novas posições dentro do cenário, sendo que a posição principal se destinou a Ialorixá.

A execução de todas essas atividades estruturou o primeiro período de tempo vivenciado no evento de interação social “Trabalho de Exú” (Figura 09). Este se iniciou com uma interação muito incipiente dos membros da roda com os demais participantes, que apenas tiveram 05 minutos de influência recíproca uns sobre os outros, totalmente dissolvida com a formação da roda, trazendo uma separação dos membros da família de santo que compuseram a roda aos participantes. Se projetou uma espacialidade desintegrada, na qual se evidenciou dois espaços, um que foi ocupado pelos membros da roda, que se tornaram os atuantes do ritual e o outro que passou a ser ocupado pelos participantes, os quais se tornaram observadores.

Após a formação da roda incluiu-se a atividade de sonorização dentro do ritual, caracterizando um novo período (Figura 09), tendo o início do toque de música de cultos afro-brasileiros, palmas ritmadas e passos curtos e repetitivos de dança realizados pelos integrantes da roda. Estes foram direcionados para a atividade do transe místico, isto é, a incorporação de uma divindade pelos membros da roda durante um ritual. (cf. LIMA, 2003).

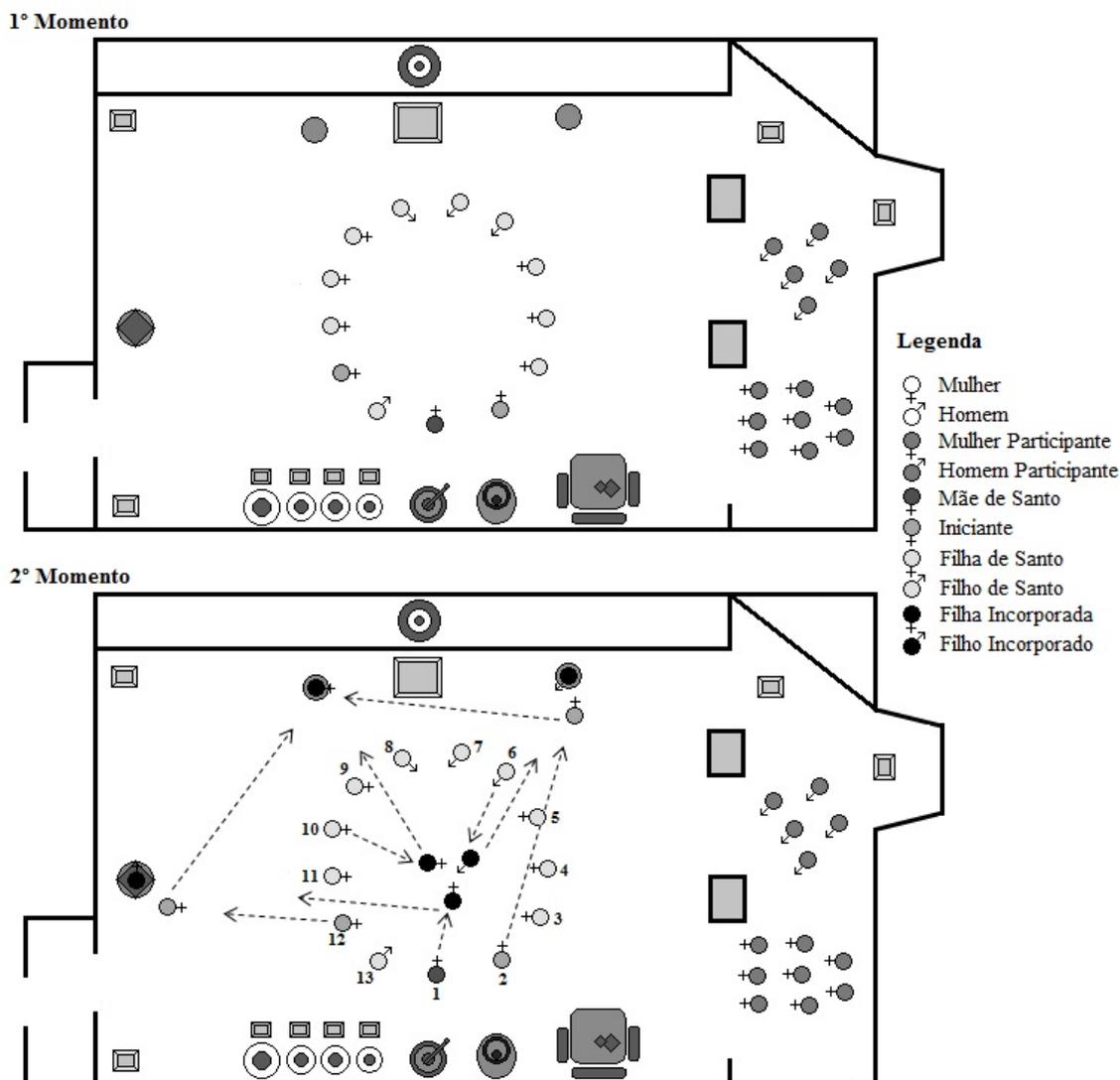
Para realizar esse ritual, se fizeram o reposicionamento de três integrantes, um de cada vez, deixaram seus lugares na roda, se transferindo para dentro da mesma, onde permaneceram até que o transe se estabelecesse. Para que a divindade fosse por eles

alcançada, os mesmos mantiveram os olhos fechados, fazendo pequenos movimentos com o corpo, enquanto os demais integrantes da roda se sustentaram nas suas posições originais na formação da roda, executando as palmas e passos de dança, que somente interrompiam com vivas a Exú, na confirmação do transe. Havia também o deslocamento para o centro da roda das filhas iniciantes que assumiam o papel de assistente da divindade que baixava. Este se deu até o final do trabalho.

A função de assistente de divindade consistiu em acalmar as divindades da agitação pós-transe, condução das mesmas aos seus respectivos bancos, dispostos no cenário e atendimento aos seus respectivos pedidos que foram: charutos, bebidas, chapéu, giz para riscar o ponto³¹, além de velas. Os três integrantes da roda que executaram a atividade do transe místico neste trabalho foram um filho de santo (quilombola), uma filha de santo e a Ialorixá (quilombola), cuja divindade foi a comandante dos trabalhos, se mostrando superior às demais durante todo o ritual.

³¹ A entidade incorporada identifica-se através de símbolo desenhado ao chão.

Figura 09 – Espacialidades vivenciadas no primeiro e segundo momento no evento Trabalho de Exú no Terreiro de Candomblé e Umbanda da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca



Org.: A autora.

O terceiro período de tempo caracterizou-se como o de maior extensão e de maior interação entre todos os participantes, sejam eles membros da roda ou participantes observadores (Figura 10). Projetou-se uma espacialidade inter-relacional total pela dissolução da roda e instituição de dois espaços interligados, onde houve a constante movimentação de todos os participantes durante a realização da atividade de conversação. Esta consistiu na atuação principal dos integrantes da roda que estavam em transe na realização de consultas a todos os interessados. As consultas se deram ao pé do ouvido com duração de 05 a 10 minutos por pessoa, todos os participantes efetivaram mais de uma consulta, na maioria dos casos com todas as entidades incorporadas.

Nessa atividade teve atores secundários, isto é, as filhas de santos iniciantes (dentre elas uma quilombola), juntamente com o Ogã (líder quilombola), os quais atuaram no

direcionamento e ordenamento da atividade, com a função de organizar as consultas. Enquanto uma organizava as consultas, a outra, com o auxílio do Ogã, atendia aos pedidos das entidades incorporadas, como: manter os copos cheios de bebida, as velas e charutos acessos, além da entrega de velas aos consultados, pois, ao término acendiam-nas junto aos orixás e entidades.

A atividade da conversação terminou quando se deu a última consulta, totalizando 01h30min. A finalização do transe ocorreu ao passo que as divindades ficavam sem consultas. O membro da família de santo que estava em transe reassumia sua posição junto à roda que voltou a ser formada pelos demais membros.

A reconstituição da roda e o reposicionamento inicial dos participantes adentraram no quarto e último período do evento “Trabalho de Exú” (Figura 10). Este resultou numa espacialidade de interação contida, porque embora tenha sido retomada a separação dos membros da família de santo dos participantes, os quais ocuparam dois espaços distintos, como no primeiro momento do evento, nesta teve aspectos de ruptura. A primeira surgiu com a colocação do último participante observador consultado no centro da roda, de costas para o altar. Junto aos seus pés, o Ogã posicionou uma tábua e sobre ela desenhou uma cruz com pólvora. A segunda ruptura ocorreu paralelamente ao primeiro, um informativo final realizado pelo Ogã aos participantes observadores. Este solicitou aos mesmos que mantivessem os pés e mãos descruzados para a passagem de energia, e que após atear fogo sobre a pólvora todos deveriam fazer a limpeza gestual do corpo para a expulsão da energia negativa. Tal atividade é denominada purificação de energia. Esta juntamente com a abertura das portas da sede pela Ialorixá encerrou o evento “Trabalho para Exú”.

O ritual completo durou duas horas, iniciando às 19h30min e terminando as 21h30min, no comando da Ialorixá T. M. Batista. Criou-se uma estrutura espaço-temporal de múltiplas espacialidades e momentos divergentes que permitiram desde a integração dos participantes com os membros da família de santo que formaram a roda até a completa separação. Apesar dos papéis principais e atividades terem sido desenvolvidos pelos membros da família de santo, a maior duração foi destinada ao terceiro momento, na completa interação entre os membros da família de santo e os participantes observadores.

acrescentou a vertente religiosa africana, por herança kardecista³², a prática da caridade nos seus rituais, em que a prática é realizada por meio da presença da entidade no transe voltando para a cura, limpeza, aconselhamento dos fiéis e clientes, e no dia-a-dia, quando se deve realizar atividades filantrópicas. (PRANDI, 1996a). Tal convicção leva a construção de um espaço múltiplo e de multiuso em torno da religião, se tem a atuação dos membros da família de santo, dentre eles quilombolas de Santa Cruz, em atividades de filantropia destinadas a pessoas carentes do bairro Colônia Dona Luiza.

Forma-se, portanto, uma estrutura espaço-temporal maior, projetada por meio da existência de três organismos integrados a associação, sendo eles: Casa de Aprendizagem Criança Feliz, Clube de Mães e Terreiro de Candomblé e Umbanda. Por meio desses, se demonstra o desenvolvimento e a oferta de atividades tanto religioso-esotéricas quanto filantrópicas. As atividades são realizadas na sede da associação, nos cinco diferentes cenários (Quadro 02).

As atividades acontecem durante toda a semana, algumas se estendem de segunda à sexta-feira, como é o caso da pesquisa escolar, realizada no cenário da Biblioteca Comunitária, inaugurada em fevereiro de 2012 com o intuito de disponibilizar as crianças, adolescentes e adultos do bairro, o acesso a um acervo de aproximadamente 1.000 exemplares adquiridos por doação. Essa atividade é dirigida pela Ialorixá, quilombola, com ajuda do líder quilombola/Ogã e o filho biológico A. A. de J. Batista Junior, que também é filho de santo e quilombola de Santa Cruz. Eles assumem os papéis de atendentes bibliotecários durante a realização da atividade de pesquisa escolar. Consultas esotéricas como tarô, cartomancia e jogo de búzios também são oferecidas de segunda à sexta-feira no cenário do Terreiro de Candomblé e Umbanda, sob atuação exclusiva da Ialorixá T. M. Batista.

Outras atividades são ofertadas em apenas alguns dias da semana, como os cursos manuais, ensinamentos de costura, bordados, pinturas e artesanatos, todas as terças e quintas-feiras à tarde, sob a coordenação de L. D. de Almeida de Paula e com a ajuda de P. I. Batista, ambas filhas de santo do terreiro e quilombolas de Santa Cruz. Nessa atividade, os seus papéis são de professora. Elas ministram aulas específicas de trabalhos manuais para aproximadamente trinta e cinco mulheres do bairro Colônia Dona Luiza, que compõem o Clube de Mães. Nas aulas são confeccionados produtos artesanais vendidos no cenário do Restaurante Sinhá Vitória durante as festas e eventos religiosos para arrecadação de fundos à Sociedade.

³² Doutrina espírita codificada e sistematizada por Allan Kardec pseudônimo do francês Hippolyte Léon Denizard Rivail.

As festas e eventos de arrecadação e caridade são realizados aos finais de semana, sábados ou domingos, com a participação dos membros da família de santo e da corrente do terreiro, e assim, dos quilombolas de Santa Cruz, abertas ao público. Essas se realizam no Restaurante Sinhá Vitória, que serve de palco a diferentes situações sociais de interação, algumas delas são: bazares, festas de divindades (Festa de Cosme e Damião, Cavalgada de São Miguel Arcanjo, Feijoada de Preto-Velho e 1º Cavalgada dos Cavaleiros de Aço), Festa Junina, Festa de Páscoa e Festa Natal Solidário, entre outras. Dentre as festas, algumas são destinadas a arrecadação de recursos para a Sociedade, vendendo-se o artesanato produzido pelo Clube de Mães e fichas para a participação na festa. Já outras, são destinadas a distribuição e doação de alimentos e brinquedos a pessoas carentes do bairro, como as campanhas de agasalho. (SABCPB, 2012).

Há ainda três atividades realizadas apenas um dia da semana; são os trabalhos religiosos, limpeza do terreiro e distribuição de sopa. A primeira ocorre nas quartas-feiras à noite, tendo como participantes os membros da família de santo e da corrente do terreiro e o público em geral. Os trabalhos religiosos são desenvolvidos por diferentes finalidades, seja para proteção da casa e dos participantes, ou, para desmanchar trabalhos e abrir caminhos, tendo, portanto, diferentes rituais, onde se tem a participação dos quilombolas em novos papéis como fora descrito no evento Trabalho de Exú.

A segunda atividade, de limpeza do terreiro, se realiza todas às segundas-feiras em período integral, conforme a disponibilidade dos filhos de santo. Geralmente, essa atividade segue uma escala de voluntários, na qual duas duplas de forma intercalada se responsabilizam pela limpeza mensal do mesmo. Há ainda um filho de santo que fica responsável pela manutenção das oferendas às divindades do terreiro. Durante os meses de abril, maio, junho e julho, quatro quilombolas, filhas de santo do terreiro, executaram estes papéis.

A terceira atividade, de distribuição de sopa, se realiza apenas em um dia da semana. É executada todos os sábados sob a coordenação da Ialorixá T. M. Batista, que assume também o papel de cozinheira. Ela recebe ajuda de várias equipes de voluntários, assim como, dos filhos de santo e membros da corrente do terreiro, na distribuição de sopa e pão para as pessoas carentes do bairro, sendo desempenhada no cenário Refeitório-Cozinha. (SABCPB, 2012). As aulas de informática não são realizadas no momento devido ao pequeno número de computadores disponíveis. Segundo a Ialorixá, pretende-se iniciar essa atividade no turno inverso ao período escolar, logo que a Sociedade obtiver mais equipamentos, atendendo a demanda do público alvo.

Quadro 02 – Estrutura espaço-temporal promovida pela Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca

Dia semanal	Domingo	Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira	Sábado
Atividade	Festas e eventos de arrecadação e caridade	Limpeza do terreiro/pesquisa escolar e consultas esotéricas	Cursos manuais/pesquisa escolar e consultas esotéricas	Trabalhos religiosos/pesquisa escolar e consultas esotéricas	Cursos manuais/pesquisa escolar e consultas esotéricas	Pesquisa escolar e consultas esotéricas	Distribuição de sopa/Festas e eventos de arrecadação e caridade
Horário	Integral	Integral	13h00min às 15h30min	19h30min às 21h30min/Integral	13h00min às 15h30min	Integral	11h00min às 13h30min
Cenário	Restaurante Sinhá Vitória	Terreiro de Candomblé e Umbanda/Biblioteca Comunitária	Sala de Costura e Artesanato/Biblioteca Comunitária	Terreiro de Candomblé e Umbanda/Biblioteca Comunitária	Sala de Costura e Artesanato/Biblioteca Comunitária	Biblioteca	Refeitório-Cozinha/Biblioteca Comunitária
Coordenação	Ialorixá	Filhos de Santo/Ialorixá e Família/Ialorixá	Filha de santo L. / Ialorixá e Família/Ialorixá	Ialorixá/Ialorixá e Família/Ialorixá	Filha de santo L./ Ialorixá e Família/Ialorixá	Ialorixá e Família/Ialorixá	Ialorixá com ajuda dos filhos de santo e voluntários

Fonte: SABCPB, 2012. Org.: A autora.

A complexidade espaço-relacional vivenciada por alguns moradores de Santa Cruz surgiu da união matrimonial de um quilombola de Santa Cruz com uma Ialorixá da cidade de Ponta Grossa. A união provocou mudanças ao casal, fazendo com que a Ialorixá, seus filhos e netos se tornassem quilombolas de Santa Cruz e que o líder quilombola e o filho aderissem ao candomblé e a umbanda, deixando a religião católica. A mesma mudança foi estendida sobre alguns moradores quilombolas de Santa Cruz, os quais passaram a frequentar os eventos religiosos e filantrópicos realizados na sede da Sociedade. Foram os laços de parentesco que levaram ao despontamento de uma nova espacialidade religiosa aos quilombolas, cada vez mais intensificada pela quantidade de situações cotidianas de interação social ofertadas.

Assim, dentro dessa complexidade espaço-relacional, se registra a participação de quinze quilombolas de Santa Cruz no espaço múltiplo da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, onde os quilombolas assumem diferentes papéis sociais na realização de diversas atividades. Essa nova espacialidade religiosa permite diferentes situações de interação social externas a alguns quilombolas de Santa Cruz, vindo à tona o estabelecimento de novos laços sociais e a continuidade de relacionamentos com indivíduos externos, provenientes principalmente do bairro Colônia Dona Luiza e outros locais da cidade de Ponta Grossa.

Essa espacialidade também possibilita diferentes situações de interação social interna, uma vez que os moradores quilombolas convivem cotidianamente no terreiro, levando ao estreitamento de laços que se refletem tanto em convites realizados entre si para a participação de eventos em outros locais externos a comunidade e ao terreiro, como na transmissão de informações e disponibilidade de ajuda mútua como se mostrou no evento Festa do Padroeiro do subcapítulo 3.1, mantendo laços de solidariedade muito mais propensos entre estes do que com os demais quilombolas de Santa Cruz.

A partir desses resultados, se pode afirmar que a rede social quilombola, por meio desses quinze integrantes, revela ser muito maior, tendo em vista que inclui um número elevado de indivíduos externos e também se revela de “malha frouxa”, já que há um número maior de indivíduos, frequentadores e visitantes do terreiro, que entram em contato cotidiano com todos os quilombolas envolvidos, mas que não mantêm com eles laços sociais.

3.3 Espacialidade e interação inventada: reflexões sobre o evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz

O evento externo de interação social abordado neste subcapítulo é ocasional, se realizou pela primeira vez em março de 2012, na Comunidade Quilombola do Sutil. Através

desse caráter de novo, o presente trabalho observou outro evento externo de caráter tradicional que também foi registrado na Comunidade Quilombola do Sutil, ou seja, a festa do padroeiro de sua capela, comemorada todos os anos no mês de outubro. A ideia é apreender, com maior convicção, a realidade interacional vivenciada pelos quilombolas de Santa Cruz com os quilombolas do Sutil em eventos exteriores a comunidade em estudo. Juntos, esses dois eventos, apesar de ocorrer na mesma localidade, não contemplaram o mesmo ambiente, um deles se festejou na sede da associação de moradores e o outro na capela e adjacências.

A Comunidade Quilombola do Sutil, palco de ocorrência dos eventos, é constituída por 41 famílias quilombolas que residem a quatro quilômetros da Comunidade Quilombola de Santa Cruz. (GUARNERI, 2011). Os moradores do Sutil estão ligados aos moradores de Santa Cruz por muitos laços de parentesco sanguíneo, parentesco por apadrinhamento e compadrio, além de laços de vizinhança, amizade/afinidade e solidariedade, vivendo, portanto, muitas situações de interação social, como a Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus da capela da Comunidade Quilombola de Santa Cruz e a Festa de Aniversário, abordadas anteriormente no subcapítulo 3.1.

Diante dessa realidade, se teve a oportunidade de acompanhar, através da técnica da observação participante, duas situações sociais que possibilitam o contato dos indivíduos de ambas as comunidades. A primeira delas tratou do evento ocasional 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz, criado pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa como um encontro de integração para as comunidades quilombolas do município. O evento em questão foi nomeado com a adjetivação “colônia”, que não faz referência à identidade quilombola, mas, designa um tipo de assentamento de imigrantes, causando um ponto de estranhamento com a realidade histórico-vivencial destas comunidades e com o próprio evento.

Talvez esse equívoco seja fruto de desinformação dos órgãos públicos, pois, até mesmo na sinalização de acesso às comunidades quilombolas, elas constam como “colônia” e não como “quilombo”. Conforme a entrevista realizada com o líder da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, foi “mandado ofício pro DER³³ pra eles colocarem as placas lá [...] remanescentes e eles colocaram [...] Colônia Sutil, Colônia Santa Cruz e Colônia dos Russos [...] eles colocaram errado e foi mandado bem certinho”. (ENTREVISTA A. DE J. B., NOVEMBRO DE 2011).

A segunda situação social encontrada é denominada de Festa do Padroeiro São Benedito, que ocorre todos os anos no mês de outubro, e, apesar de não ser tão antiga quanto à

³³ Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

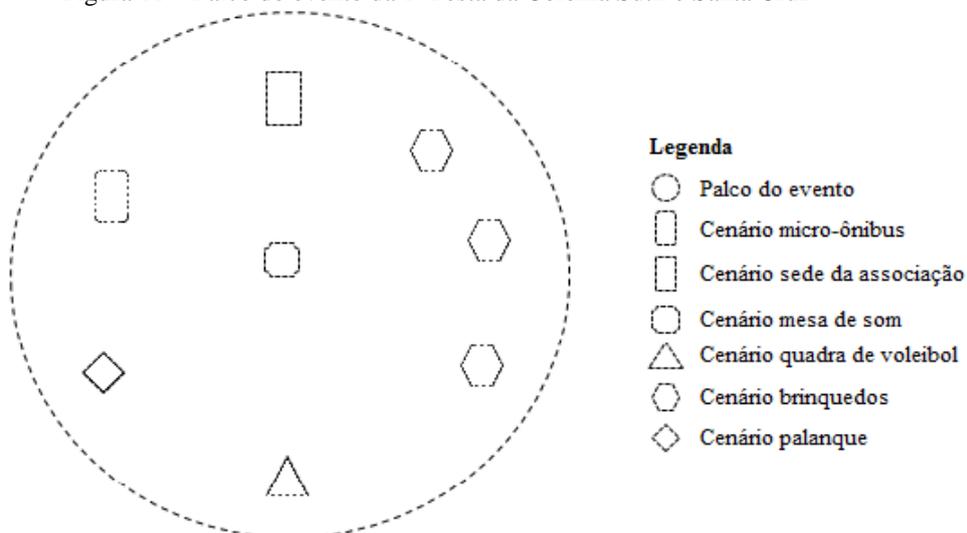
feira do padroeiro da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, pela sua frequência anual de alguns anos, já pode ser considerada um evento não ocasional.

Os dois eventos expostos - 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz e Festa do Padroeiro São Benedito - revelam-se como duas extremidades dentre as situações sociais; foi preciso confrontá-los para uma revelação completa sobre os inter-relacionamentos dos quilombolas de Santa Cruz com os de Sutil em situações sociais externas a Santa Cruz. Tomase agora o evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz para explicitar o quadro geral interacional. Este servirá de embasamento para levantar os parâmetros da situação social que colocou alguns quilombolas de Santa Cruz em contato com indivíduos externos, mas também indicou em maior proporção a ausência de conexões.

O evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz não se inclui como uma situação social vivenciada pela experiência/contato entre as comunidades quilombolas, mas, sim como situação criada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa no ano de 2012. Esse se integrou como uma das atividades da 3ª Semana Municipal da Mulher de Ponta Grossa, tendo como título: “A mulher maravilha do século XXI”. (PONTA GROSSA, 2012).

Para concretizar o evento, a Prefeitura Municipal firmou parceria com a Associação de Moradores da Comunidade Quilombola do Sutil, a qual disponibilizou sua sede na tarde do dia 10 de março de 2012 para realização do evento. Tal ambiente se apresenta como local de grande extensão com infraestrutura básica. Seis cenários o compuseram (Figura 11): micro-ônibus, sede da associação, mesa de som, quadra de voleibol, brinquedos e palanque. Estes serviram de palco para a realização de várias atividades.

Figura 11 – Palco do evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz



Org.: A autora.

Os seis cenários proporcionaram o desenvolvimento de dez atividades na programação, sendo elas: abertura, escolha da garota Sutil, bênção ecumênica, apresentação musical, apresentação de dança, show musical, exposição de artesanato, recreação, exame ginecológico e confecção/distribuição de lanche.

O cenário da sede de associação dos moradores (Fotos 24 e 25) apresenta-se em construção de alvenaria, com telhado de duas águas cobertas por telhas de barro. A parte externa possui dois banheiros e a parte interna, uma cozinha conjugada com uma sala, onde há uma geladeira, uma pia, um fogão, uma televisão, várias cadeiras e mesas, uma estante com livros, entre outros. Nesse cenário foram desenvolvidas as atividades de exposição de artesanato e preparação de cachorros-quentes. A primeira consistiu na venda de produtos de artesãs locais, e a segunda, na distribuição gratuita do alimento.

Fotos 24 e 25 – Sede da associação de moradores da Comunidade Quilombola do Sutil



Fonte: A autora. Fotos registradas em março de 2012.

A parte adjacente a este cenário consiste numa grande área de gramado, na qual se executaram as demais atividades. Em uma das suas extremidades tinha-se o cenário brinquedos, estruturado por duas camas elásticas e um brinquedo inflável, destinados a atividade de recreação infantil. Na outra, ficava o cenário palanque e o cenário micro-ônibus. O primeiro cenário continha uma passarela de madeira, cadeiras, microfones e instrumentos musicais, utilizados para a realização de cinco atividades: abertura, escolha da garota Sutil, bênção ecumênica, apresentação de dança e show musical.

Já o segundo cenário, possuía um consultório de saúde, o qual abrigou a atividade exame ginecológico, destinada ao atendimento das mulheres. A parte frontal também continha dois cenários, o cenário mesa de som e o cenário quadra de voleibol, enquanto o primeiro estruturava duas caixas de som, que auxiliaram na execução das atividades da escolha da garota Sutil e apresentação de dança, o outro, estava formado por duas passarelas de metal,

uma rede de material sintético e uma bola, que serviu para a atividade de recreação, destinada a jovens e adultos (Figura 11).

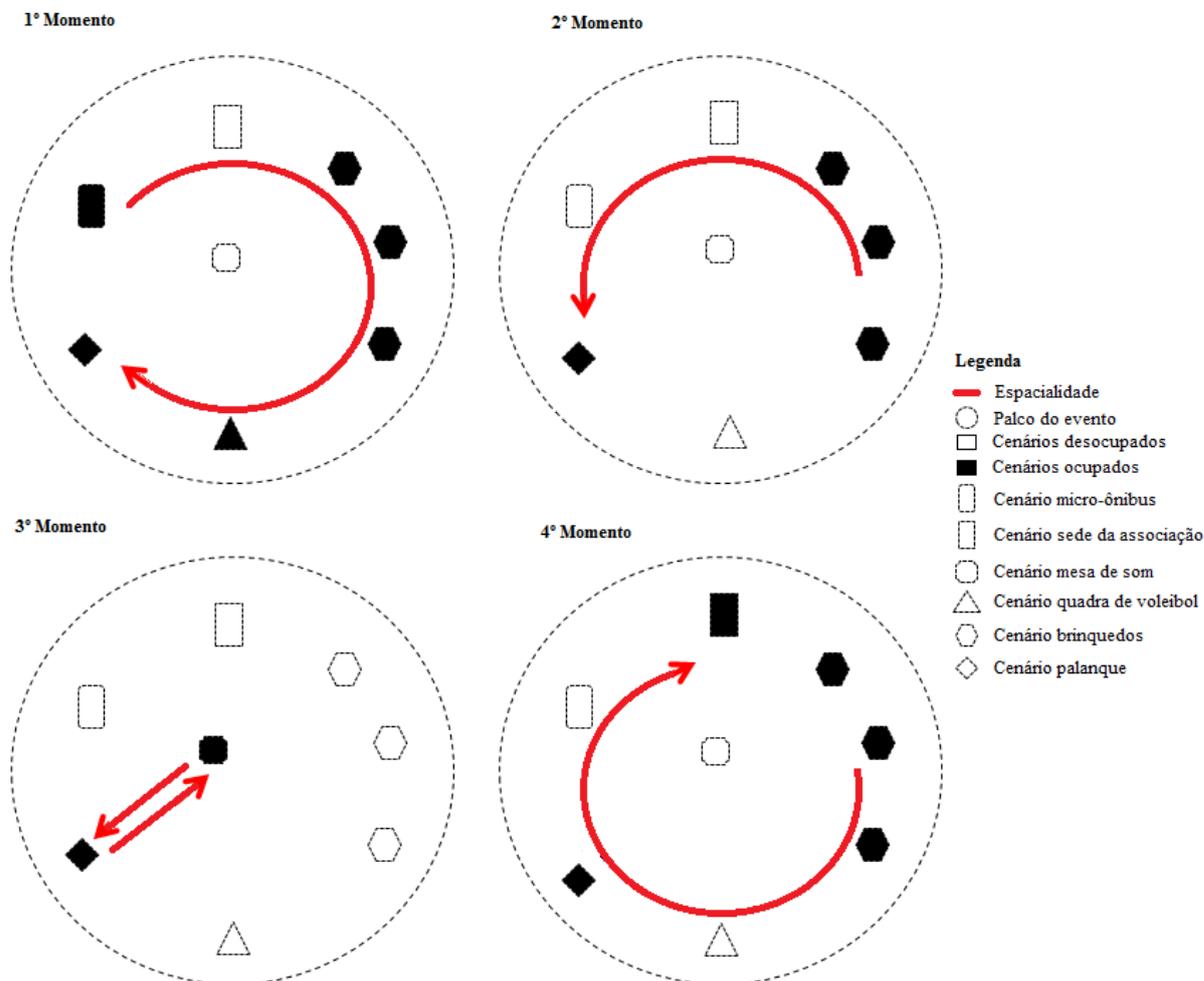
O referido evento iniciou às 13h00min, com a presença de aproximadamente cinquenta pessoas, a maioria aglomerada próxima aos cenários brinquedos e quadra de voleibol, onde se desenvolvia a atividade de recreação. O primeiro cenário abrigava seis crianças e o segundo estava ocupado por aproximadamente oito jovens e adultos, jogadores das partidas de voleibol. No aglomerado de pessoas dos dois cenários, estavam vinte e cinco componentes da Sociedade Recreativa Escola de Samba Águia de Ouro da cidade de Ponta Grossa, junto a eles haviam instrumentos musicais como: tambores (tamborim, zabumba, pandeiros) e chocalho, utilizados na atividade de apresentação musical.

Nesse primeiro momento, outros dois cenários também foram utilizados para a execução das atividades; o cenário palanque era ocupado pelos atores que compunham a dupla sertaneja, proveniente da cidade de Ponta Grossa, “Sérgio Matos e Diana”, responsáveis pela atividade do show musical. No cenário micro-ônibus, com o consultório da promoção à saúde da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, tinha a atuação de três atores, enfermeiras disponibilizadas pelo respectivo município para a execução da atividade de atendimento e realização de exames ginecológicos destinados às mulheres das comunidades, porém, nesta atividade houve apenas a participação de mulheres quilombolas do Sutil.

Assim, se pode afirmar que a espacialidade criada neste primeiro momento do evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz, é uma espacialidade difusa (Figura 12), uma vez que houve a realização simultânea de três distintas atividades, o show musical, o exame ginecológico e a recreação, ocupando quatro cenários: palanque, micro-ônibus, brinquedos e quadra de voleibol, fazendo com que apenas dois cenários se mantivessem desocupados. Não estiveram presentes uma grande concentração de pessoas em um único cenário, assim como, tiveram participantes que não se inseriram na execução de nenhuma das atividades, permanecendo afastados e fora dos cenários.

Próximo às 15h00min, se deu início a um novo momento, o cenário palanque foi deixado pela dupla sertaneja que estava executando a atividade show musical e passou a ser ocupado por uma organizadora do evento, funcionária municipal, única atriz da atividade de abertura. Ela convidou os participantes a se aproximar e posicionar em frente ao cenário palanque para contemplar as atividades que se seguiram, provocando uma redistribuição dos participantes que ocupavam outros cenários (Figura 12).

Figura 12 – Espacialidades criadas em torno do elemento palco durante o evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz



Org.: A autora.

Na sequência, teve a atividade da bênção ecumênica que durou, mais ou menos, 15 minutos, executada pela inserção de dois novos atores. Um deles era um indivíduo interno, moradora quilombola do Sutil, cuja ação consistiu na leitura de um texto de apresentação e na realização de uma oração. O outro ator era integrante da escola de samba Águia de Ouro, portanto, indivíduo externo, orador de um discurso religioso que fez uma oração, não havendo a inserção de atores da Comunidade Quilombola de Santa Cruz (Foto 26). Após o encerramento, a terceira e última atividade foi a de apresentação musical, com a interpretação da canção “O Canto Negro”, elaborado por uma nova atriz externa, a cantora P. de Oliveira, representante da Unegro (União de negros pela igualdade) da cidade Tibagi/PR (Foto 27).

A espacialidade que surgiu deste segundo momento se estruturou a partir de três atividades, isto é, a atividade de abertura, a bênção ecumênica e a apresentação musical. Se apresentou de forma concentrada, uma vez que a maioria dos participantes estavam ocupando

o mesmo cenário durante um tempo significativo, e apenas alguns deles (crianças) mantiveram no cenário brinquedos na realização dessas novas atividades. Apenas dois cenários tiveram destaque, os outros quatro ficaram desocupados até o surgimento de um novo momento.

Fotos 26 e 27 – Atividades de benção ecumênica e apresentação musical no evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz



Fonte: A autora. Fotos registradas em março de 2012.

A inserção de seis novos atores ao cenário palanque, para a realização da atividade de escolha da garota Sutil, deu início ao terceiro momento experienciado no evento de interação social. Todos estes novos atores foram convidados com antecedência para atuar no papel de jurados, cuja função é avaliar e eleger a garota Sutil (Foto 28), que compreendia a nomeação de três categorias de garotas para representar a comunidade, sendo elas das faixas etárias: infância, pré-adolescência e adolescência.

Junto ao cenário palanque, foram colocadas pelos organizadores do evento, seis fileiras de cadeiras para os jurados, os quais ficaram de frente à passarela e aos participantes. O júri, estava composto pelos seguintes atores: A. de J. Batista (líder da Comunidade Quilombola de Santa Cruz), J. de Oliveira (filha da cantora P. de Oliveira), S. L. Gadini (representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa), N. (líder da Comunidade Quilombola do Sutil), E. (quilombola do Sutil e rainha de Guaragi 2007) e um funcionário da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Desse modo, foram inseridos três atores externos e um quilombola de Santa Cruz e duas quilombolas do Sutil.

Após a constituição do júri, a atividade desenvolvida foi a apresentação de dança (Foto 29), executada sobre o cenário palanque, ocupando apenas a sua passarela. Nessa, sete atrizes internas, meninas quilombolas do Sutil, realizaram uma coreografia musical, acompanhada pelo ator DJ, funcionário municipal que ocupou o cenário mesa de som e auxiliou com o toque musical.

Fotos 28 e 29 – Atividades de escolha da garota Sutil e apresentação de dança no evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz



Fonte: A autora. Fotos registradas em março de 2012.

Em seguida, retomou-se à atividade escolha da garota Sutil, com o desfile de sete meninas da categoria infância, cinco meninas da categoria pré-adolescência e sete meninas da categoria adolescência, todas elas moradoras da Comunidade Quilombola do Sutil (Fotos 30 e 31). A atividade revelou a inclusão deficitária das comunidades, pois, a própria nomeação da atividade destaca apenas a participação dos indivíduos da Comunidade Quilombola do Sutil. A ausência dos quilombolas de Santa Cruz se deve, de acordo com o líder quilombola, pela não divulgação do evento entre estes. Ele mesmo só obteve a informação porque a líder quilombola do Sutil convidou-lhe para assumir o papel de jurado.

No desenvolvimento da atividade de apresentação de dança, todos os participantes ficaram reunidos em torno do cenário palanque. Eles também atuaram no papel de torcedores-plateia, pois, a animação contou pontos para a eleição das candidatas. Dentre os atores torcedores-plateia havia dois quilombolas de Santa Cruz, A. A. de J. Batista Junior (filho do líder quilombola) e P. I. Batista (sobrinha do líder quilombola). Esses quilombolas também são filhos de santo do Terreiro de Umbanda e Candomblé, fato que justifica a presença deles no evento. Eles também foram informados, convidados e transportados pelo líder quilombola até o evento. A atividade de apresentação de dança foi acompanhada pelo ator DJ, largando as faixas musicais escolhidas pelas candidatas para seu desfile.

Fotos 30 e 31 – Atividade desfile no evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz



Fonte: A autora. Fotos registradas em março de 2012.

A espacialidade, nesse terceiro momento, também se apresentou como concentrada, porém, em maior intensidade do que o segundo haja vistas que todos os participantes ficaram reunidos próximos ao cenário palanque, não ocupando outro cenário. E ainda, todos participaram como atores, seja compondo o júri, desfilando ou como torcedores-plateia, criando, assim, uma espacialidade de interação completa.

O quarto e último momento evidenciado no evento da 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz teve início próximo às 16h00min, logo após o término da atividade escolha da garota Sutil, se manteve em torno do cenário palanque, com a reinserção da atriz P. de Oliveira, que novamente desempenhou o papel de cantora, executando a segunda parte da atividade de apresentação musical, contando com a participação atuante dos integrantes da escola de samba Águia de Ouro.

Esses acompanharam a interpretação musical com os toques dos instrumentos de percussão (Foto 32). A atividade desencadeou em um processo de interação social maior entre os participantes, que começaram a cantar e dançar durante a atividade. Os integrantes da escola de samba permaneceram tocando os instrumentos no cenário palanque por um período maior, atendendo aos pedidos dos participantes (Foto 33).

Fotos 32 e 33 – Segunda parte da atividade apresentação musical no terceiro momento do evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz



Fonte: A autora. Fotos registradas em março de 2012.

Paralelamente a esta atividade, se realizou também a atividade de exposição de artesanato e de preparação e distribuição de lanche. Ambas ocuparam o cenário sede da associação. A primeira tratou da venda dos produtos por artesãs locais, apenas da Comunidade Quilombola do Sutil, e a segunda, consistiu na distribuição gratuita de cachorros-quentes e bebidas a todos os participantes, patrocinada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. O trabalho de preparação do alimento foi realizado por alguns moradores da Comunidade Quilombola do Sutil em parceria com funcionários da prefeitura. O cenário brinquedos novamente foi ocupado pelas crianças.

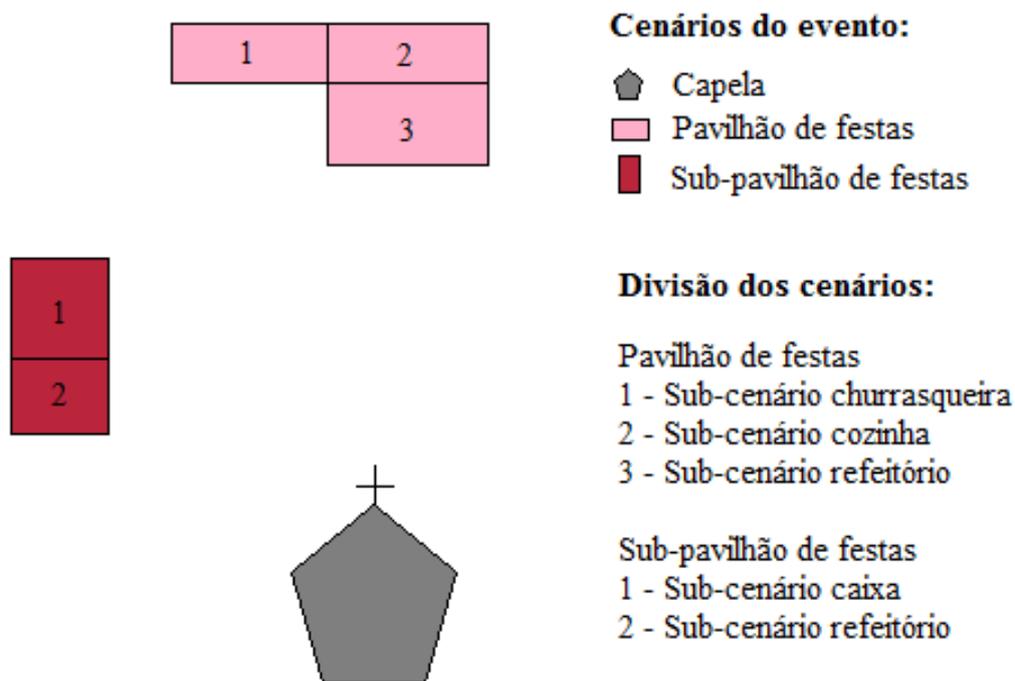
Assim, se compreende que a realização simultânea de quatro atividades em três cenários distintos projetou uma espacialidade semi-difusa, pois, apesar de ocorrer diferentes atividades em diferentes cenários, houve maior concentração de participantes em dois cenários, o palanque e a sede da associação, onde evidentemente se desenvolveram as atividades principais. O evento encerrou às 18h00min.

O segundo evento que se acompanhou na Comunidade Quilombola do Sutil, a Festa do Padroeiro São Benedito, ocorreu no dia 14 de outubro de 2012, em período integral, apresentado como situação social de contato contínuo dos moradores de Santa Cruz com os moradores do Sutil, uma vez que, segundo eles, sempre há as suas participações nestas ocasiões, existindo, inclusive, em torno das festas de padroeiro um sistema de troca de visitas entre as comunidades, os moradores de ambas as comunidades se comprometem em participar da festa uma da outra. Esse evento é divulgado junto à capela de Santa Cruz, além de ser distribuídos convites aos moradores e estar incluso nos calendários diocesanos distribuídos pela paróquia.

A Capela São Benedito, assim como a Capela Senhor Bom Jesus de Santa Cruz, também integra a Paróquia Espírito Santo, localizada no bairro Colônia Dona Luiza, em Ponta

Grossa. Tal evento foi realizado pelos associados da Capela São Benedito, utilizando os três cenários do ambiente, a capela, o pavilhão de festas e o sub-pavilhão de festas; o pavilhão estava dividido nos subcenários: churrasqueira, cozinha e refeitório; e o sub-pavilhão dividido nos subcenários caixa e refeitório (Figura 13).

Figura 13 – Cenários do evento da Festa do Padroeiro São Benedito: Comunidade Quilombola do Sutil - Ponta Grossa/PR



Org.: A autora.

De forma menos extensiva que o evento ocasional, a referida festa se desenvolveu em torno dos três cenários e conseguiu atrair de forma significativa os quilombolas de Santa Cruz que não atuaram na execução de nenhuma atividade, mas, se fizeram participantes nos dois períodos que o compreendeu, isto é, na parte matutina e vespertina.

O cenário da capela é uma construção de alvenaria em formato retangular, coberto por telhas de cimento amianto, uma escada frontal, uma porta de vidro com duas abas, duas janelas frontais e seis laterais. Em frente à porta, há também um cruzeiro de metal. Toda a construção é pintada na cor azul claro (Foto 34). A capela foi construída por João Velho, um antigo morador da comunidade, hoje falecido. Antes de sua construção, os moradores do Sutil frequentavam os eventos religiosos na Capela do Senhor Bom Jesus em Santa Cruz, onde eram associados e ajudavam na execução de sua festa do padroeiro, o que ainda ocorre por parte de alguns moradores (ver subcapítulo 3.1).

A abertura do evento da festa do padroeiro iniciou às 10h00min, no cenário da capela com a atividade missa, realizada pelo padre W. Boerk. Nesse cenário, estiveram presentes sete

quilombolas de Santa Cruz, sendo: J. V. Batista, R. F. de Andrade Batista, T. C. Batista, C. Batista, C. A. Batista, A. de J. Kapp e A. Kapp Schweigert. Após o término da missa, em torno das 11h10min, os outros dois cenários passaram a ser ocupados pelos quilombolas.

O cenário do pavilhão de festas se compõe de uma construção em alvenaria com chão de cimento. Parte dela não apresenta paredes, tendo pilares que sustentam o telhado coberto por telhas de cimento amianto. Outra parte consiste em paredes e meias paredes com bancada de cimento. Este subdivide-se em três subcenários. O primeiro, denominado refeitório, abrigava quatro fileiras de mesas com bancos de madeira, para serem utilizados pelos participantes na atividade almoço. Numa das extremidades, foi alocado a dupla de músicos com seus instrumentos, a qual animou o baile na parte da tarde.

Os outros dois subcenários são a cozinha e a churrasqueira. No primeiro, confeccionou-se e distribuiu os alimentos aos participantes, sendo pão, saladas, farofa, macarrão e nhoque. Na parte da tarde, foram confeccionados pastéis e bolos. No segundo subcenário, a churrasqueira, desempenhou-se a atividade de assar e distribuir a carne aos compradores, e também a entrega das bebidas (Foto 35).

O último cenário que comportou o evento foi o subpavilhão de festas, este com tamanho relativamente menor que o anterior, porém, construído com o mesmo tipo de material. Este está dividido em dois subcenários, caixa e refeitório. O primeiro destinado à venda e entrega das fichas de alimentos e bebidas e o segundo, organizado com algumas fileiras de mesas e bancos para receber os participantes durante a atividade almoço (Foto 36).

Alguns dos quilombolas de Santa Cruz almoçaram no local, em companhia de amigos e parentes do Sutil, permitindo que eles ocupassem tais cenários durante a atividade almoço e posteriormente na atividade baile. Outros adquiriram os alimentos e levaram para casa, como J. S. Kapp, E. Schweigert e A. A. Kapp Schweigert. A maioria dos quilombolas de Santa Cruz se deslocou até o evento utilizando a rede de transportes coletivo de passageiros, que executa a linha Ponta Grossa-Palmeira, mas, houve também os que se deslocaram com automóvel particular ou de carona.

Fotos 34, 35 e 36 – Cenários do evento Festa do Padroeiro São Benedito: Comunidade Quilombola do Sutil - Ponta Grossa/PR



Fonte: A autora. Fotos registradas em outubro de 2012.

Os dois eventos, fruto desta investigação, permitiram compreender o quadro geral de interação que se apresentou como possibilidade de contato aos moradores de Santa Cruz com seus vizinhos quilombolas do Sutil. Um de caráter ocasional, com uma gama mais diversificada de atividades e atrativos de lazer, e outro de caráter tradicional, com um perfil de atividades e momentos pré-estabelecido. Ambos demonstraram uma espacialidade criada pela soma das relações, interconexões, conexões e a ausência delas.

Sendo a espacialidade dos eventos analisados “um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes”, assim como, “um produto contínuo de interconexões e não-conexões” (MASSEY, 2008, p. 32), pode-se dizer que apesar de existir uma forte ligação entre os moradores quilombolas de ambas as comunidades e o evento 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz proporcionar uma situação interacional exclusiva para a integração quilombola, com a abertura à participação de indivíduos externos (Ponta Grossa e Tibagi), não teve-se a presença efetiva dos quilombolas de Santa Cruz, para quem o evento também era destinado.

Todavia, a espacialidade relacional desses moradores se edificou também pela ausência das relações, interconexões e conexões. (MASSEY, 2008). Mesmo com a existência de fortes laços de parentesco, vizinhança, amizade/afinidade e solidariedade entre os

quilombolas de Santa Cruz e Sutil, se explicitou que a participação dos primeiros no evento foi inexpressiva, de apenas três quilombolas. E destes, apenas um foi inserido ao evento, na delegação de um papel social ao mesmo.

Essa ausência pode se justificar pelo tipo de evento realizado, o qual consistiu numa situação de interação inventada pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e não uma situação criada a partir da experiência humana de vivência cotidiana entre os quilombolas como, por exemplo, no caso do evento da festa do padroeiro, que teve uma participação significativa dos moradores quilombolas de Santa Cruz. A não-familiaridade ao primeiro evento fez com que os relacionamentos não acontecessem na mesma intensidade que em outras situações sociais observadas. Isso prova a afirmação de Bott (1976) que nem todos os membros de uma rede estão presentes em todas as ocasiões sociais, mas são indivíduos potenciais para se inter-relacionarem, provando suas presenças na festa do padroeiro.

O mesmo evento possibilitou a inserção de muitos atores externos que desenvolveram muitas atividades do evento, mas, teve a participação quase exclusiva de moradores quilombolas da Comunidade do Sutil. Isso tudo fez com que o nome do evento não correspondesse com a realidade, pois, os quilombolas de Santa Cruz ficaram excluídos da construção do evento que fora criado para inseri-los; não se viabilizou, neste evento, a inter-relação das duas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada página escrita para a composição desta dissertação de mestrado, se empreendeu um esforço incessante para desvendar, por meio da organização social, a realidade da dimensão espacial relacional da Comunidade Quilombola de Santa Cruz, em Ponta Grossa/PR. Os elementos da vida cotidiana permitiram a construção de uma posição argumentativa à manifestação da existência do estabelecimento de relações sociais, as quais conectam os moradores de Santa Cruz a indivíduos externos. Para isso, foi necessário um convívio frequente com os moradores quilombolas, acompanhando as suas experiências vividas em diferentes situações sociais.

O contexto multi-étnico da área em que está inserida a Comunidade Quilombola de Santa Cruz despertou curiosidades, pois, a sua ocupação ocorreu pela inserção de grupos apresentados sob aspectos sociais, históricos e vivenciais diferenciados, é uma área, como diria Massey (2008), marcada pela multiplicidade/heterogeneidade humana. Nela se encontram diferentes colônias étnicas, três de russo-alemães, três de russo-brancos, duas comunidades quilombolas, duas mescladas por descendentes de italianos, poloneses e alemães e remanescentes de antigos faxinais, além de uma comunidade de população cabocla.

Através das conversas, entrevistas, acompanhamento e observações de eventos de interação junto aos moradores quilombolas, foi possível visualizar o entrecruzamento/imbricação de trajetórias promovidos pelos contatos face a face (cf. GOFFMAN, 1985), permitindo a manutenção de relações sociais com certa estruturação/continuidade. (SCHERER-WARREN, 2006). Desse modo, os indivíduos externos passam a ser vizinhos, amigos, colegas de trabalho, padrinhos, afilhados, compadres e parentes dos quilombolas de Santa Cruz, presentes no seu dia-a-dia.

Outra particularidade da comunidade que despertou indícios de uma complexidade para a questão relacional foi a existência de um líder aclamado pela comunidade, residente a mais de vinte anos fora dela, no bairro Colônia Luiza na cidade de Ponta Grossa, mas que continuava a inter-relacionar-se em várias situações sociais com os moradores da comunidade.

Os moradores relataram outro fato minucioso durante a realização do primeiro trabalho de campo, que revelou certa subdivisão interna do grupo quilombola em dois subgrupos familiares, fundamentado não em uma ruptura de fato, mas, na existência de uma dinâmica vivencial particular para cada subgrupo, imbuído de sua própria história e trajetória,

que reflete na vida em comunidade, fazendo que haja, conforme Bott (1976), um afastamento dos indivíduos pelo não compartilhamento em alguns casos de objetivos comuns.

Um exemplo deste caso é a questão da regularização fundiária, em que houve por parte do grupo quilombola, no ano de 2008, a abertura do processo junto ao INCRA para a titulação do seu território historicamente ocupado pelo segmento quilombola, e, posteriormente, segundo relato dos moradores, se teve a legalização das terras dos indivíduos do subgrupo A1 via usucapião, enquanto os demais indivíduos do subgrupo A2 aguardam os passos lentos da legalização das terras via identidade quilombola.

O afastamento entre os subgrupos se dá também pela não existência de papéis sociais interdependentes e de uma cultura partilhada por todos, pois, alguns integrantes do grupo quilombola tornaram-se membros do mesmo por laços matrimoniais, contudo, estes laços não foram suficientes para suprimir as diferenças. Isso se torna explícito no caso de dois cônjuges quilombolas, sendo eles russo-alemães da Colônia Quero-Quero, que mesmo estabelecendo residência na comunidade, continuam a participar de local religioso na colônia de origem, a religião deles é a luterana. A diferença religiosa impede que eles assumam papéis sociais na administração e manutenção da Capela do Senhor Bom Jesus na comunidade, assim como, faz com que suas esposas e filhos também tenham uma atuação mais limitada.

A existência de parte dos moradores quilombolas de Santa Cruz professando religiões afro-brasileiras em local religioso externo, juntamente com a prática da religião católica na comunidade, despertou outra vertente relacional que indicava a justaposição religiosa destes indivíduos acarretada pelos vínculos parentais. A união conjugal de um quilombola da comunidade com um indivíduo externo, proveniente da cidade de Ponta Grossa, refletiu tanto a prática religiosa, com a introdução de uma nova religião e novo local religioso para os quilombolas de Santa Cruz, quanto na subdivisão interna, pois, os praticantes são vistos por alguns dos quilombolas não aderentes com certo receio, o que contribui para o afastamento interno.

A vivência e reprodução de parte das 3^a, 4^a e 5^a gerações de descendentes dos escravos que trabalharam na Fazenda Santa Cruz, em uma área que hoje se apresenta estritamente reduzida para abrigar os 45 quilombolas das 12 famílias que vivem na comunidade, fez com que a vizinhança se tornasse uma fonte potencial para a inserção econômica destes em função da oferta de serviços. Desde a década de 1950, com a chegada e instalação dos imigrantes russo-brancos na vizinhança, se dá início à prestação de serviços dos quilombolas de Santa Cruz a eles, primeiramente atuaram na construção de suas casas e

posteriormente em serviços gerais, tanto nas leiterias quanto nas lavouras de cultivo de grãos. Ainda hoje, se tem a atuação de um quilombola em uma leiteria de uma das colônias.

Fazendas e sítios da região, de propriedades dos vizinhos da Comunidade do Tabuleiro, da Colônia do Lago e de Witmarsum também foram locais de empregabilidade dos moradores quilombolas antes e depois da chegada dos russo-brancos, principalmente nas propriedades ligadas à agropecuária e serviços madeireiros, onde se evidenciou a atuação diária de mulheres e homens quilombolas. O Ponta Grossa Golf Club, criado em 1982, também oferece vagas de emprego aos moradores quilombolas, cerca de quatro pessoas já trabalharam no mesmo. A partir de dez anos atrás, o bairro Cará-Cará tem empregado quatro moradores da comunidade, destes, três mulheres que desenvolvem serviços gerais em centros de educação, e um homem que trabalha em um porto de areia do bairro. Se ressalta também uma quilombola que trabalha como diarista na casa de um proprietário de um sítio vizinho à comunidade.

A última especificidade encontrada na comunidade foi a manutenção em funcionamento há mais de 70 anos de uma capela, no interior da comunidade para o atendimento de 12 famílias, mas que revelou a existência de um conjunto de associados e participantes provenientes da vizinhança. Estes são participantes assíduos dos eventos religiosos, sejam missas, cultos, orações de terço/rosário realizados nas manhãs de domingo, na catequese ou nos eventos festivos, como a festa do padroeiro, realizada todos os anos no mês de agosto. Participam também em festas privadas, como a festa de aniversário de quinze anos realizada no mês de setembro de 2012, em que se teve apenas a presença de amigos e parentes da família da aniversariante. Eles contribuem com o dízimo, assumem papéis na Comissão da Capela formada a cada dois anos, atuam como leitores litúrgicos, cantores do coral e no dia da festa do padroeiro, desenvolvem diferentes papéis e atividades/práticas sociais, inter-relacionando-se com os moradores quilombolas de Santa Cruz.

Toda essa inter-relação se revelou também no levantamento dos laços por apadrinhamento e compadrio, em que se tem a escolha destes indivíduos para firmarem tais vínculos, como no caso de alguns indivíduos do subgrupo A1, ao preferir os vizinhos no lugar dos parentes do subgrupo A2 para se ligar pelos laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio, ou mesmo, um número expressivo de moradores quilombolas convidados por indivíduos externos para tais ligações, principalmente, os vizinhos da Comunidade do Tabuleiro e do Sutil.

Todos esses detalhes foram identificados num primeiro contato com a comunidade, em que se teve a aplicação de questionários a todas as famílias quilombolas, cujo resultado irrompeu em um conjunto de indagações confrontadas com novos trabalhos de campo empreendidos na comunidade. Diferentes técnicas de captação de dados como, observação participante, hermenêutica objetiva, análise interacional, entrevistas aliadas a história oral, gravações audiovisuais, entre outros, foram utilizadas para conseguir a melhor apreensão do fenômeno estudado.

Desse modo, se entende que o grupo quilombola de Santa Cruz, é formado tanto por indivíduos que residem na comunidade, como por alguns indivíduos externos residentes na área urbana do município, isto é, o líder quilombola e sua família e uma de suas sobrinhas e o filho dela. Se evidenciou a existência de um espaço flexível e dinâmico, onde o afastamento real é vencido quando tal espacialização é colocada ao alcance dos quilombolas que enfrentam os obstáculos de mobilidade, se deslocando através da rede de transportes coletivos de passageiros, de carona ou com carro próprio, permitindo o alcance das coisas que o cercam, e assim, fazendo com que haja a liberdade humana, que surge ao suprimir ou reduzir as distâncias impostas entre si. (DARDEL, 2011).

Também se demonstra o retorno de indivíduos à comunidade, os quais já haviam vivido na mesma, ou já tinham vínculos parentais com os moradores quilombolas de Santa Cruz, aqui se destaca um caso recente, é a volta de um filho de um casal quilombola, que até então morava com sua esposa na cidade de Ponta Grossa. Hoje o casal reside na casa dos pais dele até que a sua residência, em construção, próxima a casa dos pais, fique pronta. Esses retornos à comunidade foram evidenciados durante a pesquisa, motivados em alguns casos também pela morte de algum indivíduo ligado a rede parental quilombola. Portanto, a Comunidade Quilombola de Santa Cruz se apresenta como um espaço dinâmico, aberto, estando sempre em construção, nunca fechado, estável. (MASSEY, 2008).

Juntos representam 12 famílias em relação aos membros componentes que não seguem um padrão de organização social aos seus agrupamentos familiares. Contudo, todos os moradores de Santa Cruz estão ligados por laços de parentesco sanguíneo, o que os torna uma comunidade parental, que evidencia uma origem vinculada por ascendência a um casal ancestral (A. Gonçalves e M. C. dos Santos Gonçalves) e a duas filhas deste casal (A. R. Gonçalves Kapp e A. T. Gonçalves Batista). Outros indivíduos se unem a estes por laços matrimoniais, alguns já estavam ligados por laços de parentesco, sendo que houve quatro

uniões dos quilombolas com indivíduos que já eram seus parentes, seja via materna ou paterna, e destas, apenas uma não resultou em filhos.

Enquanto outros se achavam ligados por laços de vizinhança, reforçados por laços de amizade/afinidade, o restante dos casamentos dos quilombolas de Santa Cruz se deu com indivíduos externos de uma área circunvizinha à comunidade, como Colônia Quero-Quero, Colônia do Lago, Comunidade Quilombola do Sutil, Fazenda Garbuio, bairro Colônia Dona Luiza (Ponta Grossa), ou municípios próximos como Irati e Rebouças.

A constatação da inserção de tais indivíduos externos pelas uniões matrimoniais tornou necessário resgatar a genealogia da comunidade para melhor entender quem são esses moradores de Santa Cruz que se tornam quilombolas pelo matrimônio. Diante disso, se destacou a origem, os vínculos familiares e a direção atual dos membros dos subgrupos familiares, aos quais estavam inseridos cada um destes novos quilombolas antes dos laços matrimoniais. Logo, se evidenciou que a grande maioria dos parentes dos moradores quilombolas de Santa Cruz, indivíduos externos, são também seus vizinhos, residindo em locais que estão inseridos na área circunvizinha à comunidade. Assim, se revelou a constituição de um quilombo multi-étnico, em que há a inserção pelo casamento de indivíduos externos culturalmente diferentes, e estes passam a serem reconhecidos como quilombolas de Santa Cruz, partilhando da experiência cotidiana na comunidade.

Tal realidade permite concordamos com a abordagem de Massey (2004, 2008) que não existe identidades únicas, já e para sempre constituídas, ou mesmo, comunidades homogêneas, por mais que as redes sejam primárias, edificadas por laços de parentesco, amizade, vizinhança, elas implicam na interação, e assim, na imbricação de múltiplas trajetórias. A espacialidade apresenta-se como uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, de novas relações e diferenças. Portanto, a identidade e a inter-relação são constituídos conjuntamente, e, o espaço é parte integrante e produto desse processo de constituição.

Por meio da existência dos laços de parentesco, cria-se, por um lado, pontos de afastamento de relacionamento interno entre os moradores quilombolas, devido à inserção via casamento de indivíduos externos distintos aos indivíduos internos. E, por outro lado, tais laços aliados aos laços de parentesco firmados pelo batismo e casamento entre os indivíduos internos que acabam provocando aos quilombolas de Santa Cruz reagrupamentos inter-relacionais entre si. Estes se deram pelo convite realizado por alguns indivíduos do subgrupo A2 a indivíduos do subgrupo A1 para padrinhos de casamento e de batismo, entretanto, por

parte dos indivíduos do subgrupo A1 em relação aos do A2 tais convites não se efetivaram. Houve também a reafirmação de vínculos por laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio entre os indivíduos de um mesmo subgrupo. A inter-relação entre os indivíduos do mesmo subgrupo foi ainda demonstrada em situações de ajuda mútua e laborais.

Mesmo com a existência de certa subdivisão interna, firmada pela dinâmica vivencial diferenciada em função da integração de novos membros distintos culturalmente, se tem a resistência da estruturação da comunidade em um grupo social organizado. Este evidencia, conforme Bott (1955, 1976), que a quase totalidade dos indivíduos componentes formam um todo social mais abrangente, tendo um líder e objetivos comuns, papéis interdependentes, uma atuação e administração conjunta e uma cultura peculiar que os diferencia dos demais grupos sociais circunvizinhos. Os moradores desta comunidade são também quilombolas organizados politicamente que constituíram e cadastraram no ano de 2007 uma associação ligada à questão da regularização fundiária, denominada de “Associação da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz”.

Eles estão inseridos ainda na Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná, criada pelas comunidades quilombolas paranaenses no ano de 2008, nesta tem uma participação frequente, seja nos eventos promovidos pela mesma ou em cargos das comissões que se divide a federação, tendo a atuação de dois quilombolas de Santa Cruz, isto é, o líder quilombola e seu filho. Os quilombolas de Santa Cruz também se organizam socialmente, cuidando dos bens materiais comuns, como a capela, o pavilhão de festas, o coreto de música, o quiosque de bebidas e a escola. Os primeiros permitem a realização de eventos religiosos e festivos, como cultos, missas, orações de terço/rosário, festa do padroeiro, catequese, festas de aniversários, reuniões, entre outros. A edificação da antiga escola é também utilizada como um espaço para a realização de reuniões, e também para o cultivo de alimentos, pois, há um pequeno terreno que a circunda.

No entanto, os relacionamentos estabelecidos externamente não se deram apenas pelas uniões matrimoniais dos quilombolas de Santa Cruz com alguns indivíduos externos, mas, por laços de parentesco por apadrinhamento e compadrio, vizinhança, laboral, amizade/afinidade e solidariedade. Todos estes tipos de laços ligam os quilombolas de Santa Cruz a uma rede social de vínculos com certa estruturação/continuidade que foi cunhada pelas distintas situações de interação social em que eles estiveram e/ou estão envolvidos, fossem de trabalho, religião, educação, filantropia e festividades.

Acompanharam-se, por meio da técnica da observação participante, diferentes situações sociais que possibilitavam a participação e inter-relação dos quilombolas de Santa Cruz entre si e com indivíduos externos. No total, se observaram seis eventos de interação social, três internos e três externos, reunindo um número considerável de participantes. O objetivo consistiu em analisar a dinâmica da participação social dos indivíduos, a dimensão espacial relacional dos quilombolas de Santa Cruz. Assim, foi possível identificar, dentre os participantes dos eventos, indivíduos atuantes e indivíduos observadores, que juntos vivenciaram momentos de interação.

Em relação às outras situações de menores proporções de interação social cotidianas, se destinou o acompanhamento de algumas e a outras que não foi possível estar presente; a opção foi capturá-las por meio do relato dos moradores quilombolas. A partir dessas situações, apreende-se os relacionamentos dos quilombolas de Santa Cruz entre si, revelando ainda laços de solidariedade entre eles.

Se compreende que os seis eventos de grande proporção de participantes são as festividades. Os três eventos internos ocorreram no mesmo ambiente da comunidade, isto é, na capela e adjacências. Dois deles denominados como “Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus”, acompanhado em dois anos de sua realização, 2011 e 2012. Essa festa se apresentou como um evento que vem sendo realizado a mais de 70 anos, tendo como pano de fundo a mesma capela construída pelos primeiros moradores da comunidade. É um espaço multicultural, onde se tem semanalmente e anualmente, por meio da festa do seu padroeiro, a participação e a inter-relação de indivíduos provenientes de uma gama diversificada de localidades vizinhas como: Colônias Santa Cruz I, II e III, Colônia do Lago, Comunidade do Tabuleiro, Vila Rural de Guaragi, Faxinal dos Polacos, Comunidade Quilombola do Sutil, bairro Cará-Cará, bairro Colônia Dona Luiza, outros bairros da cidade de Ponta Grossa e cidade de Irati. O outro evento interno, é a Festa de Aniversário de quinze anos da quilombola T. C. Batista. Este, assim como as festas do padroeiro, comprovou a participação dos mesmos indivíduos externos, provenientes das mesmas localidades citadas acima, além, é claro, de uma maior quantidade de indivíduos participantes ligados por laços de parentesco procedentes da cidade de Irati, Curitiba e Colônia do Lago, e, os amigos do município de Carambeí.

Já os outros três eventos externos, ocorreram em diferentes ambientes sociais, como a associação de moradores da Comunidade Quilombola do Sutil, a capela e adjacências também no Sutil e o terreiro de umbanda e candomblé da Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, localizado na cidade de Ponta Grossa. O primeiro evento de caráter festivo

realizou-se em março de 2012 pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, com o intuito de integrar as duas comunidades quilombolas do município. O evento se denominou 1ª Festa da Colônia Sutil e Santa Cruz, uma má escolha já que o termo “colônia” se refere a um conjunto/grupo de compatriotas que se estabelece fora de seu país e não às populações brasileiras de ascendência africana.

Tal evento que possibilitava o contato dos quilombolas de Santa Cruz com os vizinhos do Sutil, mostrou a ausência de conexões entre eles nessa situação social, pois, apenas três quilombolas de Santa Cruz estavam presentes. A ausência pode ter resultado da falta de inclusão dos quilombolas de Santa Cruz ao evento, visto que a prefeitura não fez a divulgação junto a eles e também não disponibilizou transporte para o deslocamento. Mas, além desses fatores, a ausência pode ser fruto ainda da não identificação dos quilombolas de Santa Cruz com o evento, porque parte das atividades os deixavam excluídos, como a escolha da garota Sutil, a apresentação de dança, a exposição e venda de artesanato, todas exclusivas para os moradores do Sutil.

Em contrapartida, o segundo evento festivo que ocorreu na Comunidade Quilombola do Sutil, tratou da festa de seu padroeiro (São Benedito) que ocorre todos os anos no mês de outubro, sendo, portanto, um evento de caráter tradicional. Neste, ao contrário do evento anterior, teve participação significativa dos quilombolas de Santa Cruz durante todo o evento. A presença dos quilombolas pode ser justificada pela divulgação antecipada atrelada a realização de convites juntos aos moradores, e também pelo fato de ser um evento de contínuo contato, esperado anualmente e envolvido num sistema de troca de participação. Ambos os eventos mostraram uma espacialidade construída tanto na presença quanto na ausência de conexões, pois a rede social segundo Bott (1976) é formada por indivíduos potenciais que podem ou não serem ativados, e estarem presentes em determinada situação social.

O outro encontro externo observado não tratou de uma festividade, mas de um ritual religioso promovido pela Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca, propriedade de um casal de quilombolas de Santa Cruz, mas alocado fora da comunidade, no bairro Colônia Dona Luiza, em Ponta Grossa. Tal distanciamento não impede o real afastamento de alguns moradores quilombolas do convívio cotidiano com o casal quilombola e seus filhos. Isso permite aos quilombolas a inserção em uma prática religiosa paralela à religião católica, com a participação em outro local religioso. Também os põem diante de outras situações de interação social externas, possibilita o encontro com amigos potenciais e parentes, permitindo ao casal quilombola membros fiéis e assíduos ao Terreiro de Candomblé e Umbanda,

voluntários potenciais para os eventos filantrópicos promovidos pela Sociedade às pessoas carentes do bairro.

O mapeamento dos relacionamentos externos mantidos pelos quilombolas de Santa Cruz possibilitou desvendar que a constituição das relações sociais destes quilombolas é realizada com indivíduos de localidades vizinhas, de modo que se impôs, intencionalmente ou não, um limite para seus relacionamentos. Se construiu uma espacialidade relacional quilombola em torno de uma área rural entre os municípios de Ponta Grossa e Palmeira, incluindo as seguintes localidades: Colônias Santa Cruz I, II e III, Comunidade do Tabuleiro, Comunidade Quilombola do Sutil, Vila Rural de Guaragi, Faxinal dos Polacos, Colônia do Lago, Vilinha dos Papagaios, Colônia Quero-Quero e Colônia Witmarsum, além de alguns bairros da cidade de Ponta Grossa que estão relativamente próximos à comunidade, como: Colônia do Luiza, Oficinas e Cará-Cará.

Portanto, pode-se afirmar que a dimensão espacial relacional dos quilombolas de Santa Cruz não se encontra isolada, mas localizada e criada pelo alto grau de conexão de sua rede social, a qual envolve um conjunto de indivíduos que partilham de uma mesma área de vivência. Muitas pessoas da rede social dos quilombolas se conhecem e interagem entre si, compartilhando interesses, ajuda mútua e atividades/práticas sociais conjuntas. Todos esses resultados de pesquisa confirmam a tendência descrita por Bott (1976), de que os laços de “parentesco e vizinhança” são os tipos mais importantes de relação social primária, uma vez que o primeiro tem sua importância por causa da permanência dos relacionamentos, e o segundo por fornecer, em grande parte, uma rede potencial de amigos (de amizade e de serviço), que em alguns casos se superpôs à categoria de parentesco. Assim, seus colegas de trabalho são também seus vizinhos, e a maior parte dos serviços requisitados por uma família pode ser fornecido por outras famílias dentro dessa rede social que inclui os vizinhos e parentes.

REFERÊNCIAS

ABA (Associação Brasileira de Antropologia). Regulamentação de Terras de Negro no Brasil. **Boletim Informativo NUER**, Florianópolis, n.1, 1994. (Boletim do grupo de trabalho sobre as comunidades Negras Rurais).

ACMPW. **Associação dos moradores de Witmarsum**. Disponível em: <<http://www.acmpw.com.br>>. acesso em: 02 mar. 2013.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História: fontes orais, 2005. 202 p.

ANDRADE, R. de. **Fotografia e antropologia**: olhares fora-dentro. São Paulo: Estação Liberdade/EDUC. 2002. 132 p.

ANTONELLI, D. **Em domínio russo**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2008. 84 p.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006. 368 p.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDAN-BIANCO (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 171-204.

BESSE, J. M. Geografia e Existência: A partir da Obra de Eric Dardel. In: DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: Natureza da Realidade Geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. Anexo 1. p. 111-139.

BOTT, E. Urban Families: Conjugal Roles and Social Networks. **Humans Relations**, v. 7, n. 8, p. 345-384, 1955.

_____. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.320 p.

CHEMIN, M. et al. **Plano Diretor de Turismo de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: PMPG, 2002. 59 p.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 453 p.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**: Natureza da Realidade Geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011. 159 p.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.p.140-161.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28.

FCP. Fundação Cultural Palmares. **Certidão de auto-reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Sutil**, 2005.1 p.

_____. Fundação Cultural Palmares. **Certidão de auto-reconhecimento da Comunidade Negra Rural de Santa Cruz**, 2005. 1 p.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997. 366 p.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 213 p.

GOFFMAN, E. **Relaciones en público: micro estúdios Del orden público**. Madrid: Alianza Universidad, 1979. 379 p.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985. 236 p.

_____. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011. 255 p.

_____. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012. 716 p.

GOMES, J. J.; SILVA, G. L. da; COSTA, P. A. B. (orgs.). **Paraná Negro**. Curitiba: UFPR/PROEC, 2008. 104 p.

GUARNERI, H. J. **A dinâmica territorial na Comunidade Negra Rural de Sutil, município de Ponta Grossa – PR**. 2011, 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia Bacharelado). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

HARTUNG, M. F. **A comunidade do Sutil: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná**. 2000, 595 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 143-191, jan.-jun. 2005.

HAESBAERT, R. Apresentação à edição brasileira. In: **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.p. 09-13.

HORNES, E. **Memórias da imigração russo-alemã**: Colônia Quero-Quero, 1978-1988. 1999, 80 f. Especialização (Pós-Graduação em História e Região). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 1999.

ITCG (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências). **Terra e cidadania**: Terras e Territórios Quilombolas 3. ed. Curitiba: ITCG, 2008. 221 p.

LIMA, V. da C. **A família de santo nos candomblés jejes-nagôs da Bahia**: um estudo de relações intragrupoais. Salvador: Corrupio, 2003. 216 p.

LOZARES, C. La teoria de redes sociales. **Papers** 48, Barcelona, p. 103-126, 1996.

MACHADO, W. Imigração. In: REZENDE, C. J.; TRICHES, R. I. (org.). **Paraná espaço e memória**: diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005, p. 158-181.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.12, p. 7-23, 2004.

_____. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 311 p.

MAYER, A. C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDAN-BIANCO (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. p. 139-170.

MICELI, J. C. **Construção do espaço social dos vileiros**: a subjetividade do agricultor familiar nas Vilas Rurais do Paraná. 2005, 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PONTA GROSSA. **Secretaria Municipal de Cultura**. Disponível em: <<http://www.pontagrossa.pr.gov.br/agendacultural>>. Acesso em: 03 mar. 2012.

PORTELLI, A. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**. São Paulo, n. 14, p. 07-38, fev. 1997.

PRANDI, R. As religiões negras do Brasil: para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 64 - 83, dez. - fev. 1996a.

_____. **Herdeiras do Axé**: Sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo: Hucitec, 1996b. 200 p.

SABCPB. **Site Sociedade Afro-Brasileira Cacique Pena Branca**. Disponível em: <<http://www.sabcpb.org.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp. 2006. 259 p.

SCHERER-WARREN, I. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 29-50, 2005

_____. Das Ações Coletivas às Redes de Movimentos Sociais. In: NPMS/UFSC. **Relatório do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da UFSC**. Florianópolis: UFSC, p. 1-18, 2006.

SIEMENS, U. **Quem somos? 1930-2010: a saga menonita: rompendo a barreira cultural**. Curitiba: Evangélica Esperança, 2010. 236 p.

VILELA, R. A. T. **A pesquisa empírica da sala de aula na perspectiva da teoria crítica: aportes metodológicos da hermenêutica objetiva de Ulrich Öevermann**. Belo Horizonte, 2010. 22 p.

WALDMANN, I. M. **Fazenda Santa Cruz dos Campos Gerais e a colonização russa 1792-1990**. Ponta Grossa – Paraná, editora Gráfica Planeta, 1992, 68 p.

WELLER, W. A hermenêutica como método empírico de investigação. In: **Anais da 30ª Reunião Anual da ANPEd 2007**, Caxambu. 30ª Reunião Anual da ANPEd, p. 1-16, 2007.

_____. Aportes hermenêuticos no desenvolvimento de metodologias qualitativas. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 31, p. 287-304, jul./dez. 2010.

WITMARSUM. **A história da Colônia: a atuação menonita: os pioneiros**. Curitiba: Cidadeclima, 2001. 20 p.

APÊNDICE A – Questionário de coleta de dados

Identificação da unidade familiar:

- Número de familiares:

1.: Homem (cônjuge):

- Nome completo:

- Nome do Pai:

- Nome da Mãe:

- Irmãos:

Obs.: Indicar a idade dos pais e irmãos, onde residem hoje e se já residiram na comunidade.

- Estado Civil: () Solteiro () Casado () Separado () Desquitado () Divorciado () Viúvo
() Outra

Obs.: Relatar sobre uniões anteriores.

- Data de Nascimento:

Local:

- Registro Geral:

- CPF:

- Cor: () Preto () Pardo () Branco () Amarelo () Outra

- Profissão:

- Local de Trabalho:

- Anos de Trabalho:

- Trabalhos anteriores (tipo e local):

- Tipo de Pagamento:

- Alfabetização: () Analfabeto () Alfabetizado

- Estudou na escola da comunidade: () não () sim

- Estuda: () não () sim Onde:

- Grau de Instrução:

Ensino Fundamental: () Não () Sim, até que Série: _____

Ensino Médio: () Não () Sim, até que Série: _____

Ensino Superior: () Não () Sim, qual Curso:

Período (ano que está cursando):

- Integrante da Associação de Moradores: () Sim () Não

- Participação na comunidade: () Possui algum Cargo () Não Possui

Qual:

Quanto tempo está no cargo:

- Tempo Moradia na Comunidade:

- Religião:

- Participa de local religioso: () Sim () Não – Onde:

Quanto Tempo

Participa (se for fora da comunidade):

2.: Mulher (cônjuge):

- Nome completo:

- Nome do Pai:

- Nome da Mãe:

- Irmãos:

Obs.: Indicar a idade dos pais e irmãos, onde residem hoje e se já residiram na comunidade.

- Estado Civil: () Solteira () Casada () Separada () Desquitada () Divorciada () Viúva
() Outra

Obs.: Relatar sobre uniões anteriores.

- Data de Nascimento:

Local:

- Registro Geral:

- CPF:

- Cor: () Preto () Pardo () Branco () Amarelo () Outra

- Profissão:

- Local de Trabalho:

- Anos de Trabalho:

Trabalhos anteriores (tipo e local):

- Tipo de Pagamento:

- Alfabetização: () Analfabeto () Alfabetizado

Estudou na escola da comunidade:

- Estuda: () não () sim Onde:

- Grau de Instrução:

Ensino Fundamental: () Não () Sim, até que Série: _____

Ensino Médio: () Não () Sim, até que Série: _____

Ensino Superior: () Não () Sim, qual Curso: _____ Período (ano que está cursando): _____

- Integrante da Associação de Moradores: () Sim () Não

- Participação na comunidade: () Possui algum Cargo () Não Possui

Qual:

Quanto tempo está no cargo:

- Tempo Moradia na Comunidade:

- Religião:

- Participa de local religioso: () Sim () Não – Onde:

Quanto Tempo

Participa (se for fora da comunidade):

3.: Filhos

- Número:

- Nome:
- Idade (Data e Local de nascimento):
- Estado Civil e Local de Moradia (atual):
- Cor: () Preto () Pardo () Branco () Amarelo () Outra
- Alfabetização: () Analfabeto () Alfabetizado
- Estuda: () não () sim onde:
- Estudou na escola da comunidade: () não () sim
- Grau de Instrução:
- Ensino Fundamental: () Sim () Não – Série:
- Ensino Médio: () Sim () Não – Série:
- Ensino Superior: () Sim () Não – Curso: _____ Período (ano que está cursando): _____

4.: Outras Informações da Unidade Familiar

- Benefícios do Governo: () Aposentadoria () Bolsa Família () Outros
- Renda Familiar Mensal (s.n.= R\$: 622,00)
- () menos de 1 s.m. () 1 s.m. () 2 s.m () 3 a 5 s.m () mais de 5 s.m
- Condição de Moradia: () Própria () Alugada () Cedida () Outra:
- Características Moradia: () Casa de Taipa () Casa de tijolo sem reboque () Casa de Madeira () Casa de Alvenaria () Outra: _____ - Metragem quadrada: _____
- Número de cômodos (descrever):
- Com que Recursos conseguiu a casa: () Próprios () Terceiros () Programa Governamental () Outro: _____ Qual: _____
- Possui terras na comunidade: () Não () Sim– Quanto (áreas):
- Possui terras fora da comunidade:() Não () Sim– Quanto (áreas): _____ Onde: _____
- Forma de aquisição da terra () Herança () Compra () Outra:
- Cadeia Dominial (tentar descobrir a sucessão de “donos” anteriores e também as datas de alteração destes)
- Possui algum tipo de documento da terra? Qual e no nome de quem?
- Que atividades desenvolve na sua terra da comunidade:
- () pecuária - tipos de rebanho e n. de cabeças
- () agricultura – tipo de produto e área cultivada
- () outra

